

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Carmem Zeli de Vargas Gil

**JOVENS E PARTICIPAÇÃO:  
a experiência da ONG Trilha Cidadã**

Porto Alegre  
2009

Carmem Zeli de Vargas Gil

**JOVENS E PARTICIPAÇÃO:  
a experiência da ONG Trilha Cidadã**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador:  
Prof. Dr. Nilton Bueno Fischer

Porto Alegre  
2009

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

---

G463j Gil, Carmem Zeli de Vargas

Jovens e participação: a experiência da ONG Trilha Cidadã [manuscrito] / Carmem Zeli de Vargas Gil; orientador: Nilton Bueno Fischer. – Porto Alegre, 2009.

222 f. + Apêndices + Anexos.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em na Educação, 2009, Porto Alegre, BR-RS.

1. Juventude – Participação. 2. Políticas públicas. 3. Educação. 4. Organizações não governamentais. I. Fischer, Nilton Bueno. II. Título.

CDU – 316.352.2-053.7

Carmem Zeli de Vargas Gil

**JOVENS E PARTICIPAÇÃO:  
a experiência da ONG Trilha Cidadã**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Aprovada em 21 jan. 2009.

---

Prof. Dr. Nilton Bueno Fischer – Orientador

---

Prof. Dra Maria Stephanou – UFRGS

---

Prof. Dra. Marília Pontes Sposito – USP

---

Prof. Dra. Neuza Maria de Fátima Guareschi – PUC

---

### **AO CONCLUIR ESTE TRABALHO, AGRADEÇO...**

... aos meus filhos, Fernanda e Germano, que ajudaram, esperaram e compreenderam as ausências. Com eles aprendi a ser o que sou.

... ao meu pai e à minha mãe, com quem aprendi a importância do estudo.

... ao professor doutor Nilton Bueno Fischer, orientador desta pesquisa, pela constante disponibilidade, afetividade e diálogos que apontavam caminhos.

... aos jovens que me falaram de suas vidas, sempre disponíveis e pacientes frente a minha curiosidade.

... à professora doutora Maria Stephanou, pelas fecundas e instigantes discussões, pela amizade e o afeto demonstrados nos momentos em que trabalhei em projetos coordenados por ela e, em especial, pela grande ajuda neste trabalho que ora apresento.

... à professora Marília Sposito, cuja produção teórica tem apontado caminhos para os trabalhos que tenho desenvolvido nestes oito anos entre o mestrado e o doutorado.

... aos amigos de coração que acreditaram neste trabalho.

... aos meus/minhas alunos/as, que cotidianamente apresentam desafios e fazem do meu tempo na escola um tempo de reflexão.

... aos colegas do grupo de orientação, pelas aprendizagens, angústias e apostas compartilhadas.

O encontro é a possibilidade de colocar lado a lado duas regiões de significado, dois campos de energias em frequência diferente e de fazê-los vibrar juntos. O encontro é simpatia, é compaixão, sentir-com-o-outro. É a possibilidade de descobrir que o sentido não nos pertence e nos é dado no encontro, mas, ao mesmo tempo, só nós podemos produzi-lo. (MELUCCI, 1992)

## RESUMO

Esta tese tem como propósito investigar a participação de jovens inseridos na ONG Trilha Cidadã, a partir do programa federal Consórcio Social da Juventude. Pretende, ainda, analisar os desdobramentos dessas experiências de participação na vida dos jovens em relação ao trabalho, à escola e à família. A ONG Trilha Cidadã, com sede no Bairro Arroio da Manteiga, em São Leopoldo, RS, foi constituída, na sua história, por jovens, sendo as Políticas Públicas de Juventude um de seus focos de atuação. Por muito tempo, a participação juvenil ficou restrita à esfera das instituições clássicas. Hoje os pequenos coletivos, grupos e ações diversas se colocam como espaços onde os jovens estabelecem formas de participação social, pouco ou nada institucionalizadas, o que lhes permite uma grande flexibilidade de atuação em campanhas específicas, em redes de informação e em ações concretas. O Consórcio Social da Juventude foi um dos projetos do programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, implementados pelo governo federal em 2003, a partir da primeira gestão do Presidente Lula, através do Ministério do Trabalho e Emprego, com o objetivo de contribuir para a elevação da escolaridade e oferecer qualificação profissional a jovens de baixa renda. Uma oferta combinada de qualificação profissional, intermediação e prestação de serviço comunitário. Constituíram-se mais de 30 CSJs no período 2004-2006. Como desdobramento do projeto encaminhado ao Consórcio Social da Juventude, a Trilha Cidadã cria o grupo de Economia Solidária na área de comunicação (GESPA), com o objetivo de romper com ações pontuais, dar continuidade ao atendimento dos jovens e garantir a inserção de 30% dos participantes do Consórcio. São dezenove jovens que ingressaram nos projetos da Trilha Cidadã no início de 2006. Do ponto de vista teórico, as análises sobre juventudes, participação e políticas públicas tiveram sustentação nos estudos de Melucci, Sposito, Pais, Serna, Reguillo, Abad, Balardini. Utilizou-se a metodologia qualitativa baseada em entrevistas abertas e grupos de conversação realizados com integrantes da ONG Trilha Cidadã e jovens do grupo de economia solidária, organizado com egressos do Consórcio Social da Juventude. A partir da escuta, observação e análise, evidenciaram-se a dimensão da participação juvenil como cuidar do outro, num fazer para o outro que supõe, ao mesmo tempo, constituir-se.

Palavras-chave: **1. Juventude – Participação. 2. Políticas públicas. 3. Educação. 4. Organizações não-governamentais.**

## RIASSUNTO

Questa tesi ha il proposito di analizzare la partecipazione dei giovani inseriti nella ONG “Trilha Cidadã”, partendo dal programma federale Consorzio Sociale della Gioventù. Ha voluto, inoltre, analizzare l'evoluzione di queste esperienze di partecipazione nella vita dei giovani rispetto al lavoro, alla scuola e alla famiglia. La ONG “Trilha Cidadã”, con sede nel quartiere Arroio da Manteiga, nella città di São Leopoldo, Rio Grande do Sul, è stata costituita, lungo la sua storia, da giovani e le sue aree di azione sono le Politiche Pubbliche per la Gioventù. Per molto tempo, la partecipazione giovanile si è ristretta alla sfera delle istituzioni classiche. Oggi i piccoli collettivi, gruppi e le diverse azioni si pongono come spazio dove i giovani stabiliscono forme di partecipazione sociale poco o per nulla istituzionalizzate, e ciò permette loro una grande flessibilità di attuazione nelle specifiche campagne, in reti d'informazione e nelle azioni concrete. Il Consorzio Sociale della Gioventù è stato uno dei progetti del programma Nazionale per lo Stimolo al Primo Impiego, installati dal governo federale nel 2003, a partire dalla prima gestione del Presidente Lula, attraverso il Ministero del Lavoro e dell'Impiego, con lo scopo di contribuire all'aumento della scolarità e di offrire, ai giovani con basso reddito, una qualifica professionale. Un'offerta combinata di qualifica professionale, intermediazione e prestazione di servizio comunitario. Si sono costituiti oltre 30 Consorzi Sociali della Gioventù nel periodo 2004-2006. Uno degli sviluppi del progetto presentato al Consorzio Sociale della Gioventù alla “Trilha Cidadã”, crea un gruppo di Economia Solidale nell'area della comunicazione (GESPA), con lo scopo di rompere con le azioni specifiche, dare continuità alle cure dei giovani e garantire l'inserimento del 30% dei partecipanti del Consorzio. Sono diciannove giovani che sono entrati a far parte dei progetti della “Trilha Cidadã”, all'inizio del 2006. Dal punto di vista teorico, le analisi sulle gioventù, la partecipazione e le politiche pubbliche si sono basate sugli studi di Melucci, Sposito, Pais, Serna, Reguillo, Abad, Balardini. È stata utilizzata una metodologia qualitativa basata su interviste aperte e gruppi di conversazione realizzati con gli integranti della ONG “Trilha Cidadã” e i giovani del gruppo di economia solidale organizzato dalle persone provenienti dal Consorzio Sociale della Gioventù. Partendo dall'ascolto, dall'osservazione e dall'analisi si è messa in evidenza la dimensione della partecipazione giovanile nella cura verso l'altro, nel fare per l'altro che presuppone, allo stesso tempo, la propria costituzione.

Parole chiave: **1. Gioventù – Partecipazione. 2. Le Politiche Pubbliche. 3. Istruzione. 4. ONG.**

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Região Metropolitana de Porto Alegre .....	xx
Figura 2 – População Brasileira por Grupos Etários Seleccionados .....	xx
Tabela 1 – Matriz informativa dos jovens do GESPA .....	xx
Tabela 2 – Matriz informativa dos Gestores da ONG Trilha Cidadã .....	xx
Tabela 3 – Demografia da população de São Leopoldo de 1970 a 2000 .....	xx
Tabela 4 – Crescimento da população jovem de São Leopoldo de 2000 a 2006 .....	xx
Tabela 5 – População jovem por faixa etária e sexo .....	xx
Tabela 6 – Programas de juventude incorporados ao (novo) ProJovem .....	xx

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ADEPH** – Associação de Difusão do Evangelho e Promoção Humana
- CAGED** – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
- CELAM** – Conselho Episcopal Latino-Americano
- CEPAL** – Comissão Econômica para a América Latina
- CIDPA** – Centro de Investigación y Difusión Poblacional de Achupallas
- CGTEE** – Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica
- CMAS** – Conselho Municipal de Assistência Social
- CMJ** – Conselho Municipal de Juventude
- CONDEDICA** - Conselho dos Direitos da criança e do Adolescente
- CSJ** - Consórcio Social da Juventude
- BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- DIEESE** – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
- DMPJ** – Diretoria Municipal de Políticas de Juventude
- ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente
- EJA** – Educação de Jovens e Adultos
- FASE** – Fundação de Atendimento Sócio-Educativo
- FAT** – Fundo de Amparo ao Trabalhador
- FGTAS** – Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social
- GESPA** - Grupo de Economia Solidária – Projeto aprendiz
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBASE** – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Pesquisas Econômicas
- IECLB** - Pastoral da Juventude, a Juventude Evangélica
- INEP** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
- MEC** – Ministério da Educação e Cultura
- MOVA** – Movimento de Alfabetização
- MPL** – Movimento Passe Livre
- MNMMR** - Movimento Nacional de Meninas e Meninos de Rua
- NIUE /UFRGS** – Núcleo de Integração Universidade Escola/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- OBJ** – Organização Brasileira de Juventude
- OIJ** – Organização Ibero-americana de Juventude

**OIT** – Organização Internacional do Trabalho

**ODM** – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

**OPJ** – Organização de Políticas de Juventude

**ONU** – Organizações das Nações Unidas

**PEA** – População Economicamente Ativa

**PED** – Pesquisa de Emprego e Desemprego

**PJ** – Pastoral da Juventude

**PMAJ** – Programa Mundial

**PNPE** – Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego

**PÓLIS** – Instituto de Estudos, Formação e Assessorias em políticas Sociais

**PRADJAL** - Programa Regional de Ações para o Desenvolvimento da Juventude na América Latina

**SAM** - Serviço de Atendimento ao Menor

**SEMUSP** – Secretaria Municipal de Segurança Pública

**SL** – São Leopoldo

**SINE** – Serviço Nacional de Emprego

**SMEd** - Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

**ULES** - União Leopoldense de Estudantes Secundaristas

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação e à Ciência

**UNICEF** – Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2 TRILHAS DA PARTICIPAÇÃO JUVENIL</b> .....	23
2.1 ESFERA PÚBLICA E DEMOCRACIA.....	24
2.2 PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA.....	32
2.3 PARTICIPAÇÃO JUVENIL.....	38
<b>3 TRILHAS</b> .....	47
3.1 REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS .....	47
<b>4 CENÁRIOS</b> .....	64
4.1 SÃO LEOPOLDO E O BAIRRO ARROIO DA MANTEIGA .....	64
4.2 DIRETORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS DE JUVENTUDE DE SÃO LEOPOLDO .....	73
<b>5 A TRILHA E AS JUVENTUDES</b> .....	87
5.1 OS ATORES JOVENS .....	88
5.2 A ONG TRILHA CIDADÃ .....	101
5.1.1 Na Trilha dos Gestores.....	109
5.1.2 Na Trilha dos Educadores .....	116
5.1.3 Na Trilha dos Projetos .....	123
<b>6 A JUVENTUDE NO ALVO DA AÇÃO PÚBLICA</b> .....	131
6.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: tendências e urgências.....	134
6.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL.....	138
6.3 O CONSÓRCIO SOCIAL DA JUVENTUDE .....	151
6.4 A ONG TRILHA CIDADÃ NO CONSÓRCIO SOCIAL DA JUVENTUDE.....	156
<b>7 OS JOVENS EM CENA: Grupo de Economia Solidária - Projeto Aprendiz/GESPA</b> .....	162
7.1 FAZ DIFERENÇA PARTICIPAR DO GESPA?.....	178
<b>8 REFLEXÕES TRILHADAS</b> .....	199
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	210
<b>APÊNDICES</b> .....	223
APÊNDICE 1: Roteiros das Entrevistas.....	224
APÊNDICE 2: Materiais dos Grupos de Conversação .....	231
APÊNDICE 3: Projetos e Atividades da DMPJ de São Leopoldo.....	242
APÊNDICE 4: Termo de Consentimento Informado.....	244

**ANEXOS** ..... 245  
ANEXO 1: Mapas ..... 246

## 1 INTRODUÇÃO

Este é um estudo sobre jovens e participação que dialoga com as políticas públicas de juventude, principalmente dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva. Examina, assim, os desdobramentos das ações de participação na vida de jovens de classes populares. Detém-se na análise desses desdobramentos a partir da experiência da ONG Trilha Cidadã, do município de São Leopoldo, RS, no programa federal Consórcio Social da Juventude.

Analisa as experiências de participação de jovens que, a partir do CSJ, criaram um grupo de comunicação alternativa envolvendo princípios da economia solidária, denominado GESPA (Grupo de Economia Solidária- Projeto Aprendiz).

O objetivo maior consiste em investigar a importância da participação social na vida dos jovens para a construção pessoal de projetos de futuro. Disso decorre interrogar também: como essas experiências afetam as relações dos jovens com a família, a escola e o trabalho? As mediações construídas pela ONG Trilha Cidadã e as interfaces com o poder público evidenciam se a ação estatal dos governos local e federal é importante para tornar a participação dos jovens mais efetiva?

Portanto, a investigação está centrada na experiência de atuação da ONG Trilha Cidadã, organização assumidamente comprometida em defender os direitos das juventudes, tendo, desde o seu início, atuado em sintonia com as políticas públicas para este grupo no município de São Leopoldo, RS.

A ONG Trilha Cidadã insere-se em um contexto político – o município de São Leopoldo – que, nos últimos anos, tem-se destacado em projetos para e com a juventude; em um contexto social – o Bairro Arroio da Manteiga - um dos locais mais populosos e violentos do município; em um contexto geográfico – a parte da cidade que tem possibilidade de expansão habitacional e que apresenta grande mobilidade populacional, sendo um local de atração e expulsão das pessoas. As lideranças se formam e vão embora. A ONG Trilha Cidadã trabalha, portanto, com jovens de classes populares, filhos de migrantes, com reduzidas possibilidades de acesso à escola, ao trabalho e ao lazer.

A ONG Trilha Cidadã é tomada como observatório privilegiado para examinar o que acontece, do ponto de vista da produção da vida dos jovens, nas experiências de participação mediadas por um programa do governo federal. Dois aspectos se colocam como importantes:

o primeiro diz respeito à maior atenção às ações conduzidas por jovens, e o segundo, às potencialidades das políticas públicas de juventude.

Trata-se de um estudo qualitativo que buscou refletir sobre a participação juvenil, a partir de uma perspectiva afirmativa, fundada nas falas de jovens em grupos de conversação e entrevistas, com vistas a documentar a importância dessa participação na vida dos jovens.

O marco teórico parte do entendimento da participação juvenil nos escritos de Rosana Reguillo, Leslie Serna, José Antônio Pérez Islas, Regina Novais e Helena Abramo, buscando compreender as diferentes formas, conteúdos e processos de mobilização dos jovens contemporâneos; a implementação de políticas públicas de juventude no Brasil, a partir dos estudos de Marília Sposito, tomando o conceito de juventudes nos marcos da sociologia de Mario Margulis, José Machado Pais e Alberto Melucci, tendo em vista articular as definições conceituais de juventudes com as de políticas públicas.

————— ... —————

Andar é um exercício que mobiliza os sentidos. Supõe ouvir, ver, sentir e escolher quais caminhos percorrer. Todos os sentidos estão envolvidos nesta experiência tão banalizada pela corrida do dia-a-dia e, nesse vai e vem diário, às vezes, nos deparamos com trilhas, aqueles pequenos caminhos alternativos que temos de abrir, desbravar, debulhar para percorrê-lo.

As trilhas precisam ser abertas, mas elas apontam direções e, a partir das escolhas possíveis, vamos definindo novos rumos, que nos ajudam a encontrar o caminho. Assim foi esta pesquisa com jovens, sobre participação. Entre avanços e recuos, o estudo seguiu uma trilha que vislumbrou múltiplos caminhos para a participação juvenil, quando jovens se fazem a partir do que fazem aos outros. Abrir trilhas supõe também cuidar o que se retira do caminho: galhos, pedras, árvores e tantas outras coisas que precisam ser contornadas para que a vida floresça ou para que seja possível a aproximação dos significados que cada um constrói para as experiências vividas. Nas trilhas da participação juvenil, emerge a ONG Trilha Cidadã, buscando mobilizar jovens para a construção de projetos coletivos.

A mobilização coletiva assume formas que escapam às modalidades tradicionais. Nesse contexto, pesquisas sobre as juventudes têm-se ampliado, nos últimos anos, para diversas produções no campo das ciências sociais sobre os movimentos juvenis, as identidades dos jovens e as formas de participação social e política dos mesmos. Pais (1993);

Feixa (1998); Margulis, (1996); Levi e Schmitt, (1996); Peralva e Sposito, (1997); Foracchi, (1997); Novaes, (1996, 1998), dentre outras. Observa-se que a participação juvenil na contemporaneidade difere do envolvimento dos movimentos de décadas anteriores e, via de regra, como sugere Serna (1995), aponta para: 1) a novidade das causas de mobilização; 2) a priorização da ação imediata; 3) a localização do indivíduo na organização ou movimento; e 4) a ênfase na horizontalidade dos processos de coordenação.

Inegavelmente, as causas das lutas juvenis se multiplicaram e produziram distinções dos conflitos de décadas passadas, que tinham como protagonistas os movimentos estudantis, organizações de bairro e sindicatos, entre outros. Hoje as lutas se pulverizam e os jovens se agregam em grupos que atuam em esferas diferenciadas. Além dos movimentos tradicionais, vinculados aos espaços escolares, ao escotismo, aos partidos políticos e às ações com motivação religiosa, entre outros, os jovens têm-se agregado na defesa das questões ambientais, dos direitos das minorias étnicas, dos direitos sexuais, dos direitos humanos etc, em diversos coletivos, vinculados ou não a espaços institucionais. Os jovens priorizam os pequenos espaços da vida cotidiana como trincheiras para impulsionar a transformação global (Reguillo, 2003a).

Em relação ao Brasil, que cenário se apresenta aos atores juvenis quando, a partir da década de 1990, novos atores entram em cena? Não somente o estudante, o operário, o sindicalista assumem lugar de destaque no espaço público. Alguns atores desaparecem, outros se formam, consolidam-se processos de institucionalização e de modernização, mas nascem também novos problemas e se revelam novos espaços de conflitos (Melucci, 2001). As mudanças político-institucionais que se dão a partir da década de 1980, com o fim do regime militar, muitas por pressões da sociedade civil, resultam na criação de novos espaços públicos de interação e negociação, ampliando a representatividade dos setores organizados para atuarem junto aos órgãos públicos.

Nessa década, a Constituição Brasileira de 1988 redefine o papel do governo federal, que passa a assumir a coordenação das políticas públicas sociais, enquanto aos municípios cabe a maior parte da responsabilidade de sua execução. Esse formato federativo previu a transferência de diversas atribuições, responsabilidades e recursos da instância federal para os níveis estadual e municipal de governos, bem como a autonomia de estados e municípios para definirem a organização e a gestão de suas ações.

Constitui-se, a partir daí, uma agenda de reformas tendo como meta a descentralização que se tornou pauta importante nos debates políticos do país, considerando a centralização de poder na União que a Constituição de 1988 buscou romper. Os trabalhos de Dagnino (2002) e

Celina Souza (2001, 2005) revelam os limites e as possibilidades da chamada descentralização no Brasil. O certo é que esta ganhou ares de democratização, tendo como meta a participação e o controle social das ações do governo. O debate girava também em torno dos direitos sociais e da ampliação da cidadania. Nesse cenário, o poder local foi adquirindo visibilidade para empreender formas inovadoras de gestão, oportunizando a participação de diversos atores sociais.

A década de 1990 foi, então, marcada pelo conflito entre a expectativa de implementação de políticas públicas que concretizassem os direitos conquistados e assegurados em lei, a partir da luta dos setores progressistas da sociedade que pediam a regulamentação dos direitos sociais inscritos na Constituição de 1988. Foram regulamentadas as áreas da criança e do adolescente, da seguridade social, da saúde, da assistência social, da educação e da previdência social (Carvalho, 2006). Também as questões juvenis ganham espaço na agenda pública, representadas por políticas setoriais ou por categorias de população. São as chamadas políticas focalizadas, uma vez que os destinatários se definem a partir da necessidade, pobreza ou risco.

A busca pela construção de políticas de juventude não aparece como um movimento isolado no Brasil. Tendo em vista a proporção da população jovem que hoje chega a cerca de 1,03 bilhão, os países em desenvolvimento, que reúnem 85% da população mundial, têm urgência em melhorar as possibilidades de vida deste grupo. Reconhecendo essa realidade, em 1985, com a comemoração do Ano Internacional da Juventude, a Assembléia Geral das Nações Unidas produziu um referencial inicial para os países, no que tange às políticas de juventude<sup>1</sup>. O documento estabelece orientações para que os países construíssem políticas de juventude, a partir dos temas: participação, desenvolvimento e paz.

Conforme informações da UNESCO<sup>2</sup>, a partir de 1985, a ONU publica importantes documentos, resultado de mobilizações e articulações dos movimentos contemporâneos de juventude. A Declaração de Lisboa sobre Políticas e Programas de Juventude, o Guia de Planejamento em Matéria de Juventude e o Programa de Ação da ONU para a Juventude são referências para as ações dos países que interpretam os documentos a partir de suas realidades. No caso da África do Sul, a política de juventude foi um mecanismo de integração racial, servindo como forma de eliminação das barreiras impostas pelo regime do Apartheid. No Chile, a política de juventude tem sido utilizada como um dos mecanismos de afirmação

---

<sup>1</sup> Guidelines for further planning and suitable development in the field of youth.

<sup>2</sup> Elizeu de Oliveira Chaves Júnior. Consultor para Políticas de Juventude da Secretaria de Estado de Assistência Social/ UNESCO. Informação disponível em <http://www.bireme.br/bvs/adolesc>. Acesso em agosto de 2008.

democrática pós-ditadura militar. Na Noruega, inicialmente associada ao lazer, a política de juventude tem estimulado a participação e o associativismo juvenil. Na China, a política de juventude faz parte do processo de reformas político-estruturais.

Na América Latina, houve o lançamento de programas regionais de ação, visando orientar atividades entre países com características similares. Como exemplo, temos o Programa Regional de Ações para o Desenvolvimento da Juventude na América Latina (PRADJAL), lançado pela Organização Ibero-americana de Juventude (OIJ).

No Brasil, as ações no campo das políticas de juventude foram marcadas pela falta de constância e integração dos programas. Focalizam grupos determinados de jovens, em especial aqueles que cometiam delitos ou que se encontravam em liberdade vigiada. No entanto, houve um marco mais sistemático de trabalho em relação às crianças, com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do que em relação aos jovens. Entretanto, é preciso reconhecer que o Brasil avança na reflexão e produção de pesquisas sobre juventudes, na concepção dos programas destinados a jovens e no debate com grupos juvenis.<sup>3</sup>

Nesse contexto, a presente pesquisa tem como propósito investigar a participação de jovens inseridos na ONG Trilha Cidadã, do município de São Leopoldo, RS, a partir do programa federal Consórcio Social de Juventude. Esta ONG, constituída, na sua história, por jovens<sup>4</sup>, toma as Políticas Públicas de Juventude como um de seus focos de atuação.

Recentemente, diversas ONGs e organizações do terceiro setor têm-se ocupado dos jovens, notadamente fundações empresariais que tomaram os jovens como foco de suas ações de responsabilidade social. Algumas instituições disseminam seus conceitos e diretrizes junto aos jovens, através das ONGs. Nesse contexto, ganharam força os termos protagonismo<sup>5</sup> e empreendedorismo juvenil. O campo das ONGs, no Brasil, é diversificado, possui diferentes propósitos, histórias, perfis e experiências. A luta contra a ditadura constituiu um marco na criação de algumas. Outras nascem junto ao processo de redemocratização, e os anos 1990 são frutíferos para ONGs que buscam estabelecer parcerias com o poder público na execução de políticas públicas. No que tange à juventude, muitas ONGs se ocuparam, durante os anos 1980 e início dos 1990, de questões relacionadas à criança e ao adolescente, motivadas pelo

---

<sup>3</sup> Os doze estudos de caso realizados no âmbito do projeto Juventude, Escolarização e Poder Local, coordenado por Marília Sposito são contribuições para tais questões.

<sup>4</sup> Hoje os gestores da ONG Trilha Cidadã se autodemominam jovem-adulto, segundo eles em decorrência da forma como a PJ nomeia os jovens que estão na faixa etária além dos 29 anos e que acompanham os jovens que estão nos grupos.

<sup>5</sup> O termo protagonismo juvenil é polêmico e o estudo de IULIANELLI (2003) constitui importante contribuição.

ECA. Em meados dos anos 1990, começam a surgir projetos visando a uma faixa etária que vai além dos 18 anos.

Como sugere De Tommasi (2004), o foco no público juvenil é motivado tanto pelo alto índice do contingente juvenil na população brasileira, como pelo grande número de casos de violência envolvendo jovens no país. O público jovem acaba vivenciando as mesmas abordagens e formas de trabalho desenvolvidas com crianças e adolescentes, como se a ampliação da faixa etária não significasse mudança nas problemáticas, nas potencialidades e nos desejos vividos pelo público atendido. Às vezes, tanto o setor público como as ONGs usam o termo 'jovem' como sinônimo de criança ou adolescente; essa mudança dos termos parece ser mais consequência de uma "onda" ou "moda" de se falar em jovens, do que de uma efetiva transformação na forma de considerar aqueles para as quais se destinam as ações.

Nos últimos anos, o governo tem investido em cursos para capacitação profissional, fazendo proliferar ONGs que tratam de buscar tais recursos. Essa delegação do Estado, se por um lado viabiliza a execução de diferentes projetos, por outro enfraquece a sua relação com os movimentos sociais, tendo em vista o crescimento das ONGs na interlocução com o Estado. Para De Tommasi (2004), muitas vezes tem ocorrido uma substituição dos atores em campo: as ONGs, que originalmente nasceram para apoiar a ação dos movimentos sociais e a construção de atores da sociedade civil, têm tomado o lugar desses atores (mulheres, índios, negros ou jovens) na relação com o Estado.

A discussão teórica articula-se em torno de três conceitos básicos: Juventudes, políticas públicas de juventude e participação. Junto a esses conceitos estão articuladas as noções secundárias, a saber: cidadania, democracia, sociedade civil, ONG, esfera pública, buscando melhor compreender o fenômeno da participação juvenil nos projetos da ONG Trilha Cidadã.

Para buscar a compreensão da participação juvenil no contexto de programas públicos, alguns caminhos de pesquisa se apresentaram como possíveis: a) investigar concepções de juventudes que orientam ações do poder público; b) examinar modos de incorporação dos jovens na agenda pública; c) analisar as relações entre esfera pública e participação juvenil, ou ainda investigar a importância da participação dos jovens, mediada pelas políticas públicas, na constituição de seus projetos de futuro.

As primeiras três alternativas contam com importantes estudos, entre eles, a coletânea organizada por Sposito, publicada em 2007 com o título *Espaços Públicos e Tempos Juvenis*:

*um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras*<sup>6</sup>. A obra é fruto do projeto Juventude, Escolarização e Poder Local e seus autores, nos estudos de caso, em diferentes cidades do Brasil, buscando compreender como a categoria juventude é eleita pelo poder público, evidenciando a formação de uma agenda pública que, inicialmente, considera a violência, o trabalho e a ocupação do tempo livre como eixos orientadores das ações governamentais. Constatam que as iniciativas destinadas aos jovens estão estruturadas a partir da transferência de renda sob a forma de bolsas, a presença em atividades socioeducativas e a elevação da escolaridade. A criação de coordenadorias, diretorias ou núcleos destinados à juventude, em âmbito local, não apresentam trajetórias lineares, ficando à mercê das crises políticas e dos tempos dos mandatos. Por outro lado, tais organismos colocaram ao Executivo a tarefa de lidar com temáticas e setores, até então não reconhecidos nas ações dos governos locais. Em relação à participação, tais estudos assinalam que, embora não alterem significativamente as dificuldades no presente e não respondam a um conjunto de demandas de jovens pobres, a participação pode redefinir o modo como os jovens experimentam esse presente, ampliando a esfera pública e marcando as trajetórias de vida juvenis.

Outro estudo que merece destaque pela afinidade temática é a pesquisa de Geraldo Leão<sup>7</sup> (2004), o qual analisa o programa federal de inclusão de jovens pobres, evidenciando que, diante das dificuldades estruturais das economias capitalistas contemporâneas em gerar empregos e promover a mobilidade social, elas se transformam em meras políticas de ocupação do tempo e de combate à ociosidade juvenil. Conforme essa pesquisa, as experiências se desenvolveram em um quadro de grande precariedade, conferindo ao programa um caráter compensatório e não alcançando os objetivos inicialmente pretendidos com relação à inclusão social dos jovens.

Em sua dissertação, Giane Carvalho<sup>8</sup> (2006) busca compreender de que forma o programa Agente Jovem, na cidade de Florianópolis, contempla os aspectos da prevenção à violência juvenil e da inclusão social. Segundo a autora, não se sustenta a alusão de que as políticas públicas de juventude vêm crescendo nos últimos anos no Brasil, pois a presença

---

<sup>6</sup> Sposito e Silva, Corrachano, Camacho, Carrano, Dayrell, Leão e Reis, Durand e Furini, De Tommasi e Fischer, entre outros autores da obra examinaram ações do Executivo Municipal voltadas para jovens em 74 cidades brasileiras de regiões metropolitanas.

<sup>7</sup> LEÃO, Geraldo Magela Pereira. **Pedagogia da Cidadania Tutelada**: Lapidar corpos e mentes. Uma análise de um programa federal de inclusão social para jovens pobres. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2004.

<sup>8</sup> CARVALHO, Giane Alves. **A Corda Bamba: Violência Juvenil e Políticas Públicas**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, *Dissertação de Mestrado*, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2004.

dessa temática na pauta das agendas governamentais e na representação dos gastos públicos não subentende uma política pública de juventude que se efetive no plano da práxis. Considera tratar-se de “falácias” e, ao mesmo tempo, “consolos” que confirmam a aparente e falsa existência dessa “nova onda” de políticas públicas para o segmento jovem no Brasil. Conclui-se que o importante é mantermos a crítica à visão adultocêntrica sobre a juventude na implementação das políticas, pois se faz necessário ouvir os jovens, seus anseios, silenciamentos, inquietudes e motivações.

Carla Corrochano<sup>9</sup> (2008), em pesquisa acerca de jovens envolvidos no Programa Bolsa Trabalho do Estado de São Paulo, analisa como vivem e significam o trabalho ou sua ausência, discutindo também o desemprego. Ouvindo-os, a autora constata que, vivendo em um contexto de fragilização das instituições tradicionais, os jovens reafirmam “o desejo de maior presença de outras instituições em suas vidas, para além do grupo familiar, na perspectiva de tornar menos dramáticos e solitários os seus percursos em direção à vida adulta” (p. 317). Os jovens pesquisados consideram que o governo deveria apoiá-los, especialmente quando o assunto em pauta é o trabalho. “Nessa perspectiva, as ações públicas deveriam se constituir como suportes, algo que não eram e não foram enquanto participaram desse programa específico”. (Ibid, p. 317). A pesquisa aponta ainda a necessidade de ações públicas que, a partir do presente, possibilitem aos jovens vislumbrar um futuro com trabalho, embora, diante do atual cenário de desemprego, a estratégia do governo venha sendo o retardamento do ingresso de jovens no mercado, por meio da transferência de renda e do incentivo ao retorno ou permanência na escola.

De fundamental importância são também os estudos de Miguel Abad, (2003); Sérgio Balardini, (2003); Oscar Dávila León, (2003); Dina Krauskopf, (2003); Moisés Domínguez e Héctor Morales, (2003), realizados nos países latino-americanos<sup>10</sup>, evidenciando que esses avançaram na articulação das políticas para a juventude, mas a um ritmo desigual entre as nações. As pesquisas mostram grande heterogeneidade nas políticas para a juventude dos países pesquisados, sugerindo que podem ser entendidas à luz de diversos critérios: os paradigmas implícitos do tempo de vida juvenil que os sustentam, seus fundamentos legislativos (âmbito jurídico-normativo), os níveis da administração pública encarregados das

---

<sup>9</sup> Corrochano. Maria Carla. **O trabalho e a sua ausência**: narrativas do programa Bolsa Trabalho no município de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade de São Paulo, 2008. (Tese de Doutorado)

<sup>10</sup> Os estudos foram realizados nos seguintes países da América Latina: Miguel Abad, (Colômbia); Sérgio Balardini, (Argentina); Oscar Dávila León, (Chile); Dina Krauskopf, (Centroamérica – Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá); Moisés Domínguez e Héctor Morales (México).

ações para a juventude e o tipo específico de gestão que realizam os organismos oficiais da juventude de cada país.

A quarta opção de investigação foi mobilizadora desta pesquisa pelo instigante e permanente desafio de refletir sobre ações que buscam promover a participação e a formação cidadã de jovens que vivem imersos em um tempo presente de muitas dificuldades. E, se o presente não é apenas uma ponte entre o passado e o futuro, mas a dimensão que “prepara” o futuro, faz-se necessário interrogar, por exemplo, em que medida o presente dos jovens brasileiros na contemporaneidade possibilita a construção de projetos de futuro. Que impacto têm as ações mediadas pelos programas públicos na construção de projetos de vida pelos jovens?

Considerando as reflexões das produções anteriormente citadas, e de outras mais, esta pesquisa buscou investigar a participação de jovens inseridos na ONG Trilha Cidadã, do município de São Leopoldo, RS, situado na Região Metropolitana de Porto Alegre. O contato com a ONG Trilha Cidadã desenvolveu-se a partir de outros projetos de pesquisa que possibilitaram identificar o envolvimento desta ONG em ações de participação juvenil. A disponibilidade em participarem da pesquisa e o interesse em refletir com a pesquisadora a respeito do seu fazer somaram-se ao critério de novidade deste tipo de organização formada por jovens, focando suas ações para e com os jovens.

Na estratégia metodológica deste estudo, usando entrevista e grupos de conversação, o que se buscou foi a escuta considerada como vínculo de pertencimento e integração no espaço social. Bachelard (2002) diz que, quando se sonha, é preciso falar. Freire (1996) profetiza que não é falando aos outros que aprendemos a escutar, “mas é escutando que aprendemos a falar com eles”. Melucci (2004) anuncia que, escutando os jovens, aprendemos também algo sobre nós mesmos.

Para apresentar a pesquisa realizada, a tese está estruturada em seis capítulos. São eles:

Capítulo I – TRILHAS DA PARTICIPAÇÃO JUVENIL, em que realizo o reencontro com os estudos que auxiliam a refletir sobre a participação juvenil, categoria central. Esfera pública, democracia e cidadania são temas amplos e complexos que intento situar no sentido da contribuição para ampliar os sentidos da participação juvenil. Destaca-se a importância que as experiências dos jovens vêm adquirindo na construção de outra esfera pública, mais ampliada. As diferentes formas de participação aumentam a democratização da gestão pública, pois os interesses tradicionalmente excluídos passam a ser considerados pelos gestores no processo de formulação e implementação das ações.

Capítulo II – TRILHAS, que se refere aos percursos teóricos e metodológicos que orientam a investigação.

Capítulo III – CENÁRIOS traz breves considerações sobre o município de São Leopoldo, o bairro Arroio da Manteiga e a Diretoria de Políticas de Juventude de São Leopoldo, entendendo que os contextos geográfico, social e institucional estão relacionados às possibilidades e/ou limites das ações da ONG Trilha Cidadã. Trata-se de apontar as ações do poder público municipal em íntima relação com o trabalho destes jovens-adultos organizados em uma ONG.

Capítulo IV – A TRILHA E AS JUVENTUDES - representa, no duplo sentido da palavra, o tema central da pesquisa e o foco das ações da ONG Trilha Cidadã, as juventudes. A partir da crítica à representação de juventude-problema, sinalizo alguns autores cujas produções têm contribuído para uma aproximação com a complexidade das vivências juvenis. Apresento a trajetória da ONG focando os gestores, os educadores e os projetos desenvolvidos.

Capítulo V – A JUVENTUDE NO ALVO DA AÇÃO PÚBLICA, em que retomo os cenários e as ações públicas destinados à juventude, dialogando com autores latino-americanos e brasileiros no intuito de compreender as condições e as motivações que colocam os jovens como foco das ações do poder público. O breve apanhado das ações no Brasil tem o objetivo de acompanhar as recentes iniciativas do governo federal destinadas aos jovens, num momento de grande desigualdade em que vivem as diferentes juventudes.

Capítulo VI – OS JOVENS EM CENA: GRUPO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - PROJETO APRENDIZ/GESPA examina o trabalho da ONG Trilha Cidadã com os jovens, numa experiência ousada e inédita de formação de jovens através da comunicação, com foco na economia solidária. Busca-se evidenciar as dificuldades, expectativas e os desdobramentos na vida pessoal e profissional dos jovens participantes, a fim de compreender a importância da ação pública, mediada por uma ONG, na ampliação da participação dos jovens na vida social.

Nas REFLEXÕES TRILHADAS, o conjunto do estudo é retomado no sentido de apontar o que foi possível perceber trilhando os caminhos da Trilha Cidadã.

Na capa, um conjunto de fotos apresenta os jovens da pesquisa, seus contextos, vivências e criações resultantes dos cursos realizados na Trilha Cidadã. Acompanha o texto como um todo um vídeo produzido pelos jovens do Grupo de Economia Solidária- Projeto Aprendiz (GESPA) apresentando a ONG Trilha Cidadã, o Bairro Arroio da Manteiga e eles mesmos, atores deste estudo.

## 2 TRILHAS DA PARTICIPAÇÃO JUVENIL

Para o ocidente, a juventude caracteriza-se como grupo etário distinto com papel social definido, que começa a se colocar no período da sociedade industrial. Talvez se possa dizer que, se James Watt foi o inventor da máquina a vapor em 1765, Rousseau foi o inventor do jovem, com Emilio, em 1762.

Nos diferentes contextos históricos e culturais, os jovens já foram a “geração cética” (Alemanha pós 1945); a “geração abatida” (Espanha pós-guerra civil); a “geração sofrida” (Itália, na II Guerra) para referir-se a comportamentos decorrentes das sequelas das guerras que produziram desesperança. Porém, o crescimento econômico da Europa dos anos 1960 propagando valores de consumo, possibilitou o aparecimento de uma cultura juvenil como categoria autônoma, convertendo-se em idade da moda. Ao mesmo tempo, emergiu a imagem do “rebelde sem causa”. Nos bairros de Londres, em 1976, após a explosão dos *Sex Pistols*, afirmou-se um novo estilo com os *punks*.

Em 1985, a UNESCO declara o Ano Internacional da Juventude, sinalizando que as coisas não iam muito bem. A desocupação juvenil, a ruína das ideologias, o sentido da escola produziam uma atitude desencantada. Eram os “tempos das tribos”, de Michel Maffesoli.

No Brasil<sup>11</sup>, acompanhando os movimentos mundiais, os jovens já foram, homogeneamente, definidos como “rebeldes”, “geração paz e amor”, “ousados e participativos”, “geração perdida”, “ganges”, “cara-pintada” e, neste momento, parece que a diversidade ganha mais visibilidade, dificultando que um grupo assuma a representação de todos. Hoje, para as fronteiras enfatizam as passagens, para as hierarquias firmam as hibridizações, para as oposições ressaltam as conexões. Viver a juventude, como lembra Feixa

---

<sup>11</sup> É interessante perceber que nomes que receberam destaque na história do Brasil, pelo envolvimento em atividades políticas ou culturais não são lembrados como jovens, mesmo que sua idade estava nesta faixa etária quando tiveram visibilidade nacional. Por exemplo, os jovens abolicionistas apresentaram as primeiras experiências políticas dos movimentos juvenis que se constituiria mais tarde no Brasil. Eram, geralmente, graduados em Ciências Jurídicas, faziam parte do funcionalismo público ou atuavam na imprensa, vinculado, por laços de família, ao bloco agrário e era predominantemente paulista. Entre moderados (consideravam a propriedade escrava legítima e, por isso, defendiam a abolição com indenizações) e radicais (propriedade escrava era um roubo e pregavam a abolição total e imediata), os jovens ocupavam espaço no debate público que dividia a elite brasileira. Entre esses: José do patrocínio que, com 25 anos, escrevia para os principais jornais do País; Joaquim Nabuco com 20 anos defendeu um escravo que se tornaram assassino por pressão do sistema. Atacou frontalmente o escravismo e sua tese passou a ser usada nos julgamentos posteriores de escravos que praticavam crime semelhante (Caccia-Bava e Costa, 2004). Três movimentos foram expressões da participação de parcela dos jovens brasileiros na década de 20: Semana da Arte Moderna, Movimento Tenentista e o movimento político-partidário que resultou na criação do Partido Comunista. Nestes movimentos tivemos Anita Malfatti que realizou sua primeira exposição aos 23 anos; Luís Carlos Prestes, aos 24 anos, é destaque no Movimento Tenentista; Plínio Salgado, aos 18 anos criou em São Paulo, o Partido Municipalista em oposição ao governo de seu estado.

(2004), já não é – como no complexo de Tarzan – transitar da natureza à cultura, nem tampouco – como no complexo de Peter Pan – resistir à vida adulta, mas experimentar o destino incerto – como no complexo do *Replicante* de *Blade Runner*, que se rebela porque não tem memória do passado.

Serão os jovens deste início de século *replicantes*? Uma “geração @” que coloca o sentido da vida no presente; sem memória, não tem consciência das possibilidades de projetar o futuro? “Programados” para utilizar as tecnologias, estão mais preparados para as mudanças e, talvez, para enfrentar o futuro sem preconceitos? Com o fim das grandes utopias, são agora protagonistas de revoltas episódicas; têm o mundo ao seu alcance, mas não são senhores de seus destinos.

Tal como em *Blade Runner*, os adultos vacilam entre o encanto pela juventude e a necessidade de exterminar tudo que ameaça a ordem e a norma. O resultado de tudo isto é, como propõe Feixa (2004), um modelo híbrido e ambivalente de juventude marcado pela dependência econômica, falta de espaço de responsabilização e um crescente amadurecimento intelectual que se expressa no acesso às novas tecnologias.

Feixa (2004) define juventude como um Jano de dois rostos: uma ameaça de presentes obscuros e uma promessa de futuros radiantes. São como anjos que nos deslumbram e monstros que nos assustam. O mito de Jano é interpretado geralmente como símbolo do passado e do futuro. Entre o tempo que já não é e o tempo que ainda não foi, encontra-se um terceiro rosto de Jano, invisível, que olha o presente.

Na continuidade do texto, reúnem-se alguns estudos de pesquisadores que têm produzido conhecimento sobre o tema da participação juvenil, apontando diferentes contornos que ampliam a visão tradicional da participação meramente política. Esfera pública, democracia e cidadania são também abordadas, de forma breve, considerando as relações entre tais questões para a ampliação da participação juvenil e, portanto, esses temas foram referências que direcionaram o olhar para a experiência da ONG Trilha Cidadã como observatório de ações com os jovens.

## 2.1 ESFERA PÚBLICA E DEMOCRACIA

Burity (2005, p. 88) esclarece que em Habermas espaço público e esfera pública são noções distintas, em função do critério institucional: “enquanto o primeiro aponta para

instâncias de debate público não-institucionalizados, na esfera pública encontram-se os canais institucionalizados de deliberação e tomada de decisões”.

Para Ortega (2000, p. 23), não ligando o espaço público ao Estado, não existe local privilegiado para a ação política, existindo múltiplos espaços públicos que podem ser criados constantemente, sem precisar do suporte institucional, “sempre que os indivíduos se ligam através do discurso e da ação: agir é começar, experimentar, criar algo novo, o espaço público como espaço entre os homens pode surgir em qualquer lugar, não existindo um *locus* privilegiado”.

Ao refletir sobre o conceito de democracia, é preciso ir além da vigência de instituições democráticas (eleições, direitos civis garantidos, normalidade da atividade parlamentar etc.) como requisito para sua existência. Seus rumos são importantes nas sociedades ditas complexas, bem como sua incorporação às práticas cotidianas dos agentes políticos.

Melucci (2001) anuncia que as sociedades contemporâneas, fundadas na informação, mobilizam os atores que buscam ser sujeitos da própria ação, construindo sentidos autônomos para o agir coletivo. Isso porque aos indivíduos é atribuída a possibilidade de controlar as condições da própria existência e, cada vez mais, “as sociedades complexas são movidas pela necessidade de mobilizar os recursos individuais para fazer funcionar pequenas redes organizativas, informativas e decisórias, para uma alta densidade e uma alta diferenciação”. (ibid, p. 136)

Nesses sistemas complexos, as relações políticas se tornaram fundamentais, pois a complexidade e a mudança exigem decisões que “são continuamente submetidas à verificação, expostas aos vínculos e aos riscos do consenso, diante das mudanças que ocorrem”. (Melucci, 2001, p. 129) Para o autor, há uma redefinição da política que se transforma em possibilidade de mediação entre interesses que não representam a totalidade da vida social porque existem âmbitos que não se reduzem a ela.

Hoje, dissolve-se a idéia do Estado como agente unitário de intervenção e a unidade e a homogeneidade dos interesses explodem. Em vista disso, a concepção de Estado como tradutor dos interesses nascidos na sociedade civil perde consistência, pois os interesses que a definiam não têm mais a permanência dos grupos sociais estáveis.

Nessas condições, a democracia é entendida como reconhecimento e autonomia, ou seja, liberdade de construir espaços sociais de reconhecimento. Isso supõe tensão, pois “pertencer não é a mesma coisa que se fazer representar; antes de tudo é, em certo sentido, o oposto. O pertencimento é direto, a representação é indireta; o pertencimento é fruição

imediate do bem, identidade; a representação é fruição demorada, e assim por diante”. (Melucci, 2001, p. 138)

Nas sociedades complexas, a definição de democracia deve incluir também a liberdade do não-pertencimento; o direito de fazer valer a própria voz através da representação ou de modificar as condições de ser ouvido. A condição para esse tipo de democracia é um *espaço público de representação*, bem mais amplo do que as instituições políticas; um espaço móvel, que somente a relação criativa entre ação coletiva e instituição mantém aberto; um espaço ambivalente porque exprime o duplo significado da representação e da participação.

A representação é *apresentação*, capacidade de dar voz a demandas e interesses, mas é também *representação*, imagem e fantasma de uma realidade que permanece diversa e nunca inteiramente ouvida. Assim, a participação significa, contemporaneamente, *tomar parte*, isto é, agir para promover os interesses e as necessidades de um ator; mas também *fazer parte*, reconhecer o pertencimento a um sistema, identificar-se com os ‘interesses gerais’ da comunidade. Essa ambivalência insuperável do ‘político’ não é uma ameaça, mas a condição para a ação criativa (Melucci, 2001, p. 139).

No espaço público ampliado, é possível que as grandes questões da sociedade ganhem visibilidade, sendo assumidas como dilemas de todos. De qualquer forma, a participação tem valor em si mesma. É a maneira pela qual as aspirações e as necessidades dos diferentes segmentos da população podem ser expressas no espaço público de forma democrática. A participação é um processo educativo, expressa desejos e necessidades, constrói argumentos, formula propostas, ouve outros pontos de vista, reage, debate e chega ao consenso, atitudes que transformam todos aqueles que integram processos participativos.

As relações entre o Estado, as instituições políticas e a sociedade constituem o campo de construção da democracia. Em sua versão liberal e representativa, a democracia é entendida como procedimento de escolha dos representantes por meio de eleições. Nessa concepção, os regimes políticos democráticos são aqueles que seguem os procedimentos eleitorais e garantem certas liberdades e igualdades formais para que os eleitores possam escolher, no mercado eleitoral, a proposta mais adequada às suas preferências racionais.

Nos anos 1980 e 1990, a grande questão era a democratização do Estado: que mecanismos são necessários para democratizar o Estado e torná-lo realmente público? Responder a esse desafio significava criar estratégias e propostas que assegurassem a participação popular na formulação e implementação das políticas públicas e em todas as decisões de interesse público, para além da democracia representativa via partidos e processos eleitorais.

A Constituição de 1988 apresentou avanços em relação aos direitos sociais, apontando para a construção de mecanismos de descentralização e participação. O inciso II do artigo 204 da Constituição Federal, que trata da política pública de assistência social, por exemplo, diz: "participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis". A concepção de um sistema descentralizado e participativo (conselhos e conferências com caráter deliberativo) vai além dos tradicionais mecanismos políticos de decisão da democracia representativa. São espaços políticos instituídos por representação de entidades governamentais e não-governamentais, responsáveis por elaborar, deliberar e fiscalizar a implementação de políticas, estando presentes nos âmbitos municipal, estadual e nacional. Dessa forma, ressignificam a concepção de espaço público ou mesmo de democracia.

Os então denominados novos sujeitos políticos – movimento negro, de mulheres, socioambientalista, indígena, homossexual, de crianças e jovens etc. –, até então sub-representados na política brasileira, juntamente com os movimentos e organizações tradicionais, ganham visibilidade no espaço público na luta pela construção do sistema descentralizado e participativo (conselhos e conferências) como instrumento de democratização e publicização do Estado. Por outro lado, alguns conselhos se apresentam hoje, sem espaço para o debate político, a deliberação e o controle social, caracterizando-se como espaços formais ou de faz-de-conta de participação. Isso reflete a maneira como são escolhidos os representantes da sociedade civil, que não se veem enquanto representação da sociedade civil, mas como representação de interesses da sua organização.

O que os jovens têm a ver com tudo isso?

Touraine (1998) questiona se é possível conceber uma democracia que proteja a liberdade de opinião e escolha, mas que ao mesmo tempo combata a desigualdade. Poderíamos perguntar que possibilidades de escolha têm os jovens na democracia brasileira (se é que ela existe), considerando a sua classe social? Jovens dos setores populares, submetidos a processos de exclusão, escolhem o quê?

O desemprego não é o mesmo para todos os jovens. As maiores taxas de desemprego juvenil são observadas entre aqueles que têm entre 16 e 17 anos e as mulheres jovens. A dificuldade de inserção é mais difícil para os jovens das famílias de baixa renda e os menos escolarizados. Ser mulher e pertencer ao segmento dos jovens pobres e pouco escolarizados é um complicador a mais na hora de conquistar um posto de trabalho.

Na maioria das vezes em que escutamos falar em diminuição do desemprego juvenil, é porque houve aumento das ocupações não assalariadas, em geral, precárias e com baixa

proteção trabalhista e previdenciária. Se, por um lado, não há diferença significativa na participação entre jovens e a população acima de 25 anos; por outro lado, a taxa de desemprego entre jovens chega a ser mais de duas vezes superior quando comparada à população com mais de 25 anos.

O grande paradoxo desta situação é que são os jovens mais pobres e menos escolarizados que mais dificuldades encontram para a conquista do primeiro emprego. E são exatamente eles os que mais se sentem pressionados à busca de trabalho remunerado.

Frente a esse cenário, é imprescindível buscar novas formas de relacionamento entre Estado e sociedade civil e articular instâncias governamentais e redes formadas por jovens, visando mudar tal situação. Como ampliar a participação dos jovens na busca de alternativas para situações limites como aquelas a que estão submetidos no que se refere ao mundo do trabalho?

Trata-se de reorganizar o poder público para a participação dos jovens, aceitando que os movimentos juvenis tenham formas próprias de mobilização e reivindicação, muitas vezes mutantes e efêmeras. Sobretudo, é fundamental que o poder público preserve a autonomia dos jovens, tarefa árdua num país cuja sociedade civil foi constituída pelo Estado. Daí a importância em tratar aqui o conceito de sociedade civil e esfera pública.

Sposito e Carrano dizem que as políticas públicas de juventude decorrem das formas como são concebidas as relações entre Estado e sociedade civil na conformação da esfera pública:

Tratar o tema apenas no eixo da juventude – se as políticas são para os jovens, com os jovens, por meio dos jovens ou a partir deles –, embora importante para o debate público, do ponto de vista analítico é insuficiente. As formulações diferenciais que pressupõem formas de interação com os atores jovens não são construídas apenas a partir de uma imagem do que se pensa sobre a juventude na sociedade, mas decorrem, também, de uma clara concepção de modos de praticar a ação política, o exercício do governo (abertura ou não de canais de participação dos atores/formas de parceria etc.) e as relações com a sociedade civil na construção da esfera pública. (2003, p. 272)

Há, portanto, duas dimensões de conflito a serem consideradas no debate sobre políticas públicas de juventude: a disputa de recursos frente às diferentes prioridades do governo e as representações sobre este tempo da vida.

Embora articuladas, tais dimensões, para esses autores, não são necessariamente complementares: governos democráticos podem ser propositivos de políticas públicas que não contemplam os sujeitos jovens como parceiros e pode ocorrer, também, que a formulação de

políticas de juventude, definidas em um quadro de tutela da sociedade diante do Estado, equacione relações de escuta dos segmentos juvenis.

A ampliação da esfera pública é um desafio à construção de novas formas de governabilidade que incluem as organizações não-estatais participantes da sociedade civil empoderando, cada vez mais, os cidadãos na relação com o Estado. Assim, é importante que as políticas de juventude sejam complementares das ações entre Estado e sociedade civil. Nesse contexto, trata-se de considerar o que os autores consultados têm dito sobre novas especificações do conceito de sociedade civil em relação ao espaço público. Os novos atores civis, entre eles os jovens, trazem questões importantes para o conjunto da sociedade?

Como diz Lavallo (2001, p. 255) “A vida pública, equacionada a partir da ação incessante dos inúmeros atores da nova sociedade civil, torna-se alavanca para ampliar por vias democráticas as fronteiras do próprio espaço público”.

Costa (2002) afirma que o espaço público foi tratado no Brasil a partir de sua inexistência, pois a esfera privada ampliada dava-lhe a tônica. A partir dos anos 1980, entretanto, generalizam-se, entre analistas sociais, reflexões a respeito de um processo de construção do espaço público brasileiro. Para o autor, três aspectos mostram como as associações da sociedade civil participaram da construção do espaço público no Brasil. O primeiro é a produção de esferas públicas alternativas, que ainda durante o regime militar divulgavam informações alternativas às fontes oficiais sobre temas específicos (Projeto Tortura Nunca Mais, Comissão Pastoral da Terra...). Ao lado dessas instituições, cabe salientar a presença de organizações não-governamentais que, em contextos locais, apresentaram importante contribuição, firmando-se como novos atores que entram na cena pública e que discutem novos temas. O segundo ponto é a ampliação do espectro de problemas tratados publicamente, alargando as fronteiras temáticas do espaço público, a partir da inserção de novos atores coletivos:

O aparecimento de certos movimentos sociais desencadeia ampla discussão de temas até então não entendidos e problematizados como questões de relevância social. A tematização pública destes problemas, por sua vez, tem provocado, em geral, pronta intervenção política nas esferas demandadas. (Costa, 2002, p. 75)

Este é o caso do movimento de mulheres, que destacou a violência, a necessidade de creches, a contracepção e questões relativas à sexualidade – que até 1930 anos atrás eram tratados como problemas privados, mas que passam a ser vistos como problemas públicos. O terceiro ponto está relacionado ao alargamento das possibilidades comunicativas ancoradas no

mundo da vida, onde o surgimento de novas estruturas associativas e outros locais de encontro e convivência tematizam problemas do cotidiano. Esses grupos, organizados através de relações mais horizontais, apontam para a possibilidade de congregar mais vozes do que aquelas hierarquicamente organizadas.

Os movimentos sociais têm introduzido novos temas no espaço público brasileiro, mostrando o caráter público de questões antes tratadas como de âmbito privado, como o racismo, ou o aborto. Neste sentido, Costa (2002, p. 35) indica que o espaço público não pode mais ser representado como mercado de interesses em disputa, mas como “arena que também medeia os processos de articulação de consensos normativos e de reconstrução reflexiva dos valores e das disposições morais que orientam a convivência social”.

Em relação ao conceito de sociedade civil, Laval (2001) mostra a concordância entre os teóricos que a estudam a respeito de suas características: a “nova Sociedade Civil” seria muito mais diversa, plural e representativa do interesse geral. Sua incessante atividade é inerente a um ímpeto democratizador.

A revisão do conceito de sociedade civil realizada por Costa (2002) retoma os clássicos, nos quais Estado e sociedade aparecem fundidos até o século XVIII. A partir daí, novos estudos mostram que o Estado não seria uma extensão da sociedade civil. De Hobbes até Kant, a sociedade civil seria oposta ao estado de natureza, ou seja, seria o caminho para resolver os problemas do estado de natureza. Mas é com Hegel que o conceito ganha peso teórico, traduzindo a ambivalência da ética e da antiética: por um lado, os indivíduos perseguem seus interesses em detrimento dos interesses coletivos; por outro lado, a sociedade civil de Hegel compreende as organizações e associações que representam o suporte de uma nova ética.

Às idéias de Hegel, Marx contrapõe-se o materialismo, para o qual a sociedade civil é a expressão do domínio da burguesia e o Estado o representante desse grupo. Gramsci vai além, mostrando que a dominação de determinada classe não é mero produto do domínio econômico e do controle do Estado, mas que a “hegemonia” é conquistada também no plano cultural.

Avritzer (1993) diz que a noção de sociedade civil ressurgiu no cenário teórico e político nos anos 1980, graças à influência de autores como Keane (1988), Wolfe (1992) e Cohen e Arato (1992), relacionada principalmente a três fatores: a) o esgotamento das formas de organização política, baseadas na tradição marxista, com a consequente reavaliação da proposta marxista de fusão entre sociedade civil, Estado e mercado; b) o fortalecimento no ocidente da crítica ao estado de bem-estar social, pelo reconhecimento de que as formas

estatais de implementação de políticas de bem-estar não são neutras, e o surgimento dos chamados "novos movimentos sociais", que centram sua estratégia não na demanda de ação estatal, mas na proposição de que o Estado respeite a autonomia de determinados setores sociais; c) os processos de democratização da América Latina e Europa Oriental, onde os atores sociais e políticos identificam sua ação como parte da reação da sociedade civil ao Estado.

Assim, o conceito de sociedade civil vem sendo revigorado, passando a se constituir em expressão teórica da luta dos movimentos sociais contra o autoritarismo dos regimes comunistas e das ditaduras militares em várias partes do mundo. A sociedade civil é concebida, então, como lugar fundamental para a expansão da democracia nos regimes democrático-liberais do Ocidente.

Para Cohen e Arato (1992), nas democracias liberais a sociedade civil não está, por definição, em oposição à economia e ao Estado. As concepções de sociedade econômica e política referem-se a esferas de mediação mediante as quais a sociedade civil poderá exercer influência sobre os processos político-administrativos e econômicos. Uma relação antagonista da sociedade civil, ou de seus atores, com a economia ou o estado, surge apenas quando fracassam essas mediações ou quando as instituições da sociedade econômica e política servem para isolar a tomada de decisões da influência de iniciativas e organizações sociais, participação e formas diversas de discussão pública.

A categoria de sociedade civil foi resgatada da tradição da teoria política clássica e reelaborada mediante uma concepção que apresenta os valores e interesses da autonomia social, contrapostos tanto ao estado moderno quanto à economia capitalista.

É importante ressaltar que as normas da sociedade civil – direitos individuais, privacidade, associações voluntárias, legalidade formal, pluralidade, publicidade, livre iniciativa – foram institucionalizadas de forma heterogênea e contraditória nas sociedades ocidentais, entrando em conflito com a lógica econômica do lucro e a lógica política do poder. Daí a importância dos movimentos sociais que surgiram para defender os espaços de liberdade, ameaçados pela lógica do sistema.

A ação da sociedade civil não se resume à contestação realizada, entre outras coisas, pelos movimentos sociais. Fazem também parte de sua política as formas institucionais normais de participação – votar, militar em partidos políticos, formar grupos de interesse ou *lobbies*.

A relação entre ação coletiva e sociedade civil é muito importante para a constituição desse novo paradigma. Além de todos os modelos funcionalistas e pluralistas, a sociedade

civil deixa de ser vista apenas de forma passiva, como um conjunto de instituições, para ser percebida também ativamente, como o contexto e o produto de atores coletivos que se autoconstituem.

Para Avritzer<sup>12</sup>, a forma de organização das políticas públicas no Brasil democrático tem relação direta com as ações da sociedade civil durante o processo constituinte que elaborou a Constituição de 1988, cujos Conselhos são exemplo de tal assertiva. Os Conselhos das diferentes áreas são uma realidade que cria oportunidades de participação política no país, inexistentes em outros momentos da história brasileira. Resta saber se eles têm sido eficazes em aumentar o acesso aos serviços, especialmente em relação à democratização do acesso dos atores sociais de baixa renda às políticas sociais.

A criação de órgãos e de programas como o Consórcio Social de Juventude, entre outros, tem ampliado o debate sobre questões da juventude, incentivando ações em diferentes estados<sup>13</sup> e municípios, através das Comissões Especiais, Fóruns, Coordenadorias e até Secretarias Municipais especificamente de Juventude. Simultaneamente, audiências públicas têm ocorrido, convocando ONGs, movimentos sociais, juventudes partidárias, grupos jovens de todo o Brasil para abrir o diálogo. São cenários que apontam novas possibilidades de ações com jovens e, nesse sentido, a ONG Trilha Cidadã ganha destaque no Rio Grande do Sul como instituição que realiza projetos com o público juvenil.

## 2.2 PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA

A consolidação da democracia moderna é, sem sombra de dúvida, um dos grandes acontecimentos do século XX, pois este regime considera a vontade do cidadão. No entanto, vivemos um período em que a promessa da modernidade não foi cumprida, o homem-cidadão,

---

<sup>12</sup> Texto preparado para a coordenação da área social do projeto Brasil em Três Tempos.

<sup>13</sup> No **Rio de Janeiro**, por exemplo, foi criada uma Comissão Especial de Juventude para propor políticas para a juventude carioca. Já no **Recife**, a Câmara de Vereadores instalou uma Comissão de Políticas Públicas de Juventude. Para Sérgio Murilo, do Núcleo Jovem do Tortura Nunca Mais, “a iniciativa poderá servir como mais um instrumento de apoio para a discussão e implementação de políticas na cidade”. No Norte foi criado um Grupo de Trabalho para definir a Política Municipal de juventude do Município de **Porto Velho**. Este escreverá um relatório enumerando prioridades em forma de ações voltadas para a juventude a ser entregue ao prefeito da cidade. Outro aspecto que difere esse grupo das Comissões citadas anteriormente é sua formação. O GT é composto por organizações da sociedade civil partidárias e não-partidárias, como o MNMMR - Movimento Nacional de Meninas e Meninos de Rua, por sujeitos autônomos, pelo gabinete do prefeito e outras instâncias públicas. **Belo Horizonte** também conta com um grupo que possui como uma das finalidades discutir e intervir na formulação de políticas públicas de juventude. Atualmente, o fórum, composto por 40 entidades, discute o processo de reestruturação do Conselho Municipal de Juventude.

como se imaginava, não teve sua emancipação; ao contrário, o homem continua tão preso quanto antes da idade da luz. Seus medos hoje são outros: o desemprego, a exclusão, o desamparo. O processo de exclusão é radical e se mostra irreversível, exclusão que é resultado de uma política liberal de desenvolvimento predominante no mundo. Enquanto os Estados praticam a política liberal, prevalece a falta de esperança frente aos processos intensos de exclusão. Assim enfrentamos um grande dilema, que consiste em discutir sobre democracia, participação popular e direito dos cidadãos, em meio ao grande avanço neoliberal.

Na década de 1970, começou a avançar o processo de democratização do país, com o surgimento de novos atores sociais e políticos, através da atuação das comunidades eclesiais de base, oposições sindicais, das associações de bairros. Todos articulando e colocando no plano nacional a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais, econômicos e políticos dos setores populares. Caccia-Bava apresenta que essa realidade aponta para a emergência de novos atores e novos modelos de desenvolvimento:

[...] A manifestação de atores plurais na sociedade civil, intervindo nos processos de decisão política nacional e local, faz com que o debate tenha de levar em consideração a diversidade e pluralidade das demandas sociais e urbanas. O empobrecimento crescente e o encolhimento do Estado que nos diz respeito à extensão dos serviços públicos, colocam em destaque o tema do poder local e participação popular porque expressa uma dinâmica que traduz as questões centrais do cenário político nacional. (Caccia-Bava, 1994, p. 5)

E para desenhar este novo cenário político nacional emerge o discurso da participação popular, pela falta de legitimidade dos governos que se sucederam, insensíveis à pobreza e à miséria da grande maioria da população.

Certamente, a participação popular trouxe para o cenário público novos atores como uma realidade tangível, feita de fatos-vozes, conflitos, imagens, discussões, sentidos até então ausentes.

Sobre esse agir com os outros, Hannah Arendt (2001, p. 201) comenta que:

Ao contrário da fabricação, a ação jamais é possível no isolamento. Estar isolado é estar privado da capacidade de agir. A ação e o discurso necessitam tanto da circunvizinhança de outros quanto a fabricação necessita da circunvizinhança da natureza, da qual obtém matéria-prima, e do mundo, onde coloca o produto acabado. A fabricação é circundada pelo mundo e está em permanente contato com ele; a ação e o discurso são circundados pela teia de atos e palavras de outros homens, e estão em permanente contato com ela.

Para a autora, ação requer a presença de outros, deve dar-se “entre homens” porque é entre esses que grandes coisas são feitas e, ao ser protagonista de ações, “os homens” tornam-se cada vez mais livres. É a ação que possibilita ao homem, incluir-se efetivamente no mundo. Em outras palavras, é pelo exercício da participação que o homem confere a seu próprio aparecer no mundo, enquanto existência dotada da possibilidade de um aparecer que revela mais do que um animal que se ocupa de sua vida.

Dagnino (2002) problematiza as implicações advindas do que se entende por participação da sociedade civil no processo de construção democrática. Ela discute se a participação, os fóruns e os atores envolvidos se articulam na perspectiva da politização dos espaços de encontro, entendida como processo que embaralha os lugares demarcados para que de novo possam se instituir. Ou se essa participação se transforma em ingrediente central de uma gestão bem-sucedida de necessidades, que afirma, para além do aprendizado cultural da democracia, as práticas seculares da dominação, agora encobertas pelos signos de uma nova forma de legitimação. Entre a gestão e a política, ganha corpo a coragem do empreendimento e a operação bem-sucedida que fazem deste quebra-cabeça um lugar de disputas intensas e sem trégua em torno da questão democrática no Brasil.

Bonventura de Sousa Santos (2002) fala da reinvenção da democracia, criando novas formas de poder político que superem uma participação meramente formal, que exclui a maior parte da população. Para tal, precisamos hoje de um novo contrato social, como fundamento de um projeto de sociedade emancipada. Isso requer, na prática, repensarmos a noção de cidadania.

José Machado Pais (2005) discute a cidadania apontando para as marcas históricas presentes no conceito, pois, com a Revolução Francesa, a ideia de cidadania apareceu associada à luta em nome de direitos universais e, de modo algum, em respeito à pluralidade de culturas. Desse modo, o autor questiona: “como é que direitos universais podem conviver com direitos de segmentos de população que, como os jovens, abraçam modos de vida que reclamam pluralização, diferença, identidade, individualidade?” (p. 53)

Para o autor, é fundamental pensar o conceito de cidadania como uma ideia voltada para o futuro, tendo em conta a realidade do presente. “(...) o que a realidade do presente nos diz é que, se a ideia de cidadania continua associada à defesa de direitos universais, um dos mais relevantes desses direitos é, sem dúvida, o tão reclamado direito à diferença”. (p. 54) Em relação aos jovens é fundamental romper com a visão de cidadania como direitos, responsabilidades e obrigações ancorados em um referencial adultocêntrico. Importa, também, explorar os movimentos juvenis de expressão cultural, sem esquecer os sentimentos

de pertença e as subjetividades que se investem nas relações de sociabilidade, segundo Pais (2005, p. 56)

Uma compreensão cultural desta “cidadania da intimidade” que contemple o universo dos sentimentos e das fantasias, ajudar-nos-á a perceber melhor a natureza dos investimentos emocionais dos jovens quando estão em jogo identidades (individuais e grupais) não determinadas por interesses racionais.

Se o conceito tradicional de cidadania remete à ideia de uma relação de pertença a uma cultura ou nação, como pensar a cidadania numa sociedade onde as relações de pertença são múltiplas, fragmentadas, passageiras? Pais (2005, p. 56) diz que:

Provavelmente, quando se diz que a cidadania está ligada ao solo e ao sangue, esquece-se o trajecto, isto é, as redes sociais que ligam os indivíduos [...] Provavelmente, Paul Virilio não foi praticante de *skate*. Mas ele desperta-nos para a ideia de uma cidadania trajectiva (Virilio, 2000) porque, na medida em que foi urbanista, deu-se conta de que o urbano é um tecido de trajectos.

Outra reflexão sobre cidadania é apresentada por Jaime Zitkoski (2007), apontando que há diferentes concepções de cidadania em jogo no cenário atual:

a) Cidadania Liberal: o estado é o definidor, através das Leis, do exercício cidadão na vida social, pois garante a “ordem social” e o equilíbrio entre os indivíduos.

b) Cidadania para a Social Democracia: através de políticas de assistência social, o estado garante o mínimo necessário para a vida de cada cidadão e se coloca como mediador dos conflitos entre capital e trabalho.

c) Cidadania Neoliberal: como o domínio do mercado, o Estado se retira das políticas regulatórias e transfere para o mercado o papel de “controle-harmonização” das “forças sociais”. O cidadão é visto mais como consumidor; é cidadão que pode comprar.

d) Cidadania Emancipatória: se a história é um processo de lutas e conquistas, a cidadania se constrói na participação democrática de cada setor social.

Cidadania Emancipatória é uma noção muito próxima daquilo que Santos (2002) denomina de ‘Democracia sem fim’. Não há como esgotar os processos históricos rumo a uma sociedade mais humanizada e politicamente cidadã. No entanto, são possíveis níveis mais elevados de organização social que se fundamentam na democracia radical e se constroem num processo de cidadania ativa/autônoma da sociedade civil. (Zitkoski, 2007, p. 32)

Uma das possibilidades para a construção da cidadania emancipatória, talvez sejam as propostas concretas de mobilização da sociedade com projetos integrados entre as diferentes

dimensões da vida social e política. Para Zitkoski (2007), o Orçamento Participativo, em diferentes cidades do Brasil, é uma das ricas experiências de reinvenção da democracia. Em algumas situações, talvez até pontuais, poderia ser o OP, também, uma cidadania tutelada pela prefeitura?

A reinvenção da democracia envolve também a implementação de políticas públicas interligadas e formuladas sob a ótica da cidadania emancipatória que requer a mobilização dos diferentes segmentos sociais na elaboração de ações que integrem poder público e sociedade civil. Em relação aos jovens, é importante ter presente que as políticas têm por objeto uma realidade complexa não apenas porque as trajetórias dos jovens são complexas, mas porque elas decorrem em terrenos labirínticos (Pais, 2001). Desenhar políticas de juventude é desenhar mapas de futuro. Mas não valeria a pena desenhá-los se não houvesse viajantes para percorrer.

O liberalismo contribuiu na elaboração da ideia de uma cidadania universal, mas ele mesmo a reduziu a um status meramente legal. Direitos são iguais apenas na lei. Em um país desigual como o Brasil, que tem 10,2 milhões de jovens de 15 a 17 anos, 15% vivendo em famílias cuja renda domiciliar per capita é inferior a  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo e 40% em famílias com rendimento domiciliar per capita inferior a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo (Pnad 2006), qualquer reflexão sobre cidadania envolve pensar formas de inclusão. Reguillo (2003a, p. 9) aponta que:

La posibilidad de dotar a la ciudadanía de un sentido amplio y no restringido pasa por asumir que ésta no podrá hacerse realidad sin equilibrar los impresionantes desniveles que separan al mundo «desarrollado» de las zonas periféricas o alejadas de los centros metropolitanos de «producción de saberes» y concentradores de la tecnología. Esto significa que en la medida en que millones de jóvenes latinoamericanos carezcan de posibilidades reales para acceder a estos dispositivos, la proclamación de una ciudadanía plena no dejará de ser retórica.

Na reflexão de Sergio Costa (2002), as contribuições democratizantes das associações da sociedade civil não podem ser vistas unicamente a partir das instâncias institucionais. Enraizadas no social e em relação permanente com as arenas institucionais, as organizações da sociedade civil podem efetivamente contribuir para a renovação da democracia e a ampliação da cidadania.

Uma democracia tem como pressuposto cidadãos com um razoável grau de informação e capacidade de discernimento para poderem fazer parte da comunidade argumentativa. Assim, um dos desafios para a democracia é o surgimento de novas lideranças. As experiências participativas constituem espaços privilegiados para o desenvolvimento de

líderes sob outras perspectivas em relação ao exercício do poder, descartando ideias, por exemplo, de que estamos diante de uma sociedade que não participa ou de que os jovens são politicamente alienados.

Streck e Adams (2006) falam dos lugares de participação e destacam as manifestações públicas que, mesmo esporádicas, são uma forma muito eficaz de participação. Isto foi percebido quando parte da população se mobilizou para exigir o impedimento de Fernando Collor de Mello (dezembro de 1992) ou quando cidadãos bloquearam a conferência da Organização Mundial do Comércio (Genebra em 1998 e Seattle em 1999) ou quando 60.000 pessoas se uniram em Quebec para protestar contra a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) (2001) ou a saída do presidente equatoriano, Lúcio Gutiérrez (2005), a mobilização estudantil-juvenil – Movimento pelo Passe Livre – em Santa Catarina, pela busca da gratuidade no uso de transporte coletivo para estudantes e desempregados (2004-2005), e, mais recentemente (2006), a manifestação dos estudantes chilenos por melhores condições de ensino no país, a luta dos estudantes franceses (2007), com apoio dos trabalhadores, contra as políticas do governo de Sarkozy, sendo as mudanças na lei de autonomia das universidades apenas uma das bandeiras de reivindicações e, por fim, a atuação dos jovens gregos (2008) contra a violência policial.

Muitos princípios de organização democrática derivam da ação dos movimentos sociais<sup>14</sup> que pressionam os limites do instituído, alargando o espaço do jogo político e abrindo novos canais de participação. A solidariedade e o conflito são ampliados no tecido social, geralmente em função de temas claramente delimitados: terra, moradia, direitos humanos, igualdade de gênero ou racial, entre outros.

Impulsionadas pelo avanço das novas tecnologias de informação e comunicação, surgiram, nas últimas décadas, segundo Streck e Adam (2006), as redes, “possibilitando processos capazes de responder às demandas de flexibilidade, conectividade e descentralização das esferas contemporâneas de atuação e articulação social” (p. 14). Também, os fóruns da sociedade civil nascidos da articulação entre organizações, a partir de questões comuns, são instâncias de interesse público que partem do princípio de que as necessidades não são carências, mas relação com bens ou serviços. Os fóruns se constituem em espaços de articulação, de informação, discussão, formação e mobilização.

---

<sup>14</sup> Até o início do século XX, o conceito de movimentos sociais contemplava apenas a organização e a ação dos trabalhadores em sindicatos. Alberto Melucci questiona o conceito de movimentos sociais por considerá-lo reducionista, e emprega o de ações coletivas. Melucci (1996, p. 28) identifica três características na ação coletiva: “Ela designa aquela forma de ação coletiva que (i) evoca solidariedade, (ii) torna explícito um conflito, e (iii) representa uma ruptura dos limites de compatibilidade do sistema dentro do qual a ação acontece.”

As conferências que acontecem na esfera municipal, estadual e nacional, têm a finalidade de discutir e deliberar, com a participação da população, as diretrizes e estratégias das políticas a serem implementadas pelos gestores nas referidas políticas públicas. Os conselhos constituem uma forma híbrida de participação, situando-se, por um lado, no contexto das instituições oficiais e, por outro, mantendo a possibilidade de forte vinculação com as bases da sociedade que representam em determinado tema ou segmento social.

Esse breve panorama sinaliza a multiplicidade de canais através dos quais as pessoas se manifestam e constroem as suas identidades pessoais e coletivas. Os lugares de participação são também espaços de aprendizagem e exercício da cidadania. As aprendizagens numa rede são distintas daquelas de uma manifestação pública ou de um movimento social, mas elas interagem como expressões de um povo que quer dizer a sua palavra e ser ouvido, condições essenciais para a construção de uma esfera pública democrática.

A partir de seus estudos, Melucci (2001) anuncia que, numa sociedade totalmente interdependente, não há possibilidade de pensar a cidadania sem os direitos humanos para todos. “La inclusión de los derechos humanos y de la capacidad personal en la esfera de la ciudadanía representa la frontera con que se confronta la redefinición de la inclusión y de la exclusión en una sociedad planetaria” [...] Los excluidos se encuentran sin duda casi siempre privados de los recursos materiales, pero aún más de su capacidad de ser personas, esto es, sujetos autónomos de su propia acción”. (p. 61)

Nesse contexto, para Melucci (2001) a democracia moderna criou as condições para as liberdades e os direitos, porém isso não foi suficiente para garantir a equidade e a diferença. A possibilidade de tornar visível o poder nas práticas, nos comportamentos e nas instituições, são, para Melucci, a nova fronteira de uma democracia que não se limita a procedimentos formais.

### 2.3 PARTICIPAÇÃO JUVENIL

Rosana Regullo (2003) refere-se às novas formas de participação dos jovens a partir do contexto histórico e cultural em que estão situados hoje, ou seja, esta densa atmosfera de desigualdades sociais, de forte influência dos meios de comunicação, de quebra das fronteiras tempo/espaço, mas, também, um contexto de muitas possibilidades.

Sus formas de organización han cambiado aceleradamente, de los cuadros del partido, de las células guerrilleras, de las organizaciones estudiantiles, de los bloques sindicalistas, han ido transitando hacia formas fluidas, itinerantes, intermitentes, que los vuelven más «temibles», pero al mismo tiempo, más vulnerables. (Rosana Reguillo 2003, p. 1)

As palavras da autora, colocadas em evidência nesta citação – fluidas, itinerantes, intermitentes e vulneráveis –, apontam novos enfoques para o tema da mobilização juvenil na contemporaneidade, aspectos referendados por estudos inicialmente empreendidos por Melucci (1997; 2001) e também por Serna (1997), Abramo (1997; 2004), Sposito (2000; 2003; 2005; 2007) Reguillo (2001; 2003), Novaes (2000; 2004; 2005).

Por muito tempo, a participação juvenil ficou restrita à esfera das instituições clássicas. Os partidos políticos, entre eles os de esquerda, puxaram o tema da participação democrática, mas o ator juvenil por excelência, para os partidos, foi sempre o movimento estudantil. Os diferentes movimentos sociais (sindicais, populares, de base, de negros, de mulheres etc.) não observaram a especificidade das juventudes que estavam em seu meio como militantes e lideranças, sem uma atuação ou bandeiras específicas.

Para as Nações Unidas<sup>15</sup>, a participação da juventude é um processo em que os jovens influenciam, compartilham o controle e a responsabilidade das decisões, planos e recursos que os afetam. Existem duas formas de participação. Participação social está relacionada à influência nas organizações da sociedade, como escolas, clubes e ambientes de trabalho e suas atividades. Participação política envolve uma influência nas políticas locais, regionais, nacionais e internacionais.

Segundo o estudo da CEPAL (2004):

La participación social y el ejercicio ciudadano constituyen dimensiones clave de la inclusión de los jóvenes en la sociedad, pues mediante ellos los jóvenes expresan tanto sus posibilidades como sus deseos en la construcción de un futuro compartido. En este campo, las nuevas generaciones enfrentan un campo problemático, tanto en lo institucional como en lo subjetivo, distando mucho de los impulsos utópicos y mesiánicos de generaciones precedentes. Asimismo, han cambiado radicalmente los espacios y motivos en que los jóvenes se relacionan con lo público y lo político.

Leslie Serna (1997), ao analisar a realidade mexicana, destaca as particularidades da participação juvenil no contexto do não emprego, da indústria cultural e da inserção dos jovens no narcotráfico, apontando para um novo paradigma da participação juvenil, pautado

<sup>15</sup> DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DAS NAÇÕES UNIDAS. **Tirando os acordos do papel:** um manual para jovens avaliarem a política nacional de juventude. Barcelona: Nações Unidas, 2004.

por quatro elementos: a novidade das causas de mobilização, a priorização da ação imediata, a importância do indivíduo na organização do movimento (o indivíduo é o centro das práticas e o grupo não é mais um fim em si mesmo) e a ênfase na horizontalidade dos processos de coordenação.

Para a autora (1997, p. 49), “la participación juvenil se expresa hoy día en pequeños colectivos y grupos y, muy claramente en acciones diversas en las que se participa de manera individual”. Os jovens não querem perder sua individualidade na massa e estabelecem formas de participação social pouco ou nada institucionalizadas, o que lhes permite uma grande flexibilidade de atuação em campanhas específicas, em redes de informação e em ações concretas.

Em relação aos conteúdos, Serna (1997) destaca que a participação social está voltada para temas como: democracia, direitos sexuais, equidade de gêneros, direitos humanos, direitos indígenas, paz e meio ambiente. Este último é um tema fundamental e tem gerado um novo ator social, pois incorpora diferentes setores e classes com capacidade de ação em torno de assuntos concretos em âmbito local, ao mesmo tempo em que estabelece redes e coordenações nacionais e internacionais.

A autora (1997) enfatiza, ainda, que a participação juvenil na atualidade caracteriza-se pela diversidade e dispersão dos conteúdos e das formas de atuar. Entende a participação juvenil como um processo em constante transformação, pois os grupos, redes, movimentos, organizações nascem e morrem, renascem com novos nomes e propostas e esse contínuo recriar parece ir construindo os jovens como atores sociais.

Estudos realizados por Melucci (1997, 2001) constituem marco relevante a respeito da atuação juvenil na sociedade contemporânea. Rompem a visão dos movimentos sociais como ator único com plataforma de demandas homogêneas. Segundo o autor, a estrutura centralizada que caracterizou os movimentos sociais, em outras décadas, não se manteve e os movimentos sociais ambientalista, feminista e juvenil trazem formas emergentes de organização descentralizadas e horizontais. Resultam, portanto, de múltiplas redes de relações sociais entre sujeitos e associações civis.

Tendo em vista a diversidade de formas de organização e de práticas políticas das juventudes, Melucci diz que, nas últimas décadas, “a juventude tem sido um dos atores centrais em diferentes ondas de mobilização coletiva”. Isso é perceptível tanto em ações empreendidas por jovens como na participação de jovens em mobilizações que envolvem outras categorias sociais. O reconhecimento da juventude como grupo social estratégico para

ações coletivas e dos jovens como sujeitos de direitos fez emergir o movimento juvenil na construção de uma nova relação entre Estado e sociedade.

Com base nestes estudos, é possível ampliar a reflexão, considerando que os jovens são uma espécie de paradigma dos problemas mais cruciais da sociedade atual, definido na tensão entre a expansão das oportunidades e a efetiva capacidade de ação. Há um crescimento dos estímulos e oportunidades para a ação individual, pois hoje é possível dirigir-se ao mundo inteiro em uma interação planetária. A experiência é cada vez menos um dado e cada vez mais uma realidade construída mediante representações e relações. Cada um é chamado a escolher, e, portanto, a incerteza é parte da ação.

Outro aspecto importante das reflexões de Melucci (2001) refere-se aos conceitos de latência e visibilidade, quando situa fenômenos coletivos na contemporaneidade. Os jovens e suas diversas formas de expressão sinalizam novos caminhos nas suas relações com a sociedade, cujo questionamento se coloca mais sobre as formas de representação e de organização dos sistemas políticos que não estão adequadas aos novos atores.

O movimento pelo passe livre em Santa Catarina<sup>16</sup> constitui exemplo das categorias de latência e visibilidade tratadas acima, quando os jovens aparecem na cena pública reivindicando a gratuidade do transporte coletivo para os estudantes. Numa abordagem superficial, o modo como acontecem a mobilização e a participação dos jovens pode conduzir a formulações que os coloquem como alienados. Ao considerar as categorias de latência e visibilidade, no entanto, são anunciadas diferenciações dos processos de mobilização que os tornam atores estratégicos nas ações coletivas.

Segundo reportagem da revista Caros Amigos<sup>17</sup>:

“Autônomos”, “apartidários” e “independentes”, como os próprios militantes do Passe Livre se definem. A eficácia da forma de organização horizontal é a grande novidade política que o MPL traz ao movimento estudantil. Hoje existem 20 coletivos espalhados por todo o país, e mais uma dezena de comitês estudando associação ao movimento. (2007)

---

<sup>16</sup> Em julho de 2004 a prefeitura de Florianópolis (SC) anunciou aumento de 15,6% nas passagens de ônibus, os estudantes fizeram a chamada Revolta da Catraca. Durante três semanas houve manifestações, estudantes pulando as catracas dos ônibus ou queimando maquetes de catracas, em plena rua. Com o apoio da população, conseguiram impedir o aumento. Em 2005, os militantes de Florianópolis, que já faziam campanha pelo passe livre há 5 anos, convocaram uma plenária no V Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, onde foi lançado oficialmente o Movimento Passe Livre (MPL), que “junta rebeldia com organização”, segundo a militante de São Paulo Graziela Kunsch. Dali em diante, o movimento ganhou força e hoje atua em catorze cidades (Curitiba, Florianópolis, Fortaleza/ Maracanaú, Joinville, Rio Branco, Salvador, Santos, São Paulo, Campinas, Goiânia, Aracaju, Blumenau, Distrito Federal, Porto Alegre).

<sup>17</sup> Reportagem disponível no site:

[http://carosamigos.terra.com.br/da\\_revista/edicoes/ed110/republica.asp](http://carosamigos.terra.com.br/da_revista/edicoes/ed110/republica.asp). Acesso: 24/06/2007

Os jovens falam não só aos estudantes. Eles reivindicam o benefício aos trabalhadores desempregados e, num segundo momento, a toda a população. As manifestações abrem o debate sobre a transformação do transporte coletivo urbano, criticando a concepção mercadológica e lutando pelo transporte público, gratuito e de qualidade, para o conjunto da sociedade.

Elementos da condição juvenil podem ativar uma mobilização conflitual que encontra eco em toda a sociedade. Os acontecimentos de maio de 2006, no Chile<sup>18</sup>, são exemplo emblemático. Nas palavras de Gonzalo Martinez (2006, p. 1)

Hace dos años, CIDPA realizó un diagnóstico de la realidad juvenil en tres comunas de la quinta región, en donde nos señalaba que una gran cantidad de jóvenes no participaba en ninguna organización, y que no lo hacían debido a que ninguna institución los representaba. Ahora, dos años después, más de 800.000 jóvenes están movilizados en Chile y participando del movimiento secundario más grande en la historia nacional... parece que esto sí que los representa.

Também nesse caso, os estudantes falam em nome da sociedade. Parece que a mobilização dos estudantes pelo passe livre em Santa Catarina e dos secundaristas no Chile fala a “língua do possível (...) fazem exigência de decidir por eles próprios, mas com isto mesmo reivindicam para todos esse direito”. (MELUCCI, 2001, p. 102). No caso do Chile, denunciam um sistema educacional herdado da ditadura e anunciam que é possível mudá-lo.

Nas palavras de Dávila Leon (2006, p. 4)

Em primeiro lugar convém assinalar que este movimento acirrou o mais amplo e unânime apoio de todos os setores e atores sociais e políticos (inclusive, em parte, da direita política, com outros fins). É a demanda por uma sociedade mais equitativa e justa, na qual os benefícios do crescimento cheguem a todos os chilenos. Ela se apresenta a nós como um tema de estratégias e táticas políticas de atuação, onde não se pode pedir aos jovens que eles sejam os transformadores do sistema educacional chileno. O grande resultado em si do movimento estudantil é ter apresentado o tema e que é possível mudá-lo, quando durante muitos anos não se tem tido a força ou a vontade de questionar o sistema educacional herdado da ditadura.

As categorias de latência e visibilidade, associadas à situação dos estudantes de Santa Catarina e chilenos, instigam a reflexão sobre o papel do gestor que precisa escutar os jovens

---

<sup>18</sup> Mobilização de estudantes que apelam e interpelam o governo e a sociedade como um todo por maiores níveis de “proteção social”. São estudantes do ensino secundário que exigem da presidente Michelle Bachelet uma série de benefícios - entre os quais condução gratuita no sistema de transporte coletivo, exame vestibular gratuito para ingresso nas universidades do país, mudanças na jornada escolar, modernização dos colégios e reforma da Lei Orgânica de Ensino, instituída durante a ditadura militar. O movimento vem ganhando amplo apoio de todos os setores e atores sociais e políticos, adquirindo legitimidade nas formas de atuação dos estudantes, demandas e conteúdos.

e coordenar políticas públicas. É um desafio exigente que congrega os tempos da escuta com os tempos da gestão, pois o ritmo interior - múltiplo e descontínuo – é diferente do ritmo social.

Para Melucci (2001), a latência é uma espécie de laboratório submerso da inovação, que permite experimentar novos modelos sociais, trocar significados e códigos sem muitas pressões da sociedade. Ela torna possível a visibilidade da ação porque a renova, produzindo novos significados para as mobilizações.

Conforme Helena Abramo<sup>19</sup>, para além de uma "disposição sem engajamento", revelada por pesquisas quantitativas, há muitos jovens que participam efetivamente. Em vista disso, ela propõe construir novas perguntas e novos olhares para perceber a existência de diferentes formas de mobilização entre os jovens, que:

[...] vão desde a recusa passiva - postura que, mais que uma manifestação de apatia, contém a emissão de recados críticos à sociedade (que também pode ser interpretada como impugnação, como repulsa a um sistema do qual se sentem excluídos), até uma participação política que propõe mudanças (em movimentos estruturados, partidos, sindicatos etc.), passando pela participação individual ou grupal em organizações comunitárias, ou em torno dos mais diferentes tipos de causas, que podem ir das mais locais às mais planetárias, como voluntários em distintos tipos de atividades organizadas por diferentes tipos de instituições, participação em movimentos informais dos mais distintos tipos, em grupos de lazer, em movidas culturais, em "tribos", assim também, como já citamos, em formas violentas e destrutivas com relação à ordem e segurança social, como no caso das pandillas e algumas torcidas organizadas de esporte.

Assim, a participação juvenil hoje é plural, dispersa e fragmentada, tem uma capacidade de ação relacionada a um assunto concreto, não é institucionalizada, é formada por redes vinculantes e flexíveis.

Reguilo (2003) fala da participação juvenil como bricolagem de formas e estilos de vida, estreitamente vinculados à cultura e à convivência. É certo que, por meio das atividades culturais, os jovens trazem para a agenda pública sentimentos e ideias que podem contribuir para mudanças, além de indicarem que é preciso compreender os efeitos políticos e sociais dessas formas de participação que não se caracterizam por um discurso político partidário. Que marca geracional esses jovens estão colocando para este tempo? Embora não de se deva cair na armadilha salvacionista das atividades culturais, é preciso pensar em alternativas de participação dos jovens na renda nacional, garantindo acesso às questões básicas de sobrevivência.

---

<sup>19</sup> Projeto Redes e Juventude/ W.K. Kellogg Foundation Participação e organizações juvenis, por Helena Abramo. Disponível no site do Observatório Jovem. Acesso em 13.07.2004.

Para a autora, as pesquisas sobre jovens, dos últimos vinte anos, têm mostrado o crescente estranhamento destes frente às expressões políticas formais, apontando outras formas de participação no espaço público. Segundo Reguillo (2003, p. 11):

Lo que esto quiere decir, es que las categorías de organización y participación deben también ser revisadas a la luz de los cambios en las expresiones juveniles; sí por un lado resulta fundamental mantener la mirada analítica y crítica sobre los procesos estructurales, es igualmente importante estudiar los territorios de la vida cotidiana, donde los sujetos jóvenes despliegan un conjunto de estrategias para resistir o negociar con el orden estructural. Se trata pues de mantener en tensión analítica la estructura y el sujeto, las formas de control y las formas de participación, el sistema y la vida cotidiana

Para Regina Novaes (2004; 2005), a indagação sobre a participação dos jovens remete ao futuro da democracia no Brasil, pois compreender a juventude de hoje é refletir sobre os grandes dilemas da contemporaneidade. Tece críticas a respeito da ideia de comparação entre diferentes gerações que conduzem à formulação de veredictos conclusivos. Os mais frequentes são: a juventude hoje é consumista, conservadora, alienada e não participativa. Para a autora, o tema juventudes e participação evoca frágeis parâmetros de comparação entre diferentes gerações, pois não há informações confiáveis que nos permitam dizer que, em termos numéricos, hoje há mais ou menos jovens participando de algum tipo de ação coletiva do que em gerações passadas. Atualmente estão em pauta novas questões e linguagens que renovam a participação dos jovens no espaço público.

Novaes e Vital (2005, p. 119) alertam que:

(...) antes de evocar a crise das representações e decretar sua inexistência, apontando para a decadência do movimento estudantil, das juventudes partidárias e dos departamentos juvenis das organizações sindicais, é preciso perceber como esses processos têm sido afetados por novos temas e formas de organização com as quais são obrigados a conviver nos dias de hoje.

As autoras lembram que ser jovem em um mesmo tempo histórico permite viver uma experiência geracional comum. Se os jovens deste tempo vivem o individualismo e consumismo, é possível identificar também outros elementos que impulsionam a participação, pensando nas virtualidades e possibilidades contraditórias presentes num mesmo processo. Para tanto, Novaes e Vital (2005) apresentam quatro consignas mobilizadoras das juventudes hoje: “1ª) Por uma sociedade ecologicamente sustentável”, onde o ideário ecológico passou a ressignificar problemas, produzir sentimentos e motivar ações. Portanto, se temos poucos grêmios estudantis, parecem existir, segundo as autoras, muitos grupos de

jovens ambientalistas. “2ª) Pelo acesso à educação, ao trabalho e à comunicação nos moldes do século XXI”. Situados numa sociedade com grande apelo ao consumo, jovens de diferentes classes sociais revelam pressa em trabalhar e conquistar a emancipação financeira. Porém, estudos de Corrochano (2001, 2008), evidenciam que as dimensões do trabalho contêm diferentes sentidos para os jovens brasileiros. De modo geral: necessidade, fonte de independência, inclusive permitindo a própria vivência da condição juvenil, possibilidade de realização pessoal e exploração.

Os movimentos juvenis reivindicam inclusão digital e escola de qualidade que permita o desenvolvimento de saberes, valores e competências condizentes com o século XXI. “3ª) Pelo reconhecimento de demandas de grupos com vulnerabilidades específicas e pelo respeito à diferença”. Jovens começam a participar levados por sentimentos gerados na vida privada e acabam se transformando em “lutas por direitos”. “4ª) Pela paz e pelo respeito aos direitos humanos”. Jovens com histórias ligadas à criminalidade não só se tornaram público-alvo das políticas públicas para a juventude, como também se tornam agentes de organizações voltadas para o combate à violência e ao tráfico.

As considerações de Novaes e Vital (2005) apontam para novas formas de pertencimento social que permite aos jovens expressar angústias, fazer denúncias e construir outras estratégias de participação. Não mais estudantes, operários, camponeses e hippies lutando contra o capitalismo e as formas de ditadura, mas jovens em diferentes organizações levantando as bandeiras da paz, direitos humanos, proteção ambiental, sustentabilidade e inclusão social. Emergem desse processo juventudes diversas com marcas geracionais comuns, demandas diversificadas e, para alguns autores, sujeito de direitos.

Essa breve exposição dos estudos que analisam a participação juvenil permite anunciar a diversidade de atores jovens presentes nas mobilizações. A emergência de novos temas, antes restritos às questões do crescimento econômico; a horizontalidade dos processos de organização e a tensão entre permanência e mudança das causas de mobilização.

Outro aspecto fundamental neste debate é a identificação afetiva e pessoal dos atores com as situações e motivos da participação. Na interseção entre o público e privado emergem novas categorias que sustentam mobilizações diversas e pontuais. Fica a interrogação: estariam os jovens reinventando o mundo da participação social com suas formas de ocupação do espaço público? Por meio deles é possível vislumbrar um novo espaço público? O diálogo entre gerações diferentes poderá construir novos entendimentos sobre os “veredictos conclusivos” impostos aos jovens deste tempo? Talvez o exercício de um outro olhar para as mobilizações da juventude faça emergir a criatividade que reinventa o mundo do trabalho, as

ações solidárias; a indignação ética presente em alguns grupos juvenis e a emergência de temas ecológicos nas ações e projetos de grupos juvenis.

Nesse sentido, mantendo críticas à tutela da Igreja Católica e em diálogo permanente com o poder público, mas fortemente conectadas aos jovens, as práticas da ONG Trilha Cidadã contribuem para ampliar as reflexões a respeito da participação juvenil, considerando que a cidadania está relacionada à consolidação de uma esfera pública onde os indivíduos decidem coletivamente sobre questões que afetam a população.

### **3 TRILHAS**

Construir trilhas fazendo e refazendo ideias é um exercício de vida. Porém, colocar as ideias na janela à vista de todos é abrir-se para o mundo sem cadeados e trancas. É dividir o olhar com o "lá fora", num intercâmbio de interiores, trocando horizontes. A educação possibilita essa troca para quem, sabendo-se inacabado, procura.

José Machado Pais (2003) fala de pesquisa pensando em Arte. Diz que os pintores impressionistas tentavam deter na tela instantes da vida, através da itinerância da luz e da sombra. Fugindo do traço rígido que comporta uma realidade precisa, utilizavam pinceladas curtas e manchas descontínuas de aquarelas multicores. Monet procurava captar diversos momentos da mesma paisagem, na perspectiva de que o mesmo é sempre outro quando visto sob outra luz.

Nesta ordem de ideias, o autor sugere que pode haver semelhança entre os impressionistas e os pesquisadores, quando estes buscam, sob diferentes formas, olhar para a realidade pesquisada na esperança de fazer e se fazer. Os processos de pesquisa são como grandes explorações minerais, com poços fechados há muito tempo e outros recém-abertos. Por vezes, o pesquisador sente-se no escuro, seguindo por túneis ou poços anteriormente explorados, querendo encontrar novos veios, ricos em minérios. Para isso, abrem-se trilhas e reúnem-se alguns pertences do ofício, ou seja, um tema, um problema, hipóteses e lâmpadas para iluminar o caminho. É assim que a teoria ilumina e conduz a prática, mas desde que a própria prática a deslocou para a situação a que deve servir. Na continuação do texto apresento as trilhas percorridas para esta pesquisa.

#### **3.1 REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS**

No decorrer de diversas ações que desenvolvi junto a jovens, nos últimos anos, acompanhando e estudando suas vivências, muitas foram as ocasiões em que me senti tocada pelas vivências narradas, especialmente quando apontavam a ausência de condições econômicas mínimas para a realização dos projetos sonhados. Nesses momentos, senti-me no escuro. Por outro lado, a escuta de jovens que, mesmo diante de limitações de toda ordem, buscavam saídas para um futuro incerto, evidenciava a importância das ações protagonizadas

por eles para a construção de projetos de vida. Muitos depoimentos de jovens indicam a situação em destaque, como é possível ver abaixo:

Eu tinha bem mais chance de ficar velho mais cedo, de ter um ataque cardíaco precoce porque, se me acontecia um troço errado, eu guardava tudo para mim. Aí eu ficava com aquilo e acontecia mais alguma coisa de ruim. Depois que eu descobri que eu tinha esse dom de fazer o rap, as letras que eu escrevo é o que eu vivo, que eu vejo, que eu ouço e que eu sinto. (...) É uma gratificação saber que tu estás atingindo alguém com a tua música, estás levando uma mensagem, tu te sente útil, é bem gratificante. (Jovem, de 22 anos, sexo masculino)<sup>20</sup>

A fala desse jovem evidencia que a participação social constitui dimensão chave para a inclusão na sociedade, conseguindo expressar desejos, conhecer-se e projetar planos para uma vida possível. A participação é entendida aqui como forma ampla de vivência e interferência na vida social, produtiva, cultural, além da esfera política propriamente.

Porém, neste aspecto, parece que as novas gerações enfrentam dificuldades. Constantemente comparados<sup>21</sup> às gerações precedentes, os jovens são vistos como alienados e distantes das grandes questões nacionais. Hoje se percebe ampliação dos espaços e motivos de sua atuação. Observa-se, crescentemente, que a participação acontece mais no âmbito local e fora dos partidos políticos, assumindo um menor horizonte temporal e de alcance menos utópico. Tem-se a impressão de que as novas inquietações juvenis são difíceis de processar em um sistema político acostumado a lidar com atores corporativos e mais ligados ao mundo produtivo.

Diferentes pesquisas, como Projeto Juventude, IBASE/PÓLIS<sup>22</sup>, Jovens e Participação Social/UFRGS<sup>23</sup>, constataam que, atualmente, o interesse dos jovens em participar se mantém, mas em diferentes canais. O descrédito nos políticos, elemento também muito apontado nas pesquisas, não é um fenômeno que se refere unicamente aos jovens, embora uma tendência

---

<sup>20</sup> As transcrições de entrevistas e de grupos de conversação serão apresentadas em espaço 11, utilizando margem total da página para diferenciar de uma citação bibliográfica, conforme normas da biblioteca setorial de Educação da UFRGS.

<sup>21</sup> Comparação apressada considerando que as representações dos jovens dos anos 60, como atuantes e participativos, foram construídas a partir de determinados movimentos – especificamente o estudantil – que ganharam visibilidade. Também porque não é possível comparar juventudes de tempos e contextos diferentes, interpeladas que eram/são por distintas questões.

<sup>22</sup> Pesquisa foi realizada pelo IBASE e PÓLIS, em parceria com uma ampla rede de instituições e pesquisadores, no Distrito Federal e em sete Regiões Metropolitanas brasileiras: Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Belém. Foi aplicada metodologia canadense, a *Choice Work Dialogue Methodology* – Grupos de Diálogo. O objetivo dessa investigação foi levantar as formas de inserção dos jovens brasileiros, entre 15 e 24 anos de idade, em atividades políticas, sociais e comunitárias.

<sup>23</sup> Trata-se de um estudo qualitativo, com base na realização de *grupos de conversação de jovens*, cujos resultados foram contrastados com dados quantitativos, colhidos através de questionários distribuídos a jovens e professores/educadores. A pesquisa, *Narrativas de jovens: contextos e experiências de participação sociocultural*, com apoio do CNPq, foi desenvolvida por equipe do Núcleo de Integração Universidade Escola e professores do PPGedu da UFRGS, coordenada pela Dr<sup>a</sup> Maria Stephanou.

forte entre os mesmos, que reivindicam uma redefinição do sistema democrático. Estes valorizam a participação, contudo buscam hoje outros canais e motivações.

Na perspectiva da gestão pública, é necessário estabelecer um diálogo horizontal com os jovens, fazendo-os sentirem-se mais protagonistas e menos tutelados e subestimados em suas capacidades. Por outro lado, é fundamental conhecer como os jovens estão participando de uma esfera pública produzida mais por estratégias persuasivas e imagens do que por estratégias políticas verbais, onde a espetacularização das ações vale mais do que a força dos argumentos. Considerando a ambivalência do espaço público<sup>24</sup>, que se constitui não só como um lugar de reprodução das relações de poder, mas também de inovações sociais, vale observar qual a importância das ações dos grupos juvenis, organizados de forma mais horizontal, para a democratização do espaço público.

Diversas pesquisas sobre juventude<sup>25</sup>, desenvolvidas no âmbito acadêmico ou por ONGs, ajudaram a produzir informações e a acumular experiências sobre o que fazer e, também, o que não fazer no âmbito das políticas públicas de juventude. Alguns consensos começam a se firmar: o entendimento dos jovens como sujeitos de direitos, a diversidade da realidade juvenil, a juventude enquanto uma condição singular e a necessidade de respostas diferentes para situações diversas. Todavia pouco se sabe a respeito do impacto dessa produção de conhecimento junto aos formuladores de políticas públicas de juventude. E, principalmente, há desconhecimento sobre o lugar que os diferentes grupos juvenis têm ocupado nos espaços públicos de participação.

Outro aspecto que parece importante: como garantir a premissa dos jovens como sujeitos de direitos? Para além da retórica, discursivamente, como os governos têm conseguido realizar tal propósito? A articulação entre os direitos, que são universais, e as respostas para o cumprimento desses direitos aparece como focalizada e restrita. Veja-se, por exemplo, o ProJovem (programa do governo federal voltado aos jovens das regiões metropolitanas), em que, segundo análise publicada pela ONG Ação Educativa<sup>26</sup>, 57% dos estudantes matriculados não concluem o curso. Destes, 37% desistem antes de começarem as aulas e outros 20% evadem após frequentar uma parte do programa.

O prolongamento do tempo de juventude e de escolarização, a permanência na casa da família por um período maior, a expectativa de chegar ao ensino superior, a maternidade e

---

<sup>24</sup> Espaço público aqui compreendido em sentido ampliado, não somente como um mercado de interesses em disputa. Concorde-se com Sergio Costa (2002) que define o espaço público como arena que também medeia os processos de articulação de consensos e de reconstrução dos valores e códigos morais que orientam a convivência social.

<sup>25</sup> As pesquisas que refiro são mencionadas no decorrer da tese e é a respeito delas que escrevo este comentário.

<sup>26</sup> Reportagem publicada no site da ONG Ação Educativa em 19 de Julho de 2008.

paternidade mais cedo, a difícil inclusão no mercado de trabalho são questões postas aos jovens e a toda a sociedade. Assim, é necessário pensar de que maneira podem aproximar-se as políticas públicas e as dimensões estrutural e subjetiva da vivência juvenil.

Qualquer aproximação entre políticas públicas e juventudes supõe considerar não apenas a importância das vozes juvenis, mas também as condições de vida, sendo fundamental romper com a miserabilidade a que está submetida expressiva parcela dos jovens. Trata-se, fundamentalmente, de refletir sobre dois conceitos assinalados por Oscar Dávila (2005): o primeiro é o de “integração social estática” associada ao mundo adulto (escola, família, Estado, Igreja), que entende essa integração como plena incorporação dos jovens em um mundo já definido, no qual são continuadores, sem questionar a validade dessa crença. O segundo conceito refere-se à “integração social dinâmica”, entendida como processo recíproco de implicações entre jovens e adultos, considerando que a integração sucessiva de novas gerações supõe modificações nas estruturas sociais para permitir espaço às novas realidades.

As trilhas e as reflexões desta pesquisa buscam considerar:

- as diferentes formas de participação dos jovens;
- a importância de ampliar o entendimento dos modos de ser jovem na sociedade atual;
- a necessidade de pesquisas que deem visibilidade à situação dos jovens contemporâneos;
- a responsabilidade em explicitar as representações produzidas sobre os jovens para que elas possam ser transformadas;
- as pressões que os jovens realizam no momento atual do país, considerando a formação de uma “barriga jovem” na pirâmide etária brasileira, na faixa dos 15 aos 19 anos, tratando-se de um segmento gigantesco, igual, em número, à população de um país como a Argentina;
- as experiências juvenis como laboratórios de inovação social e cultural;
- a necessidade de conhecer como os jovens buscam reconhecimento intersubjetivo e tomam consciência de sua individualidade;

Em uma pesquisa, as dúvidas sobre os caminhos a serem percorridos são muitas, porém alguns pressupostos são alicerces para um percurso reflexivo. O mais importante de todos é a recusa tanto da explicação causal quanto da crença na existência de uma verdade universal, obtida pelo “rigor científico”. Por muito tempo, o sensível cedeu lugar a esse

rigorismo, e os especialistas mostravam-se ansiosos em definir, com precisão, seus objetos de estudo. Por serem permeáveis à vida, muitos saberes foram, apressadamente, classificados como “não-científicos”. Bachelard (1979), ao apresentar a dúvida como parte essencial do espírito científico, colabora com o enfrentamento das formas rígidas de pensar a pesquisa, uma vez que o conhecimento não pode ser congelado numa verdade única e geral, tampouco instituir verdades absolutas. Para o autor, os fenômenos são conhecidos por aproximações sucessivas da experiência e, à medida que essas aproximações se acentuam, revelam riquezas desconhecidas, despercebidas pela informação primeira, ou pelo conhecimento imediato. Stephanou<sup>27</sup>, comentando Bachelard, diz que não há fenômeno simples, mas uma trama de relações. A ideia, para ser compreendida, deve estar inserida num sistema complexo de pensamentos e de experiências. O espírito científico é essencialmente uma retificação constante do saber que acaba por promover um alargamento dos quadros do conhecimento. Em vista disso, a dúvida constitui-se em um traço essencial da pesquisa, pois o questionamento instiga o aprimoramento do saber.

Em vista disso, uma pesquisa que tem por objetivo a escuta dos jovens, analisando suas inserções no espaço público, precisa estar alicerçada em alguns pressupostos. Primeiramente, como alerta Woods<sup>28</sup> (apud Sarmento, 2003), “o esforço de ouvir é eminentemente interativo e, nesse ouvir o outro, estão as condições de uma ciência mais humana”. Depois, é preciso considerar o esforço interpretativo, pois o que o outro fala se insere em pautas interpretativas – a dos investigadores e as dos atores. A interpretação faz-se no quadro de interações comunicativas, as quais utilizam linguagem verbal como o material primeiro de realização. Isso não significa menor atenção a gestos, objetos, comportamentos não-verbais, indícios físicos e materiais dos contextos [...], mas a escuta da significação atribuída pelos atores sociais a esses índices, quando verbalizada, mesmo se essa verbalização constitui uma racionalização *a posteriori*, é um componente indissociável do diálogo interpretativo (Sarmento, 2003, p. 148).

Ao tratar da reflexividade metodológica, Sarmento lembra que todo trabalho investigativo é uma construção com implicações do investigador. Esse envolvimento afasta a ilusão da distância, mas não o sentido crítico da pesquisa: “Este é um dos componentes necessários àquele envolvimento. Do mesmo modo, não há antagonismo entre a criatividade e

<sup>27</sup> Síntese apresentada e comentada no S.A. CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA CULTURAL PARA A PESQUISA EM EDUCAÇÃO. BACHELARD, Gaston. O Novo Espírito Científico. 2a. Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. 151p.

<sup>28</sup> WOODS, P. Symbolic interactionist. Theory and method. In: LeCompll, M. MILLROY, D. PREISSLE, J. (eds) The handbook of qualitative research in education. San Diego: Academic Press, 1992, p. 395.

o rigor: no trabalho etnográfico, o rigor é indissociavelmente criativo” (Sarmiento, 2003, p. 158).

A pesquisa é, então, marcada por pontos de luz e cegueira, e a reflexividade metodológica é a interrogação do sentido do que se vê e por que se vê. Assim, um dos principais documentos de investigação “é o próprio investigador, na sua disponibilidade para, precisamente, observar, escutar e sentir o que o rodeia, interrogar e recolher as opiniões dos que agem no terreno e examinar os documentos e os artefatos produzidos pela e na ação” (Sarmiento, 2003, p. 155).

Ainda sobre as implicações disso, o autor cometa que: “Isso não significa, no entanto, que a reflexividade metodológica seja mero esforço de auto-análise, um *exame de consciência investigativa* gerado no espontaneísmo de uma vontade formada pelo desejo da verdade” (p. 151)

Tais pressupostos são perseguidos, neste estudo, a partir de um diálogo atento aos sentidos atribuídos pelos jovens às suas experiências e às interrogações que a escuta das questões definidas na pesquisa provocava. Por que, em determinados momentos, algumas coisas eram mais bem percebidas e outras passavam a ter mais sentido em outros momentos da investigação? O que estes “silenciamentos” diziam da pesquisadora enquanto educadora? Vigiam-se todas as interpretações, buscando fugir das pré-noções e das verdades que fecham o campo de reflexão. A atitude foi de expectativa e abertura ao que poderia ser.

Para Melucci (2005, p. 9), “a metodologia não se resume a técnicas, mas está ligada à epistemologia, ou seja, à capacidade de se colocar boas perguntas e à capacidade de manter aberta a possibilidade de se interrogar sobre o como conhecer os fenômenos sociais”. “(...) a explicação não é entendida como verificação objetiva das hipóteses, mas como um processo de produção de conhecimento que se adéqua progressivamente, através da interação entre observador e observado”. (Melucci, 2005, p. 34). Portanto, a grande novidade da pesquisa qualitativa hoje é a dimensão auto-reflexiva, ou seja, a abertura do pesquisador aos eventos inesperados que provêm da realidade.

Os estudos de Melucci (1992, 2001) são pontos de luz nessa reflexão. Como diz o autor:

Impõe-se aceitar que a relação pesquisador-ator seja, ela mesma, objeto de observação, ela mesma inclusa no campo da ação e, por isso, submetida a uma explícita negociação, a um contrato entre as partes. [...] É necessário introduzir, no campo da pesquisa, uma capacidade de metacomunicar na relação entre observador e observado. [...] É nesta direção que se coloca a minha experiência de pesquisa sobre novas formas de ação coletiva. Desta, trago a convicção de que as três direções que indiquei constituem um banco de prova para qualquer método que

queira superar o dualismo: a necessidade de reconhecer que os atores são capazes de definir o sentido daquilo que fazem e a necessidade de fazer da relação um objeto explícito de observação, de negociação e de contrato na tese da não identificação entre analistas e atores; enfim, a necessidade de reconhecer que a pesquisa constrói um caminho artificial que pode ser analisado somente se é capaz de metacomunicar com ele. (Melucci, 2001, p. 163)

A partir das palavras de Melucci, e seguindo nos passos de Fischer (1999), tornamo-nos seres de diálogo com nossos objetos de pesquisa na medida em que explicitamos para nós os pressupostos que sustentam o fazer investigativo, revelando as incertezas e a forma como lidamos com as idéias contrastantes ou mesmo antagônicas. Os atores, tanto observador como observado, estão impregnados, imersos em sua cotidianidade, são possuidores de uma biografia. Afetos, experiências individuais, sensibilidade e significados fazem parte desta relação. Muitas vezes, a interação é esquecida e buscam-se explicações para o que os outros pensam, tentando ressignificar seus próprios significados. Para Melucci (2001, p. 162), “a ação pode ser, em si mesma, um objeto significativo da pesquisa, mas superando explicitamente as premissas dualísticas que estão na base dos métodos de pesquisa correntes [...]”.

Outro aspecto para reflexão é o tratamento dos dados e informações recolhidos. Também aqui as palavras de Sarmiento (2003, p. 156) propõem o caminho do “cruzamento da informação recolhida a partir da observação, das entrevistas e dos documentos permite realizar a triangulação”. Segundo o autor, tal procedimento possibilita explicar o que não converge, a partir de outras fontes ou ângulos de visão, e refletir sobre o que converge. Para ele, a triangulação permite detectar a tensão, a contradição, a expressão de um modo singular de ser, ou de pensar e agir, em suma “a exceção que é sempre mais interessante de estudar do que a regra em si mesma” (ibid., p. 157).

Se as questões do investigador estão presentes em todos os momentos da pesquisa, “não há outro modo de realizar a observação dos contextos de ação que não seja, num certo sentido, sempre participante” (Sarmiento, 2003, p. 160). No estudo empreendido, especialmente nos anos de 2006 e 2007, a comunicação foi se estreitando com o tempo de permanência nos coletivos juvenis e, quanto mais se partilharam as vivências, mais fundo mergulhou-se em suas interpretações. Porém, o distanciamento crítico foi necessário para escapar às naturalizações de relações e acontecimentos. Se a contaminação é inevitável, melhor tomá-la em consideração e compreendê-la.

O corpus empírico foi constituído a partir de entrevistas, grupos de conversação, observações, diário de campo e convivência com os gestores, educadores e jovens da ONG

Trilha Cidadã. A primeira parte da pesquisa foi o estudo mais aprofundado dos projetos desenvolvidos pela ONG Trilha Cidadã, mapeando a rede de parceiros com a qual interagem na implementação das ações. Paralelamente a esse mapeamento, realizaram-se entrevistas com jovens gestores, educadores da ONG e aqueles que participam dos projetos da mesma.

As entrevistas buscaram uma atitude de escuta, que reduplica a intenção investigativa de José Machado Pais (2000, p. 21): “Queríamos que os jovens nos falassem, de viva voz, sobre suas vidas. E que, ao falarem delas, as redescobrissem, ajudando-nos a descobri-las”. Isso é o que justifica as entrevistas e o interesse acerca dos percursos dos jovens em seus coletivos, pois as entrevistas apresentam os discursos que levam às incursões no espaço público, acreditando que a fecundidade das análises apontará para reflexões sobre jovens na esfera pública.

No total, foram realizadas vinte e quatro entrevistas semi-estruturadas<sup>29</sup> (apêndice 1): dez entrevistas com jovens que participam do Grupo de Economia Solidária – Projeto Aprendiz (GESPA); duas entrevistas com mães de jovens que participam do GESPA; oito entrevistas envolvendo os gestores e o administrativo da ONG Trilha Cidadã; e quatro entrevistas com a Diretoria Municipal de Políticas de Juventude de São Leopoldo.<sup>30</sup> Todos os entrevistados são identificados neste trabalho com seus nomes verdadeiros, conforme autorização no Termo de Consentimento. (apêndice 4)

A tabela abaixo apresenta os jovens que participaram do GESPA de dezembro de 2006 a fevereiro de 2008, considerando que em março de 2008 o grupo foi reconfigurado, ficando com quatro integrantes.

**Tabela 1 - Matriz informativa dos jovens do GESPA (dados de 2008)**

Nº	Nome	Idade	Cor	Escolaridade	Âmbito da Atividade	Ingresso na ONG
01	Alessandro Junior dos Santos	17	Moreno	3º ano – E.M	Impresso	Abril 2006
02	Alessandro Koehler	17	Branco	2º ano – E.M	Impresso	Abril 2006
03	Bessie Gaspar Fernandes	17	Branca	Ensino Médio	Impresso	Abril 2006
04	Diego Pereira da Cruz	17	Moreno	2º ano – E.M	Audiovisual	Abril 2006
05	Duana Ramires Cardoso	17	Morena	3º ano – E.M	Produção de Eventos	Abril 2006
06	Lucas Lisboa de Matos	17	Branco	Ensino Médio	Produção de Eventos	Abril 2006
07	Luís Fernando da Silva Straus	19	Branco	2º ano – EM	Fotografia	Abril 2006
08	Pedro Odair da Silva	20	Branco	1º ano – EM	Audiovisual	Abril 2006
09	Tiane Helena Schroeder	20	Branca	Ensino Médio	Fotografia e Produção de Eventos	Abril 2006
10	André Ricardo Pedroso		Branco	2º ano – E.M	Impresso	Abril 2006
11	Cássia Fernanda Feijó da	19	Branca	Ensino Médio	Produção de eventos	Abril 2006

<sup>29</sup> Os roteiros das entrevistas estão no apêndice 1 deste texto.

<sup>30</sup> Das vinte e quatro entrevistas, quatro não foram gravadas, constituindo-se em conversas de esclarecimentos sobre as questões colocadas nos depoimentos. Dessas não gravadas, duas foram com a DMPJ e duas com os gestores.

	Silva					
12	Edison Rossi	20	Branco	3º ano – E.M	Audiovisual	Outubro 2006
13	Gustavo Costa Teixeira		Moreno	E. M incompleto	Audiovisual	Abril 2006
14	Jonas Klain	20	Branco	EJA – E.F	Fotografia	Abril 2006
15	Luis Ricardo de Almeida Machry		Branco	Ensino Médio	Impresso	Abril 2006
16	Melry da Conceição dos Santos	18	Morena	8ª série – E.F	Produção de eventos	Abril 2006
17	Rodrigo Vieira da Silva	19	Negro	7ª série – E.F	Audiovisual	Abril 2006
18	Samanta Vieira da Silva	21	Negra	1º ano – E.M	Fotografia	Abril 2006
19	Tiago da Silva Greff	21	Branco	1º ano – E.M	Audiovisual	Abril 2006

Fonte: dados fornecidos pela ONG Trilha Cidadã

**Tabela 2** - Matriz informativa dos Gestores da ONG Trilha Cidadã (dados de 2007)

Nº	Nome	Idade	Escolaridade	Cor	Tempo de atuação na ONG	Local de moradia
1	Edson Thomassim	31	Filosofia e Teologia	Branco	2004	São Leopoldo
2	Gilbero Flach	32	Matemática	Branco	2004	POA
3	Raquel Pulita	30	Relações Públicas e Pós Juventude e Democracia	Branca	2004	São Leopoldo
4	Fabiane Arquidemini	32	Serviço Social	Branca	2004	Teutônia
5	Alexsandro Machado	29	Psicologia e Mestre em Educação	Branco	2004	Sapucaia

Fonte: dados fornecidos pela ONG Trilha Cidadã

Em geral, as entrevistas foram realizadas na sede da ONG Trilha Cidadã<sup>31</sup> e, no caso da Diretoria Municipal de Políticas de Juventude, em sua sede, em horários marcados antecipadamente. Outro procedimento para a coleta de dados foi a realização de grupo de conversação<sup>32</sup>, organizado para ouvir os jovens, inserindo-os em um ambiente que possibilite o diálogo e a conversa, sem instigá-los à discussão. Essa dinâmica se aproxima muito mais de um diálogo, na qual a estrutura de entrevista - pergunta/resposta - não existe. (ver apêndice 2). As entrevistas e os grupos de conversação realizaram-se no período de fevereiro de 2007 a maio de 2008, sendo as entrevistas com os gestores o primeiro procedimento realizado. Estas foram gravadas e transcritas com o auxílio de uma bolsista de iniciação científica vinculada à UFRGS, que também atuou como observadora nos grupos de conversação.

<sup>31</sup> A ONG Trilha Cidadã tem sua sede no Centro de Espiritualidade (CEPA), localizado no Bairro Arroio da Manteiga em São Leopoldo.

<sup>32</sup> A experiência com esta metodologia foi proporcionada pela participação em dois estudos coordenados pela Dr<sup>a</sup> Maria Stephanou: o primeiro de 2004 a 2006 na pesquisa *Jovens e participação social solidária* e a segunda intitulada *Narrativas de jovens: contextos e experiências de participação sociocultural* desenvolvida com apoio do CNPq de 2005 a 2007 junto à UFRGS, realizada por uma equipe multidisciplinar de pesquisadores, a saber: Ana Mariza Ribeiro Filipouski, Diana Maria Marchi, Carmem Zeli Vargas Gil, sob a coordenação de Maria Stephanou, inicialmente ligados à Pró-Reitoria de Extensão e, depois, ao Programa de Pós-Graduação em Educação. A designação “grupo de conversação” foi resultado destas duas pesquisas, cuja primeira era composta por uma equipe de 12 pesquisadores. Portanto, a dinâmica e os materiais organizados para os grupos de conversação desta tese tem inspiração nesses estudos, que muito ajudaram a entender o universo das pesquisas em educação, marcando profundamente minhas aprendizagens.

O grupo de conversação agrega alguns procedimentos do grupo focal e do grupo de discussão. O grupo focal reúne as pessoas para debater sobre um determinado assunto com a ajuda de um moderador. Não é necessário que os membros se conheçam ou tenham algum vínculo (Weller, 2006; Cruz Neto; Moreira; Sucena, 2002). “O objetivo principal deste tipo de entrevista é a obtenção de dados que permitam a análise do meio social dos entrevistados, bem como de suas visões de mundo ou representações coletivas” (Weller, 2006, p. 244).

O grupo de discussão busca conhecer as visões de mundo do grupo social ao qual o entrevistado pertence. É definido como uma reunião de 6 a 10 pessoas, desconhecidas entre si, que falam sobre um tema sob a coordenação de outro, numa espécie de entrevista aberta. O agrupamento é um horizonte da prática de investigação que começa a se constituir quando seus participantes passam a se referir a um nós que não é dado *a priori*. Suas características o distinguem do grupo focal, que se aproxima de entrevista em grupo com interatividade entre membros e com ênfase sobre perguntas, de caráter diretivo, enquanto o grupo de discussão é mais espontâneo e flexível (Aguilar, 2000; Callejo, 2001).

O grupo de conversação foi, portanto, inspirado na metodologia de grupos de discussão (Callejo, 2001), com uma dinâmica específica que envolvia apresentação dos convidados com fotos, geralmente, dos projetos e atividades da ONG Trilha Cidadã e rodadas de conversas com os assuntos apresentados pelo mediador, durando em média 2 horas. (ver apêndice 2) Os grupos eram constituídos de 8 a 12 pessoas que se conheciam e tinham em comum a inserção na ONG Trilha Cidadã, seja como gestores, educadores ou jovens do Grupo de Economia Solidária. Em mais de uma oportunidade, falaram alternadamente sobre a participação nos projetos da Trilha, estabelecendo conversas sobre significados pessoais e partilhados de suas experiências. A conversação é compreendida no sentido de “processo livre, aberto, democrático, informal, onde os indivíduos se podem manifestar tal como são, sem se sentir presos a papéis determinados” (Woods, 1987 apud Sarmiento, 2003, p. 162), de modo a possibilitar que a conversa possa fluir numa relação amistosa, permitindo a espontaneidade, seguindo devagar suas derivas e percorrendo com atenção os seus espaços de silêncio (Sarmiento, 2003).

O ponto de partida para a formação dos grupos de conversação foi a vinculação à ONG Trilha Cidadã como gestores, educadores ou jovens que participavam do Grupo de Economia Solidária – Projeto aprendiz (GESPA). O critério para escolha dos jovens deste projeto consistiu no tempo de permanência na Trilha e na novidade do trabalho, que rompe com ações pontuais, fazendo com que os jovens permaneçam nos projetos por um tempo que

amplie as suas possibilidades de formação e qualificação. Foram realizados dois grupos de conversação com jovens do GESPA, dois com os gestores e um com educadores da Trilha.

Os grupos foram realizados em uma sala, na sede da ONG Trilha Cidadã. Local e hora marcados, dinâmica pronta, um observador que normalmente era Amanda, jovem estudante de História que, na condição de bolsista de iniciação científica da UFRGS, auxiliou na pesquisa. A mediação foi realizada, em todos os grupos, pela pesquisadora. Nos grupos de educadores e de jovens, a dinâmica iniciava com a escolha de uma foto, dentre as dispostas numa mesa e, a partir da foto escolhida, falar sobre a atuação na Trilha Cidadã. As fotos foram selecionadas entre um conjunto de imagens produzidas por jovens durante o curso de fotografia da ONG. Entre os jovens do GESPA, as fotos serviram como evocadores das memórias das atividades realizadas. Nesse momento, esperava-se que os participantes pudessem escolher aquelas que tivessem algum significado para si, e que isso favorecesse um início de conversa sobre o que consideravam mais importante para dizer sobre a atuação na Trilha.

No grupo dos educadores e gestores, a fala fluiu e a mediação foi somente no sentido de anunciar os temas da conversa, porém no grupo dos jovens as reações foram diferentes e houve monopólio da palavra, sendo que alguns interagiram apenas com a mediação da pesquisadora. Como mediadora, fazia o encaminhamento das perguntas, guiando a conversação, mas ciente de que nunca estaria procurando uma verdade e nenhuma das respostas dadas deveria parecer óbvia. O observador registrava a sequência das falas, para facilitar a transcrição, assim como os gestos e as reações corporais dos jovens.

A partir da interlocução estabelecida com os jovens nos grupos de conversação e nas entrevistas, suas manifestações foram analisadas com vistas a observar de que maneira as experiências de participação constroem sua subjetividade e os ajudam a se reconhecerem como sujeitos capazes de projetar o seu futuro. Que saberes constituem na prática participativa? Tais saberes ampliam os espaços de autonomia? Quais os limites e possibilidades da ação pública? Quais os impactos dessa participação na família, no trabalho e na escola?

Após a transcrição das entrevistas e dos grupos de conversação, foram realizadas as seguintes tarefas: leitura e construção de uma sinopse de cada documento; relação dos temas de incidência; aproximação dos temas em assuntos. A partir disso, foi possível dispor de informações sobre a “realidade” pesquisada que permitiam o diálogo com o referencial teórico, formulando e reformulando as reflexões que compõem a tese.

A observação presencial, ou seja, o acompanhamento, sempre que possível, das ações da Trilha Cidadã, as interações, a análise de relatórios, proposta pedagógica, planos de trabalho, foram procedimentos que ajudaram na construção dos dados da pesquisa, ampliando a aproximação com os sentidos atribuídos pelos jovens a suas experiências. A preocupação consistiu em conjugar o rigor da objetividade com a riqueza da subjetividade (Pais, 2000). Para isso, o diário de campo foi um companheiro fiel.

Como indiquei acima, a leitura dos documentos produzidos pela Trilha Cidadã foi outro procedimento importante da investigação. Entre esses, projetos, relatórios, estatuto, proposta pedagógica da ONG e planos de trabalho. Procurei refletir sobre esses documentos não como reveladores das ações efetivamente realizadas, mas como expressão das intenções e concepções da ONG. Enquanto os projetos constituíam um conjunto articulado de intenções, já que contêm orientações prévias às ações, os relatórios são documentos produzidos depois das ações e, neste caso, para comunicar um itinerário de atividades para o poder público, sendo, portanto, a expressão das interpretações e das intenções dos elaboradores. Portanto, o interesse é considerável, sobretudo quando triangulados com outros dados e depoimentos, como sugere Sarmiento (2003).

Em relação ao fornecimento dos dados por parte da Diretoria Municipal de Políticas de Juventude (DMPJ) de São Leopoldo e da Trilha, encontrei muita acolhida e disponibilidade, fosse para sentar, conversar, fosse para explicar os dados, os relatórios e o material publicitário. A presença do pesquisador no interior de uma instituição torna-se, muitas vezes, um elemento perturbador de seu cotidiano, como alguém que está lá para vigiar ou cobrar algo. Contudo, não foi esse o sentimento que vivenciei na DMPJ e na Trilha. Os representantes da Diretoria constantemente procuravam enfatizar aspectos mais positivos de sua atuação, diferente dos educadores e gestores da Trilha, que enfatizaram as dificuldades, as tensões, os conflitos, tendo o cuidado de apontar os avanços, mas também e, principalmente, o quanto ainda tinham a percorrer. Tais momentos ajudaram a tornar mais perceptíveis as concepções dos gestores da Trilha Cidadã.

Alimentada pela sociologia reflexiva de Melucci (2005), a pesquisa buscou não “por que”, mas “como” essas demandas se instituem, “como” a participação impacta a vida pessoal e profissional dos jovens, “como” os jovens se organizam nas discussões e implementação de ações. Para isso, as interrogações recaíram não apenas nos resultados, mas também nos percursos e processos.

Um dos eventos inesperados no itinerário da pesquisa foi o encontro com o trabalho da DMPJ de São Leopoldo. O que a princípio consistiria numa entrevista para contextualizar os

cenários de atuação da Trilha Cidadã, se transformou em muitos encontros, conversas, análise de relatórios, projetos e eventos organizados por esses líderes jovens que marcam a cena pública de São Leopoldo com um trabalho que sugere muitas apostas. Tal contato acabou constituindo um capítulo desta tese e instigando continuidades sustentadas na curiosidade sobre as permanências e mudanças na atuação da Diretoria, considerando as eleições municipais de 2008.

Seria a pesquisa uma viagem de aventura que não sabe bem quais caminhos trilhar, estando o tempo inteiro na eminência da escolha? No início da viagem carregava na bagagem alguns conhecimentos sobre juventudes, mas estava completamente desambientada com o tema das políticas públicas e sabia, também, algumas coisas que pareciam não ajudar em nada para compreender as diferenças e as desigualdades entre os jovens.

Na partilha da vida cotidiana, as conversas no bar da faculdade, os bate-papos com jovens da ONG Fênix Cultural<sup>33</sup>, nos bastidores dos trabalhos que fazíamos juntos, o tempo passado diante dos textos e escritos das pesquisas de que participei na UFRGS, as interrogações provocadas pelas aulas nessa universidade, as horas transcorridas na Trilha Cidadã observando, lendo, ouvindo, permitiram que eu construísse, lentamente, novas interrogações para a pesquisa.

O conhecimento, mais do que metodicamente construído com base em uma estruturada coleta de informações, resulta de incidentes, erros e sorte (Colombo, 2005). Tive sorte quando, por ocasião de um encontro que teria com professores municipais de São Leopoldo, estes comentaram sobre a Trilha Cidadã. Novamente a Trilha no meu caminho. Já tinha ouvido muito sobre eles; contudo o prof. Nilton, meu orientador, alertou da presença forte da religião nesta iniciativa. A distância interferia, pois estava inclinada a fazer o trabalho com duas ONGs, Atitude<sup>34</sup> e a Fênix Cultura de Porto Alegre, mas e esta outra de São Leopoldo?

Após a defesa do projeto, atenta às considerações da banca, indignada com outras, inclinada a não falar mais de políticas públicas, recebi novamente o convite para trabalhar com os professores de São Leopoldo. Aproveitei e marquei um horário com a Raquel, na

---

<sup>33</sup> A ONG Fênix Cultural foi criada em maio de 2003 em Porto Alegre, para pensar políticas públicas para jovens em situação de vulnerabilidade social, elaborando projetos ações com potencial para ampliar a visão de mundo e o sentido humano dos jovens de classes populares. Hoje é formada por cinco jovens que atuam na área artística com hip hop, teatro e cinema. Durante a elaboração do projeto da tese (2005) fiz algumas entrevistas e acompanhei algumas atividades destes jovens, visando definir com qual grupo iria desenvolver a pesquisa.

<sup>34</sup> A ONG Atitude foi constituída em dezembro de 2003 na cidade de Porto Alegre, por um grupo de 15 jovens que atuavam no Fórum Municipal da Juventude (FMJ), canal público de participação, proposição, fiscalização e desenvolvimento de políticas públicas de juventude na cidade.

Trilha Cidadã. Fui recebida pelo Beto, a Fabi e a Raquel<sup>35</sup>. Falei da pesquisa; e eles, da Trilha Cidadã. À medida que discorriam, lembrava o projeto de tese recém-defendido. Saí da entrevista decidida que seria com esta ONG a pesquisa de campo. Pois se tratava de uma experiência diferente de tudo que estava lendo sobre jovens e políticas públicas.

Seguindo a metáfora da viagem, parece que tinha encontrado na Trilha Cidadã uma trilha possível para pesquisa e, conversando com os jovens gestores, fui percebendo o quanto trajetórias de vida marcadas por diferentes experiências de participação social são definidoras na construção de projetos de vida futuros.

Decidi seguir na trilha das políticas públicas e participação juvenil, abandonando, contudo, o peso de avaliar os programas de governo. A experiência da Trilha era instigante por ser uma ONG constituída por jovens-adultos trabalhando, em 2006 e 2007, intensamente com programas públicos de juventude, desenvolvendo as ações em articulação com o poder público e a sociedade civil organizada. Na Trilha comecei também a ouvir sobre o trabalho e as concepções da Coordenadoria de Juventude de São Leopoldo.

As primeiras anotações no diário de campo, após a entrevista com a Trilha, foram:

O ponto que os une é a Pastoral da Juventude. A partir desta, consolidaram valores que marcam a trajetória atual na ONG. Fiquei pensando na Fênix Cultural, que apontou a entrada no *hip hop* como marcante para a construção dos valores que buscam levar adiante na ONG. Se somos as experiências que vivemos, as oportunidades que esses jovens tiveram foram fundamentais para a constituição de sujeitos protagonistas que são. (Diário de Campo, novembro de 2006)

Nesse primeiro contato, os jovens da Trilha falaram muito sobre projetos de vida, de si mesmos e dos jovens com os quais trabalham. Anotei no diário: *hoje senti que a tese vai sair e, talvez, com coisas muito legais. (Diário de Campo, novembro de 2006)*. Porém, muitos eram os caminhos a percorrer e os atalhos a definir. A impressão era de que as coisas estavam todas soltas e, à medida que ampliava o trabalho de campo, percebia que mais pontas ficavam soltas.

Ancorada nas leituras e instigada pelas experiências dessa nova realidade, desconhecida para mim até então, comecei a participar de algumas atividades da Trilha Cidadã. A primeira foi o curso de formação de educadores jovens, em fevereiro de 2007, quando tive a oportunidade de conhecer e ouvir os educadores que trabalhavam nos projetos da ONG. Chamou-me atenção que a pessoa responsável pela parte administrativa da Trilha

---

<sup>35</sup> Raque, Beto e Fabi são gestores da ONG Trilha Cidadã.

também estava fazendo o curso e lendo Paulo Freire. E a grande questão que os gestores da ONG apresentavam aos educadores era:

Que tipo de política eu faço como educador popular com juventude? (Diário de Campo, fevereiro de 2007).

Nesta oportunidade começava a entrar em contato com os ‘nós’ da Trilha Cidadã:

Uma ONG libertadora participa de projetos de um governo que não o é? Mas, e as possibilidades que a pós-modernidade trouxe de trabalhar em rede? Como entrar na lógica do Estado trabalhando como rizoma e não se institucionalizar? Pensar na falência do Estado ou discutir o papel do Estado? A sociedade civil é complementar ao papel do estado? Ou substitui? Educação para além, com ou sem o Estado? (Diário de Campo, fevereiro de 2007)

Essas questões estavam presentes nos momentos em que tive a oportunidade de estar com os jovens da Trilha. Nos silenciamentos, nos debates, nas concepções, na forma como executavam os projetos, estes tencionamentos se pronunciavam. Afetada por tudo isso, aos poucos fui redefinindo e realinhando os rumos da pesquisa que, inicialmente, teve o propósito de estudar quem são, onde estão e como ocupam o espaço público os jovens com experiências de participação? Fui percebendo que essa formulação conduzia mais para um levantamento demográfico dos jovens. Escolhendo outros atalhos, comecei a redefinir a questão da pesquisa, já explicitada na introdução.

Quanto mais observava e convivía com a Trilha Cidadã, mais percebia que a análise da organização dos jovens em ONG seria o pano de fundo da investigação. Essa interrogação foi motivada pela ausência de estudos sobre jovens em ONG, as ambivalências da atuação das ONGs no Brasil e as poucas ONGs organizadas por jovens na Região Metropolitana de Porto Alegre e do Litoral, locais em que fiz breve investida. No Litoral, descobri ONGs que trabalham com jovens, mas sem a participação destes. Em Porto Alegre, encontrei muitas que trabalhavam com jovens e duas geridas por jovens: Atitude e Fênix Cultural.

As singularidades da Trilha Cidadã, organizada por jovens-adultos com participação importante no debate sobre políticas públicas de juventude e interlocução forte com os grupos juvenis e o poder público, provocou-me no sentido de ampliar as reflexões sobre participação juvenil. As incursões na Trilha mostravam algo de novo nas ações protagonizadas por esses atores.

Outro percurso da investigação foi aproximar-me da realidade de São Leopoldo de hoje, andando por suas ruas com praças, pontes, prédios históricos, os que restaram, o famoso Museu Histórico Visconde de São Leopoldo – museu do imigrante alemão –, que recebe

diariamente muitos pesquisadores do tema. Acabei fazendo o percurso dos primeiros alemães do ponto onde desembarcaram, próximo ao rio, até a casa da fazenda onde foram instalados, a casa da Feitora, hoje Casa do Imigrante, lugar mais alto da cidade de onde se tem uma bela vista dos contornos geográficos e sociais desse município cortado pelo Rio dos Sinos que, por coincidência, nasce onde nasci e vivo, Santo Antônio da Patrulha. Fiquei imaginando a vida nesse lugar nos idos do Século XIX, entre indígenas, imigrantes, portugueses e negros escravizados. A localização e o rio foram importantes para as pretensões de quem estava chegando e de quem já estava com a vida organizada, caso dos povos indígenas, que contavam com os recursos que dele provinham, na maioria das vezes tão esquecidos em terras de “imigrantes alemães”.

Na busca por dados e informações, visitei as secretarias municipais, a Câmara de Vereadores e a Prefeitura, percebendo a dispersão dos locais onde estão as instalações do poder público. A Diretoria de Políticas Públicas de Juventude havia mudado suas instalações quatro vezes. Cada vez que os procurava, no decorrer dos anos de 2007 e 2008, estavam em um diferente ponto da cidade. São Leopoldo carece de prédios públicos e muitos dos órgãos do poder municipal encontram-se sediados em casas alugadas, ou em salas no segundo andar do Ginásio Municipal de Esportes.

Parece que a viagem seguia em ziguezague ou em idas e vidas. Às vezes, sentia que estava sempre voltando ao ponto de partida. O problema se definira antes das incursões na Trilha e em São Leopoldo? Estava eu analisando o quê, quando fazia anotações no diário de campo, já que não eram somente descrições do que observava e vivia?

O percurso deixava evidente que eu não estava fazendo aquele modelo de pesquisa: problema bem definido, coleta de dados, análise somente após a conclusão da coleta. O problema não muda jamais durante a pesquisa; a redação final não leva a novas questões, nem à coleta de dados posteriores a serem considerados na investigação. Mas é importante dizer que a angústia decorrente de tudo isso se faz muito grande também, pois as críticas às pretensões de objetividade da pesquisa não significam que seja possível iniciá-la sem um planejamento prévio e definições fundamentais para o trabalho. Trata-se de considerar o conhecimento como resultado dos processos que possuem um caráter circular, dialógico e conflituoso. Todavia, como diz Colombo (2005, p. 276), o pesquisador empreende um percurso inicial sem conhecer o que poderá acontecer no final e “quase sempre no início da experiência o autor apresenta uma visão que se modificará no final”.

A metáfora do ziguezague é emblemática, pois explica muito do percurso que percorri durante esta pesquisa. Participei de aulas na UFRGS até o primeiro semestre de 2008;

portanto, as reflexões realizadas a partir das leituras e debates em aula instigavam as idas a campo que provocavam a escrita. Inicialmente uma escrita como registro do experienciado, quase um diário de bordo. Após revisitá-las, levava-me a campo para encontrar respostas às interrogações formuladas. Voltava com mais argumentos para a escrita e curiosidade sobre os textos, porém outras perguntas nasciam e novamente retornava ao ponto de partida. Mesmo ao final, quando dediquei dois meses totalmente voltados à redação da tese, fui muitas vezes a campo, até “porque escrevendo se continua a analisar os dados”. (Gobo, 2005)

## 4 CENÁRIOS

Como referi anteriormente, a pesquisa foi desenvolvida junto a uma ONG situada e com atuação no município de São Leopoldo, Bairro Arroio da Manteiga, local de moradia da maioria dos jovens que participam dos projetos da ONG Trilha Cidadã.

Um aspecto a considerar são as interações da Trilha Cidadã com a Prefeitura de São Leopoldo, em especial a Diretoria Municipal de Políticas de Juventude, que tem se constituído em canal de diálogo com o poder público, considerando as assessorias no planejamento estratégico da DMPJ e a forte atuação da Trilha nos programas da mesma. A ONG conquistou respeito e visibilidade junto ao poder público desse município, sendo uma das instituições referência nas questões de juventude. Assim, a maioria das ações com jovens em São Leopoldo têm a participação da Trilha Cidadã. Em algumas situações, ganha visibilidade nacional, participando de projetos e encontros por indicação da Prefeitura. Por exemplo, em 2008, a ONG recebeu um convite do Canal Futura para ser uma das entidades âncora no estado no projeto “Maleta Futura”, que se organiza por temáticas. A maleta democracia é a que cabe à Trilha coordenar: o processo envolve uma seleção de DVD e de livros sobre a temática. O objetivo é produzir a reflexão nos grupos e comunidades, estimulando as instituições usuárias a promoverem articulações inter-comunitárias a partir das temáticas apresentadas.

Nesse contexto, considero importante apresentar, a partir da coleta de dados, a trajetória da DMPJ de São Leopoldo, seus projetos e programas com jovens e o contexto do Bairro Arroio da Manteiga, sede da ONG Trilha Cidadã.

### 4.1. SÃO LEOPOLDO E O BAIRRO ARROIO DA MANTEIGA

São Leopoldo encontra-se localizada a 34 km de distância de Porto Alegre, município ao qual se liga por uma via expressa, percorrida por várias linhas de ônibus interurbanos, e por um sistema de metrô. A cidade, pólo comercial e industrial regional, é considerada o berço da imigração alemã no sul do Brasil, embora, deva-se registrar, tenha sido erguida através de muito trabalho escravo. É a sede da maior instituição universitária católica, de orientação jesuítica, do país.



Figura 1- Região Metropolitana de Porto Alegre

Fonte: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser (FEE) - [http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg\\_estado\\_mapa\\_3.php](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_estado_mapa_3.php) (acessado em 14/06/2006)

São Leopoldo faz parte da Região Metropolitana de Porto Alegre, situando-se na Região do Vale do Rio dos Sinos. Possui 214.904 habitantes<sup>36</sup>, dos quais 56,8% são jovens entre 14 e 30 anos. Ocupa o 10º lugar na percentagem de população juvenil, considerados os 18 municípios do Vale do Rio dos Sinos. Esta juventude faz parte da “explosão demográfica” ocorrida nas décadas de 1960 a 1980, quando a cidade recebeu um grande contingente populacional.

**Tabela 3 - Demografia da população de São Leopoldo**

Ano	1970	%	1980	%	1990	%	2000
População geral	64.433	34,3	98.093	41,6	167.969	13,2	193.547
População de 15 a 24 anos	28.941	44,9	31.982	32,6	47.104	28,0	51.995

Fonte: DICK, Hilário (coord). Às margens juvenis de São Leopoldo: dados para entender o fenômeno juvenil na região. São Leopoldo: Cadernos do IHU/ UNISINOS, 2005.

A cidade recebeu grande contingente de migrantes do interior do Estado, entre 1970 e 1990, processo que foi reduzindo a partir daí. Para Dick (2005), a vinda de estudantes universitários para São Leopoldo, nas décadas de 1970 e 1980, foi bem mais significativa do que na década posterior. Na população geral, de 1970 a 1990, houve um crescimento populacional de aproximadamente 104.000 pessoas (162%) e na faixa etária de 15 a 24 anos o crescimento foi de aproximadamente 18.000 pessoas (62,1%).

<sup>36</sup> Dados da FEE 2006.

Observa-se que a faixa etária juvenil, entre 1970 e 1980, cresceu mais que a população geral. Nas décadas de 1980 e 1990, o crescimento foi menor e entre 1990 e 2000 percebe-se que o crescimento da faixa etária juvenil excede em mais de 100% o crescimento da população geral.

**Tabela 4 - Crescimento da população jovem de São Leopoldo de 2000 a 2006**

Ano	2000	2006	Crescimento (%)
15 a 19 anos	18.633	20.457	9,79
20 a 29 anos	33.362	36.628	9,79

**Fonte:** Dados de 2000 - IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000. Dados de 2006 - Estimativa Populacional DATASUS (2006).

**Tabela 5 – População jovem por faixa etária e sexo**

ANO	15 A 19 ANOS		20 A 24 ANOS		25 A 29 ANOS		SUB-TOTAL		TOTAL
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
2001	9514	9401	8962	8884	8034	8090	26510	26375	52885
2002	9588	9455	9247	9207	8190	8230	27025	26892	53917
2003	9540	9383	9591	9599	8382	8410	27513	27392	54905
2004	9416	9246	9936	9983	8612	8640	27964	27869	55833
2005	9288	9119	10199	10272	8894	8933	28381	28324	56705
2006	9195	9035	10335	10420	9227	9292	28757	28747	57504

**Fonte:** FEE. Estimativa da população, por município, faixa etária e sexo, Rio Grande do Sul.

A população de São Leopoldo, na faixa etária de 15 a 29 anos, elevou-se de 51.995 mil em 2000, para 57.085 mil em 2006. Para os economistas, a dinâmica demográfica pode se constituir em um elemento que contribui para pressionar o mercado de trabalho, pois o crescimento populacional elevado requer maior capacidade de geração de emprego pelo mercado de trabalho, de modo a absorver produtivamente as pessoas que nele ingressam.

Em termos de sua composição por sexo, constata-se que o contingente de homens jovens é levemente superior ao de mulheres jovens, na faixa etária de 15 a 19 anos, o que vai alterando nas faixas etárias mais elevadas. No subtotal por sexo, a população jovem masculina é, com pouca diferença, superior à de mulheres jovens. Há que se pensar, portanto, em ações que contemplem ambos os sexos.

Considerando a faixa etária de 14 aos 29 anos, temos 56.309 pessoas que vivem na cidade cortada pelo Rio dos Sinos, e é ele quem a divide em “Região Norte” e “Região Sul”. A parte Norte abrange os bairros Arroio da Manteiga, Campina, Vila Sharlau, Rios dos Sinos, entre outros, e conta 18.303 jovens de 14 a 30 anos. A parte Sul envolve os bairros Feitoria – o mais populoso do município –, São Miguel, Vila Vicentina, Vila Batista, Centro, Morro do Espelho, Rio Branco, Vila Duque, entre outros, contando com uma população juvenil de 31.897, na faixa etária dos 14 aos 30 anos.

Em âmbito educacional, São Leopoldo possui 6 creches, 8 escolas de Educação Infantil e 35 estabelecimentos municipais de Ensino Fundamental. Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação (março de 2008) o município conta com 25.090 alunos na rede municipal. Na rede estadual são 30 escolas, sendo 8 de ensino fundamental e 22 de ensino médio, totalizando 18.915 alunos na rede estadual. Já a rede particular apresenta 25 escolas, incluindo as técnicas, com 4.302 alunos. No ensino superior, São Leopoldo possui 3 instituições privadas. Quanto ao índice de não-alfabetizados, o município possui 1,6% dos jovens, na faixa etária dos 14 aos 30 anos.

Do ponto de vista histórico, o município se constitui na área da antiga Feitoria do Linho Cânhamo (1788), que proveu, com trabalho escravo, cordas e amarras para a Armada Real. Em 1824, foi ponto de desembarque e povoamento para a primeira leva de imigrantes originários dos estados alemães, processo que não foi pacífico, considerando os povos indígenas que habitavam a região e resistiram à ocupação/invasão de suas terras. A Feitoria do Linho-Cânhamo foi criada para produzir cordas e cordoalhas para os navios à vela dos portugueses. A Casa da feitoria, hoje Casa do Imigrante, é um dos marcos históricos importantes do município (Moehlecke, 1998).

Dick (2005, p. 5) chama atenção para a proporção de jovens entre os imigrantes. A partir dos estudos de Janaína Amado, diz que “os moradores de São Leopoldo eram extremamente jovens em seu conjunto – 53,8% tinham menos de 20 anos de idade, 72,8%, menos de trinta, em 1845”. De qualquer forma, são outros tempos e outras concepções e representações de juventude. Porém, é importante tal consideração, pois geralmente a questão juvenil é excluída desses processos de construção da escrita da história. São considerados imigrantes e o que conta é a dita “origem” – alemã, italiana, polonesa entre outras – e não os homens e mulheres em seus diferentes tempos de vida.

Segundo estudos de Dick (2005), foi um local de passagem para os jovens; “os meninos” que estudavam com os jesuítas e retornavam para suas regiões, os seminaristas que se formavam e iam embora, os jovens soldados que cumpriam seu tempo de serviço militar nos três quartéis da cidade e retornavam para suas casas, os estudantes de Teologia do Sinodal<sup>37</sup>, que vinham de muitas partes, estudavam e iam embora e a própria Universidade do Vale dos Sinos, que “invadiu” a cidade, sendo que dos 30 mil alunos, somente 6 mil são da cidade.

---

<sup>37</sup> É uma escola particular Luterana de ensino fundamental e médio. Congrega também a Escola Superior de Teologia localizada em São Leopoldo.

São Leopoldo atualmente possui apenas 653 pessoas morando na zona rural. Tem, portanto, uma geografia urbana claramente delimitada. Possui 24 bairros, 152 vilas, 50.200 jovens vivendo nestes locais e, apenas, 6.109 vivendo no centro da cidade. Trata-se, pois, de indicador importante para as políticas públicas de juventude.

Algumas outras informações merecem destaque. Também em São Leopoldo, o futebol é um espaço de visibilidade da violência, com grupos rivais em disputas que promovem brigas. As torcidas do Internacional (Camisa 12) e do Grêmio (Geral) estão atuando informalmente, não sendo reconhecidas pelos clubes, devido aos homicídios ocorridos nestes últimos anos envolvendo lideranças e participantes dessas torcidas. Andar com camisetas do Grêmio e do Internacional pelas ruas de São Leopoldo tornou-se um ato perigoso, devido a esses crimes<sup>38</sup> decorrentes da rixa entre torcidas. Encontrou-se referência a muitos outros grupos de torcidas como a Raça Tricolor, a CLDS, Super Raça e a XXL, que reúne torcedores do Inter ou do Grêmio, sendo que a XXL envolve torcedores tanto do Grêmio como do Internacional. Neste caso, a rivalidade é contra os “outros”, isto é, que não fazem parte da XXL.

Informações de Dick (2005) apontam São Leopoldo como uma das cidades mais violentas do Rio Grande do Sul, especialmente em relação à morte de jovens.

Segundo reportagem do Jornal Zero Hora de 26 de fevereiro de 2008, São Leopoldo está entre as 10 cidades mais violentas do Estado, com 63 homicídios registrados somente em 2007. Entre as medidas para conter a crescente criminalidade, a prefeitura instalou neste ano 27 câmeras de vigilância eletrônica em diferentes pontos. O município também está no topo do *ranking* estadual de furto e roubo de veículos. Conforme avaliação da Secretaria Municipal de Segurança Pública (Semusp)<sup>39</sup>, os índices de homicídio em São Leopoldo são resultado da indústria do crime organizado, que promove o tráfico de drogas. Segundo a reportagem, para enfrentar a violência, o município implantou o Programa Comunidade Segura, que oferece uma série de ações preventivas, envolvendo a Guarda Municipal, órgãos policiais e comunidade. Com apoio do Governo Federal e contrapartida do município, São Leopoldo recebeu mais de R\$ 5 milhões em recursos para segurança pública, no período de 2004 a 2007. Foram realizadas oficinas de prevenção à violência que beneficiaram mais de 17 mil

---

<sup>38</sup> Informações do comandante da Brigada Militar de São Leopoldo, tenente-coronel Carlos Magno, em reportagem publicada na página do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. [http://www.mp.rs.gov.br/imprensa/clipping\\_fonte/clipping/id51493.htm](http://www.mp.rs.gov.br/imprensa/clipping_fonte/clipping/id51493.htm). Acesso em outubro de 2008.

<sup>39</sup> Pronunciamento do Secretário Municipal de Coordenação Política e Comunicação, Ibanês Mariano, durante o Fórum RZO de Gestão Pública, realizado na Assembléia Legislativa, no dia 29 de maio de 2008 no painel "Diminuição da violência local através do vídeo de monitoramento de vias públicas".

peessoas. A Semusp colocou em prática o Plano Municipal de Segurança Pública, o qual promove medidas para garantir a cidadania e inclusão social em setores ou regiões com focos de violência e criminalidade. Outra iniciativa foi a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento Urbano (SIM), que possui 27 câmeras de vídeo distribuídas no Centro e em 14 bairros. Segundo o Secretário Municipal de Coordenação Política e Comunicação, muitos arrombamentos foram impedidos com a vigilância das câmeras e o socorro aos acidentes de trânsito foi mais rápido devido à colocação dos dispositivos próximos à BR 116. O Sistema Integrado de Monitoramento Urbano (SIM), conta com uma Central de Monitoramento, que é operada por agentes da Guarda Municipal, de Trânsito e da Brigada Militar.

A pesquisa coordenada por Dick e apresentada a seguir aponta que os três tipos de violência mais temidos pelos jovens entrevistados em São Leopoldo são: em primeiro lugar, “sofrer estupro” (33,6%), em segundo “ser assaltado com violência” (26,6%), em terceiro “ser atingido por bala perdida” (18,1%). O primeiro espaço definido como perigoso trata-se da rua. Ainda sobre as causas da violência, aparecem três respostas, em ordem de escolha: “tráfico de drogas” (28,1%), “falta de apoio familiar” (22,7%) e a “pobreza e baixos salários” (19,9%).

Analisando os dados do Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros de 2008<sup>40</sup>, observa-se que dos 200 municípios com maior número de homicídios juvenis em 2006, 11 ficam no RS: POA (16º) e São Leopoldo (86º) com uma taxa de homicídios de 94,1% em 2006. Dentre os 200 municípios elencados, os de maior número de mortes juvenis por agressão intencional, que correspondem a 3,6% do total de municípios, concentram 47,3% da população do país – municípios de grande porte – e 79,5% dos homicídios juvenis acontecidos no ano de 2006. Entre os com maiores índices de vitimização juvenil, São Leopoldo fica em 199º, com uma taxa de vitimização<sup>41</sup> de 36,9%.

---

<sup>40</sup> O Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008 foi lançado pela Rede de Informação Tecnológica Latino Americana (RITLA), o Instituto Sangari, o Ministério da Saúde e o Ministério da Justiça. O estudo elaborado por Julio Jacobo Waiselfisz, Diretor de Pesquisas do Instituto Sangari, analisa a mortalidade causada por homicídios em geral, com foco especial nos homicídios juvenis, por acidentes de transporte e por armas de fogo. Trata-se da segunda publicação sobre o assunto que analisa a evolução das taxas de óbitos nos 5564 municípios do Brasil, ocorridos entre 2004 e 2006. O trabalho fornece subsídios estatísticos para um diagnóstico local e focalizado da realidade da violência letal.

<sup>41</sup> O estudo Waiselfisz (2008) utilizou como medida de vitimização a proporção de homicídios juvenis com relação ao total de homicídios acontecidos em 2006 nos municípios. Essas medidas de vitimização são um indicador do grau de concentração da violência letal entre os jovens. Os jovens, em média, representam algo em torno de 20% da população total. Se o índice ultrapassa significativamente essa proporção, trata-se, pois, de área com sérios problemas de exclusão juvenil. Assim, se o índice de vitimização juvenil resulta baixo, podemos dizer que a violência letal é um fenômeno que afeta pouco a juventude. Se o índice gira perto de 20%, podemos dizer que é um problema que afeta a juventude, mas da mesma forma que ao restante da população. E se a proporção excede significativamente esse patamar de 20%, pode-se afirmar que existe elevada dose de vitimização da juventude, e tanto maior será quanto maior for o índice calculado.

São Leopoldo tem, portanto, um longo caminho a percorrer no equacionamento das questões referentes à relação entre violência e juventude. Faltam recursos no sistema de justiça criminal para a melhoria das condições de internação e capacitação de gestores da segurança pública e, por outro lado, há grandes desafios no campo da educação e do trabalho, pois a heterogeneidade das condições de vida dos jovens que vivem no meio urbano desse município e, igualmente, de outras partes do Brasil, tem gerado demandas diferenciadas. Em relação ao Brasil, segundo dados do Relatório de Desenvolvimento Juvenil de 2007<sup>42</sup>, a mortalidade juvenil vem crescendo historicamente, contrariando as tendências do restante da população, cujas taxas de mortalidade têm caído ao longo dos anos, aumentando a expectativa de vida. A principal causa da mortalidade de nossa juventude encontra-se nas denominadas mortes violentas. Praticamente duas em cada três mortes de jovens têm sua origem em fatos violentos. No contexto internacional, se as taxas de mortalidade de jovens ocasionadas por suicídios são relativamente baixas, acontece o contrário quando entramos no capítulo das mortes ocasionadas por homicídios ou por acidentes de trânsito.

Outro cenário que merece destaque nesta pesquisa trata-se do Bairro Arroio da Manteiga (anexo 1), onde está situada a sede da ONG Trilha Cidadã. É o segundo bairro mais populoso e um dos mais pobres do município.

Caracteriza-se como bairro residencial e comercial, com uma larga rua asfaltada que termina na BR 116. Nessa rua há uma concentração de lojas, mercados, fruteiras, borracharias, ferragens, entre outros estabelecimentos. As ruas laterais vão ampliando o bairro, que segue em direção ao morro onde existe uma grande concentração de casas que dão forma ao loteamento Tancredo Neves, que começou a ser construído no início do ano 2000. Em 2008, a Prefeitura desenvolveu uma política habitacional para essa área, considerada o único espaço de expansão habitacional do município.

O Arroio da Manteiga é um dos bairros mais antigos, porém de maior fluxo populacional. As primeiras famílias começaram a chegar na década de 1970, provocando a concentração populacional. Até então, essa região era conhecida como área de prostituição, com moradias muito distantes uma das outras. A vinda de famílias para esta parte do

---

<sup>42</sup> Trata-se do terceiro relatório sobre o assunto - anteriores foram divulgados em 2003 e em 2005. O estudo elabora um amplo panorama da situação da juventude nas 27 Unidades Federadas (UFs) do Brasil e a evolução da situação ao longo dos últimos anos. O Relatório propõe um indicador sintético das condições de vida da juventude denominado Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ), que utiliza critérios semelhantes aos do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – educação, saúde e trabalho - adaptando-os de modo a contemplar questões específicas relacionadas com os jovens.

município está relacionada ao “boom” do setor calçadista no Vale dos Sinos, a partir da década de 1970. Muitas dessas famílias vieram do Paraná.

O bairro é cortado por dois arroios – Manteiga e Cerquinha – que devido à ligação com o Rio dos Sinos entraram no PAC federal, devido à poluição doméstica. Assim, está prevista a remoção de famílias do entorno dos arroios.

Historicamente o bairro vem sendo alvo de ações de muitas instituições: universidades, Associação dos Estudantes Universitários, igrejas, empresas, além dos órgãos públicos, que têm atuado com projetos e ações, considerando o grau de vulnerabilidade social do bairro. Por outro lado, há uma mobilidade social muito grande das pessoas. Formam-se as lideranças que acabam, geralmente, indo embora em função da violência e do desemprego, o que tem gerado inconstância nos espaços comunitários.

Há no bairro um alto índice de mortalidade juvenil em função das brigas de torcidas organizadas e do narcotráfico. Segundo pesquisa, é considerado um dos bairros mais violentos do município. Além dos conflitos entre as vilas do bairro, parte da torcida “Camisa 12” e “Raça Tricolor” moram no Arroio da Manteiga.

O bairro atrai muitas pessoas em conflito com a lei, por encontrarem ali fácil esconderijo. Isto, somado à violência, tem despertado certo preconceito que, segundo gestores da ONG Trilha Cidadã, leva muitos jovens a não dizerem que são moradores do Arroio da Manteiga, e sim do Bairro Campina, que fica mais próximo do centro e faz limite com o mesmo arroio. Hilário Dick registra que o bairro não possui espaços integradores. Há uma escola de ensino médio no limite com o Bairro Campina. Infelizmente, na localidade em questão não encontramos escolas e, muitos jovens, para estudar, dirigem-se ao centro da cidade ou para a escola Emílio Sander, que fica no Bairro limítrofe de Campina, a qual apresenta uma lista de espera de 800 jovens.

A pesquisa<sup>43</sup> intitulada *Discursos à Beira dos Sinos. A emergência de novos valores na juventude: o caso de São Leopoldo*, desenvolvida pela Unisinos, Coordenadoria de Juventude e Rede Latino-Americana de Investigadores em Juventude apresentou os seguintes dados referentes aos jovens do bairro Arroio da Manteiga:

---

<sup>43</sup> Realizada de 2003 a 2005, sob a coordenação de Hilário Dick, a pesquisa envolveu 700 jovens de escolas e bairros de São Leopoldo, a partir de um questionário com 95 perguntas, tendo como objetivos: compreender a realidade juvenil de São Leopoldo; pesquisar os valores e as mudanças de valores vividos pelos jovens, abrindo pistas para possíveis intervenções; comparar os dados obtidos em SL com outras cidades da América Latina; colaborar com a Diretoria de Políticas de Juventude do município possibilitando a fundamentação das atividades. Os resultados foram publicados em: DICK, Hilário. *Discursos à Beira dos Sinos – a emergência de novos valores na juventude: o caso de São Leopoldo*. São Leopoldo: Cadernos do IHU/ UNISINOS, 2006.

- 48% dos jovens dizem se encontrar com os amigos uma vez por semana, e a média da pesquisa para o total da amostra foi de 70%,
- 31,5% dos jovens do bairro estudam,
- 1,9% dos pais (homens) têm ensino médio completo,
- Os jovens entrevistados nesse bairro são os que afirmam menos confiança na instituição escolar (29,7%),
- Também nesse bairro está a maior percentagem de pais migrantes,
- A percentagem mais alta dos jovens em “união estável” situa-se nos bairros Arroio da Manteiga e Santos Dumont.
- Os bairros Arroio da Manteiga e Campina se destacam no número de jovens que buscam emprego. Considerando o total dos entrevistados na pesquisa, o trabalho foi considerado a segunda coisa mais importante para melhorar a vida. Em primeiro aparece o estudo (92,6%).

Outro aspecto considerado na pesquisa trata-se da família. Para os jovens entrevistados a “boa relação familiar” é a coisa mais importante em suas vidas, e o item “família” foi considerado como “importante” ou “muito importante” por 92,9% dos entrevistados: neste caso, de maior importância que o item trabalho.

Esses dados, em parte, apontam caminhos para o trabalho da ONG Trilha Cidadã no sentido de fortalecer vínculos, sejam eles de amizade, pertencimento geográfico ou escolar, pois se trata de uma juventude que precisa se encontrar mais, fazer coisas juntos, reconhecer o bairro como espaço de atuação, enfim, o grande desafio da Trilha, nesse bairro, é ser espaço integrador dos jovens com programas e projetos não só voltados à preparação para o trabalho, mas em diferentes ações onde os jovens possam assumir responsabilidades, refletir com o outro e expressar seus talentos, sentimentos e necessidades. Fortalecer a auto-estima e o pertencimento é fundamental para esses jovens filhos de pais migrantes. A referida pesquisa aponta ainda que, se os pais dos entrevistados foram para São Leopoldo movidos pela utopia do trabalho com remuneração fixa, essa utopia não vale mais para seus filhos.

Neste cenário, cabe comentar o trabalho desenvolvido pela Diretoria Municipal de Políticas de Juventude, que tem o compromisso, como poder público, de apresentar propostas que ampliem as possibilidades de uma vida melhor para esses jovens.

#### 4.2 DIRETORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS DE JUVENTUDE DE SÃO LEOPOLDO

Os Conselhos da Criança e do Adolescente deixaram pendente um apoio institucional próprio à juventude. Assim, frente ao surgimento de programas públicos para a juventude, surgem, em menor número, os Conselhos de Juventude, em algumas cidades e estados. O surgimento desses conselhos, em certos casos, possibilitou um novo contexto às políticas públicas locais de juventude, no sentido do reconhecimento institucional das questões juvenis e afirmação das políticas de juventude. Acrescentam-se as experiências, em diferentes Estados e municípios brasileiros, de Fóruns e Congressos de Juventudes, Secretarias e Assembleias da Juventude, Movimento Jovem, Orçamento Participativo da Juventude (OPJ), Núcleos de Estudos e Pesquisa da Juventude, Associativismo Jovem, Organização Brasileira de Juventude (OBJ), Institutos e ONG da Juventude e, no plano da América Latina, a Organização Ibero-americana da Juventude (OIJ), entre outros.

Simultaneamente, novas ações para o segmento juvenil são articuladas no âmbito do poder executivo brasileiro em parceria com a sociedade civil, tendo em vista projetos ou programas, alguns financiados pelo governo federal. A criação de órgãos específicos para a promoção juvenil na esfera municipal representa o esforço de aproximação aos problemas e expectativas dos jovens. São iniciativas que resultam numa diversidade de práticas e tensões e criam situações novas no âmbito da gestão municipal (Sposito, 2007).

São Leopoldo se insere nesse movimento, criando, em fevereiro de 2005, no âmbito da Administração Popular, a Coordenadoria Municipal da Juventude (CMJ), com o objetivo de ser um canal de diálogo com os jovens. De forma articulada com as secretarias municipais, a CMJ vem desenvolvendo ações visando efetivar as políticas públicas de juventude em São Leopoldo. Juntamente com outros órgãos dos governos municipal, estadual e federal, e com instituições da sociedade, a CMJ busca desenvolver projetos e programas na perspectiva de inserção social, econômica e cultural dos jovens leopoldenses. Em 2008, a denominação foi alterada para Diretoria Municipal de Políticas de Juventude devido às exigências do Ministério Público, que não reconhecia a Coordenadoria no quadro de cargos e salários da Prefeitura.

Nas palavras do diretor de juventude:

É, portanto, um órgão ligado diretamente ao gabinete do prefeito, que tem *status* político de uma secretaria, faz parte do primeiro escalão do próprio governo e tem então esse peso político tanto internamente no governo como também pra fora. E foi desde lá assim com este objetivo, construindo políticas públicas com as secretarias, com uma idéia de transversalidade, intersetorialidade, integração

de políticas e também de apoiar e incentivar a organização juvenil em diversos organismos, organizações enfim e essa relação direta com a juventude. (Adriano, diretor de Juventude, entrevista 11/2007)

Em 2005, foram criadas também as Coordenadorias da Mulher e da Igualdade Racial, constituindo-se em uma inovação de algumas prefeituras que buscaram incorporar na gestão municipal o debate dos anos 1990 sobre a diversidade e a importância de ampliar a escuta dos novos atores sociais que passam a ocupar a cena pública.

A iniciativa de criação de órgão específico voltado para as ações com os jovens resultou das discussões e mobilizações de jovens inseridos em igrejas, partidos políticos, grupos culturais, estudantes universitários que ganhavam visibilidade na cena pública. O ápice ocorreu em janeiro de 2005, quando a União Leopoldense de Estudantes Secundaristas (ULES), a Pastoral da Juventude, a Juventude Evangélica (IECLB) e o movimento *hip hop*, com apoio da Prefeitura Municipal, organizaram o encontro: *A juventude e a nova cidade rumo ao Fórum Social Mundial, mobilizando jovens em oficinas, debates, shows e passeata*<sup>44</sup> (Entrevista com o diretor de Políticas de Juventude, 11/2007).

Se em 2005 houve maior visibilidade das ações juvenis em São Leopoldo, antes disso os jovens vinham marcando presença nos momentos importantes da cidade. Em 2002, por exemplo, foram os principais protagonistas dos protestos decorrentes de denúncias, através de fitas VHS, que registraram o pagamento e recebimento de propinas a vereadores de São Leopoldo. A grande cobertura da mídia gaúcha, e vinte horas de julgamento, transformaram a composição da Câmara Municipal de São Leopoldo e a própria história do Legislativo local.

Ao mesmo tempo, fica evidente que as jovens lideranças de São Leopoldo acompanharam, seja através das pastorais, partidos ou diretórios acadêmicos, o debate nacional, em alta em 2005, sobre políticas públicas de juventude. Nas entrevistas com Adriano e Eduardo, da DMPJ, e com os gestores da Trilha, a referência a esses processos foi recorrente.

A primeira ação da Coordenadoria, hoje Diretoria, foi a realização, em 2005, da 1ª Conferência Municipal de Juventude, a qual mobilizou 5000 jovens, 10% da população *de 14 a 29 anos e, portanto, um processo que marcou na cidade, deu visibilidade para a própria coordenadoria*, segundo Adriano. A proposta envolveu discussões em escolas, igrejas, grupos juvenis (*skate*, bandas de músicas) como forma de ouvir jovens e levantar demandas e anseios.

---

<sup>44</sup> As falas transcritas das entrevistas e dos grupos de conversação articuladas na continuação de frases dos parágrafos serão apresentadas em itálico como forma de destacá-las no conjunto das idéias escritas.

Os projetos e atividades da Diretoria Municipal de Políticas de Juventude constitui um conjunto de ações que giram em torno do eixo trabalho e cultura (apêndice 3) e são pautados pela concepção do jovem como alguém que está em formação. *Então é ali que a gente consegue dialogar com o jovem sobre essa visão de mundo, dessa perspectiva de visão de profissão, então pra nós é isso que caracteriza a juventude* (Adriano, diretor da DMPJ, entrevista 11/2007).

O acesso ao trabalho parece ser o tema central dos projetos da Coordenadoria de Juventude, pois *hoje o que faz ele [o jovem] voltar a estudar, por exemplo, no EJA, porque ele quer acessar o mundo do trabalho, porque lá quando ele vai pra uma fila de emprego exigem que ele tem que ter o Ensino Médio* (Adriano, diretor da DMPJ, entrevista 11/2007).

Para os jovens, mais do que para outros segmentos da população, o trabalho aparece na sua urgência e precariedade, expressão de uma crise maior, vivida como um jogo onde é preciso ter sorte, como se trabalho pudesse ser sorteado numa rifa de loteria. Alguns ganham o lugar de outros, que perdem o trabalho que tinham ou tiveram por um breve tempo. Ainda há aqueles que ficam fora porque nunca conseguiram entrar no jogo. E, mesmo paradoxalmente, é preciso ter experiência para conseguir o primeiro emprego. Para Adriano, diretor da DMPJ, de São Leopoldo:

São Leopoldo é uma cidade urbana, é um município urbano, então você pensar São Leopoldo onde não tem espaços públicos de lazer, não tinha, espaços culturais, eventos assim, que é o tempo livre da galera. Você não ter dinheiro pra se deslocar, você não ter o dinheiro pro ingresso, então isso é uma dimensão que ele precisa ter renda. As famílias não dão conta mais disso.[...] Não do ponto de vista do trabalho que ainda impera muitas vezes em alguns setores, de que tem a idéia do trabalho como apenas manual, ou seja, tu ter que exercitar, mas o trabalho como uma dimensão da vida dos jovens. É um pouco complexo, mas se a gente pegar a pesquisa que a gente fez com a própria Trilha em parceria com a Unisinos a gente vai dialogar ali que tem a cada dois jovens, um está desempregado e está com perspectiva de emprego, você tem ali que se a escola e a sociedade não derem essa oportunidade de inserção no mundo do trabalho, os jovens começam a não só a questão da violência, mas perder perspectiva de futuro. (Entrevista, 11/2007)

Na concepção do diretor de juventude da DMPJ, a dinâmica do trabalho, além da renda proporcionada, representa possibilidade de acesso ao mundo juvenil, às práticas de circulação e consumo dos segmentos jovens. São Leopoldo acompanha, assim, o modelo de políticas juvenis que começa a se generalizar no início do século XXI, ou seja, políticas mais preocupadas com a incorporação dos jovens no mercado de trabalho. Uma série de programas é promovida por organismos internacionais de capacitação para o emprego, como é o caso do

BID. Também a ONU<sup>45</sup>, no Informe sobre a Juventude Mundial<sup>46</sup> de 2005, alertava para o desafio a ser enfrentado pelos Estados e pela sociedade em geral, de encontrar formas sustentáveis para concretizar os direitos humanos dos jovens e romper o ciclo intergeracional da pobreza. O caminho apontado pela ONU destacava a necessidade de intervenções públicas nas áreas de educação, saúde e emprego.

Além do trabalho, a Diretoria de Juventude de São Leopoldo desenvolve projetos nas áreas da assistência social, da cultura, da educação, do esporte e do lazer, da participação popular e da saúde. São eles<sup>47</sup>:

**Assistência Social:** A Diretoria Municipal de Políticas de Juventude é responsável pelo **Projeto Agente Jovem**. Durante um ano, 125 jovens de 15 a 17 anos têm formação em Prevenção, Direitos Humanos e Preparação para o Trabalho. Cada jovem recebe auxílio financeiro de R\$ 780,00 durante o projeto.

**Cultura: Grafitando São Leo** – Projeto de oficinas e atividades culturais sobre a arte do grafite. Desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer (Smed), a idéia do projeto é dar uma cara nova para a cidade. Abrange as oito instituições participantes do Programa Escola Aberta, além de outros espaços da cidade, como passarelas, viadutos, praças, ginásio, escolas, trem e outros locais de visibilidade.

**Semana Municipal de Juventude** – Com a participação de diversos grupos, movimentos e entidades juvenis leopoldenses, o evento acontece a cada ano, com sessão solene na Câmara de Vereadores. A programação inclui atrações culturais, oficinas nas escolas e em diversos bairros da cidade

**Educação: Apoio à formação de grêmios estudantis** – A Diretoria Municipal de Políticas de Juventude tem contribuído na formação de novos grêmios nas escolas municipais e estaduais de São Leopoldo. Valorizando as parcerias com essas instituições democráticas

---

<sup>45</sup> O compromisso da ONU com a juventude data de 1965, quando os Estados - Membros assinaram a Declaração sobre o Fomento entre a Juventude dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos. Entretanto, foi apenas em 1985, com a instituição pela ONU do Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz, que o tema alcançou materialidade e ampliou sua visibilidade. Em 1995, dez anos após a celebração do Ano Internacional da Juventude, a ONU propõe aos países-membros a adoção de uma estratégia internacional para enfrentar os desafios atuais e futuros da juventude. Esta estratégia foi consubstanciada no Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ), aprovado pela Resolução no 50/1981 da Assembléia Geral das Nações Unidas. (Castro e Aquino, 2008)

<sup>46</sup> Em 2005, após dez anos da adoção do PMAJ, a Assembléia Geral da ONU lança o Informe 2005 sobre a Situação da Juventude no Mundo. Desde a adoção do PAMJ, vários outros mecanismos e acordos internacionais foram firmados, fortalecendo o compromisso dos Estados-Membros com a implementação da Política Nacional de Juventude. (Castro e Aquino, 2008)

<sup>47</sup> Para este mapeamento das ações foram consultados os relatórios anuais e folderes produzidos no âmbito da DMPJ de São Leopoldo.

para projetos culturais, esportivos, a DMPJ privilegia um canal direto com as políticas públicas de juventude.

**Canoagem na Escola** – A iniciativa é uma parceria da Prefeitura de São Leopoldo, através da Diretoria e Coordenação de Esporte da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer (Smed) com a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (Cgtee). Durante dez meses, 50 jovens e adolescentes de 11 a 17 anos oriundos das escolas municipais têm duas aulas semanais monitoradas de prática de esporte e conscientização ambiental no contraturno das aulas.

**Educação de Jovens e Adultos (EJA)** – A Administração Popular de São Leopoldo ampliou de quatro para 14 escolas com EJA na rede municipal de ensino. A EJA é coordenada pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer (Smed), com apoio da DMPJ. Hoje, são 2300 jovens e adultos atendidos, com previsão de ampliação para mais de 3000 vagas no ensino fundamental para alfabetização de jovens e adultos.

**Escola Aberta** – Mais uma parceria entre DMPJ e Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer (Smed), o programa promove atividades nas escolas para os estudantes e a comunidade. Além do conteúdo pedagógico, desenvolve alternativas de lazer, esporte e cultura, bem como geração de renda para jovens. A rede municipal de ensino conta com oito escolas que aderiram ao Programa Escola Aberta: Paulo Beck (Vila Paim), João Goulart (Vila Brás), Santa Marta, Clodomir Moog (Santo Afonso), Grimberg (Boa Vista), Álvaro Nunes (Antônio Leite), Paul Harris (Vila Teresa) e Arthur Ostermann (Feitoria). Cada escola desenvolve uma média de oito oficinas, além de práticas esportivas e espaços de integração. Mais de três mil pessoas participam das atividades mensalmente disponibilizadas nas escolas. O Escola Aberta é um programa desenvolvido pela Administração Popular em parceria com o Governo Federal e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com o objetivo de desenvolver uma cultura de paz.

**Inclusão Digital** – A proposta da Administração Popular é desenvolver políticas de inclusão digital através do Espaço Virtual de Aprendizagem e Multimídia (Evam). Fruto da parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer (Smed) e DMPJ, o projeto deve se estender para as 41 escolas municipais de São Leopoldo. Em 2007, serão estruturados Evams nas seguintes escolas: Irmão Weibert, Paulo Couto, Borges de Medeiros, Olimpio Albrecht, Franz Louis Weinmann, Dilza Flores, João Hoendorff, Castro Alves, Paulo Beck, São João Batista, Maria Edila, Salgado Filho, Emilio Mayer, Barão do Rio Branco, Osvaldo Aranha, Paul Harris, Álvaro Luis Nunes e Zaira Huschild.

**Esporte e Lazer: Construção do Núcleo de Treinamento do Skate Gaúcho** – Construção de pista para a prática do *skate*, vestiários e arquibancada numa área de 800 m<sup>2</sup> no Largo Ruy Porto, ao lado do Ginásio Municipal Celso Morbach. A área é revestida com granilite, incluindo um espaço específico para competição. O projeto tem apoio da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer (Smed), Federação Gaúcha do *Skate* e Ministério do Esporte. O Núcleo foi inaugurado em 2008.

**Construção da Praça Modelo na Feitoria** – Construção de pista de *skate*, quadra poliesportiva, espaço para recreação e lazer para a comunidade da Cohab/Feitoria.

**Construção da Pista de Skate na Campina** – Construção de pista de *skate* da Street Blauth, no bairro Campina, obra votada no Orçamento Participativo.

**Participação Popular: Conferência Municipal de Juventude** – Foram realizadas 29 pré-conferências nas escolas municipais, estaduais e particulares. Estiveram presentes 4.297 jovens entre 14 e 29 anos, elegendo 707 delegados que participaram da Plenária Final, no dia 3 de setembro de 2006 no anfiteatro Pe. Werner, na Unisinos. Os presentes aprovaram um relatório das demandas por políticas públicas de juventude.

**Espaço Juventude** – Trata-se de mais uma parceria de entidades da sociedade, Prefeitura de São Leopoldo, através da DMPJ e Ministério do Trabalho e Emprego. O local conta com 12 computadores que atendem a adolescentes vinculados a programas sociais e à juventude leopoldense em geral. Referência para os(as) jovens, é constituído de telecentro, espaço de convivência e atividades culturais. Funciona junto ao Consórcio Social da Juventude e à CMJ, localizada na Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac, na rua Osvaldo Aranha, 934.

**Pesquisa** – O estudo “A Emergência de Novos Valores na Juventude: o Caso de São Leopoldo” foi realizado em parceria com o Observatório Juvenil do Vale – Unisinos. O trabalho envolveu entrevistas com 95 perguntas, cada uma com 700 jovens leopoldenses na faixa etária de 14 a 30 anos. A pesquisa aponta as características desta faixa etária, seus anseios, valores e necessidades.

**IV Fórum de Juventudes Políticas do Mercosul** – O evento contou com o apoio da Administração Popular, através da DMPJ, que ofereceu a infra-estrutura para a realização do fórum nos dias 22 a 25 de março de 2007, no Parque Imperatriz Leopoldina. A partir desse evento, São Leopoldo foi incluída na Unidade Temática de Juventude da Rede Mercocidades.

**Saúde: Programa Adolescente Consciente** – Este programa da DMPJ tem por objetivo instruir os jovens sobre contracepção, sexualidade e saúde do corpo.

**Programa Geração na Adolescência** – Busca diminuir os riscos das jovens grávidas, tendo grupos de apoio com psicoterapia para a gestante e a família, assim como atendimentos individuais.

**Trabalho: Consórcio Social da Juventude (CSJ)** – é uma iniciativa do Governo Federal, através do Ministério do Trabalho e Emprego, em parceria com a Administração Popular para a qualificação e inserção de jovens no mercado trabalho. Até o momento, foram incluídos 408 jovens, entre 16 a 24 anos, que participaram de cursos de capacitação socioprofissional durante 4 meses. Cada jovem recebeu um auxílio financeiro de R\$ 600,00 durante o projeto, além de alimentação e transporte. Em troca, prestaram 100 horas de serviços comunitários. Entre outros, foram oferecidos cursos de reciclagem, auxiliar de escritório, impressor, garçom, confeitiro e vendedor varejista.

**Escola de Fábrica** – Trata-se também de parceria do Governo Federal e da Administração Popular com o setor produtivo da região, tendo como objetivo a inclusão social de jovens de baixa renda por meio da capacitação profissional em unidades formadoras no próprio ambiente das empresas. A Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer (Smed) é a executora, com o apoio da DMPJ. Participaram de cursos 230 jovens, entre 16 e 24 anos, em seis empresas do município. Apenas no primeiro módulo do programa, foram inseridos 60 jovens com carteira assinada nas empresas. Cada jovem recebeu um auxílio financeiro de R\$ 900,00 durante o projeto.

**Juventude Cidadã** – Iniciativa da Diretoria Municipal de Políticas de Juventude (DMPJ) em parceria com o programa Primeiro Emprego do Governo Federal, visa à qualificação profissional e à educação cidadã. São 100 horas de formação em Direitos Humanos, 200 horas de qualificação profissional, 100 horas de elevação de escolaridade, 75 horas de inserção no mundo do trabalho e 125 horas de estágio. Até 2007, foram incluídos no programa 750 jovens entre 16 e 24 anos. Cada jovem recebe um auxílio financeiro de R\$ 600,00 durante o período.

Esse amplo e diversificado leque de ações demonstra a disposição do Executivo municipal para a temática da juventude com novos espaços de debate e escuta das demandas juvenis.

Analisar os vínculos desses projetos remete a observar a forma de trabalho da Diretoria, que reúne diferentes órgãos públicos e entidades da sociedade, evidenciando a concepção de trabalho da equipe de juventude, que entende o papel da Diretoria como de articuladora de projetos. Segundo o diretor de juventude, priorizam a construção e o acompanhamento dos projetos e não a execução, até porque a infra-estrutura necessária está

com as secretarias. Como reafirma Sposito (2007), estudando a coordenadoria de São Paulo, esses órgãos são criados com o objetivo de transversalizar ações, evitar a sobreposição e repetição de ações e articular com as secretarias projetos que dizem respeito à juventude.

A quantidade e qualidade dos projetos elaborados pela Diretoria têm legitimado os jovens junto às lideranças da Prefeitura de São Leopoldo, espaço privilegiado de atuação política dos adultos. Para além dos “guris que não conseguem recursos” ou “se é para organizar eventos, temos a Secretaria de Cultura”, frases em evidência no cenário político de alguns municípios do RS, as lideranças jovens de SL têm mostrado que a institucionalização pode ser uma via para ampliar a participação dos jovens na esfera pública. A contribuição desta experiência talvez seja mostrar que é possível que gerações diferentes trabalhem juntas.

Considero importante destacar ainda breves comentários sobre a trajetória do jovem Adriano à frente dos projetos da Diretoria de Juventude em São Leopoldo, até junho de 2008. Seu afastamento<sup>48</sup> deveu-se a compromissos políticos assumidos por conta da campanha de reeleição do atual prefeito. Em janeiro de 2008, momento da entrevista, estava com 28 anos, acadêmico de História na Unisinos. Segundo ele:

Desde 96 que eu entrei para a Pastoral da Juventude, eu na minha trajetória aí de 12 anos, venho de grupos de jovens. Fui Secretário Estadual de Juventude do PT do Rio Grande do Sul, fui membro do DCE e sempre participei do Projeto Juventude junto com a Helena Abramo e a Regina Novaes, o que pra mim foi um aprendizado fantástico. Fui assessor do próprio Ary Vanazzi, quando na Câmara dos Deputados nós constituímos a Comissão Parlamentar de Juventude lá, em 2003-2004. Então a Coordenadoria da Juventude ela foi assim esse momento onde nó... eu venho sempre da reivindicação, agora testar na prática o fazer junto com toda a equipe e os parceiros e a própria galera. Mas a gente brinca que é estar do outro lado do balcão e é um desafio porque os limites que o Estado tem que a prefeitura tem são grandes. (Adriano, entrevista 01/2008)

É importante considerar que tanto os jovens da Diretoria Municipal de Políticas de Juventude de São Leopoldo como os gestores da ONG Trilha Cidadã tiveram seus percursos marcados pela Pastoral da Juventude. Se a cidadania é fundamentalmente participação, pode-se pensar que as vivências dos jovens nos grupos religiosos, políticos e de expressão cultural fomentam formas de conhecimento de si e do outro, incentivando atividades públicas e coletivas. Para Regina Novaes, as religiões são *locus* de agregação social, pois juntam os indivíduos e criam obrigações com o mundo circundante. A partir de valores e pertencimentos religiosos, jovens têm atuado no espaço público em diferentes movimentos e instituições. A Pastoral da Juventude tem sido fundamental no fornecimento de militantes para partidos,

---

<sup>48</sup> O atual diretor de políticas de juventude, Eduardo, já era da equipe da Diretoria. Possui 30 anos, é formado em História na Unisinos com trajetória de participação no movimento estudantil.

sindicatos, ONGs, associações, entre outras formas de organizações. A linguagem religiosa também se faz presente em muitas expressões juvenis de arte e cultura. Por exemplo, o maior prêmio do *hip hop*, o Prêmio Hutus, instituiu a categoria *hip hop gospel*, para composições religiosas.

Nesta pesquisa, a Pastoral da Juventude Católica apresentou-se como espaço de formação privilegiada dos jovens que atuam na cidade de São Leopoldo, liderando movimentos e ações que reivindicam uma cidadania que privilegia o fortalecimento do papel da sociedade civil na condução da vida política do município.

Por outro lado, a criação de institucionalidades representa a participação de parcela dos jovens sob responsabilidade do poder público, conseguindo congregando mais a juventude ligada às pastorais, partidos e movimento estudantil. Essa tendência foi observada no estudo coordenado por Marília Sposito, na pesquisa Juventude, Escolarização e Poder Local<sup>49</sup>. Fica, então, o questionamento: Como dialogar com a diversidade dos jovens? Como acessar as demandas dos jovens que não estão nestes coletivos com mais visibilidade?

Em São Leopoldo, parece que esta amostra se amplia com a participação dos grupos culturais e de outras igrejas, entre elas, a juventude evangélica expressiva no município. A atuação da Diretoria junto aos *skatistas* é exemplo desta escuta das demandas dos grupos juvenis. Em parceria com o Ministério do Esporte, a DMPJ implementou quatro pistas de *skate* e o primeiro núcleo de treinamento de *skate* da América do Sul<sup>50</sup>, inaugurado em agosto de 2008.

A Diretoria Municipal de Juventude vive tempos de consolidação de ações, reafirmando as demandas dos jovens frente à cultura política dominante no município. Porém, esses processos não são lineares e as descontinuidades fazem parte da complexidade que é o diálogo entre o poder público e os jovens. A experiência da Coordenadoria de Porto Alegre deixa São Leopoldo em estado de alerta. A cada administração, projetos nasciam com data marcada para findar, geralmente quando encerravam os mandatos. Continuidade não é palavra recorrente entre alguns gestores. Assim, em Porto Alegre, a Assessoria de Juventude passa a Núcleo de Juventude e, em 2005, a Secretaria de Juventude, que passou a centralizar as ações rompendo a continuidade dos programas anteriores.

<sup>49</sup> Os estudos foram desenvolvidos nas Coordenadorias de Juventude nas cidades de Santo André, São Caetano, Goiânia, São Paulo, Porto Alegre, Niterói e Embu das Artes.

<sup>50</sup> É um espaço de 600 metros quadrados com módulos de manobras em sincronia para fazer treinamentos. O investimento foi de R\$ 170.000,00, sendo R\$ 70.000,00 da Prefeitura.

Considerando as ações desenvolvidas pela DMPJ, referida anteriormente, visando à implementação de políticas públicas de juventude em São Leopoldo, cabe, na continuidade deste texto, ampliar as reflexões sobre tais questões.

A Constituição Brasileira de 1988 deu uma nova organização ao sistema federativo brasileiro, redefinindo o papel do governo federal, que passou a assumir prioritariamente a coordenação das políticas públicas sociais, enquanto os municípios, reconhecidos como entes federativos autônomos, assumiram a maior parte da responsabilidade de execução dessas políticas.

O estudo de Celina Souza (2005) aponta mudanças ocorridas na esfera local, a partir das novas institucionalidades, resultado dos compromissos assumidos durante o processo de redemocratização do Brasil. No final dos anos 1990, novas políticas transformaram os governos locais nos principais provedores dos serviços universais de saúde e educação fundamental. “Entre 1988 e 1998, o volume de recursos próprios dos municípios elevou-se aproximadamente 197%” (Souza, 2005, p. 110). A mesma autora propõe uma “tipologia” de gestão das cidades após a redemocratização, baseada em três “paradigmas”. O primeiro reflete a busca de eficiência na provisão dos serviços públicos locais, em que os resultados das políticas públicas assumem relevância diante dos processos de intermediação de interesses ou de cooperação entre grupos sociais distintos. O PFL está mais próximo desse “paradigma”. O segundo está associado ao PT e a sua ênfase recai no estímulo às políticas participativas na linha do autogoverno, particularmente em questões que envolvem a alocação de recursos orçamentários. O terceiro, ainda importante, apesar de abalado pelas iniciativas de algumas instituições formais, prevalece em cidades de pequeno, médio e grande porte, ricas ou pobres, e é aquele no qual as instituições políticas locais ainda são frágeis, dando espaço para políticas locais pouco universais, e para formas de gestão pouco republicanas.

São Leopoldo tem se constituído a partir do segundo modelo, se é que é possível fazer algum tipo de classificação ou enquadramento das realidades em determinados modelos. O município está na primeira gestão do PT, com orçamento participativo e destaque para projetos na área social e cultural, sendo os jovens atores de atenção do poder público.

A DMPJ também participou da pesquisa, referida anteriormente, em parceria com a Unisinos e colaboração da *Red Latinoamericana de Investigadores en Juventud*, para compreender a realidade juvenil do município de São Leopoldo. A pesquisa revelou que 83% dos pais e 82% das mães dos jovens entrevistados não são nascidos em São Leopoldo, ou seja, o município “não é a terra dos pais nem de quase metade dos jovens entrevistados” (DICK, 2006, p. 12). Evidenciou também que o mundo de relações destes jovens são em primeiro

lugar os amigos, segundo o estudo e o trabalho e terceiro a Igreja. Mostram-se muito apegados à família, para 92% dos entrevistados, esta é considerada “muito importante”.

Esse estudo foi um dos pilares para a proposta de trabalho da Diretoria, justificando, por exemplo, as ações de melhorias em 80 praças do município, pois, nos bairros, os espaços de convivência estavam restritos às escolas e campos de futebol.

Pautar a proposta de trabalho da DMPJ por pesquisa e diálogo com os jovens – Conferências Municipais de Juventude em 2005 e 2007 – são iniciativas que renovam as práticas políticas do Executivo Municipal, pois, como anuncia Sposito (2007), analisando a experiência de São Paulo, a máquina pública não tem tradição em utilizar atividades de pesquisa para orientar suas políticas.

Outro aspecto importante da atuação da Diretoria são os projetos realizados desde 2005, articulados ao governo federal: Consórcio Social da Juventude, Escola de Fábrica, Juventude Cidadã e o Jovem Aprendiz fazem do trabalho o eixo central das políticas de juventude neste município. Em relação a esses projetos, o diretor de juventude assim se manifesta: *nós não ficamos no projeto em si apenas, eles fazem parte de uma política mesmo municipal de juventude, ou seja, quando vêm estes projetos nós articulamos eles na dinâmica da Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência, a Saúde, a Cultura, o Esporte* (Adriano, entrevista em 2008).

Segundo dados da DMPJ, 2 mil jovens participaram diretamente desses programas. Destes 2 mil, 800 vivenciaram experiências ligadas ao trabalho, seja através de estágio, emprego formal ou empreendimento autônomo, seja como cooperativado ou individual. E esses 800 jovens são monitorados através do CAGED<sup>51</sup>, que é o sistema de emprego do Ministério do Trabalho e o cadastro do SINE<sup>52</sup>, além do próprio sistema S, principalmente o SENAC. Para Adriano:

Em abril de 2008, 100 jovens vão concluindo o primeiro módulo do Jovem Aprendiz. Estes jovens estão conosco desde 2005-2006. Agora a gente fez o decreto do Jovem Aprendiz, e um dos fatores pra ele acessar o Jovem Aprendiz é ter passado por estes projetos. Então dentro do decreto municipal do Jovem Aprendiz está lá, consta a questão da renda, a questão da idade e tal que vem do governo federal e nós incluímos numa cláusula no município aqui que é ter participado de um projeto social, estão lá na SACIS<sup>53</sup>, lá na SMED que é o EJA, por exemplo, e aqui na própria Coordenadoria de Juventude com as entidades. Então o jovem vem por estes projetos. (Entrevista, 01/2008)

---

<sup>51</sup> CAGED: Cadastro geral de Empregados e Desempregados.

<sup>52</sup> SINE: Sistema Nacional de Empregos.

<sup>53</sup> SACIS: Secretaria de Assistência, Cidadania e Inclusão Social.

Adriano aponta como limites do trabalho da DMPJ a novidade do tema juventude e, em decorrência, a dificuldade do diálogo intergeracional, somado à pouca experiência das instituições públicas e privadas em trabalhar com jovens. Prevaecem, em algumas situações, formas e conteúdos conservadores nos projetos elaborados por tais instituições. Falta sensibilidade não só para incluir os jovens no planejamento, execução e avaliação dos programas, mas também para ampliar o foco das necessidades e problematizar as metodologias de trabalho. Segundo Adriano:

Nós, [Diretoria Municipal de Políticas de Juventude] a Coordenadoria da Mulher, das Pessoas Portadoras de Deficiência e da Igualdade Racial, a gente contribui muito pra esse passo que é um gargalo hoje no setor público do Estado brasileiro que é minimamente se falarem os órgãos, se encontrarem. Teve reuniões assim no começo do governo que, passado o ano assim, as pessoas não se conheciam e de setores importantes. Então, às vezes, a gente protagonizou esses momentos. (Entrevista, 01/2008)

A importância que os governos outorgam a suas instituições da juventude é expressa na hierarquia, grau de autonomia, força política e recursos atribuídos a elas. Um processo de institucionalização se consolida quando existe um serviço civil que permite estabilidade e continuidade das políticas, e quando os processos de formulação de decisões não são vulneráveis à mudança dos ocupantes de cargos diretivos. O orçamento da DMPJ tem ficado em torno de 50 a 60 mil reais por ano, e tem como propósito viabilizar a transversalidade dos projetos entre as secretarias. Por outro lado, desde 2005, quando foi criada a Coordenadoria, foram captados mais de 3,5 milhões de reais se somados os recursos dos projetos administrados diretamente pela DMPJ.

O orçamento é sem dúvida um campo de conflito:

Agora é óbvio que sempre tem as discussões e o importante que, na dinâmica que a gente teve dentro do governo, sempre teve canais e espaços de discussão, na coordenação de governo, secretariado e tal. É óbvio que a gente perdeu alguns projetos por não ter recursos, inclusive projetos importantes, assim que a gente, por exemplo, não tinha dotação orçamentária e nenhuma outra secretaria também quis abrir mão. (Adriano, 01/2008)

Quanto à escuta dos jovens, a DMPJ aponta o Fórum Municipal de Juventude, realizado de dois em dois anos com setores organizados da juventude de São Leopoldo, as duas Conferências de Juventude (2005 e 2007) e o Orçamento Participativo, que tem agregado muitos jovens. Segundo Adriano, diretor da DMPJ:

... não é uma juventude assim pensada por nós ou articulada pela prefeitura, mas vindo da própria comunidade, eles estão se organizando pra reivindicar espaços públicos de lazer, como pistas de *skate*,

praças, quadras poliesportivas na própria escola. Estão junto com os professores, com a comunidade, mobilizando. A gente no ano passado (2007) aprovou aqui na região Centro o Grafitando São Léo e mais projetos pro primeiro emprego. (Entrevista, 01/2008)

A DMPJ defende que são necessárias políticas específicas, porque a juventude é fruto das dificuldades que tem e que passa na sociedade.

... pensa a questão da gravidez, das doenças sexualmente transmissíveis também, continuam aquelas palestras, aquelas coisas que tentam passar aquela coisa que não fazer, não fazer, só que por um lado, a juventude está ali, tem o carnaval, tem as festas, tem a própria mídia, ou seja, as próprias questões das drogas lícitas, ilícitas. Tu não tens hoje políticas específicas que atendam essa especificidade juvenil. (Entrevista, 01/2008)

Também é importante considerar o que dizem os dados. Segundo estudo da FASE/RS, São Leopoldo foi o município que mais reduziu as internações de jovens em conflito com a lei. Os dados indicam que, nos últimos anos, a redução nesse município contraria a tendência do conjunto do sistema da FASE/RS, com aumento de 61,5%. No caso dos adolescentes de São Leopoldo, comparando os anos de 2001 e de 2007, houve queda de 34% e, na comparação entre 2003 e 2007, a diminuição foi de 48,1%. A participação percentual de São Leopoldo nas estatísticas de internação na FASE de Novo Hamburgo caiu de 47%, em 2001, para 33% em julho de 2007. O município chegou a ter 41 jovens privados de liberdade na FASE/RS, para cada 100 mil habitantes em 2003, e, num período curto de tempo, passou a contar com um índice em torno de 21 jovens privados de liberdade para cada 100 mil habitantes, mais próximo à média estadual (11,4%).

Para o diretor de Políticas de Juventude da Prefeitura de São Leopoldo, a primeira medida, em 2005, foi a implementação de medidas sócio-educativas de meio aberto, em vez de encaminhamento direto à FASE.

Esse jovem é atendido por ONG de uma rede de apoio conveniada à secretaria de Assistência Social. Acredito que isso tenha reduzido em 50% a quantidade de jovens no sistema fechado. A grande maioria tem sido estimulada a permanecer na escola ou voltar a estudar. Não adiantam medidas sócio-educativas se não existir políticas de inserção desses jovens na sociedade. (entrevista, 01/2008)

Crescentemente, constatamos que a juventude está na pauta da agenda governamental e nos orçamentos públicos, porém isto torna possível afirmar que existem políticas públicas de juventude? É fato que as políticas públicas de juventude vêm crescendo nos últimos anos no Brasil?

A articulação em nível nacional, envolvendo não só os jovens como também outras presenças, como pesquisadores das universidades e lideranças de organizações da sociedade civil, indicam que houve avanços na formulação de alguns consensos sobre as orientações e os programas destinados aos jovens. Destaca-se também a criação do ProJovem, com integração curricular de educação, capacitação e ações de cidadania, a instalação do Conselho Nacional de Juventude e a estruturação da nova Secretaria Nacional de Juventude.

E São Leopoldo possui uma política pública de juventude? Talvez o que, neste momento, se possa dizer é que São Leopoldo, a partir das ações da DMPJ, avança no processo de romper com a visão adultocêntrica sobre a juventude na implementação das políticas, alargando os canais que possibilitam aos gestores públicos ouvir os anseios, inquietudes e motivações dos jovens.

## 5 A TRILHA E AS JUVENTUDES

Falar em juventude hoje é tratar de contrastes: mais acesso à educação e menos acesso ao trabalho; mais acesso à informação e menos acesso ao poder; mais recursos para uma boa saúde, embora se constitua como a parcela da população que tem o mais alto índice de mortalidade; vive a expansão do consumo simbólico e a restrição do consumo material. Tais aspectos, em parte, definem uma tensão entre autodeterminação e desmobilização, fazendo com que os jovens projetem mais individualmente seus planos de vida. Além disso, estigmatizados, os jovens têm muito pouca voz no sistema político e representativo.

Compreender a etapa da juventude em sua complexidade implica reconhecer que aquilo que é denominado *juventude* adquiriu sentidos diferentes ao longo da história. A juventude encerra uma enorme diversidade de variáveis biológicas, psicológicas, sociais, culturais, políticas e ideológicas. Isso significa dizer que não existe “a juventude”, mas juventudes que expressam situações plurais, diversas e também desiguais na vivência da condição juvenil. No entanto, a simples utilização dessa expressão no plural não garante, por si só, o reconhecimento das realidades vividas pelos jovens, por parte de quem a anuncia. Utilizar a palavra juventudes no plural demonstra algum cuidado com as generalizações que simplificam. Indica perceber os jovens como sujeitos que se distinguem e se identificam em suas muitas dimensões, tais como as de gênero, cor da pele, classe, local de moradia, cotidianos e projetos de futuro.

Nas sociedades industriais modernas, juventude é uma palavra que supõe mais do que idade, biologia, cultura, psicologia ou classe social. A pluralidade de circunstâncias de vida dos jovens, entretanto, nem sempre encontra correspondência nas representações que as sociedades elaboram sobre esse tema; é comum que essas estejam ancoradas em idéias sobre o que seria o jovem ideal e também em estereótipos sobre a juventude que fugiria aos valores de determinado senso moral dominante. Assim, ao considerar que a juventude constitui uma condição social e, ao mesmo tempo, um tipo de representação, é preciso também reconhecer que, quase sempre, os modelos positivos se espelham em jovens que não são das classes populares e reforçam estereótipos e antagonismos nas relações entre as classes sociais.

A seguir apresento alguns dados, reflexões e estudos sobre jovens no Brasil que apontam desigualdades sociais e desafios que ampliam o compromisso das pesquisas, no sentido de aprofundar o conhecimento sobre a diversidade do ser jovem atualmente, possibilitando, com isso, repensar políticas e programas com jovens.

## 5.1 OS ATORES JOVENS

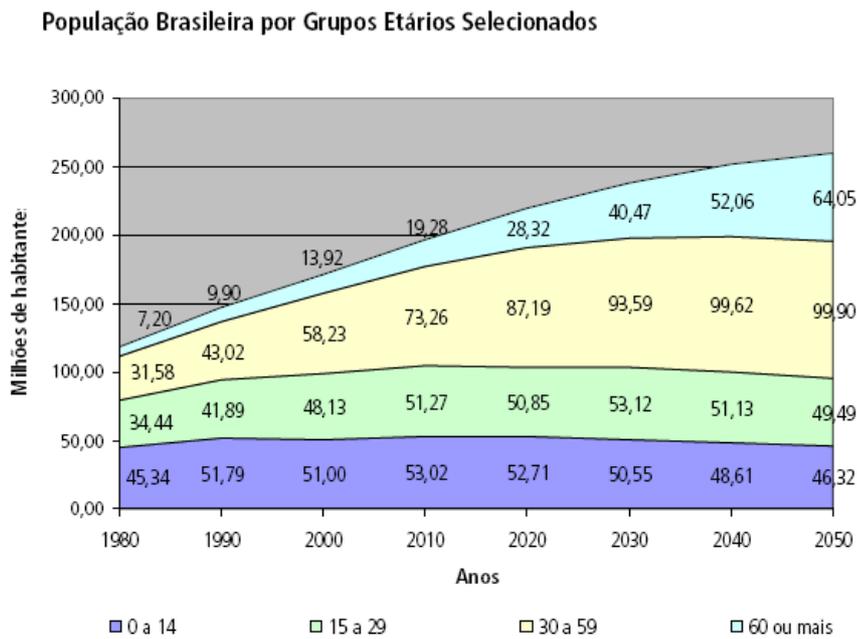
Há que se pensar no futuro não tão longe, diria os próximos trinta anos, quando teremos uma redução do número de jovens, considerando os dados demográficos da população brasileira<sup>54</sup>.

Dados da Projeção Populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE – revisão 2004) apontam que, em 2006, os jovens brasileiros com idade entre 15 e 29 anos somavam 51,1 milhões de pessoas, o que então correspondia a 27,4% da população total. Este contingente é 48,5% maior do que aquele de 1980, quando havia no país 34,4 milhões de jovens; no entanto, ainda é menor do que os 51,3 milhões projetados para 2010.

As projeções indicam, no entanto, que a partir daí a tendência de crescimento da população jovem deverá se reverter, havendo uma redução progressiva no número absoluto de jovens no Brasil, que chegará a 2050 em torno de 49,5 milhões. (gráfico abaixo)

---

<sup>54</sup> O Brasil encontra-se em plena transição demográfica, com um ritmo de crescimento populacional em declínio. Na década de setenta, a população do país crescia a uma média anual de 2,5%, na década de oitenta o crescimento populacional havia se reduzido para 1,9% ao ano e na de noventa para 1,6% ao ano (IBGE, Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991 e 2000). Já a evolução da população jovem apresentou, neste mesmo período, diferenças importantes em relação à da população total: o seu ritmo de crescimento caiu mais intensamente entre as décadas de setenta e oitenta (de 3,0% ao ano para 1,2% ano). Na década de 70, e mais ostensivamente na década de 80, começa a cair a taxa de natalidade, o que origina um arrefecimento no crescimento. A partir do novo século, o Brasil começa a registrar taxas de reposição de sua população. Efeito desses movimentos nas taxas de natalidade e de mortalidade, a participação do contingente de crianças e adolescentes (0 a 14 anos de idade) cai drasticamente: de 38,2% do total da população em 1980 despenca para 26% em 2006. Também cai em proporção bem menor a participação dos jovens, resultado posterior das quedas nas taxas de natalidade: de 21,1% em 1980 para 18,5% em 2004. Mas esse processo de contração da população jovem está em sua fase inicial; vai se incrementar ainda nos próximos anos. Pelo contrário, a população adulta (25 a 64 anos de idade) cresceu bem rapidamente, passando de 36,6% em 1980 para 48,4% do total em 2006. Situação semelhante acontece com a população idosa, que passa de 4% para 7,1% do total da população nesse mesmo período. (Relatório do desenvolvimento Juvenil, 2007)



O peso numérico desse segmento na atualidade, bem como o fato de que suas condições sociais presentes deverão ter impacto sobre a fase seguinte da transição, justificam um olhar especial sobre as questões que afetam e mobilizam os jovens brasileiros hoje.

Nas décadas finais do século XX, houve a chamada “onda jovem”, que significou aumento relativo da população em idade ativa. Com isso, ganha importância o entendimento dos jovens como *atores estratégicos do desenvolvimento*. O slogan era: investir nos jovens de hoje é uma necessidade para incrementar o potencial produtivo das economias nacionais. Investimentos são anunciados na área de educação em prol do acúmulo de “capital humano” pelos jovens. Por outro lado, num cenário de restrição das oportunidades de emprego – que afeta inclusive os trabalhadores já inseridos, desacreditando a estabilidade como marca fundamental da vida adulta –, duas grandes tendências se configuram entre os jovens.

Aqueles de origem social privilegiada adiam a procura por trabalho e seguem dependendo financeiramente de suas famílias; com isso, ampliam a moratória social, podendo, entre outras coisas, estender sua formação educacional. Os demais acabam se submetendo a empregos mal remunerados e, também, dependentes de suas famílias ou sem trabalho ficam, no dizer de Machado Pais (2001), marcando bobeira na esquina.

Sobre isso, é importante lembrar os questionamentos do relatório final da pesquisa **Juventude Brasileira e Democracia**: participação, esferas e políticas públicas.

Cabe refletir sobre o que haveria de comum entre jovens de 15 e 24 anos? Que vínculos existem entre jovens que se encontram com garantias familiares para viver a juventude em concomitância com a idade da escolarização obrigatória e outros de mesma idade que já se encontram diante dos desafios do mundo do trabalho ou da constituição da família? O que têm em comum jovens que vivem em espaços sociais economicamente valorizados da cidade e jovens de favela? Jovens homens e jovens mulheres, ainda que de classes e idades semelhantes? Certamente, as respostas vão muito além da agregação etária, mas apontam para a necessidade de refletir sobre as diferentes condições objetivas e percepções sobre os sentidos de ser jovem. Somente dessa forma é possível caminhar para um olhar sobre a juventude que contemple a sua diversidade, mais adequado à situação real, ou seja, aquela na qual a agregação arbitrária por idade não resume as identificações possíveis num conjunto determinado de homens e mulheres que se reúnem num universo de pesquisa, mas que nos permite perceber experiências geracionais em comum (Novaes, 1998). Nessa perspectiva, pode-se dizer que se está diante de uma mesma geração quando os sujeitos, em alguma medida, vivenciam espaços-tempos comuns de sensibilidades, saberes, memórias, experiências históricas e culturas. (IBASE/POLIS, 2005, p. 7)

Nesse contexto, a noção de “moratória social” representa, ao mesmo tempo, uma conquista e uma negação. No dizer de Abad (2003, p. 27), a instauração da moratória é a chave para definir *ontologicamente* a atual *condição juvenil*, “como uma metáfora da sociedade atual: a contradição entre uma ilusória promessa de liberdade individual e a possibilidade de uma verdadeira conquista coletiva”.

Ser jovem no Brasil hoje é<sup>55</sup>:

- pertencer a um grupo de 35,1 milhões de pessoas entre 15 e 24 anos, portanto 19% da população brasileira;
- estar ligado/a de alguma forma ao mundo do trabalho, pois de cada 10 jovens entre 15 e 24 anos, sete participam do mercado de trabalho como empregado ou procurando emprego;
- estar na faixa da População Economicamente Ativa (PEA) mais atingida pelo desemprego;
- viver em famílias com renda *per capita* de até um salário mínimo (58,7% dos jovens brasileiros estão nessa condição);
- viver na cidade, pois 83% moram na zona urbana e 17% na zona rural;
- viver em um País preconceituoso: as jovens estão mais sujeitas ao desemprego do que os jovens, pois 25% delas estão desempregadas contra 15% dos rapazes;
- ganhar menos do que os adultos. As informações do Dieese para as regiões metropolitanas apontam que o rendimento médio dos jovens é menor em Recife (R\$ 318,00) e Salvador (R\$ 378,00), enquanto o rendimento médio geral (incluindo todas as faixas etárias) nestes municípios é de R\$ 564,00 e R\$ 741,00, respectivamente. O Distrito Federal apresenta a mais

---

<sup>55</sup> Fontes: Tommasi, Nogueira e Corrachano (orgs), Almanaque da Juventude, 2007. IBGE. INEP.

elevada média de rendimento (R\$ 1.297,00), mas esse valor diminui quando se considera a média dos jovens (R\$ 573,00);

- cumprir uma longa jornada de trabalho, geralmente combinada com a dedicação aos estudos. O Dieese indica condições mais adversas para os jovens trabalhadores de Recife, com um período médio de jornada de 44 horas semanais, seguido de Porto Alegre com 42 horas, São Paulo e Distrito Federal com 41h e Salvador com 40 horas.

- estar na escola, pois, segundo o Censo Demográfico de 2000, a taxa de escolarização de jovens de 15 a 17 anos passou de 55,3% para 78,8%.

- pertencer a um segmento que tem dificuldade de concluir o ensino médio. O mesmo Censo revelou que, entre 15 e 17 anos, mais da metade dos jovens que estudam (52,6%) estão matriculados ainda no Ensino Fundamental, destinado a crianças de 7 a 14 anos. A cada 100 alunos que ingressam no Ensino Fundamental, apenas 40 conseguem o diploma do ensino médio.

As respostas às demandas dos jovens exigem que se considere o contexto de dificuldades e possibilidades que marca a sociedade brasileira. Não é possível pensar políticas de juventude e participação juvenil sem considerar as dívidas sociais que se acumularam na história do Brasil e refletir sobre as urgências que se colocam no presente. O desafio das políticas públicas de juventude é combinar projetos e ações que assegurem igualdade de direitos da cidadania e valorização da diversidade juvenil, o que exige outro olhar acerca dos jovens para além de vê-los como o emblema dos problemas sociais.

Estudos recentes sobre juventude percorrem a trilha das transformações que se operam na vida em sociedade, procurando compreender ou explicar o caleidoscópio de nuances e perspectivas que se abrem às leituras da forma de ser e de viver dessa parcela significativa e instigante do planeta: os jovens.

A produção bibliográfica tem crescido, principalmente associada a universos urbanos, sendo os anos 1990 um marco nas pesquisas. Pais (1993); Feixa (1998); Margulis, (1996); Levi e Schmitt, (1996); Peralva e Sposito, (1997); Foracchi, (1997); Novaes, (1996, 1998), dentre outros, são trabalhos importantes neste cenário.

Chama a atenção o protagonismo de países como o México, Chile, Colômbia e Argentina com expressivas publicações sobre este tema (Margulis, Reguillo, Serna, Isla, Valenzuela) e Brasil (Castro, Sposito, Carrano, Dayrell, Peralva, Novaes, Abramo).

Percorrendo alguns dos textos dos autores referidos que pesquisam a temática juventude é possível identificar pontos relevantes, entre eles:

– As reflexões sobre juventude ora situam o jovem como sujeito político, ora como sujeito social, cultural e até mesmo como sujeito passivo, frente aos interesses dos segmentos dominantes.

– A designação “culturas juvenis” comparece como o “guarda-chuva” das diferentes perspectivas para definir a juventude em suas diversas manifestações e expressões.

O corte etário de 15 a 24 anos, definido por organismos internacionais como OMS e UNESCO, procura homogeneizar o conceito de juventude a partir de limites mínimos de entrada no mundo do trabalho, reconhecidos internacionalmente, e limites máximos de término da Educação Básica. Vários autores, entre eles Ariés (1981), já disseram, a partir de seus estudos, que a idade ou posição no ciclo da vida e os ritos de passagem para o mundo adulto são *status* atribuídos. Se na modernidade da nascente sociedade industrial o número de anos vividos ganhava importância fundamental na identidade individual e os ritos de passagem para a vida adulta eram precisos (e colocados pela negação), ou seja, jovens eram os que não tinham casado, não tinham filhos, não estavam no mercado de trabalho, não tinham concluído os estudos, hoje, em tempos de flexibilização das normas sociais, desenvolvimento tecnológico e grandes desigualdades, essas posições passam a ser, cada vez mais, interpretadas como escolha individuais, obviamente diante das possibilidades que se apresentam.

Sobre a categoria juventude, Castro (2005) apresenta três movimentos ou momentos que se desenham para sua definição: primeiro, a definição da categoria a partir de elementos físico/psicológicos, como faixa etária, mudanças físico-biológicas e/ou comportamentais; o segundo, a definição adjetivada da categoria; e o terceiro, a crítica a esses recortes e a busca de outros atributos. Atravessando essas abordagens, aparece com frequência a percepção de “juventude” e “jovem” como associados a determinados problemas sociológicos ou como agentes privilegiados de transformação social.

Contudo, os termos “jovem” e “juventude” podem levar a generalizações arriscadas. Margulis (1996, p. 9) qualifica juventude como:

La juventud se erige en vanguardia portadora de transformaciones, notorias o imperceptibles, en los códigos de la cultura, e incorpora con naturalidad los cambios en los costumbres y en las significaciones que fueran objeto de luchas en la generación anterior; su sensibilidad, sistema perceptivo, visión de las cosas, actitud hacia el mundo, sentido estético, concepción del tiempo, valores, velocidades y ritmos nos indican que está habitando con comodidad un mundo que nos va dejando atrás.

Trata-se de uma perspectiva que afirma a juventude como agente de transformações sociais e o “jovem” como ator social privilegiado. Talvez uma visão quase heróica da juventude. Assim, mesmo quando se faz a crítica às delimitações etárias, em alguns trabalhos é reforçada a característica transformadora inerente ao jovem. Ou ainda, as definições de “jovens em situação de risco” que foram a base para alguns programas sociais do governo<sup>56</sup>.

Mais do que um processo de juvenilização da sociedade, estamos vivendo a assunção de uma expressão política juvenil, que vai além da representação tradicional (âmbito partidário e estudantil). No dizer de Peralva (1997, p. 23) “Enquanto o adulto vive ainda sob o impacto de um modelo de sociedade que se decompõe, o jovem já vive em um mundo radicalmente novo, cujas categorias de inteligibilidade ele ajuda a construir”.

A juventude é simultaneamente uma estação da vida (Melucci, 1992b), uma condição social e, ao mesmo tempo, uma representação (Peralva, 1997). As conceituações mais gerais em torno da juventude enfatizam a importância de não considerá-la como categoria homogênea, mesmo em um contexto histórico definido (Pais, 1993; Sposito, 1994), sendo importante considerar a diferenciação em torno das noções de jovens (sujeitos concretos) e juventude.

Algumas conceitualizações operativas emergem na produção dos pesquisadores citados acima, entre elas condição e situação juvenil, jovem como sujeito, consumo, moratória, esfera pública, desinstitucionalização e tempo. Relativamente à condição juvenil, por diversos caminhos<sup>57</sup>, os autores demonstram como se constrói socialmente a condição juvenil, em suas dimensões sociais e culturais (Margulis e Urresti, 2000; Serrano, 1998; Dayrell, 2003; Valenzuela, 1998; Reguillo, 2003; Feixa, 1999). Esses autores consideram a juventude uma condição constituída pela cultura, atravessada pelos recortes de classe, gênero, território, etnia e geração e nas formas como cada uma delas se expressa hoje.

---

<sup>56</sup> O PLANFOR (Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador) elaborado pelo Ministério do Trabalho e desenvolvido pelas secretarias estaduais através dos PEQs (Programas de Qualificação do Trabalhador), apresentava nas diretrizes básicas que “A população alvo do PLANFOR prioritária para fins de aplicação dos recursos do FAT, compreende os seguintes segmentos da PEA urbana ou rural : I – pessoas desocupadas, principalmente as beneficiárias do seguro-desemprego e candidatos a primeiro emprego [...] III- pequenos e microprodutores, agricultores familiares e também pessoas beneficiárias de alternativas de crédito financiadas pelo FAT (PROGER, PRONAF e outros) [...]” Com base nestas diretrizes definiu dentro do I segmento a categoria “Jovem em situação de risco” (até 2000) e “jovem em busca do primeiro emprego” (a partir de 2001) e no III segmento – “assentamentos e comunidades rurais”. O termo também foi amplamente utilizado nos projetos da Comunidade Solidária (projeto governamental coordenado por Ruth Cardoso, durante o governo Fernando Henrique Cardoso).

<sup>57</sup> Os autores exploraram as conexões dos jovens com os movimentos musicais, midiáticos e de políticas públicas.

A juventude é tomada como um conjunto social diversificado, perfilando-se diferentes tipos em função de seu pertencimento de classe social, situação econômica, interesses e oportunidades ocupacionais e educacionais (Castro, 2002). Destacam ainda as particularidades do ser jovem, a forte influência do contexto social que gera determinados modos de viver a juventude. Referindo-se, por exemplo, às dificuldades de afirmação desse sujeito juvenil no mundo do trabalho e dos compromissos de mercado, Pais (2001) indica o surgimento da “geração ioiô”, que se vê compelida a retornar à casa/família de origem por não conseguir assumir-se autonomamente. Nesta mesma direção, Carrano (2002) “batiza” a “geração canguru” referindo-se àquela parcela significativa de jovens que não conseguem (ou não querem?) deixar a casa e a vida que os constituiu como “filhos”.

Para Sposito e Carrano (2003), há diferença entre condição juvenil (modo como é significado este ciclo de vida) e situação juvenil (percursos desta condição juvenil em seus diversos recortes). Dayrell (1998), nesse sentido, reafirma a inexistência de um único modo de ser jovem nas camadas populares, ainda que a diversidade dessas manifestações tenha como base as condições sociais (classes sociais, de gênero e de territórios). Os códigos culturais (etnias, identidade religiosa e valores) também ocupam espaço importante na condição juvenil.

Esses autores, ao aproximarem os condicionamentos sociais aos culturais, configuram outra regularidade discursiva: a juventude não é só um signo nem se reduz aos atributos “juvenis” de uma classe. As modalidades sociais de ser jovem dependem da idade, da geração, do crédito vital, da classe social, do marco institucional (das instituições) e do gênero. Há mais possibilidades de ser “juvenil” quando se é rico e homem. Mas, mesmo entre os pobres, é possível viver essa condição, através do acesso a outras modalidades, que não ao juvenil midiático, nas suas relações com o bairro, com a família, com as instituições locais, com os avós, os filhos, etc.

Analisando as experiências dos jovens na esfera pública em diferentes cenários, práticas, mercados, políticas, os autores citados falam do sujeito juvenil como sujeito político (Reguillo, 2003b); sujeito social (Feixa, 1999; Dayrell, 2003; Valenzuela, 1998); sujeito de direitos (Sposito e Carrano, 2003); como modelo cultural (Peralva, 1997; Serrano, 1998; Margulis, 1998).

Para Dayrell (2003, p. 3)

Geralmente a noção de sujeito social é tomada com um sentido em si mesma, sem a preocupação de defini-la, como se fosse consensual a compreensão do seu significado. Outras vezes é tomada como sinônimo de indivíduo ou mesmo de ator social. Para alguns, falar em "sujeito" implica uma condição que se alcança,

definindo-se alguns pré-requisitos para tal; para outros, é uma condição ontológica, própria do ser humano.

Os jovens posicionam-se diante de suas experiências de vida, possuem desejos, sonhos e propostas de melhoria de vida e, nesse processo, vão se construindo como sujeitos que se apropriam do social, transformado em representações e aspirações práticas, que interpretam e dão sentido a seu mundo e às relações que mantêm.

Com referência ao consumo, as “juventudes presentes” são atores desse momento histórico, atravessado por crises de ordem econômica, social e cultural e, nas convocatórias e cooptações do discurso dominante ao consumo capitalista, os jovens são transformados em objetos do mercado.

Autores como Chmiel (2000), Margulis e Urresti (1998), Serrano (1998) e Reguillo (2003a) trazem importantes reflexões sobre como o consumo modula as sociabilidades juvenis. O fetiche do juvenil pela via do consumo é denominado por esses autores de juvenilização, fenômeno onde a juventude é processada como motivo estético, ou como objeto publicitário, e sua conversão em mito contribui para a evaporação da história acumulada na memória (Peralva, 1997). Na cultura do consumo existe o mito da juventude e ser jovem virou *slogan* de vitória e felicidade. Se puder consumir, ele é extremamente valorizado. Por outro lado, a combinação de juventude e pobreza materializa a criminalização brasileira.

Para Serrano (1998), diante da oferta cultural contemporânea, o consumo se apresenta como uma nova forma do “ser coletivo”, pois nele se encontram os sentidos de pertencimento e identidade.

A sociedade de classes e as disparidades sociais, políticas, étnicas, raciais, migratórias marcam profundas desigualdades na distribuição de recursos. Nesse sentido, muitos autores referem que a “juventude” está quase reservada para os setores médios e altos, que podem acessar a educação superior e a moratória em toda a plenitude do termo.

No conjunto de autores estudados, Margulis e Urresti (2000) são os que desenvolvem com maior amplitude a idéia de moratória. Definem dois tipos: a moratória vital (e não só social como dizem os estudos), isto é, o *plus*, o crédito temporal que depende da idade e é um fato indiscutível. A partir daí, começa a diferença de classe e de posição no espaço social que determina o modo como se processará posteriormente. As demais possibilidades, que incidem no modo de ser dos jovens, configuram a moratória social, ou seja, a postergação do ingresso no mundo adulto, que não é uma possibilidade para todas as classes sociais. Para os autores:

A moratória social alude ao que, com a modernidade, grupos crescentes, que pertencem comumente a setores sociais médios e altos, postergam a idade do casamento e da procriação para que durante um período cada vez mais prolongado, tenham a oportunidade de estudar e de avançar a sua capacitação em instituições de ensino (...) (Margulis e Urresti, 1998, p. 5)

Sabe-se, entretanto, que muitos jovens são impelidos a trabalhar desde cedo para contribuir com a renda familiar. Se esses jovens não podem gozar da moratória social, os mesmos não poderiam por essa ótica ser considerados, então, jovens? Sobre esse impasse Margulis e Urresti apresentam a idéia de “moratória vital”. Independente da moratória social, os jovens são todos aqueles que gozam de um “*plus* de tempo, um excedente temporal, que é consideravelmente maior que o das gerações anteriores coexistentes” (1998, p. 10).

Margulis e Urresti chamam de “facticidade” a relação existente entre essas duas moratórias, a social e a vital, pois combinadas levam ao entendimento de que “a juventude não seja apenas uma palavra, uma estética ou uma moratória social, mas um posicionamento temporal” (1998, p.10). A estética jovem tem sido utilizada como termômetro para classificar a juventude, mas, segundo os autores, essa percepção não apresenta força para encerrar o conceito. Se a juventude é processada como motivo estético ou fetiche publicitário, através de estilos de vida, gostos, preferências e indumentárias, Margulis e Urresti (1998) entendem que esse conjunto de signos desenha não a juventude, mas a juvenilização, oferecida como produto mercadológico, podendo ser adquirido por aqueles que desejarem consumi-lo, independente da idade.

Outro tema destacado nos estudos dos autores referidos diz respeito à relação dos jovens e da esfera pública. Os sujeitos jovens ingressam na esfera pública de diversas formas (através da música, do trabalho, das expressões culturais, etc.), elaborando formas próprias de sociabilidade, exercitando a convivência social e o contraditório espaço das diferenças.

No campo da esfera pública, dos autores e obras pesquisadas, é Reguillo (2003b) quem mais desenvolve a articulação do cultural com o social e o político, expandindo o conceito clássico de cidadania de Marshall, baseado nos marcos civis, políticos e sociais. A cidadania é uma categoria-chave, uma mediação que, por um lado, define os sujeitos, demarca interesses e cenários em jogo, frente ao Estado e demais segmentos em disputa e, por outro, protege os cidadãos frente aos poderes do Estado.

Abad (2002) propõe a construção de uma “cidadania da condição juvenil”, pautada não só pelo acesso e exercício dos direitos sociais, civis e políticos, mas pela aquisição de uma “consciência cidadã”, através de vivências concretas de empoderamento e de apropriação de um sentido de sensibilidade social para discernir o justo do injusto, direitos e deveres. Essa

dimensão associa-se, também, às ações públicas que contribuem com a afirmação da condição juvenil “cidadã”, entendida como o incremento da capacidade de construir autonomamente objetivos pessoais e socialmente responsáveis, de comunicá-los e de defendê-los. Em que pese a complexidade dessa temática, considerando as diferenças regionais, as diferenças e desigualdades de classe, gênero, Reguillo (2003a) aponta a existência de algumas características que os jovens latino-americanos compartilham, através de “emblemas aglutinadores”, que definem as culturas juvenis desse tempo histórico:

- Possuem uma consciência planetária, globalizada.

- Priorizam os pequenos espaços da vida cotidiana como trincheiras para impulsionar a transformação global.

- Respeitam o indivíduo, que se converte no centro das práticas. O grupo de pares é uma mediação (e não um fim em si mesmo) que deve respeitar a heterogeneidade.

- Selecionam as causas sociais com as quais se envolverão.

- O bairro e o território têm deixado de ser o epicentro do mundo.

Tais questões, que vêm se desenhando nas múltiplas culturas juvenis, podem consolidar a juventude enquanto área/campo do conhecimento que supere a lógica da ordem/desvio e reposicione o jovem como sujeito social que participa, interferindo nos rumos políticos da sociedade.

A autora não só “alarga” o conceito de cidadania, como também o subverte, chamando a atenção para o potencial do capital político dos jovens, não só nas “urnas”, mas, sobretudo, na “culturalização” da política. Essa seria a dimensão da cidadania cultural. “Repolitizar a política é uma opção para a conquista da cidadania juvenil, capaz de utilizar a sua força (eleitoral) e sua vitalidade na urgente reconstrução do espaço público” (Reguillo 2003a, p. 9).

No cenário público do século XXI, os fenômenos juvenis contemporâneos comportam um entrelaçamento do coletivo e do individual, constituindo a chave para compreender o que acontece nos grupos da juventude, pois as experiências dos jovens são construídas, em grande parte, nas redes de relações e no significado da cultura global. Seguindo a reflexão de Sergio Costa (2002, p.154) “os cidadãos nacionais encontram-se, na verdade, inseridos, simbólica e materialmente, em teias de relações que extrapolam os limites da nação”.

Para Margulis (1998), os jovens aterrissam no presente e nele formam sua personalidade, constroem sua cultura e organizam seu ritmo de vida, mergulhados num tempo de incerteza. Tempos ziguezagueantes (Pais, 2001) e velozes são tempos de contratempos. Muitos desses contratempos caracterizam a condição juvenil contemporânea. São as continuidades e descontinuidades das trajetórias juvenis, que Pais (2001) articulam à família,

à escola e ao trabalho. O que ocorre em um destes aspectos influencia os demais, virando e revirando os rumos da vida. Nas idas e vindas no tempo, jovens entram na vida adulta para em seguida redescobrir a juventude.

A crise das instituições clássicas é outro ponto recorrente nos estudos sobre juventude. Corrachano (2008), a partir dos estudos de Dubet, desenvolve interessante reflexão sobre a socialização em tempos de fragilidade das instituições. Essas já não parecem capazes de gerar referências rígidas, sendo tarefa de cada um dar concretude ao papel social e à instituição. Cada vez mais somos chamados a construir experiências do que a interiorizar papéis.

Por um lado, os indivíduos possuem cada vez mais autonomia para dar sentido e valor às regras sociais e para realizar escolhas; por outro, precisam articular as diferentes lógicas de ação. A capacidade de combinação dessas lógicas, no entanto, depende cada vez mais da posse de um conjunto mais ou menos amplo de recursos materiais e simbólicos, o que pode se tornar muito mais difícil para camadas populares. Assim, podem emergir novas figuras da dominação e do controle: a idéia de que os indivíduos seriam livres para fazer suas escolhas e projetos sem que, ao mesmo tempo, lhes fossem oferecidas as condições para isso. Ou, como exemplifica o autor: é como se eles fossem chamados a entrar em uma competição esportiva sem ter realizado os treinos necessários para isso. Ao perder, o indivíduo acaba por se responsabilizar pelo próprio fracasso. Esta seria uma nova forma de dominação: “em nome da liberdade dos indivíduos e de suas capacidades de serem sujeitos, estes se tornam autores responsáveis por sua própria infelicidade” Dubet, 2002, p. 384. (Corrachano, 2008, p. 28)

Nessa perspectiva, Pais (2001, p. 405) fala da desinstitucionalização da vida social, “não porque as instituições estejam em declínio ou em vias de extinção, mas pelo fato de serem vias de mudança social”. Os muros das instituições quase não existem mais e fica difícil distinguir o dentro do fora. “O *fora* invade o *dentro* e no *fora* também encontramos o *dentro*, num jogo de variações de intencionalidades, de hibridismos, de artificialidade.

Nesses contextos, os jovens se fazem entre a escola para o futuro, o trabalho sem futuro e a família do presente. Seres “nômades” (Melucci, 2002), “pássaros migratórios” (Pais, 2001) fazem do presente não um trânsito para um futuro incerto, mas um tempo de encontrar alternativas para um futuro possível. Obviamente que outros, com ou sem condições materiais, estão no limiar do pode ser feito, mas não deve; quero, mas não posso; posso, mas não devo. Com esses dilemas, a vida é um jogo do presente ou é jogada para o futuro; feita e refeita com projetos ausentes ou em curto prazo, com âncoras religiosas, políticas, familiares, profissionais ou de amizades.

Tempo é, portanto, um conceito imbricado nas vivências juvenis. Tempo vivido, institucional, interno, social, do relógio, tempo das políticas públicas, tempos dos projetos

juvenis. No dizer de Furter (1987, p. 96), quando o homem toma consciência de que é um ser temporal, descobre o valor da espera, de algo que poderá satisfazer as necessidades que sente.

Elias (1998) escreveu páginas memoráveis sobre o tempo. Diz ser fácil entender que os relógios sejam instrumentos construídos e utilizados pelos homens em função das exigências da vida, mas que o tempo tenha igualmente um caráter instrumental é algo que não se entende com facilidade.

Na dissertação de mestrado, Gil (2003) comentava que o nosso tempo se desenvolveu sob o impacto da ciência, da tecnologia e do pensamento da racionalidade instrumental que tiveram origem na Europa dos séculos XVII e XVIII. Nesse momento, a modernidade anunciava o processo de industrialização impulsionando a sociedade capitalista, cuja figura de tempo está baseada na máquina e na meta. Tudo passa a ser dividido, medido e calculado para se chegar à sociedade do progresso.

Houve um tempo em que o tempo não seguia do passado ao futuro. Era cíclico. O que já foi seria novamente. Nesse tempo reversível, medido por eventos concretos, inexistia a idéia de futuro em longo prazo. A concepção cristã rompe com esta idéia, definindo que o tempo não avança mais por um movimento circular, mas linear, onde o fluir se estende entre dois pólos – a Gênese e o Apocalipse. O futuro tem então um limite.

A modernidade laiciza a concepção do tempo que permanece linear, com o sentido do agir ligado ao futuro. Mas o futuro é submetido ao domínio humano. O tempo aberto e irreversível do futuro avança na direção do progresso. Após a Segunda Guerra Mundial, o futuro passa a ser mais temido que almejado. A mudança, a incerteza e a velocidade transformam o futuro em algo indeterminado e dominado pelo risco.

Carmem Leccardi (2005, p. 36) faz uma relação entre riscos e o futuro:

[...] quando a incerteza aumenta para além de certo limiar e se associa não apenas com a idéia de futuro, mas com a própria realidade cotidiana, pondo em causa a dimensão do que é considerado óbvio, então o “projeto de vida” tem seu próprio fundamento subtraído. Além disso, quando a mudança, como ocorre em nossos dias, é extraordinariamente acelerada, e o dinamismo e a capacidade de performance são imperativos, quando o imediatismo é um parâmetro para avaliar a qualidade de uma ação, investir num futuro a longo prazo acaba parecendo tão pouco sensato quanto adiar a satisfação.

Leccardi (2005) mostra, em seus estudos, que a reflexão sobre o tempo permite articular a discussão da vivência juvenil com as mudanças e os conflitos sociais. O significado contemporâneo de futuro interfere nos projetos de vida e nas biografias juvenis, diante da

fragilidade das condições de vida dos jovens. Nesse contexto, é importante pensar os diferentes contornos da participação juvenil.

Os comentários a respeito desse campo temático reforçaram a necessidade de indagar o que os “jovens-alvo das Políticas Públicas” pesquisados por Marília Sposito (2007), por exemplo, têm em comum com as “tribus juveniles” de Margulis (1996), ou com os “punks” de Feixa (1998), ou ainda com “jovens do Funk” de Dayrell (2002). Talvez o fato de certo campo de conhecimento definir que todos são jovens. Ou ainda, a apropriação de um senso comum reproduzido em nosso cotidiano, que nos sugere quem é jovem e quem não o é. O fundamental, também, é que esses estudos evidenciam a diversidade dos jovens contemporâneos, ficando para as políticas públicas o desafio de considerar as diferenças.

Cabe destacar, também, a continuação do Estado do Conhecimento sobre Juventude<sup>58</sup>, que aponta alguns caminhos sobre as pesquisas em juventude no Brasil. Entre esses, o predomínio dos estudos sobre jovens urbanos. No campo da educação, os estudos são fortemente marcados pelas análises de percursos institucionais. No serviço social, ocorre a predominância de trabalhos que tratam de “adolescentes em processo de exclusão social”, trabalhos que se debruçam sobre os programas e projetos voltados para os adolescentes (especificamente adolescentes pobres) e trabalhos sobre gênero e sexualidade com estudos que tratam da sexualidade como problema. Nas ciências sociais, ao contrário da área de educação, os estudos não demonstram grande preocupação com os processos institucionais que envolvem a vida dos jovens. Os temas mais representados nesta área foram: grupos juvenis, relações de gênero, adolescentes em processo de exclusão social, trabalho, jovens negros e participação política.

Na análise preliminar dos temas, o estudo evidencia que, em todos os temas tratados, observa-se um crescimento significativo da produção de trabalhos a partir do ano de 2003; predominância quantitativa da área de educação sobre as demais áreas; quantidade insignificante do número de trabalhos da área de ciência política (11 trabalhos no total); produção concentrada e desigual de trabalhos, com absoluta predominância da região sudeste,

---

<sup>58</sup> Trata-se de projeto nacional de construção de estado do conhecimento sobre a produção discente na área da juventude englobando os programas de pós-graduação em Educação, Ciências Sociais e Serviço Social no período compreendido entre 1999 e 2006, coordenado pelo Dr<sup>o</sup> Paulo Carrano. Foram coletados um total de 24.000 resumos no banco da CAPES e selecionados 1528 trabalhos (para serem trabalhados na íntegra). Este projeto de pesquisa dá prosseguimento aos esforços da rede nacional de cooperação científica que se estabeleceu a partir do ano 2000 sob a coordenação da professora Dr<sup>a</sup>. Marília Pontes Sposito (USP). A primeira iniciativa de pesquisa conjunta foi o Estado do Conhecimento Juventude e Escolarização (1980-1998) que inventariou e analisou a produção sobre juventude na pós-graduação em Educação.

e, nesta, do estado de São Paulo; e dispersão significativa das orientações, ou seja, são poucos os pesquisadores no Brasil que têm a juventude como centralidade de suas pesquisas.

A investigação empreendida para esta tese apresenta, também, a preocupação com os processos institucionais na vida dos jovens, aproximando-se dos dados apresentados pelo Estado do Conhecimento sobre Juventude. Trata-se de mais uma tese, na área da Educação, cujo tema, participação e políticas públicas, estão, de certa forma, ausente neste levantamento preliminar.

## 5.2 A ONG TRILHA CIDADÃ

A emergência de várias formas contestadoras de expressão cultural, as manifestações pontuais dos jovens e, recentemente, a atuação destes em organizações não-governamentais apontam para novas modalidades de participação.

Este texto traz o contexto brasileiro de redemocratização que vai fomentando novos processos de organização e mobilização da sociedade, instituindo outras relações com o Estado e, logo após, a partir da fala dos gestores, a constituição, o trabalho e as concepções da ONG Trilha Cidadã.

Os anos 1970 e 1980 foram marcantes na expansão da sociedade civil, levando ativistas a desenvolverem novas preferências políticas que desafiavam a exclusão política e social vivenciadas por muitos brasileiros. Para Burity (2005), as transformações pelas quais passou o Estado e a política brasileira desde os anos 1990 só podem ser compreendidas considerando o impulso ao associativismo e a mobilização da sociedade civil após a transição democrática. Na reflexão do autor, com a redemocratização dos anos 1980, implantou-se uma disputa hegemônica no cenário político-institucional em relação à reconstrução do Estado. De um lado, a agenda de remoção dos procedimentos autoritários e a ampliação da sociedade civil nos espaços de decisão do Estado. De outro, a agenda de sua reestruturação decorrente da crise do modelo de intervenção estatal na economia. Se a primeira ampliava o número de atores e a criação de formatos institucionais que garantisse a participação dos grupos organizados, a segunda agenda ressaltava os limites do Estado para atendimento das demandas sociais.

Parcerias, redes, consórcios, câmaras de negociações, demonstram maior exigência de integração das políticas, tornando-se fundamentais nesse cenário, fazendo com que a reforma do Estado deixasse em relevo a ampliação da participação da sociedade organizada em

movimentos e associações e a descentralização tomasse forma como meta para reforçar o poder local.

Os anos de 1990 são, inicialmente, caracterizados como a revitalização da sociedade civil, o que, nas palavras de Dagnino (2002), pode ser identificado "com o aumento do associativismo, a emergência de movimentos sociais organizados, a reorganização partidária etc." e a própria democratização do Estado. As novas relações decorrentes desses processos, posteriores às práticas de resistência à ditadura militar, são apresentadas como "uma postura de negociação" assentada na "possibilidade de uma atuação conjunta, expressa paradigmaticamente na bandeira da 'participação da sociedade civil' [...]" (p. 278). A grande novidade da década de 1990 residiria "na possibilidade de uma atuação conjunta, de 'encontros' entre o Estado e a sociedade civil" (p. 279).

Nesse contexto, o Estado compartilha responsabilidades e transfere recursos para organizações da sociedade civil, porém define as estratégias de focalização. Estas, por sua vez, assumem compromissos de gestão pública muitas vezes acima de suas possibilidades organizacionais e políticas. Nas palavras de Burity (2005, p. 71):

Torna-se mais complexa a tessitura da esfera pública e coloca-se inevitavelmente a questão da política – isto é, da constituição de campos de forças onde se definem atores, práticas, demandas e onde se determina o que é o que não é aceitável, legítimo, necessário, urgente, possível, bem como a quem e de que forma se deve dar/distribuir o quê dos recursos materiais e simbólicos existentes na ordem social. Mas a política também se amplia: já não é entendida como necessariamente passando por rituais e delegação de autoridade (...).

Nessa conjuntura, passa-se a falar de um “terceiro setor”, público e não-estatal, como alternativa à dicotomia, público e privado. Burity (2005) critica essa *repartição* do espaço social, pois se a tradição liberal produzira uma dualização do espaço social entre Estado e sociedade civil, o discurso do terceiro setor é ternário, mas igualmente espacializante. “Tudo se passa como se o Estado, mercado e sociedade designassem categorias nitidamente diferenciáveis, com fronteiras definidas e lógicas claramente distintas e mesmo contíguas” (p. 84).

Focando a reflexão nas ONGs, é possível dizer, a partir das leituras realizadas (Burity, 2005; Dagnino, 2002; De Tommasi, 2003, 2005), que algumas foram beneficiadas pela aproximação com os organismos de financiamento internacional, favoráveis a investir recursos em projetos fora do âmbito do Estado. Assim, grande parte do tempo dos militantes passou a envolver a elaboração de projetos de acordo com os editais e diretrizes dos órgãos financiadores, bem como na preparação de relatórios e avaliação do impacto de suas ações.

Isso colocou exigências de operar segundo uma lógica e ritmo próprios do Estado, que afastaram algumas ONGs das bases da sociedade (Burity 2005).

Na análise de Gohn (1994), por exemplo, são identificadas no cenário urbano três tipos de ONG, a saber: as caritativas (que recriam um cenário urbano da assistência a partir de categorias específicas: menor, mulher e velhos); as desenvolvimentistas (originárias de propostas de intervenção no meio ambiente) e as cidadãs (voltadas à reivindicação dos direitos de cidadania e atuantes no espaço urbano, tanto no campo popular como não-popular). As ONGs cidadãs, segundo o autor, atuavam, em geral, junto aos canais de comunicação e no nível das políticas públicas, elaborando-as ou fiscalizando-as através de denúncias.

A ONG Trilha Cidadã, em oposição às práticas típicas da caridade e do assistencialismo, valoriza a competência técnica adquirida na aproximação com as instâncias governamentais e religiosas, dialogando com a militância religiosa, universitária ou partidária, mas guardando distância destas, no sentido de manter certa autonomia.

A Associação de Promoção Humana e Cidadania Juvenil – ONG Trilha Cidadã, teve seu registro jurídico em fevereiro de 2006. Desde dezembro de 2004, já atuava junto aos jovens em parceria com a ADEPH<sup>59</sup> – Associação de Difusão do Evangelho e Promoção Humana - localizada no bairro Arroio da Manteiga. Nesse primeiro ano, consegue, via ADEPH, o primeiro apoio financeiro com a Aktion Adveniat<sup>60</sup> para trabalhos pastorais junto às juventudes. Tanto a ADEPH como a Trilha têm sua sede no CEPA – Centro de Espiritualidade Padre Arturu.

A Trilha Cidadã foi ampliando sua atuação com parcerias com o poder público, o que possibilitou visibilidade, pois no município as instituições estavam voltadas muito para a criança e o adolescente, a mulher, o negro. Em 2005, a Trilha Cidadã, junto da ADEPH (por tempo de existência e pela documentação necessária), entrou no conjunto das instituições que executariam a capacitação para os jovens do programa Consórcio Social da Juventude e, meses depois, o Projeto Juventude Cidadã, os dois ligados ao Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego.

Em 2006, continuavam as assessorias junto às Pastorais da Juventude, a realização de cursos sobre realidade juvenil, assessorias à Coordenadoria Municipal de Juventude de SL e o

---

<sup>59</sup> ADEPH – Associação de Difusão do Evangelho e Promoção Humana, localizada bairro Arroio da Manteiga, São Leopoldo que mantém e gerencia duas escolas de educação infantil (110 crianças de 3 a 6 anos), uma casa abrigo atendendo 25 crianças e adolescentes, hospedagem de mulheres vítimas de violência doméstica e o projeto RECRIART de combate a criminalidade e a violência em parceria com o Ministério da Justiça e Secretaria Municipal da Segurança Pública.

<sup>60</sup> Organização Filantrópica da Igreja Católica Alemã para a América Latina e Caribe.

acompanhamento de um grupo de economia solidária na área de comunicação com jovens oriundos do Consórcio Social de Juventude.

Junto aos demais projetos, manteve as assessorias às Pastorais de Juventude do Rio Grande do Sul, 17 dioceses, e à Pastoral da Juventude Nacional, acompanhando a Comissão Nacional de Assessores da Pastoral da Juventude. Além disso, a ONG participa da Rede Brasileira e Latino-Americana de Centros e Institutos de Juventude<sup>61</sup>. O projeto “Um Milhão de Histórias de Vida de Jovens<sup>62</sup>”, promovido pelo Museu da Pessoa e pela ONG Aracati, também recebeu a participação efetiva da ONG Trilha Cidadã em seu desenvolvimento.

Em 2007, com a redução dos projetos governamentais, houve a necessidade também de reduzir a equipe operacional, que iniciou, em 2005 com duas pessoas, passando a ter 10 pessoas em 2006. Para Raquel, *um processo difícil, pois além da vivacidade que esses projetos deram à Trilha Cidadã, também sustentou por um período uma equipe técnica muito boa, na esperança de que outros surgissem logo.* (Entrevista, 02/2007)

A relação de projetos e atividades<sup>63</sup> a seguir busca apresentar o trabalho da ONG Trilha Cidadã, a partir de 2005, evidenciando também a rede de parcerias e os focos de atuação da ONG. A saber:

**Em 2005:**

- Curso para Educadores e Educadoras de Jovens – 4 etapas – 20 participantes.
- Curso de Metodologia para Trabalho com Jovens – 4 etapas – 30 participantes.
- Aplicação da Pesquisa “Discursos à Beira dos Sinos – a emergência de novos valores na juventude: o caso de São Leopoldo” – em parceria com o Observatório Juvenil do Vale do Instituto Humanitas da Unisinos (Universidade do Vale do Rio dos Sinos), com a Rede Latino-Americana de investigadores em Juventude e com a Coordenadoria Municipal da Juventude. Pesquisa essa publicada pela Unisinos, em 2006, nº 18, dos Cadernos IHU.

---

<sup>61</sup> A Rede congrega 27 Centros e Institutos que se dedicam ao serviço de assessoria, formação e pesquisa sobre evangelização da juventude na América Latina. A Rede Latino-americana de Centros e Institutos de Juventude está intimamente ligada à opção da Igreja latino-americana pela juventude, desenvolvida nas Conferências Gerais do Episcopado da América Latina em Puebla e Medellín, quando se deu toda uma dinamicidade à evangelização da juventude, o que levou ao surgimento da Pastoral da Juventude. (Disponível em: <http://redelatina.marista.edu.br>)

<sup>62</sup> A Aracati, em parceria com o Museu da Pessoa, deu início ao movimento “Um milhão de histórias de vida de jovens”, que registra e divulga relatos de vida de brasileiros entre 15 e 29 anos. (Disponível em: <http://www.ummilhaodehistoriasdejovens.org.br>)

<sup>63</sup> A organização das atividades por ano foi elaborada pela Trilha Cidadã para a prestação de contas dos projetos.

- Acompanhamento às Pastorais de Juventude da Diocese de Novo Hamburgo, da Arquidiocese de Porto Alegre, dos Regionais Sul 3 e Sul 4, além do acompanhamento à rearticulação da Pastoral Universitária no sul do Brasil.

**Em 2006:**

- Curso sobre Realidade Juvenil Urbana – 4 etapas – 23 participantes.
- Execução dos cursos de Comunicação Alternativa e Atendimento ao Público, do projeto Consórcio Social da Juventude, do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, do Governo Federal. Esse, em virtude do tempo de existência, realizado em parceria com a Associação de Difusão do Evangelho e Promoção Humana – ADEPH, de São Leopoldo, tendo como entidade âncora a Escola Mesquita, de Porto Alegre. – 5 meses de qualificação sócio-profissional – 50 jovens – 2 meses para inserção no mundo do trabalho.
- Acompanhamento ao Planejamento Estratégico e Tático da Coordenadoria Municipal da Juventude (São Leopoldo).
- Acompanhamento às Pastorais da Juventude dos regionais Sul 3 e Sul 4.
- Composição na Comissão Nacional de Assessores e Assessoras da PJ Nacional.
- Execução do curso de Comunicação e Marketing Social, do projeto Juventude Cidadã, também do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, do Governo Federal, ainda em parceria com a ADEPH e tendo a Prefeitura Municipal de São Leopoldo como entidade âncora do projeto. Foram 92 jovens sócio-qualificados em 5 meses e 4 de inserção no mundo do trabalho.
- Acompanhamento do Movimento “Um Milhão de Histórias de Vida de Jovens”, promoção do Museu da Pessoa (São Paulo) e da ONG Aracati (São Paulo).

**Em 2007:**

- Projeto Arte pela Paz. Parceria com o Ministério da Justiça e com a Secretaria Municipal de Segurança Pública no Projeto Prevenção. Aconteceram 4 oficinas: grafite, *fanzine*, audiovisual e fotografia e 3 grupos de arte: teatro, música e dança. Esse projeto aconteceu de janeiro a maio de 2007. Hoje sua continuidade, desde junho até dezembro, é em parceria com a Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE.
- Grupo de Economia Solidária – Projeto Aprendiz (GESPA). Parceria com o Grupo Hospitalar Conceição (que financia ½ salário mínimo e encargos sociais, mais alimentação e vale-transporte para 20 jovens) e com a Escola Mesquita (supervisiona a qualificação profissional), através da Lei Aprendiz. Acompanhamento da Unisinos, do

setor de Tecnologias Sociais – Incubagem, através do Ministério do Desenvolvimento Social. Esse grupo permanece na ONG de segunda a sexta-feira, todas as tardes, com qualificação na área da comunicação e na gestão de empreendimentos solidários.

- Projeto “Os Direitos Sociais da Juventude”, cuja ação foi o Curso sobre *Educação e Gravidez na Adolescência*, em parceria com o Ministério da Educação – SECAD, tendo como produto final um audiovisual sobre a temática e uma cartilha para trabalhos pedagógicos nas escolas. Serão atingidos em média 100 professores da rede de ensino público do município e educadores de projetos sociais.
- Projeto Paz-Ciência na Vida. Também em parceria com o Ministério da Justiça e a Secretaria de Segurança Pública. Tendo como eixo de trabalho a formação de jovens multiplicadores, chamados Promotores da Paz, que têm formação na área da Promoção da Paz e da Cultura da Não-Violência, formando grupos nas escolas das oito regiões do orçamento participativo do município, garantindo o envolvimento de, no mínimo, 240 adolescentes.
- Movimento Cidade Juventude. Um festival de artes que acontece na cidade de São Leopoldo, 2ª edição. Projetado para o festival de artes, para o fórum de debates sobre juventude e políticas públicas e a feira de economia solidária.
- Acompanhamento às Pastorais da Juventude, nas instâncias citadas anteriormente.
- Acompanhamento ao Movimento Um Milhão de Histórias de Vida de Jovens, com foco no Plano Nacional da Juventude.
- Acompanhamento do projeto Jovens de Futuro, da Rede Klabin.

**Em 2008:**

- Rali de comunicação resultado do GESPA. São quatro jovens que estão produzindo vídeos e refletindo sobre o trabalho na perspectiva da economia solidária.
- Acompanhamento à Pastoral de Juventude desde a Paróquia até o âmbito nacional.
- Cidade Juventude.
- Assessorias temáticas.
- Rede Klabin.
- Projeto com o Canal Futura - *A Maleta da Futura*.
- Rali das Artes, um grupo de mobilização para as diversas linguagens artísticas constituído de jovens que participam dos projetos da Trilha, buscando realizar ações no bairro e em SL.

- Curso de multiplicadores teatrais, com o objetivo de formar jovens oficinairos de teatro. Além de SL, o curso vai ocorrer em 2008 em Farroupilha e Venâncio Aires.
- Curso *Trilhando Novos Caminhos*, direcionado aos jovens das Pastorais.
- Descentralização da cultura no acompanhamento aos oficinairos.
- Projeto de uma estagiária da UCS de Relações Públicas que está elaborando o planejamento comunicacional da Trilha Cidadã.
- Biblioteca comunitária montada a partir da doação de um acervo pela UNISINOS.

Durante esse período, é importante destacar que a ONG realizou várias assessorias com adolescentes e jovens nas áreas de cidadania, realidade juvenil, metodologia e planejamento. Segundo Raquel, do grupo de gestores da ONG Trilha Cidadã, *trabalharam conosco, nesse período, cerca de 30 educadores, em diferentes funções. Também em 2006, um dos gestores fez experiência na África, em Mangunde, na área da educação*<sup>64</sup> (Entrevista 02/2007).

O levantamento preliminar das ações, programas e projetos, possibilitou identificar características que expressam, embora de forma abrangente, aspectos que estão sendo configurados nas ações da ONG Trilha Cidadã. As informações obtidas por meio da investigação realizada possibilitam apresentar certas indicações:

- a) há concentração de ações, projetos e programas em arte e cultura que atendem ao segmento juvenil;
- b) existe maior densidade de atuação com o poder público municipal e com o Governo Federal;
- c) ações, projetos e programas, em sua maioria, são concebidos e implementados pelos gestores da ONG Trilha Cidadã;
- d) há ampla participação da sociedade civil nos projetos e ações da ONG;
- e) de um modo geral, é recorrente a atuação junto às Pastorais de Juventude, mantendo, com isso, o contato dos gestores com parte da Igreja Católica, a qual tem participação fundamental na história de vida de cada um deles;
- f) para atender às demandas juvenis, busca-se desde de 2005 conhecer metodologias de trabalho com jovens, investir na formação de educadores e ampliar a coleta de informações sobre aqueles com quais a ONG trabalhará. Trata-se de três aspectos metodológicos que evidenciam a concepção de trabalho dos gestores da Trilha

---

<sup>64</sup> A experiência foi realizada por Aleksandro dos Santos Machado que, durante o ano de 2006, morou na cidade de Mangunde, Moçambique e atuou na formação de professores populares.

Cidadã, no sentido de organizar as ações a partir do contexto em que as mesmas acontecerão;

- g) as ações da ONG são realizadas, em sua maioria, com recursos dos governos municipal e federal, com reduzido recurso de organismos internacionais e nenhum recurso advindo do governo estadual;
- h) a execução de programas do Governo Federal, durante os anos de 2006 e 2007, amplia a rede de atuação da Trilha, traz recursos financeiros e provoca questionamentos quanto à aproximação com o poder público e políticas públicas de juventude;
- i) além de executar programas federais, a ONG também propõe projetos próprios financiados pelo governo federal, como é o caso do curso *Educação e Gravidez na Adolescência*;
- j) no âmbito da Diretoria Municipal de Políticas de Juventude, a presença da ONG Trilha Cidadã é constante, tanto no planejamento quanto na execução de programas e ações;
- k) as ações de 2008 apontam a confiança conquistada pela ONG, que amplia a rede de relações e passa a desenvolver projetos com diferentes instituições.

O ano de 2008 vem proporcionando à ONG Trilha Cidadã um período de intensas e constantes avaliações quanto à atuação nesses três anos de existência jurídica. A organização enfrenta crise financeira que influencia a continuidade dos trabalhos desenvolvidos. Com a contratação de Geraldo Pires, para a secretaria executiva da Trilha Cidadã, e a presença de estagiárias nas áreas de Comunicação e Administração em Marketing, a organização dispõe de uma nova possibilidade de estruturação. A ONG também é um grupo em processo. Para Geraldo:

A entrada de pessoas pode contribuir desde que as pessoas possam ter um diálogo sobre os rumos da instituição. Esta é a bandeira que vai continuar. Existem papéis diferenciados e a trilha pode avançar no sentido de perguntar aos sonhadores deste projeto que retorno isto tem trazido para estas pessoas. De que forma a via que traz felicidade a que leva pode se conciliar. Novas pessoas são como ar que entra na instituição. Trilha vive um período como se fosse uma plataforma de petróleo. Encontrou o petróleo, mas onde vai fixar as bases? Período de ver onde vão estar os alicerces da instituição. (Entrevista 05/2008)

Quais serão os rumos da Trilha? Os gestores vêm da Pastoral da Juventude, que valoriza o processo, e estão inseridos num trabalho social que pede resultados. Como viver esse conflito de tempos diferenciados? A Trilha Cidadã vive um momento de definição,

tentando construir um projeto que, segundo Geraldo, seja *bom de processo, mas também de resultados*. Nesta encruzilhada, diria que o olhar sobre o resultado é muito burocrático, porém a Trilha Cidadã, com experiências marcadas pela importância do processo, pode qualificar o fazer do poder público local ajudando a olhar os programas e projetos a partir de diferentes ângulos.

Nos três próximos tópicos, busca-se apresentar reflexões sobre o trabalho e as ideias dos gestores e os educadores da ONG Trilha Cidadã e, também, comentários a respeito dos projetos que desenvolvem desde a criação da ONG.

### **5.2.1 Na Trilha dos Gestores**

A Trilha desenvolve, segundo explicitam os documentos produzidos, trabalho social com jovens, sob o olhar da promoção humana, capacitação profissional, com ênfase na cidadania, no desenvolvimento cultural alternativo, oportunizando vivências educativas e autônomas. Atua fortemente no acompanhamento às organizações juvenis de base, como grupos de jovens, grêmios estudantis, movimentos culturais etc., destacando-se pelos cursos de formação de educadores e assessores e cursos de capacitação de jovens em metodologia e análise da realidade, que evidencia forte influência da Pastoral da Juventude Católica. Atualmente a Trilha Cidadã é uma das entidades de referência no que tange ao pensar, sistematizar e acompanhar organizações juvenis de âmbito estadual.

Em relação à administração, a ONG Trilha Cidadã é formada pelos seguintes coletivos:

- a) Grupo Gestor, composto pelos proponentes da ONG, responsável pela coordenação-geral e que se reúnem periodicamente para monitoramento do planejamento e das demandas institucionais.
- b) Grupo Executivo, responsável pelo andamento diário da organização. Compõe-se das seguintes funções:
  1. Administração, responsável pela organização contábil e financeira da instituição, colaboração na captação de recursos e no funcionamento operacional diário. Compõe-se também dos colaboradores, recepção e serviços gerais (limpeza e cozinha).
  2. Coordenação de Projetos, constituindo a equipe responsável pelo gerenciamento de projetos específicos desenvolvidos pela ONG.

3. Equipe de Projetos, composta pelos monitores que exercem o trabalho diretamente nos projetos, ajudando na organização dos mesmos.

c) Grupo de Educadores, formado por profissionais de diversas áreas contratados para o desenvolvimento técnico e pedagógico dos projetos a que estão vinculados.

d) Grupo Colaborador, formado por apoiadores das atividades da Trilha através da presença e incentivo à continuidade das ações propostas.

e) Grupos de Trilha, constituídos por grupos de vivência, responsáveis pela caminhada de crescimento de todos os envolvidos direta ou indiretamente na ONG. Dividem-se em três: o Grupo do Rali (para os jovens envolvidos), o Grupo do Parque (colaboradores, amigos da Trilha Cidadã que, eventualmente, participam dos projetos e ações) e o Grupo do Museu (gestores, executivos e educadores, que são os de atividades permanentes, que construíram a ONG e têm mais presente a história da instituição).

O artigo 2º do estatuto da Trilha apresenta como finalidades desta ONG:

**Art. 2º - A Trilha Cidadã**, baseada nos princípios do protagonismo juvenil cidadão, igualdade, liberdade e nos ideais de promoção humana integral, tem por finalidade:

apoio às organizações juvenis tais como Pastorais da juventude, agremiações, movimentos culturais, políticos etc.;

desenvolvimento de trabalho com a juventude urbana;

promoções da inclusão digital e acesso ao mundo da informática e comunicação;

assessoria, educação popular, cultura e arte;

capacitação de educadores e agentes sociais de desenvolvimento juvenil. (Trilha Cidadã, 2006d).

Em 2007, a ONG Trilha Cidadã ampliou sua visibilidade na cidade de São Leopoldo. Como afirmam os gestores: “*colocou a marca na rua*”. A participação da Trilha nos diferentes Conselhos e entidades municipais<sup>65</sup> ampliou o vínculo com as lideranças da cidade, que passaram a identificá-la como uma instituição que fala “pela” juventude. Outro aspecto importante é a relação estabelecida com a UNISINOS, que oferece infra-estrutura, estagiários de diferentes cursos, os quais desenvolvem projetos com a Trilha. Mesmo assim, no Bairro da Manteiga, onde está situada, o impacto tem sido menor. Há várias instituições prestando serviço social nesse local, gerando um emaranhado de iniciativas. O que diferencia a Trilha é a busca por um trabalho menos populista e mais voltado à área das artes e comunicação. Um

<sup>65</sup> Conselho dos Direitos da criança e do Adolescente (CONDEDICA) de SL; Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de SL; Rede de Entidades da Zona Norte de SL (entidades que se organizaram para construir um trabalho articulado); Comissão Nacional de Assessores da PJ; Rede Brasileira e Latino Americana de Centros e Institutos de Juventude; Fórum de Economia Solidária do Município de SL; Um dos educadores da Trilha que também faz parte da PJ é um dos conselheiros do Conselho Nacional de Juventude.

dos projetos que mais tem criado vínculos com as famílias do bairro é o de preparação para a Crisma.

As singularidades deste grupo, com uma participação importante no debate sobre políticas públicas de juventude e uma interlocução forte com os grupos juvenis e o poder público, constitui-se em um laboratório para ampliar as reflexões sobre as atuais formas de participação dos jovens no espaço público.

A criação da Trilha, a partir de um grupo de jovens, militantes da pastoral da juventude católica, é assim apresentada pelos gestores:

A Trilha surge de um anseio muito grande de um grupo de militantes da Pastoral da Juventude, que queriam partir pra um trabalho além do trabalho de pastoral, dentro da Igreja, pra um trabalho mais social. (Fabiane, entrevista 02/2007)

Eu acho que a Trilha é o próprio ato de fazer trilha. A ideia da Trilha, eu não tava junto nesse dia, foi num dia que foram lá onde é que o Beto morava e eu até também fazia parte da cooperativa, tinha um terreninho lá em Porto Alegre lá perto de Viamão e, mas eu não tava no dia e o pessoal foi abrindo trilhas e foi conversando sobre a ONG e daí o pessoal disse “ah é Trilha” e, mas essa é a grande sacada. A Trilha ela abre trilha. Ela, talvez seja essa mesma a função da Trilha, quer dizer, vai abrindo, vai abrindo, vai abrindo, vai abrindo coisas e depois não sei se damos conta de tudo, mas... Essa, abrir trilha, abrir trilhas e abrir possibilidades pras pessoas em vários âmbitos, pros jovens também trilhar esses seus caminhos, pras próprias instituições poderem se reciclar. (Alex, entrevista 03/2007)

Os cinco jovens gestores da Trilha, entrevistados para esta pesquisa, têm itinerários de formação de sujeitos militantes, protagonistas e atuantes em movimentos sociais, religiosos e juvenis, com destaque para atividades e projetos na área cultural e religiosa.

Apresentam como inspiração para as experiências de participação, em suas próprias palavras:

Acho que existe uma inspiração que é a inspiração de um comprometimento de um, de uma identidade sobre a, de uma concepção de sociedade de tudo isso que está baseada na mística cristã e essa mística cristã progressista, libertadora. (Edinho, entrevista 02/2007)

Eu acho que a minha principal inspiração foram os próprios jovens, assim sabe, as coisas que me diziam, as idéias que a gente trocava, principalmente nas noites depois dos encontros e tal, pra mim marcava muito. (Beto, entrevista, 03/2007)

Eles nos provocam e eu acho que a Trilha surgiu muito disso assim, da nossa necessidade da militância, mas também da provocação que a juventude traz assim, que respostas ou que outras provocações a gente pode fazer juntos com esses jovens. (Raquel, entrevista, 02/2007)

Eu acho que a gente vai se apaixonando e vai amando o mundo e os mundos que existem dentro do mundo. E eu acho que é isso, acho que a grande inspiração é o amor pelo mundo assim, pelas formas de vida, enfim. (Alex, entrevista 03/2007)

Eu acho que aí tem um princípio muito forte de inspiração, que é o princípio de opção de vida mesmo que é trabalhar em equipe, que é trabalhar no comunitário. (Fabiane, entrevista 02/007)

São adultos trabalhando com a questão da juventude porque um dia alguém os escutou, alguém os achou importantes, alguém deu espaço para atuarem. Hoje, acreditam nos jovens como protagonistas de mudanças na sociedade, percebendo a importância da participação para os jovens e, principalmente, para eles próprios.

Além dos jovens e de princípios de vida, uma mesma pessoa foi citada por todos os gestores, nas entrevistas individuais, como inspiradora. As palavras de Edinho sintetizam tal questão:

Padre Hilário Dick, que com certeza é um grande benfeitor nosso, é um colaborador, é um sonhador deste projeto e ele acredita nisso e vê como possibilidade, e talvez pra ele ainda não é nítido por onde vai o processo, até porque claro alguém que veio de uma experiência institucional, estrutural, mas ele aposta, incentiva, fica e vibra conosco. (Edinho, entrevista 02/2007)

O padre Hilário é uma presença marcante nas histórias de vida deste grupo, desde a atuação de cada um na Pastoral da Juventude até a criação da ONG Trilha Cidadã, instigando os mesmos nos debates que pautam as diferenças e os pontos fortes deste coletivo. Traz, também, críticas à estrutura da Igreja Católica, que é ponto de discussão no grupo e razão da criação da ONG, a qual sintetizou a busca por mais autonomia.

O exemplo da família também aparece como fundamental na opção destes jovens pelo trabalho comunitário. Todos fazem referência ao pai ou à mãe como atuante em movimentos religiosos e comunitários. Pertencem a famílias com dificuldades financeiras para manter os estudos e a sobrevivência dos filhos, e todos começaram aos 13 ou 14 anos a participar de grupos de jovens, passando, em muito pouco tempo, para as coordenações dos movimentos. Constituíram uma trajetória como articuladores, viajando e vivenciando situações que promoveram um movimento reflexivo muito forte e intenso em cada um.

Percebe-se a criação da ONG como opção de vida vinculada ao posicionamento desses jovens frente às desigualdades sociais. Portanto, a instituição tem um pouco de cada um, sendo muito marcada pela metodologia de trabalho da Pastoral da Juventude. *Eu acho que a Trilha pra mim hoje é um espaço de criação... nós gostamos de estar juntos, de criar*

*coisas que possam ajudar no mundo da vida mesmo, essa é a grande preocupação* (Raquel, entrevista 02/2007).

Por outro lado, mostram-se críticos frente à atuação da igreja, definida como limitadora do que gostariam de fazer em alguns momentos. Isso teria justificado a criação da ONG, pois a partir dela obtiveram mais liberdade para a atuação política e social. A Trilha seria o espaço com mais possibilidades para fazer coisas, sendo o ambiente religioso mais burocrático, hierarquizado e sujeito a imposições de determinadas lideranças mais ou menos conservadoras, segundo opinião do grupo gestor.

Apresentam a Trilha Cidadã como uma instituição que tece relações com o Estado, a iniciativa privada, a igreja, a universidade e os movimentos sociais. Isso fica evidente na forma como encaminham os projetos e ações: sempre em rede. A localização da ONG no bairro Arroio da Manteiga se configura como busca do trabalho coletivo. É uma região com muitos jovens, de interesse do poder público, lembrando que São Leopoldo é um dos primeiros municípios do estado a criar uma Coordenadoria de Juventude. *A gente optou pela cidade de São Leopoldo por vários motivos, um deles é que esta cidade vinha apresentando os maiores índices de violência juvenil.* (Alex, entrevista 03/2007) Está situada próximo à UNISINOS, uma universidade que recebe os jovens da região. Mas como ampliar o acesso aos jovens que não chegam à universidade? Há, portanto, um ambiente fértil para a instalação da Trilha, em São Leopoldo. Nas palavras do Beto:

A gente veio pra cá por causa de alguns fatores, a própria casa aqui, o CEPA, ele é uma casa que tem uma vocação intrínseca de trabalhar com a periferia e a gente acabou aproveitando esse patrimônio institucional, do CEPA, pra colocar a Trilha aqui dentro também como um agente de desenvolvimento social com empobrecidos, mas focando na juventude neste trabalho. (Entrevista 03/2007)

No desenvolvimento dos projetos e ações buscam inspiração na metodologia da Pastoral da Juventude. Quando fazem referência aos cursos e encontros organizados pela Trilha, falam muito de revisão e construção de projeto de vida, da escuta, da observação, do empoderamento do outro, do respeito às diferenças e do abrir-se ao diálogo. Raquel anuncia isso quando diz:

Então quando eu digo assim que essa coisa da observação é importante, tem algumas coisas que eles falaram que, no momento que eles falaram, a gente sentia que era real, que doía neles ou que alegrava eles, então isso pra mim é muito forte assim da vida deles, conseguir perceber isso tudo. A dificuldade que eles têm em descrever a sua vida, mas analisando ela e vendo o quê que essa história criou neles e deu assim construiu assim o que eles são hoje, então isso meio que desmonta eles assim, desconstrói e quando eles se dão conta que eles estão se reconstruindo, quando eles começam a falar dos princípios e das crenças que eles têm e tal. (Entrevista, 02/2007)

A Trilha atende adolescentes e jovens pobres, moradores do Arroio da Manteiga na grande maioria. São dois públicos juvenis: um deles vem da experiência da pastoral e são os jovens que trabalham nos projetos da Trilha como educadores ou na esfera administrativa. O outro são os jovens dos projetos sociais, como o Consórcio da Juventude e o Juventude Cidadã.

A Trilha Cidadã reconhece as diferentes formas de expressão da cultura juvenil e a necessidade de ampliar o espaço para o desenvolvimento de tais manifestações. A novidade, neste caso, é que esses jovens pensam a arte como expressão, produção e criação, cuja meta é a continuidade das ações, rompendo com as ações pontuais que criam a ilusão da entrada no mercado de trabalho. Anunciam *que não existem condições de interferir na vida da pessoa sem você se envolver com a vida da pessoa.*(Edinho, entrevista, 02/2007)

Quando você vê, por exemplo, entre o Natal e o Ano-Novo, esses jovens de terça a sexta, porque o Natal foi segunda, trabalhando intensamente em núcleos de produção onde eles estão criando da cabeça deles, vamos fazer um vídeo sobre a questão do racismo, vamos fazer um jornal comunitário. Quando pensam a mostra fotográfica e fazem planejamento, tarjetas, não sei o que, quer dizer, e tu vê esses olhos desses jovens se construindo e usando daquilo que a gente chama de potencial criativo. (Edinho, entrevista, 02/2007).

Neste percurso de realizações e desafios, muitas são as dificuldades apontadas nos relatos dos gestores entrevistados, destacando-se dificuldades financeiras, ideológicas e relativas ao tempo para as ações.

Tem dias que a gente enlouquece, que não sabe como é que vai fazer pra pagar todo mundo, mas por outro lado a gente diz: “não, a gente deixa de receber a nossa parte, mas paga a equipe que está trabalhando, que afinal eles a gente têm consciência de que são os primeiros”. Então a gente vai dando aquele jeitinho, se empresta dinheiro, se empresta passagem de ônibus, essas coisas a gente faz. (Raquel, entrevista, 02/2007)

A gurizada não tem grana mesmo, então assim ou a gente faz alguma coisa que gere a possibilidade de participação deles, principalmente quando tem uma reunião de estado, uma reunião nacional ou coisa assim, senão não tem a participação, não tem esse momento de experimentar isso também e eu sempre curti muito isto assim, por mais difícil que fosse, mas de tentar fazer com que eles pudessem participar. Então eu acho que a dificuldade econômica, a dificuldade de apoio ao que a gente acredita, ao que a gente quer fazer são permanentes tanto no trabalho pastoral quanto no trabalho da Trilha e a gente também percebe isso (Raquel, entrevista, 02/2007).

Hoje, assim, a maior dificuldade que eu tenho se trata assim de tentar não me institucionalizar. (Alex, entrevista, 03/2007)

Uma dificuldade no sentido de se manter fiel àquilo que se quer fazer. E aí outra dificuldade que acho que a gente enfrenta aqui no trabalho mesmo é essa coisa de como é que tu vai se estabilizar financeiramente pra que os projetos não sejam pontuais, pra que eles tenham um processo de continuidade e que de fato resolvam alguma coisa. (Fabiane, entrevista, 02/2007)

Todo ativista tem uma dificuldade de tempo. Então essa questão do tempo quando eu falo, ela é mais do que o tempo da corrida, mas é poder criar a cronologia, o cronômetro de fato da vida de uma forma que concilie a formação integral e é olhar a pessoa humana como um todo, não como um fragmentado. (Edinho, entrevista, 02/2007).

A ONG Trilha Cidadã enfrenta a burocracia do Estado para captar e gerir recursos públicos, conciliando com os princípios que definiu como alicerces da instituição. de que forma viver o tempo acelerado das políticas públicas, que cobram resultados objetivos e quantitativos, acreditando em processos de formação de longo prazo? Este parece ser um dos maiores desafios do grupo de jovens gestores, que acredita na política pública de juventude pensada no coletivo, onde se disputa e se constrói com toda a sociedade.

Nos grupos de conversação com os gestores, foi possível perceber a efervescência do debate sobre políticas públicas, papel do Estado e gestão pública de recursos. Para Edinho:

É essa questão: Estado ou governo? Nós temos políticas de governo e não políticas de Estado. Isso é um debate também que eu acho que é bem presente. Quer dizer, políticas que não são continuadas, quer dizer, muda de governo, muda-se de gestão. Algumas coisas vão se estabelecendo. Acho que no campo da juventude é isso que nós temos que criar uma, não é porque hoje todo mundo fala de juventude que o governo tem que falar de juventude. (Grupo de Conversação, 12/2007)

Defendem um Estado comprometido e regulador das políticas públicas, que garanta o seu acesso universal com a máxima abrangência, comprometido quando procurar gestar essas políticas nos debates com a sociedade. Nas palavras de Edinho: *o debate é construir espaços reguladores também onde a sociedade, o poder público e outras iniciativas possam dialogar.* (Grupo de Conversação, 12/2007)

Nesse contexto, o desafio da gestão pública está no processo de participação e envolvimento da população juvenil *porque às vezes a gente percebe, em certos segmentos, que o jovem milita, participa, participa, participa, mas desiste, cansa, diz “aí cansei, muito confuso, muito isso”.* Quer dizer, conciliar satisfação, encantamento, apaixonamento, prazer com a objetividade que a política pública tem. (Edinho, Grupo de Conversação, 12/2007)

Na concepção de política pública dos gestores da Trilha, percebe-se uma crítica às políticas com grande *marketing*, que buscam grandes resultados quantitativos. *Parece que toda política pública tem que ser um Planeta Atlântida, mas o Planeta Atlântida tem um*

*interesse de massa, e nosso interesse é a pessoa e o grupo de realização, o grupo de vida, não é a massa.* (Edinho, Grupo de Conversação, 12/2007)

A tensão entre resultados e processos das políticas públicas são temas presentes nas discussões dos gestores provocando a reflexão constante sobre os princípios da ONG e as ações efetivamente realizadas, a partir da execução de programas com o poder público. Outro aspecto muito discutido no grupo que coordena a ONG diz respeito aos recursos que os jovens recebem. Criticam o conjunto de normas que o sistema impõe, gerando processos altamente burocráticos para que o jovem receba a bolsa de R\$ 120,00, ou estipulam recursos gigantescos para determinada área e não preveem outra. Outra falha apontada é:

Quando o gestor público diz: mas nós sabemos que esse recurso que nós pagamos por criança ou por jovem não é suficiente, mas isso é consciente. Então não faça, então não é política pública, que a política pública ela tem que ser capaz de suprir todas as necessidades com qualidade daquele projeto. (Edinho, Grupo de Conversação, 12/2007)

Entre conflitos e desafios, os gestores da Trilha articulam os projetos a partir da realidade dos jovens do Bairro da Manteiga.

A nossa ONG, quando olha pra essa realidade, pensa, de caráter multifuncional, seus projetos em vista do futuro nessa interface, porque ela sabe que não adianta discutir a economia solidária querendo que todo mundo vá fazer padaria, querendo discutir que todo mundo vá fazer artesanato. Ora, tu tens que pensar outros campos de articulação e que gerem isso. (Edinho, Grupo de Conversação, 12/2007).

Os relatos evidenciam as concepções de mundo dos gestores que se movimentam a fim de implementar as ações da ONG. Percebem os jovens como atuantes e propositivos, sendo necessário ampliar, cada vez mais, o envolvimento destes nas ações a eles destinadas. Reconhecem, entretanto, que a participação demanda tempo e constitui um processo que necessita investimentos, com um Estado mais receptivo às diferentes formas de participação dos jovens e menos burocrático na execução dos programas. Portanto, um dos desafios que, atualmente, se coloca ao poder público e à sociedade civil diz respeito à construção de parâmetros públicos que reinventem a política, ampliando o espaço participativo e democrático de todos os segmentos sociais.

### **5.2.2 Na Trilha dos Educadores**

A partir das diferentes interações com os educadores da Trilha Cidadã, através de entrevistas e do grupo de conversação, algumas ênfases nos temas narrados foram se fazendo insidiosas e, após várias leituras dos depoimentos, é possível afirmar que eles se ocupam de três temas principais: mudanças pessoais a partir da experiência, metodologia da escuta e do cuidado, inserção profissional.

Observando diferentes ações, ouvindo e refletindo sobre as falas dos educadores da Trilha Cidadã, percebi o anúncio de uma pedagogia da escuta num fazer e se fazer, rompendo com a pedagogia da precariedade anunciada por Geraldo Leão (2004)<sup>66</sup>.

Os educadores da Trilha Cidadã constituem um grupo integrado por jovens que viveram experiências comuns na Pastoral da Juventude e nos movimentos sociais, profissionais ligados à área temática dos cursos oferecidos pela Trilha e alguns que iniciaram realizando trabalhos administrativos na ONG, mas, aos poucos, foram se constituindo como educadores. Nas palavras de Ismael, educador:

Tanto o Rodrigo quanto o Márcio e outros educadores também, eu acho que o grande lance da Trilha foi não só colocar educadores ou professores pra trabalhar com jovens, mas propiciar que esses educadores e professores tivessem um crescimento também. E está sendo uma experiência fantástica de perceber que é um espaço de geração de vida em todos os aspectos, até das pessoas que trabalham aqui. (Grupo de Conversação, 03/2007)

Indagados e provocados a refletir sobre a participação nos Cursos da Trilha Cidadã, os educadores disseram que:

A Trilha Cidadã, além de desafiadora, constitui papel fundamental na minha formação social porque ela me desafia a fazer uma síntese do que foi a minha caminhada, da minha vida enquanto jovem na comunidade até hoje. (Rodrigo, Grupo de Conversação, 03/2007).

E eu nunca me encontrei dentro da Pastoral, eu sempre participei de tudo, só que eu era apenas uma ativista, eu ficava pro lado de trás. Eu participei do curso em 2005 de metodologia, que foi onde me abriu bastante a minha visão pra muitas coisas que eu ainda não tinha, me agregou muita coisa. Em 2006, então eles fizeram o curso de realidade juvenil urbana aonde eles chamaram algumas pessoas que tinham participado desse curso de metodologia, que já conheciam a sistemática da Trilha (...) foi a minha primeira experiência enquanto coordenadora de alguma coisa. (Camila, Grupo de Conversação, 03/2007)

---

<sup>66</sup> Geraldo Leão investigou o programa federal Serviço Civil Voluntário – SCV (1996-2002), cujo objetivo era promover a inclusão social de jovens em situação de “risco” por meio da preparação para o trabalho e da sua (re)inserção escolar. Analisou o SCV ressaltando aspectos recorrentes em outras políticas de trabalho para jovens no país, apontando a existência de uma “pedagogia da precariedade”, possibilitando aos jovens poucas oportunidades do exercício da escolha, da tomada de decisões, elementos fundamentais para o desenvolvimento da autonomia.

O curso de educadores que eu também participei junto. O quê que foi isto? Foi uma coisa fantástica. Foi a primeira vez que eu me vi como educadora. Lá pela segunda etapa, perguntei assim: “poxa, mas o quê que eu faço aqui no curso de educadores. Será que eu sou educadora?” “não, eu sou jovem e não educadora. Não, eu sou jovem e educadora”. (Sabrina, Grupo de Conversação, 03/2007)

Os depoimentos evidenciam a preocupação da Trilha com o processo de formação dos educadores, buscando ressignificar o lugar do sujeito educador que desenvolve atividades para e com os jovens. Possibilita repensar a relação do educador com o jovem construindo espaços de convivência e aprendizagem que oportunizam aos educadores engajarem-se em ações que os ajudem a pensar o seu lugar social. Trata-se de experiências de formação que ocorrem a partir de interações reflexivas propostas pela ONG, demonstrando o investimento da Trilha Cidadã na formação de seus educadores.

A metodologia dos cursos propostos pela Trilha Cidadã em programas como o Consórcio Social da Juventude e os trabalhos que envolviam o grupo de economia solidária se estrutura com momentos expositivos e outros práticos, tendo como foco a comunicação alternativa. Ou seja, a reflexão, o diálogo e as vivências individuais e no grupo são norteadoras do planejamento dos cursos ministrados pela ONG Trilha Cidadã. As atividades com fotografia são destacadas como as que mais despertaram curiosidade nos jovens, sendo, ao mesmo tempo, algo de pouco acesso para os mesmos. Dos 125 jovens que fizeram cursos de fotografia na Trilha, somente um já tinha tido contato com uma câmera profissional. Embora:

A curiosidade que era um ponto a favor, os recursos eram extremamente limitados, então isso exigiu da gente construir tanto momentos em que a aula era pra todos e que o material tinha que ir circulando e a gente demonstrando e a gente trabalhou em dupla daí pra facilitar, enquanto um estava explicando o outro estava passando a câmera. (Eduardo, educador, Grupo de Conversação, 03/2007)

Percebe-se que, se do ponto de vista material houve dificuldades em relação à quantidade de equipamentos disponíveis, o envolvimento dos jovens era grande com a fotografia, cujos resultados *foram muitos legais assim, individualmente, coletivamente, as exposições, eles se sentiram muito bem quando puderam fazer exposições das fotografias deles fora.* (Eduardo, educador, Grupo de Conversação, 03/2007)

Eduardo traz, também, outras dificuldades enfrentadas como educador nos cursos:

Os outros conteúdos assim, que eu tive experiência de trabalhar como eles eram conteúdos obrigatórios do programa e que, de certa forma, a Trilha também concordava com estes conteúdos, eram conteúdos de formação humana mais geral pra além da formação específica mais geral, profissional, eles eram conteúdos que sempre encontravam uma resistência maior. (Grupo de Conversação, 03/2007)

Nesse aspecto, Eduardo faz uma reflexão sobre o público jovem atendido pelo Consórcio Social da Juventude. *Uma coisa é tu trabalhar conteúdos de formação humana, formação política, formação pra cidadania com públicos que estão envolvidos com grupos de jovens e movimentos de participação política, outra coisa é tu trabalhar com públicos que são os públicos destes programas.* (Grupo de Conversação, 03/2007)

Sobre as características dos jovens atendidos pela Trilha Camila, educadora diz que:

No curso de realidade juvenil, a gente sofreu essa mesma questão que o Eduardo passava, que a gente era acostumada, por mais que eu nunca tivesse trabalhado com um grupo de pastoral, mas sempre participava de alguma forma e ouvia, eles sabem escutar, têm visão crítica na maioria das vezes, enquanto o grupo de realidade juvenil não tinha isso e foi muito frustrante, a primeira etapa a gente se deu muito mal, a equipe que estava trabalhando foi muito mal, a gente ficou avaliando se valia a pena seguir o curso ou não. (Grupo de Conversação, 03/2007)

As considerações de Eduardo e Camila anunciam a complexidade do trabalho com jovens, evidenciando a fragilidade de algumas propostas que, para terem sucesso, basta jovens trabalharem com jovens e falarem de cultura juvenil. A mobilização, permanência e envolvimento dos jovens nas ações é um desafio constante que aposta em processo e não em resultados pontuais.

A atuação da Trilha realizando projetos, tanto de sua autoria quanto aqueles originários dos programas do governo federal e municipal, amplia as experiências desses educadores que, em grande parte, se constituíram nos espaços da igreja, trabalhando com jovens habituados ao trabalho em grupo. O Consórcio Social da Juventude colocou esses educadores em contato com um público, como eles dizem de “*demanda na porta*”, ou seja, jovens que ficaram sabendo do curso pelo rádio, prefeitura ou escola, e que fazem a inscrição sem querer realizar o curso oferecido, *como aconteceu com boa parte dos jovens do Juventude Cidadã. Queriam fazer curso de administração e atendente de comércio e acabaram fazendo curso de comunicação.* (Eduardo, Grupo de Conversação, 03/2007) Nesse sentido, é preciso relativizar o termo “escolha”, visto que os jovens pertencentes às classes populares, dentro de uma sociedade capitalista, possuem graus muito limitados de liberdade de escolha, pois sua condição de classe muitas vezes os leva a percorrer caminhos em que a necessidade supera a própria vontade.

Em 2007, período de grande visibilidade e expansão dos projetos da Trilha Cidadã, os educadores viviam o dilema de trabalhar com jovens que possuíam vivências completamente diferentes daquelas dos jovens da Pastoral da Juventude. Para Sabrina, educadora:

Um dos desafios assim mais sérios pra gente é a gente repensar o jovem de hoje porque ele não é o jovem da igreja, o jovem que faz a dinâmica, o jovem que faz a brincadeira. A galera hoje tem uma concepção diferente do quê que é diversão e a música deles é outra e o jeito deles é outro, eu falo deles porque é bem diferente de mim assim do que eu fui, do que sou. (Grupo de Conversação, 03/2007)

A fala dos educadores anuncia os pressupostos metodológicos do trabalho da Trilha Cidadã apresentada na proposta pedagógica desta ONG: a escuta dos jovens. Nas palavras de Camila, *No momento que a gente quis escutar eles, a gente sentiu que aquilo tocou no fundo deles, porque a gente não só falou, falou, falou, ou melhor, xingou, xingou, xingou e não escutou nada deles, não. (...) uma das meninas falou: nunca nos perguntaram a nossa opinião.* (Grupo de Conversação, 03/2007)

Ismael, educador, também reflete sobre a metodologia da Trilha:

O planejamento estratégico ele vê lá os objetivos, você tem que ir aos objetivos, se não chega aos objetivos não serve. Na Trilha você vê todas as relações, você avalia todas as relações que foram, não interessa se lá você não atingiu todos os objetivos no final, isso não é o mais importante, tu vê o quê que gerou ali, quais foram as relações, quem cresceu e tal. (Grupo de Conversação, 03/2007)

Outro aspecto relevante apontado no grupo de conversação de educadores refere-se aos sinais do impacto do trabalho da Trilha Cidadã para os jovens educadores. As palavras de Rodrigo são expressivas nesse sentido:

(...) a partir daí com a caminhada da Trilha eu faço uma aposta na saúde pessoal, uma aposta nos estudos, então eu saio de uma crise na escola básica, na escola de Ensino Médio e passo a ser um jovem universitário com perspectivas profissionais. Eu passo a ser um jovem mais atencioso com a família e nos relacionamentos afetivos, por diversos problemas que tenham me ocorrido e que a Trilha, na sua proposta de cuidado com o jovem nas suas dimensões com a vida, a Trilha procura atender e procura estar acompanhando a todos. Então este cuidado que eu sinto em mim é um cuidado que diretamente tende a sair de mim e passar pras pessoas que me rodeiam e, principalmente, pro jovem que atua aqui na Trilha. (Grupo de Conversação, 03/2007)

O depoimento de Rodrigo, como tantos outros que li e ouvi, expressa o cuidar de si e do outro que sugere uma pedagogia da escuta, da autonomia e da autoria que resume o trabalho desses jovens-adultos gestores e educadores, se fazendo neste espaço entre o Estado e as diferentes instituições socializadoras, tecendo redes e parcerias que ajudam aos que participam construir projetos de vida. Numa espécie de releitura de sua vida, Rodrigo relata que, graças ao envolvimento com a Trilha Cidadã, torna-se diferente, um sujeito social, aspecto em geral relacionado ao processo de conscientização social e política, instaurado a partir da participação.

As experiências de participação repercutem na vida dos educadores e dos jovens do programa. Cabe refletir sobre como a subjetividade dos jovens informa e significa suas experiências de participação e, inversamente, como a subjetividade é transformada por essas experiências. Neste particular, Rodrigo lembra sua história, procurando mostrar a ligação entre o trabalho que desenvolve na Trilha e a atuação em outras dimensões da vida, evidenciando o desdobramento das ações de participação que provoca mudanças na família e na vida afetiva.

Eduardo, por sua vez, traz reflexões importantes sobre o trabalho com jovens, apontando o que ele denomina “crescimento” proporcionado por estes momentos de aprendizagens, conflitos e angústias. Analisa a preparação dos educadores para “olhar” estes jovens para além do que é observado à primeira vista. *Meu primeiro momento de olhar pra eles era meio sem ver*. Conta que, na apresentação dos jovens do programa Consórcio Social da Juventude, chamaram atenção duas meninas com um cabelo na cintura e saia de brim no tornozelo e a *apresentação de uma delas especialmente, foi uma menina que ficou até o final, que teve um papel superimportante no curso. Foi dizendo assim: “eu sou prima dela, essa aqui é a fulana e tal” e depois disse assim: “e nós somos evangélicas”*. Eduardo questiona: *Tu entende, quer dizer, isso eu acho significativo do ponto de vista da gente perceber o quê que significa esse “nós somos evangélicas”?* Durante o curso a menina participou ativamente dos debates, com posicionamentos críticos em relação às diferenças que, nas palavras de Eduardo: *(...) isso estava vindo de alguém que estava protagonizando esse discurso, essa discussão que não é alguém que a gente olha costumeiramente com esta capacidade de ter esse discurso, aliás, a gente normalmente associa com os crentes*.

Lembrando da seqüência do curso, Eduardo faz referência a outra cena envolvendo a menina evangélica:

*(...) ela na escada, ainda lá pelo meio do curso, com a saia lá no tornozelo, cabelo amarrado lá atrás, a camisa de botão, e um menino, conversando e falando, falando sobre coisas e tal do curso no intervalo e do lado dela um menino com a calça com o fundilho lá nos joelhos, enfim, com a calça lá no meio da bunda, do hip hop e tal, e esse diálogo entre eles era muito mais eficiente, muito mais tranquilo do que a gente consegue estabelecer pretensamente capacitados ou dispostos a lidar com essa diferença. Então, acho que estes sinais assim estão neles também, acho que é o nosso olhar assim. E aí a gente tem que cuidar, porque a gente tende a descrever o público das políticas públicas de forma negativa, então falta pra eles isso, falta pra eles aquilo outro e tal. (Grupo de Conversação, 03/2007)*

As palavras de Eduardo evidenciam que as vivências dos educadores na Trilha provocam reflexões e questionamentos sobre as ideias construídas no senso comum a respeito

dos jovens, alvo das políticas públicas. Nesse aspecto, a reflexão de Stephanou<sup>67</sup> é importante, pois aponta a relação entre etiquetagem e exclusão:

É, pois, desde a assunção da complexidade, da incompletude, da provisoriedade, mudança e passagem incessantes, que, para além de uma novidade, proponho “eliminarmos a tirania dos discursos englobantes” (Foucault, 1978, p. 171) sobre as juventudes, através da busca de “uma insurreição dos saberes” (Ibid.) contra as etiquetagens sociais e teóricas, a tendência à homogeneização e, por isso mesmo, à exclusão e invisibilidade.

Como pensar a construção das subjetividades de jovens que são rotulados pelas escolhas que fazem, imersos num mundo contraditório, que é revolucionário e conservador ao mesmo tempo; um mundo cheio de enigmas e de cartas marcadas. Faz-se necessário ampliar o ângulo de visão, percebendo as ambivalências de uma geração marcada pelo medo, no dizer de Novaes (2006).

No grupo de conversação de educadores, o dilema da qualificação profissional mobilizou o grupo para uma discussão expressiva. *Estamos formando profissionalmente [jovens] para uma situação em que não se trata de falta de qualificação profissional, se trata de falta de emprego.* (Eduardo, Grupo de Conversação, 03/2007)

Eduardo aponta o conflito da Trilha Cidadã que, tendo como princípio a promoção humana na perspectiva crítica da realidade social, implementa programas de cinco ou seis meses que prometem possibilidade de emprego que até é real, mas que, na prática, significa o desemprego de outro jovem. Nas palavras de Eduardo:

Então essa idéia que se passa num programa de qualificação profissional de que o problema do desemprego é um problema de falta de qualificação, é uma contradição muito grande e a gente lida com ele. Quer dizer, isso é muito complicado, é um mercado de trabalho que não está aí pra ele. É uma Rede Klabin que faz toda uma aproximação e tal institucional com o Consórcio e depois quando liga pedindo vaga diz: “olha, não pode ser muito baixinho, não pode ser muito gordinho, tem que ter tal idade, tem que ter tal”, tu entende. Porque tu precisa de alguém pra linha de produção e tu não pode ser muito baixo, tu não pode ser muito gordo, por uma série de preconceitos ou até de verdades. (Grupo de Conversação, 03/2007)

As reflexões de Eduardo apontam o confronto entre diferentes projetos políticos, concepções e interesses dos programas destinados aos jovens, sejam essas ações derivadas do poder público ou de setores empresariais. Ao mesmo tempo, o simples cumprimento formal dessas políticas não promove cidadania. O acesso ao mercado de trabalho é mais do que ampliar e garantir qualificação. As falas dos educadores apontam que os jovens exigem

<sup>67</sup> Conferência no 16º COLE – Congresso de Leitura do Brasil. Campinas, junho de 2007.

espaço efetivo para ser ouvidos e, nesse aspecto, sugerir políticas públicas somente no plano de seu conteúdo, de seus temas e focos e esquecer “o como” devem ser implementadas é produzir ações pontuais que não alteram a situação dos jovens.

A exigência de experiência e as diferenças salariais tanto geracional quanto de sexo, que existem no Brasil, são questões situadas no contexto das alterações no mercado de trabalho e acentuaram a exclusão de parcela dos jovens, a partir do desassalariamento e trabalho informal, além do desemprego nas últimas décadas.

Os baixos níveis de renda e capacidade de consumo redundam na necessidade do trabalho como condição de sobrevivência para a maioria dos jovens. Isso demarca um modo particular de vivência do tempo de juventude, que não se identifica com aquilo que o senso comum institui como modelo de jovem universal: que se libera da necessidade do trabalho para poder se dedicar aos estudos, à participação política e aos lazeres. A trajetória de busca e inserção no mundo do trabalho de jovens de famílias mais pobres é incerta, ou seja, ocupam os postos de trabalho que aparecem, que, em sua maioria, permitem pouca ou nenhuma possibilidade de iniciar ou progredir na carreira profissional.

Outro ponto central das discussões dos integrantes da ONG Trilha Cidadã são os limites e as possibilidades da mediação com as políticas públicas. O educador, financiado pela política pública, ajuda a viabilizar outras ações de autoria da ONG. Com isso, a Trilha consegue recursos para seus projetos e os integrantes vivenciam experiências, as quais promovem aprendizagens sobre as diferentes facetas da relação com o Estado. Trata-se de uma ONG que construiu sua história a partir da incorporação das demandas do segmento juvenil e busca, com seu trabalho, alterar as pautas da ação estatal e expandir a cidadania.

Se a participação da sociedade civil enfrenta limitações que se originam nas estruturas estatais pouco comprometidas com a democracia, na burocratização, nos reduzidos recursos, na instabilidade dos projetos, a experiência da Trilha Cidadã evidencia também possibilidades no sentido do que é possível fazer na relação com o Estado.

### **5.2.3 Na Trilha dos Projetos**

As ações da ONG Trilha Cidadã ocorrem mediadas por diferentes instituições públicas e privadas, dentre as quais, a ADEPH, a Escola Mesquita, o Grupo Hospitalar Conceição, a Unisinos, a Prefeitura de São Leopoldo através de várias secretarias, a Diretoria de Juventude, o Ministério da Justiça, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério da Educação.

Os projetos têm possibilitado a inserção da Trilha em diferentes conselhos, comissões e fóruns de debates. Entre eles estão: Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDEDICA) de São Leopoldo, Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de São Leopoldo, Rede de Entidades da Zona Norte de São Leopoldo (entidades que se organizaram para construir um trabalho articulado), Comissão Nacional de Assessores da Pastoral da Juventude, Rede Brasileira e Latino Americana de Centros e Institutos de Juventude, Fórum de Economia Solidária do Município de São Leopoldo e Conselho Nacional de Juventude. Para Edinho, gestor:

Nestes três anos, nós conseguimos criar, se fosse um produto, colocar a marca no mercado, dar credibilidade política pra Trilha. Agora, nas relações micro, é um processual e o processo ele é mais lento. Então, hoje, quer dizer, a gente tem uma conexão que nós no final de 2005, início de 2006, nós dizíamos que o nosso problema era conectar-se com os jovens da vila, hoje nós temos um número x de jovens conectados conosco no projeto em especial de economia solidária, mas essa conexão com os jovens da vila ainda não é uma conexão de impacto no bairro, porque é um processo de visibilidade. Outra questão é que nós estamos dentro de uma outra instituição, então no bairro há outra instituição, no caso a casa, o CEPA, ele tem uma visibilidade, então muita criançada ou muitos jovens que vêm aqui dizem “eu vou lá no CEPA”, então cria um estigma muito mais forte da casa do que da ONG, porque nós estamos dentro de um outro espaço. (Grupo de Conversação, 12/2007).

Os projetos ligados ao campo religioso são os que têm conferido mais visibilidade à Trilha no Bairro Arroio da Manteiga. Em 2007, 150 jovens receberam formação para crisma, a partir da parceria com a Paróquia São Jorge. A aposta nesse projeto é estratégica, pois objetiva ampliar as ligações com a comunidade.

As ações vinculadas aos programas do governo federal e municipal são as que projetam a Trilha para além dos limites do bairro. Essas ações ampliam a visibilidade da Trilha Cidadã e colocam os jovens que delas participam em conexão com uma rede de entidades e instituições. Além disso, possibilitam-lhes vivenciar situações que os fazem refletir sobre responsabilidade, burocracia, recursos, preconceito, entre outras aprendizagens, a partir das quais vão constituindo a autonomia desses jovens. Para Raquel, gestora:

Então o fato deles também terem que ir pras reuniões lá discutir o que é o Grafitando São Léo, porque os grafiteiros não tinham mandado os textos pra sair o *fanzine* no dia combinado, isso irritava eles, eles chegavam aqui quinta-feira e daí diziam “Raquel não funciona, essas reuniões são pra nada”. É pra vocês aprenderem como é que é, é bem assim mesmo, funciona assim o negócio. Mas entende acho que é também esse olhar crítico que se tem através de uma outra lente, seja ela da máquina fotográfica, da filmadora ou dos próprios olhos deles. (Grupo de Conversação, 12/2007).

A situação descrita na fala de Raquel diz algo, também, a respeito da metodologia de trabalho da Trilha Cidadã, no sentido de colocar os jovens em situações de embate com a

dinâmica de funcionamento das instituições e do trabalho coletivo. Apostando no processo como um percurso de idas e vindas marcado pela avaliação e reflexão, esses jovens estão construindo autonomia.

Segundo Edinho, *o esperado é que a política pública criasse sujeitos emancipados, esse é o sonho, que é o que a gente pretende como ONG. Agora, criar sujeitos emancipados tira do vínculo e constrói sujeitos que exigem mais responsabilidade.* As mediações são o carro-chefe dos projetos da Trilha porque *na prática o que os jovens fizeram não foi um jornal de impacto econômico pra eles, mas é um jornal de impacto cultural, de identidade, de realização, enfim, um espaço de cultura. São muitas as interfaces no mesmo projeto.* Essas conexões nem sempre são parcerias formais, mas permitem realizar as ações de um modo mais qualificado frente à burocracia imposta pelos órgãos do governo.

Para os jovens gestores da Trilha Cidadã, a estrutura burocrática é impeditiva do desenvolvimento de ações sociais para as camadas mais pobres. A execução de uma política pública está pensada para uma prefeitura que apresenta um setor jurídico e contábil. Dizem viver em uma *contramaré com o Estado*, e falam das situações a que estão submetidos nessa relação:

O convênio do MEC pra fazer a prestação de contas desse curso de Educação e Gravidez na Adolescência tu fica assim, poxa. Sabe, tu tem que criar mil e cinqüenta e duas pastinhas pra poder chegar no que eles querem. (Raquel, Grupo de Conversação, 12/2007)

No Juventude Cidadã a gente não sabia nem que documentação era necessária pra gurizada, se eles tinham que assinar lista de frequência ou não, se a gente tinha que ter lista pro vale-transporte ou não e etc. Então assim, o cara veio pra cá porque nós exigimos, porque a gente queria saber qual era o material que a gente ia precisar, porque nós tínhamos passado por um Consórcio Social da Juventude que tinha uma documentação imensa pra gente dar conta que essa gurizada tinha que assinar diariamente e a gente disse assim: olha cara, é o segundo mês da capacitação e a gente não tem nada. Aí veio o cara responsável lá do Ministério do Juventude Cidadã e disse: olha, nós não temos ainda, se vocês tiverem um exemplo de alguns documentos mandem pra gente. (Raquel, Grupo de Conversação, 12/2007)

Entende? A gente fica pensando, como é que tu pensa um programa de âmbito nacional, pra atingir o número de jovens, de capacitação profissional, quando tu não tem o mínimo pra dizer que fez? (Raquel, Grupo de Conversação, 12/2007)

Nessa perspectiva, entre fragilidades, burocracia e limites, as ações ocorrem apontando o imenso desafio em elaborar políticas que respeitem a diversidade das realidades juvenis do Brasil e, neste caso, a exigência de inserção é comentada pelos gestores como um dos aspectos que necessita de mudança no sentido de garantir maior liberdade aos executores.

Alguns destes projetos relacionados ao primeiro emprego vinham alguns cursos estabelecidos e que a gente teve que lutar pra dizer, olha esse tipo de trabalho aqui nós não temos como inserir. Então assim, é aí que você tem que pensar que uma ponta pode pensar o projeto no seu âmbito grandioso, nacional, mas quando ele é assumido no município você tem que dar a liberdade pro município dizer onde é que pode atuar em que áreas pode atuar, porque senão você vai preparar um cara pra alguma coisa que vai ter em São Paulo, mas aqui em São Leopoldo não tem, talvez tinha pros 7 mil jovens que estavam fazendo o Juventude Cidadã em Osasco, mas pros 700 que estavam aqui em São Leopoldo fazendo não tinha, então como é que a gente olha pra isso? (Raquel, Grupo de Conversação, 12/2007)

Porque, na realidade, tu não vai inserir essa população nesse mercado de trabalho porque não tem posto de trabalho, é um mercado que é pra poucos e que exige qualificação no sentido de eliminar muitos. E aí é qualificação pra quê? (Fabiane, Grupo de Conversação, 12/2007)

Nós temos 20 vagas. Não, tu não tem 20 vagas, 200 vagas, tu tem 200 postos de trabalho rotativos que vão entrar 200 jovens, daqui a três meses vão sair 200 e vão entrar mais 200. Então tu insere aonde? Tu insere num posto que já exista, que já tem alguém trabalhando. Então, quer dizer, tu tens que discutir outras coisas que são estruturais. (Fabiane, Grupo de Conversação, 12/2007)

O tema do emprego juvenil mobilizou sobremaneira os jovens da pesquisa, assim como tem mobilizado governos de diferentes países. O Brasil, em 2007, contou com cinco programas voltados para formação e qualificação profissional (Escola de Fábrica, Soldado Cidadão, Consórcio Social da Juventude, Empreendedorismo Juvenil e Jovem Aprendiz). São programas que realizam certa iniciação do jovem no mundo do trabalho e, às vezes, é a instância em que os jovens têm contato com as primeiras noções de direitos e deveres em uma relação de trabalho. Porém Sposito (2008) alerta que, se não houver no âmbito das orientações governamentais um projeto global sobre trabalho para o conjunto da sociedade, dificilmente uma política isolada de apoio ao emprego juvenil será bem-sucedida.

Fabiane, gestora e secretária do conselho deliberativo do Consórcio Social da Juventude, que ajudou a elaborar o projeto solicitando o terceiro módulo do Consórcio e acompanhou as avaliações e prestações de contas, assim questionou em seu depoimento:

Qual é o espaço de protagonismo da sociedade civil, do jovem que só é uma meta dentro desse projeto? Duas situações, assim, uma do final do Consórcio quando a gente discutia várias situações que eram o nó da coisa, que tinham que ser mudadas. E o que a gente viu? Esse material foi pra lá, com o aval de todas as 34 entidades que se reuniram, debateram, reformulou e tal, mandou o projeto, mas o ok final era deles lá e a sociedade aqui organizada ou desorganizada, enfim, as entidades não têm poder de pressão política. (Grupo de Conversação, 12/2007)

Outro aspecto destacado pelos gestores diz respeito aos editais abertos para programas e projetos que, em alguns casos, beneficiam instituições de grande visibilidade nacional. Para Raquel, gestora:

Se a gente entrar sozinho numa jogada dessa, que a gente sabe que se entrar sozinho a gente não ganha, a não ser que tenha alguém muito forte lá que possa indicar isso e assinar embaixo. E aí, pelo menos pra nós, isso não serve alguém que indique. Pra nós serve sim sentar com mais tantas instituições e dizer, vamos pensar um projeto comum e vamos apresentar nesse consórcio de entidades o que a gente pretende. (Grupo de Conversação, 12/2007).

Para acessar recursos do fundo público, a ONG Trilha Cidadã depara-se com o dilema entre seguir os princípios em que acredita ou operar segundo a lógica e ritmo de funcionamento do Estado e do mercado. No processo de credenciamento, para uma relação mais próxima de empresas e governos, a Trilha questiona-se quanto a não jogar o jogo do chamado “terceiro setor”. Nas palavras de Beto, gestor: *não gosto do termo terceiro setor, por exemplo, jogado sobre a Trilha Cidadã, porque eu acho que o terceiro setor ele está marcado por um conjunto de entidades que aliviam a carga tributária de certas empresas.* (Grupo de Conversação, 12/2007) Trata-se de um debate atual quando se observa a redução da intervenção pública em atividades essenciais como educação, saúde e assistência social, favorecendo o crescimento de iniciativas da sociedade civil como um espaço significativo e protagonista de ações sociais. Na definição terceiro setor, cabe um conjunto vasto de organizações que vão desde ONGs, institucionalmente representadas pela ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais, passando pelas Fundações Empresariais e Institutos, que hoje constituem o GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, que realizam investimento social voluntário e sistemático. Também em momentos de conversas com os gestores da Trilha, percebi a posição enfática dos mesmos criticando ideias sobre o terceiro setor.

Outro aspecto a destacar diz respeito à escola. Como aparece nas reflexões dos gestores da Trilha Cidadã, a instituição escola? No grupo de conversação com os gestores, a escolarização aparece como exigência dos programas, porém se deparam com jovens que querem participar dos projetos, mas não querem voltar para a escola.

Não adianta, por exemplo, eu exigir que um jovem esteja fazendo escolaridade, porque o governo exige nos seus programas isso, tem que estar estudando pra ser um jovem aprendiz, tem que estar estudando pra fazer o Consórcio, o Juventude Cidadã, se você não propõe as necessidades do encantamento sobre o aprender e a escola não propõe isso. Não adianta você colocar na sala de aula um jovem que não quer, o Luís Fernando não quer estudar, como é que vai fazer? E a gente sabe que ele estava estudando, estava com vaga. O Ronaldo quis parar de estudar, que é funcionário nosso aqui. (Edinho, Grupo de Conversação, 12/2007)

Sposito (2008, p. 21) comenta que os jovens, alvo dos programas, geralmente situam-se entre os grupos excluídos da escola, com histórias de fracasso e dificuldades de pensar a escola de forma mais positiva. “A mera exigência de retorno à mesma escola que não foi capaz de lidar antes com essas situações pode sinalizar a permanência dos mesmos processos de exclusão”.

Desse modo, a difícil tarefa da escola está em ressignificar os sentidos construídos para o estar lá. Que ações podem transformar o tempo dos jovens na escola para além de um contratempo? Muitas vezes, os caminhos tomados no campo da educação escolar, por mais bem-intencionados que possam ser, não se encaixam nos contextos juvenis e nas suas necessidades prioritárias. É preciso perceber que em meio às desmotivações, surgem, também, alguns interesses e práticas que recriam o tempo na escola, por isso, prefiro pensar, tal como Sposito (1993), a escola como espaço da “ilusão fecunda”.

Os gestores da ONG criticam as metodologias dos professores e as formas fragmentadas de tratar o jovem na escola. *Você tem que olhar a totalidade da vida, a sua vida é um todo porque você é integral e você não tem uma fragmentação, entende? E a escola não trabalha isso.* (Edinho, Grupo de Conversação, 12/2007) Mas apontam que:

O problema não é escolarização. Isso é um mito construído de que educação e a educação integral podem resolver, porque o problema é antes. O problema é das estruturas de sociedade que gera as desigualdades, quer dizer, é o problema de que a família miserável, por mais que queira, ela está de tal forma destruída na sua dignidade. (Edinho, Grupo de Conversação, 12/2007)

Então, pra mim, são vários elementos que antecedem ao elemento da escola. Então, dizer que o jovem tem Ensino Médio é dizer: e daí? A Tiane terminou o Ensino Médio e é uma pessoa centrada, inserida na comunidade, participa da comunidade católica, é militante, mas nunca conseguiu um emprego, dois, três anos e nunca conseguiu um emprego depois de terminar o Ensino Médio. (Edinho, Grupo de Conversação, 12/2007)

Há que se pensar que imagens de escola como direito estaria no horizonte desses jovens? Que repercussões tem na vida dos jovens dos setores populares o acesso à educação básica? Para Arroyo (2004, p. 120), “que eles empurram seus horizontes para mais longe. Não os estreitam”.

É interessante que, nos grupos de conversação, os jovens do GESPA fizeram referência sempre no sentido da Trilha para a escola, ou seja, percebiam mudanças positivas na escola, a partir do que realizavam na Trilha: *passei a ler melhor, falar com mais desenvoltura, defender minhas ideias.* (Tiane, Grupo de Conversação, 07/2007) Mas não mencionaram mudanças na direção contrária, ou seja, da escola para a Trilha.

Outro aspecto apontado pelos gestores no grupo de conversação diz respeito aos impactos do trabalho da ONG na vida dos jovens com os quais trabalham. Raquel faz observações interessantes sobre o que Beto chama de sinais, não propriamente impactos, do trabalho da Trilha na vida dos jovens:

Os jovens do GESPA têm uma postura de falar com o outro olhando nos olhos. Eles vêm pra cá e fazem fotos de si e perguntam: O que podemos fazer juntos?

Tem algumas situações que considero importante destacar: a primeira é do menino que esteve envolvido com roubo de vale-transporte na Trilha e quando ele foi questionado por isso, ele disse que o recurso que ele recebia da bolsa não era suficiente para sustentar em casa. A mãe estava desempregada e não tinha pai. Segundo exemplo é do menino que o pai estava desempregado durante quatro meses e a renda dele, a bolsa, era a renda familiar. E o terceiro: em função do envolvimento e valores discutidos na Trilha ele tenta reorganizar o sistema da família pedindo que a família tivesse um dia para almoçarem juntos. Outra situação é a irmã da Mel que chega na Trilha e comenta: “Ela não falava nada em casa, agora ela quer saber de tudo, critica tudo”. (Grupo de Conversação, 12/2007)

Esses sinais são evidências da ação educativa da Trilha através de um programa do governo federal. Pode-se dizer que a ação do poder público provocou ações que potencializaram a mobilização dos jovens, ampliando as possibilidades de atuação da ONG que, em 2008, participa da execução de uma política pública municipal que objetiva também a mobilização da juventude. Trata-se do caso da descentralização da cultura em São Leopoldo, onde a Trilha Cidadã é a instituição que administra o recurso destinado às quatro regiões do OP, como também presta assessoria para o acompanhamento das atividades realizadas nessas quatro regiões.

Outro aspecto a considerar é que os jovens que estão na Trilha vivem a experiência da participação a partir desta ONG, mesmo que a execução de programas do governo federal os coloque na situação de prestadores de serviço para outros jovens. Sobre isso, Edinho diz que procuram colocar os jovens em situação de engajamento social e reflexão sobre as escolhas que fazem e as atitudes no grupo. Nem sempre conseguiram e, por vezes, tiveram que renunciar à grande meta da ONG, que é a mobilização dos jovens. Ao mesmo tempo, a atuação nos programas federais e municipais possibilitou a criação de vínculos com o bairro, o município e outras organizações nacionais, possibilitando visibilidade, provisão de uma infra-estrutura e experiência para propor projetos mais autônomos de mobilização de jovens como o Rali das Artes, projeto previsto para realização em setembro de 2008/2009, com jovens do Bairro Arroio da Manteiga.

Os depoimentos e observações das ações dos gestores, educadores e jovens da ONG Trilha Cidadã apontaram a necessidade de refletir sobre como e por que a juventude foi

colocada no centro das ações públicas, tentando compreender o contexto das possibilidades e dificuldades que o conjunto das falas evidenciou, a partir da execução dessas ações.

A leitura da obra de Melucci reafirma que a vida se desenvolve num mundo de objetos e processos da mente, marcada pela tensão entre o conteúdo e o limite da experiência. Para o autor, (1992), o círculo de Jade, com um furo no centro, expressa a tensão entre o limite e a possibilidade. “O furo aberto, o vazio, introduz no espaço existente uma pergunta que o ultrapassa, mas é, também, inscrito nos limites que a matéria lhe impõe. É nessa tensão que hoje encontramos perguntas sem respostas”. O vazio que permanece instiga ao estudo das políticas públicas de juventude.

## 6. JUVENTUDE NO ALVO DA AÇÃO PÚBLICA

Neste capítulo, algumas considerações sobre as políticas públicas de juventude, implementadas, principalmente, nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, destacando o Consórcio Social da Juventude, como um programa federal que possibilitou à ONG Trilha Cidadã realizar ações com os jovens.

As leituras (Abad, 2003; Balardini, 2003; Dávila Leon, 2003; Krauskopf, 2003; Dominguez e Morales, 2003) realizadas sobre as políticas públicas de juventude em países da América Latina possibilitam afirmar que, em linhas gerais:

- a definição pela ONU, em 1985, do Ano Internacional da Juventude impulsionou a criação de organismos destinados às questões da juventude. Muitos Conselhos, institutos e diretorias foram organizados a partir desse ano ou em decorrência de ações relacionadas a ele. Com exceção do Brasil e Honduras, os demais países da América Latina instalaram a partir da década de 1990 organismos governamentais criados para atender as políticas de juventude;

- majoritariamente, os programas e projetos expressam uma ausência de conhecimento sobre as juventudes, evidenciando deficiências próprias do paradigma tradicional de políticas sociais, onde a institucionalidade põe a marca, mas não controla e avalia os resultados efetivamente;

- há um contraste entre a produção do conhecimento sobre juventude, principalmente em fins dos anos 1990, e a apropriação desse conhecimento pelos gestores de políticas públicas. Os estudos de autores latino-americanos citados neste texto apostam muito nas iniciativas locais e municipais como geradoras de políticas públicas de juventude, de modo que considerem a participação dos jovens e suas demandas, no entanto as políticas adotadas nesse período não revelam tal preocupação;

- outro aspecto importante relaciona-se à setorialidade e transversalidade das políticas de juventude, já apontadas por Montoya (2003). Essas dependem muito da forma como as relações entre políticas sociais e econômicas se instituem. A separação entre o social e o econômico tem conduzido ao aumento da pobreza e da desigualdade. Para o autor, uma política de juventude pode ser setorial e transversal e não questionar a separação entre políticas sociais e econômicas.

Quando pensamos a juventude como alvo de ações públicas, há que se fazer referência aos pontos de conflito que emergem de tal debate. O primeiro diz respeito à necessidade ou à

pertinência de políticas específicas para a juventude. As demandas dos jovens não estão contempladas nas políticas universais de saúde, educação, transporte, entre outras? Sposito e Corrachano (2005) analisam este aspecto apontando que existem divergências, pois se para alguns autores os jovens teriam satisfeitas suas principais demandas no âmbito das políticas setoriais, para outros as políticas de juventude seriam ações focalizadas nos jovens em situação de “vulnerabilidade” social.

O segundo ponto de divergência é a falta de consenso em torno da própria definição do que seriam políticas de juventude. Bango (2003) e Dávila, (2003) dizem que as políticas de juventude são aquelas inscritas nas políticas setoriais, mas em outros níveis de ação que não o objeto das grandes políticas: saúde, trabalho, habitação e educação. Estão mais próximas da área cultural, principalmente, ampliando a esfera da cidadania.

O terceiro ponto é o tipo de institucionalidade mais apropriado às ações nas diversas esferas do Executivo. Sobre isso, é importante observar o que ocorreu na América Latina, considerando as soluções que diferentes países latino-americanos construíram para a inserção dos jovens como sujeitos de direitos. Significa aprender com a diversidade de experiências que podem ser úteis para a construção de hipóteses sobre as condições necessárias a fim de que, em nível local ou nacional, sejam formuladas políticas de juventude.

Para Montoya (2003), uma política de juventude pode promover melhorias no acesso dos jovens à educação, saúde e emprego, sem afetar a sua posição na vida pública ou privada. A perspectiva da posição juvenil<sup>68</sup> não só aponta uma preocupação com as condições de vida, mas também assinala a necessidade de gerar condições para que os próprios jovens possam questionar as hierarquias e as relações de poder que os colocam como agentes passivos frente aos adultos e às instituições. Portanto, a setorialidade e transversalidade das políticas de juventude não são aspectos contraditórios, mas complementares. O problema de fundo é se o desenho e a gestão das políticas se ligam aos aspectos sociais e econômicos sob um mesmo enfoque, e se a política de juventude incorpora uma leitura crítica das relações de poder em que estão imersos os jovens. Talvez por isso seja importante não especializar o debate sobre as políticas de juventude que, embora tenham sua especificidade, não são autônomas em relação aos processos sociais e políticos maiores.

---

<sup>68</sup> Montoya desenvolve, a partir de Shireen Hung, duas perspectivas para enfocar as relações de poder entre jovens e adultos/instituições: a *condição juvenil* e a *posição juvenil*. A condição determina a ampliação de acesso dos jovens à educação, ao trabalho e à saúde, melhorando as condições de vida e deixando intactas as estruturas de poder e as hierarquias de autoridade social existente. A perspectiva da *posição juvenil* tem como principal objetivo fortalecer nos jovens a capacidade de ação, contribuindo para o desenvolvimento integral dos mesmos. É importante salientar que, para Sposito e Abad, a condição juvenil tem outro significado, sendo “o modo como uma sociedade constitui e significa esse momento do ciclo da vida”. (Sposito, 2003, p.61)

Ao revisar as políticas de juventude na América Latina, Balardini (2003) apresenta as seguintes características históricas:

- ação setorializada, realizada desde as áreas tradicionais do Estado, não concebida como política de juventude;
- massivas: políticas gerais de esporte, educação, recreação, sem considerar a diversidade dos sujeitos;
- pouco participativas: os jovens têm sido pensados mais como objetos de políticas;
- visão adultocêntrica: a perspectiva dos adultos define o desenho das políticas de juventude;
- centralista: as políticas mais representativas não se fundamentam na descentralização e na dimensão local.

Esses apontamentos permitem dizer que a palavra-chave de qualquer política de juventude é, sem dúvida, participação. Apesar dos esforços empreendidos por diferentes países da América Latina na constituição de políticas de juventude, com diferentes programas e órgãos, há grande atraso na promoção da participação juvenil, face a um enfoque “institucionalista” dessa participação.

Por outro lado, é difícil qualquer generalização sobre os possíveis benefícios ou entraves da institucionalidade. Se, no caso de alguns países da América Latina, secretarias e coordenadorias tornaram-se espaços de adultos preocupados com jovens, em Porto Alegre, por exemplo, durante a administração do PT (Secretaria de Juventude), e em São Leopoldo, através da Diretoria Municipal de Políticas de Juventude, constituíram-se espaços de interlocução entre jovens e poder público.

Com ou sem institucionalidade, o fundamental é ampliar a participação dos jovens, considerando-os sujeitos de direitos e rompendo com generalizações frágeis que produzem o entendimento da juventude como faixa etária problemática, expressão do individualismo e do consumismo ou grupo que, de forma idealizada e mítica, protagoniza a mudança.

Castro e Aquino (2008) situam o marco deste processo de implementação de políticas públicas de juventude na América e Europa Ibérica. Incentivados pela agenda da ONU para a juventude, uma importante organização entre os países ibero-americanos começou a ser gestada. O início do processo teve como marco o ano de 1987, quando o Instituto da Juventude da Espanha convocou a Conferência Intergovernamental sobre Políticas de Juventude na Ibero-América. A partir de então, os países participantes decidiram ampliar o conhecimento recíproco sobre a situação da juventude, deliberando pela realização de reuniões anuais. Em 1992, por ocasião da realização da VI Conferência Ibero-Americana de

Ministros de Juventude, a Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ) – instituição internacional de caráter governamental – foi criada formalmente. Atualmente, a OIJ é o único organismo multilateral governamental de juventude e promove a cooperação e o diálogo entre 22 países ibero-americanos. Em outubro de 2006, em Havana (Cuba), aconteceu a XIII Conferência Ibero-Americana da Juventude, onde os participantes ratificaram a Convenção Ibero-Americana de Direitos da Juventude de outubro de 2005, assumindo o compromisso de apoiar a elaboração de um Plano de Cooperação e Integração da Juventude na Ibero-América, com o objetivo de fortalecer a luta contra a pobreza e a exclusão social dos jovens da região.

Na declaração final da conferência, os representantes dos países participantes reconhecem a juventude como um ator de mudança e transformação social e como uma etapa própria no processo de desenvolvimento pessoal, que deve ser vivida plenamente e com o exercício integral de seus direitos.

#### 6.1 POLÍTICA PÚBLICA DE JUVENTUDE: TENDÊNCIAS E URGÊNCIAS

Abad (2003, p. 13) define o Estado como “expressão político-institucional por excelência das relações dominantes de uma sociedade. Trata-se, ao mesmo tempo, de um agente de articulação e de unificação entre as nações”. Aceitando que tal assertiva supõe articulação, unificação e dominação, é possível pensar que o Estado também reproduz as tensões inerentes às contradições de classe, região, gênero, etnia e geração. Para Abad (2003, p. 13), “as mudanças nas desigualdades sociais, provenientes das mudanças nas relações de dominação entre atores sociais com diferentes níveis de poder, ocasionam, por sua vez, mudanças no aparelho político-institucional do Estado e não o contrário”.

Através da política, a sociedade questiona e reflete sobre suas instituições, mas para isso é necessário que setores da sociedade se mobilizem. A política pode ser entendida como luta pelo poder, acordos de governabilidade ou programas de ação governamental. Nesse sentido, para Abad (ibid), a política pública representa aquilo que o governo opta por fazer ou não fazer, frente a uma situação, sendo uma forma de concretizar a ação do Estado. Sendo assim, destacam-se, segundo o autor, as principais tendências que podem configurar as acepções de políticas públicas:

- A política pública é a forma de concretizar a ação do Estado, significando, portanto, um investimento de recursos do mesmo Estado.

- Admitindo-se delegar ao Estado a autoridade para unificar e articular a sociedade, as políticas públicas passam a ser um instrumento privilegiado de dominação.
- A política pública, ao mesmo tempo em que constitui uma decisão, supõe certa ideologia da mudança social, esteja ela explícita ou não na sua formulação.
- Essa decisão é o resultado do compromisso de uma racionalidade técnica com uma racionalidade política.

Além disso, quando se enfocam as políticas públicas em um plano mais geral, deve-se ter presentes as estruturas de poder e de dominação, os conflitos do tecido social que têm no Estado o *locus* da sua condensação. Em um plano mais concreto, o conceito de políticas públicas implica considerar os recursos de poder que operam na sua definição e que tem nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu principal referente.

Para Bobbio (1995), uma política pública faz-se necessária quando existe uma situação que requeira soluções através dos instrumentos da ação política, configurando-se como um problema político que afeta a convivência social. Abad (2003) propõe as seguintes condições para transformar um estado de conflito num problema político: mobilização de recursos de poder por parte dos grupos ou atores individuais estrategicamente situados; um estado de conflito que constitua uma situação de crise, calamidade ou catástrofe; um problema que seja uma situação de oportunidade para que os atores sociais adquiram ou incrementem seu capital político. Refletir sobre políticas públicas de juventude é uma necessidade, considerando as visões institucionalizadas que constroem problemas políticos. E, às vezes, quem define o problema, define também as soluções.

As políticas públicas têm sido implementadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo expressão do compromisso público de atuação em uma determinada área a longo prazo. Podem-se entender as políticas públicas como linhas de ação coletiva que concretizam direitos sociais declarados e garantidos em lei. A partir das políticas públicas, são distribuídos bens e serviços sociais, em resposta às demandas da sociedade.

Sposito e Carrano (2003) assinalam que a ideia de políticas públicas está associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), envolvendo uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. Elas não se reduzem à implantação de serviços, pois englobam projetos de natureza ético-política, e compreendem níveis diversos de relações entre o Estado e a sociedade civil na sua constituição. Situam-se,

também, no campo de conflitos entre atores que disputam, na esfera pública, orientações e recursos destinados à sua implantação.

É preciso não confundir políticas públicas com políticas governamentais, pois a preocupação com o que é público – que afeta a todos – não se reduz ao que faz ou deixa de fazer a esfera estatal, sendo importante considerar as iniciativas que são geradas desde a própria sociedade. Órgãos legislativos e judiciários também são responsáveis por desenhar políticas públicas. De toda forma, um traço distintivo característico é a presença do aparelho público-estatal na definição de políticas, no acompanhamento e na avaliação, assegurando seu caráter público, mesmo que, em sua realização, ocorram parcerias com setores privados.

Falar de políticas de juventude é, também, discutir a tensa relação entre o mundo adulto e o mundo jovem. Quais as relações entre os gestores e os segmentos juvenis destinatários das políticas? Os jovens são parceiros e atores relevantes ou apenas usuários potenciais dos programas?

Quando se fala em políticas de juventude é preciso pensar no que diz Bango (2003, p. 48):

Ao usar os jovens ou a juventude como tema, deve-se ter em mente que se está efetuando um recorte analítico, já que na realidade os jovens se constituem, no espaço social, em atores que se encontram envolvidos em relações sociais entre eles mesmos, suas famílias, as gerações adultas e as instituições da sociedade.

Isso significa pensar a juventude como uma categoria relacional situada numa diversidade de situações que precisam ser contempladas pelas políticas, buscando oferecer condições para que o jovem possa exercer sua condição de cidadão. Pensar os jovens como sujeitos de direitos é romper paulatinamente com o enfoque do jovem-problema que ameaça a segurança pública. Bango (2003, p. 50) também afirma que isso requer um esforço a mais no plano simbólico. “Supõe que deve haver uma estratégia clara a ser implementada, fundamentalmente através dos meios de comunicação de massa, para a qual deve existir uma aliança estratégica com o setor” (ibid).

Balardini (2003, p. 90) distingue as políticas de juventude em reparatorias ou compensatórias e de promoção, orientadas ao desenvolvimento e/ou construção da cidadania. Krauskopf (2003) fala das políticas tradicionais, transicionais e avançadas. As primeiras orientam-se para a transição dos jovens à vida adulta; as segundas têm como foco a prevenção do risco e da transgressão, sendo os jovens vistos como problema para a sociedade; já as políticas avançadas são divididas entre aquelas que estão voltadas para a “juventude cidadã” e aquelas centradas nos “jovens como atores estratégicos do desenvolvimento”, tendo a juventude como uma “etapa de formação e aporte produtivo”. Resta saber até que ponto isso é

possível diante da precariedade de políticas de juventude no Brasil e considerando as precárias condições sociais da grande maioria dos jovens.

É ainda Balardini (ibid) quem apresenta quatro modelos de políticas de juventude, a saber: a) políticas para a juventude; b) políticas pela juventude; c) políticas com a juventude; d) políticas a partir da juventude. As duas primeiras seriam políticas tradicionais de assistência aos jovens. As políticas com a juventude abrem espaço de participação aos jovens e as políticas a partir da juventude apresentam o diferencial de serem autogestionárias.

Geraldo Leão (2003, p. 98), analisa a institucionalidade das políticas públicas na América Latina. Para ele, os autores latino-americanos têm falado da necessidade da consolidação de uma “nova” institucionalidade das políticas de juventude, cujo “nú parece residir na criação e delimitação do papel de organismos governamentais inseridos na máquina estatal, com legitimidade e poder – inclusive com dotação orçamentária adequada – para dirigir, coordenar intersetorialmente as ações nesse campo” (ibid)

De outra parte, Balardini (2003) aponta que as políticas de juventude foram, historicamente, entendidas como de integração, adaptação à sociedade ou compensação de déficit. Com essa concepção, surgiram “casas/abrigos” para jovens, com programas para compensar, controlar e disciplinar. As causas estruturais das questões críticas não eram questionadas. Numa lista de tipos históricos de políticas – “educación y tiempo libre con jóvenes ‘integrados’; control social de sectores juveniles ‘movilizados’; enfrentamiento a la pobreza y prevención del delito; la inserción laboral de los jóvenes ‘excluidos’” - o autor agrega um outro modelo de política que considera que a juventude é o período em que se produz a cidadania plena, no sentido de construção e apropriação efetiva de direitos.

Rua (1998), estudando políticas setoriais federais ligadas à saúde, educação e trabalho, constata que nenhuma delas contemplava ações especialmente voltadas para os jovens. Esses apareciam inseridos em políticas sociais destinadas às demais faixas etárias.

Islas (2002, p. 20) questiona:

no será que nos hemos estado equivocado sobre el verdadero sujeto de las políticas de juventud? En un mundo cada vez más complejo, donde ‘nadie puede aprender de nadie’, como lo afirmaba desde hace años Margaret Mead, porque las situaciones son tan nuevas que las recetas anteriores han dejado de funcionar y cada vez se exige una mayor creatividad para afrontarlas; donde además, el estatuto adulto ya no significa seguridad o ‘madurez’, y por tanto, su pérdida de centralidad, ya no genera identidad o identificación entre los jóvenes: no será que el verdadero sujeto de las políticas de juventud deberían ser los adultos, pues son ellos (sus instituciones) quienes no entienden o, entienden cada vez menos, lo que está sucediendo con las nuevas generaciones de jóvenes?

Nesse sentido, seria necessário pensar num trabalho junto às famílias, líderes políticos, legisladores, juizes, religiosos, médicos, enfim, adultos que têm poder de decisão sobre os jovens. O certo é que as políticas de juventude precisam gerar enfoques distintos dos tradicionais e, para isso, é necessário conhecer os nexos de sentido dos jovens, onde eles estão construindo sentido para a vivência cotidiana.

Islas (2002) discute outra importante dimensão das políticas de juventude, relacionada à dificuldade de construir dinâmicas que facilitem a participação juvenil. Primeiramente, porque ela ainda é considerada nos marcos de uma participação tradicional e, em segundo lugar, porque pouco se sabe da vida dos jovens na cotidianidade. Sugere investigar a política da antipolítica juvenil, propondo a questão: Para que e onde participar? O trabalho, a família e as instituições tradicionais (partidos, grêmios, sindicatos) transformam radicalmente a participação juvenil.

A família tem se convertido mais numa relação do que numa instituição (posterga-se a união e a procriação, menos uniões formais, aumento dos divórcios, estar solteiro como um estado permanente e a extensão da coabitação). O trabalho apresenta-se, cada vez mais, como fator de insegurança na construção de um plano de vida. E os partidos não dizem nada aos jovens. (Islas, 2002)

Para muitos jovens, esse contexto se traduz em apatia, desinteresse e individualismo. Talvez fosse necessário olhar de maneira diferente, questionar onde e para que os jovens participam/participariam. Em outros tempos, essa participação formal construía identidade, respondia a questões “morais” postas pela sociedade e produzia um sentimento de utilidade social, através da busca da transformação do mundo. Hoje, trata-se de questionar onde os jovens estão buscando esses significados.

Cada vez mais, os jovens veem-se obrigados a realizarem seus planos de vida resignificando as referências ligadas às instituições tradicionais e, concordando com Melucci (1992), os indivíduos tomam consciência de sua individualidade a partir do olhar do outro, num processo intersubjetivo em que eu sou para ti o tu que tu és para mim.

## 6.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL

Castro e Abramovay (2002) identificam que a preocupação do Estado brasileiro com a elaboração de políticas públicas para os jovens não é recente. Porém, até os anos 80, buscava adequar o comportamento dos jovens a um estado de normalidade, ou seja, predominava a

preocupação com o “saneamento social” dos indesejáveis. A criação do Serviço de Atendimento ao Menor (SAM), em 1941, ilustra as estratégias do Estado brasileiro com a idéia de tutela.

Segundo estudo da CEPAL (2000), as políticas enfatizaram a relação entre juventude e uso do tempo livre (em especial no período de 1950-1980), o que beneficiou principalmente os jovens de estratos sociais médios. No Brasil, as políticas dos anos 1950 eram voltadas para a profissionalização, ocupação produtiva do tempo livre e educação dos jovens, atendendo à lógica desenvolvimentista do tipo “50 anos em 5”.

Nas preocupações do Estado brasileiro, os jovens já foram, também, uma questão de segurança nacional, fortalecendo a ideia de controle e tutela. No final dos anos 1980, o controle estatal expande-se para os jovens dos setores populares, classificados, de acordo com Castro e Abramovay (2002), como “marginais organizados” ou grupos violentos. É enfatizada, nesse momento, a relação entre juventude, drogas, violência e gravidez. Desaparece o sujeito jovem e aparece o problema. Embora seja certo que os jovens vivem vulnerabilidades sociais reais, há discursos, principalmente midiáticos, que homogeneízam a condição juvenil a partir de problemas e preconceitos. Será possível construir projetos de cidadania com quem não é visto como ser capaz?

Se, nos anos 1960, a juventude era um “problema”, definida como protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações essencialmente situado no terreno dos comportamentos éticos e culturais, a partir da década de 1970, os “problemas” de emprego e de entrada na vida ativa tomaram progressivamente a dianteira nos estudos sobre a juventude, transformando-a quase em categoria econômica (Pais, 1993; Abramo, 1997).

Abad (2002 apud Sposito e Carrano, 2003) sintetiza contribuições de diversos autores e estabelece periodização em torno de quatro distintos modelos de políticas de juventude: a) a ampliação da educação e uso do tempo livre (entre 1950 e 1980); b) o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985); c) o enfrentamento da pobreza e prevenção do delito (entre 1985 e 2000); e d) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000).

Percebe-se hoje a coexistência dessas diferentes concepções, pois, com freqüência, constata-se a defesa da escolaridade como fator de mobilidade social dos jovens e a ocupação do tempo livre com esporte e cultura como medida face à ociosidade. Sposito (2003) anuncia que políticas de juventude espelham as percepções dominantes sobre os jovens e isso constitui campo de disputa entre os grupos sociais que falam em nome dos jovens. Por outro lado, as políticas podem criar outras percepções, rompendo com visões que apelam para imagens estereotipadas sobre os jovens. Na atualidade, observa-se, hoje, na sociedade brasileira, um

consenso inicial em torno da necessidade de implementação de políticas públicas com a juventude, rompendo a tutela e o controle do Estado.

Em instigante análise sobre as ações públicas destinadas à juventude, Sposito e Carrano (2003) trazem importante reflexão sobre as políticas de juventude do governo Fernando Henrique Cardoso. Anunciam que os debates da década de 1990 consolidam um consenso em torno da relevância de programas destinados aos jovens. Porém, é preciso considerar que as decisões sobre a implementação de políticas envolvem recursos e, portanto, exigem negociações e formação de consensos, mesmo que provisórios. Dizem os autores:

No caso das ações que envolvem a juventude, dois aspectos importantes precisam ser levados em conta. De um lado, a ideia de que qualquer ação destinada aos jovens exprime parte das representações normativas correntes sobre a idade e os atores jovens que uma determinada sociedade constrói; ou seja, as práticas exprimem uma imagem do ciclo de vida e seus sujeitos, como afirma Lagree (1999). No entanto, é preciso reconhecer – e esta é uma ideia relevante para a compreensão das políticas públicas recentes destinadas aos jovens no Brasil – que há uma interconexão entre aquilo que tende a se tornar uma representação normativa corrente da idade e dos jovens na sociedade e o próprio impacto das ações políticas. Dito de outra forma, a conformação das ações e programas públicos não sofre apenas os efeitos de concepções, mas pode, ao contrário, provocar modulações nas imagens dominantes que a sociedade constrói sobre seus sujeitos jovens. Assim, as políticas públicas de juventude não seriam apenas o retrato passivo de formas dominantes de conceber a condição juvenil, mas poderiam agir, ativamente, na produção de novas representações. (Sposito e Carrano, 2003, p. 268)

Durante o governo Fernando Henrique, saúde, segurança pública, trabalho e emprego dão a materialidade imediata à formulação de políticas de juventude. A condição juvenil se apresenta como um elemento problemático em si mesmo, requerendo, portanto, estratégias de enfrentamento dos “problemas da juventude”. Isso se expressa, por exemplo, na criação de programas esportivos, culturais e de trabalho orientados para o controle social do tempo livre dos jovens, destinados especialmente aos moradores dos bairros periféricos das grandes cidades brasileiras. Há o imaginário de que o esporte e a arte são canais para atrair e ocupar o jovem.

Há um déficit de acúmulo de conhecimento sobre jovens que fragiliza as discussões e as ações do poder público, evidenciando que o percurso ainda é longo. O primeiro diagnóstico de Sposito e Carrano (2003) é de que nenhum órgão da administração federal demonstrou capacidade de concentrar e publicar informações acerca das políticas de juventude. Constatam-se a ausência de registros sobre a avaliação e o acompanhamento gerencial das políticas. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão demonstrou algum esforço na avaliação do desempenho de programas e projetos agrupados em torno dos macro-objetivos

ministeriais do Plano Plurianual (2000-2003), mas o que foi divulgado não é suficiente para a percepção do conjunto das ações realizadas e seus resultados na área da juventude. Segundo Sposito, o novo Plano Plurianual (PPA 2004-2007) não traz referência específica aos segmentos juvenis, com exceção das ações que devem coibir discriminação de raça, gênero ou idade.

De um lado, a pirâmide demográfica ainda parece não constituir um desafio político para a formulação de políticas públicas e, de outro, não são contempladas, em sua especificidade, as demandas dos segmentos juvenis, uma vez que aparecem como destinatários das políticas sociais apenas os grupos familiares e, em decorrência disso, a infância. (Sposito, 2003, p. 9)

A promulgação do ECA, em 1990, foi importante para a constituição de políticas sociais destinadas a crianças e adolescentes, sobretudo na Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça. Programas e ações foram criados, não mais com base na ideologia do menor em situação irregular, mas tendo em vista a proteção integral aos adolescentes em conflito com a lei.

O assassinato do índio Galdino por jovens do Distrito Federal, em 1997, coloca-se como um marco na elaboração de programas como resposta, também, à violência de jovens oriundos das classes médias.

Os períodos do governo FHC trazem diferentes programas destinados aos adolescentes (no primeiro mandato - 1995/1998 - foram criados 6 programas e, entre 1999 e 2002, 18 programas). Entretanto, para os jovens maiores de 18 anos, que não estão mais sob a proteção incondicional do ECA, inexisteram ações. Não se constituíram conselhos e fóruns que canalizassem a interlocução de jovens com o Estado, na definição de políticas de direitos universais à juventude. As ações foram pontuais, fragmentadas e sem uma concepção clara de juventude, não havendo uma unidade mínima que apontasse caminhos para a construção de uma política pública de juventude no Brasil ou que definisse estratégias mais universais ou mais focadas.

No decorrer dos dois mandatos do governo Lula, quatro processos de abrangência nacional vêm pautando o debate sobre as políticas públicas de juventude no Brasil: a Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude da Câmara dos Deputados (CEJUVENT), o Grupo Interministerial, a criação do Conselho Nacional de Juventude e da Secretaria Nacional de Juventude. Tais ações buscam romper com a total ausência dos jovens na formulação das políticas e ampliar a concepção de jovens como sujeitos de direitos, superando a posição histórica do jovem como problema.

Em abril de 2003, foi instalada a Comissão Especial destinada a acompanhar e a estudar propostas de políticas públicas para a juventude (CEJUVENT), sob a presidência do Deputado Federal Reginaldo Lopes e relatoria do Deputado Benjamin Maranhão. Composta por 43 deputados federais, a comissão buscou “tratar da juventude e propor políticas públicas que correspondam às suas necessidades” (Relatório Preliminar, 2004, p. 5). Desde sua criação, a CEJUVENT criou seis grupos de trabalho temáticos: a) o jovem, o desporto e o lazer; b) o jovem e o trabalho; c) o jovem, a educação e a cultura; d) jovem, saúde, sexualidade e dependência química; e) jovem, a família, a cidadania, consciência religiosa, exclusão social e violência; e f) jovem como minoria. Através desses grupos, e com a colaboração de especialistas nos temas, os deputados envolvidos buscaram mapear indicadores sociais, legislações, experiências internacionais, problemáticas e demandas públicas da juventude brasileira contemporânea.

A comissão realizou nove audiências públicas em Brasília e dois encontros que reuniram cerca de 2500 jovens de todo o Brasil, em 2003 e 2004. O primeiro deles foi o Seminário Nacional de Políticas Públicas para a Juventude (23 a 26 de setembro de 2003), realizado como parte das comemorações da Semana Nacional do Jovem. O segundo foi a denominada Conferência Nacional de Juventude<sup>69</sup> (16 a 18 de junho de 2004). Os encontros e as conferências estaduais, realizadas em todas as capitais brasileiras, pretendiam ampliar o diálogo com os jovens.

Esse movimento resultou em um Relatório Preliminar com informações sobre a CEJUVENT, diagnóstico sobre educação e cultura, trabalho, desporto e lazer, saúde e cidadania. Ao final, são expostas recomendações ao Plano Nacional da Juventude. Após esse processo, os Deputados que compõem a Comissão assinaram e apresentaram o Plano Decenal de Políticas Públicas para a Juventude.

Em 2004, o governo federal criou o Grupo Interministerial da Juventude, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, com 19 Ministérios e Secretarias. O GTI produziu um levantamento dos programas federais dirigidos total ou parcialmente à população jovem, analisou políticas públicas, dados, estudos e diagnósticos sobre a população jovem do Brasil e definiu nove desafios<sup>70</sup> para uma Política Nacional de Juventude, concluindo pela

---

<sup>69</sup> Mais informações sobre o Seminário Nacional de Políticas Públicas para a Juventude e a Conferência Nacional de Juventude em [www.conferenciadejuventude.org.br](http://www.conferenciadejuventude.org.br) e [www.uff.br/obsjovem](http://www.uff.br/obsjovem).

<sup>70</sup> Ampliar o acesso e a permanência na escola de qualidade, erradicar o analfabetismo entre os jovens, preparar para o mundo do trabalho, gerar trabalho e renda, promover vida saudável, democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação, promover os direitos humanos e as políticas afirmativas, estimular a cidadania e a participação social, melhorar a qualidade de vida dos jovens no meio rural e nas comunidades tradicionais.

necessidade de integração de ações, sem, no entanto, deslocá-las dos Ministérios e Secretarias que as desenvolvem.

Segundo o Secretario Nacional de Juventude, Beto Cury, em 2003 existiam 34 programas em andamento voltados direta ou indiretamente para a juventude. Em 2004, atingiu-se o número de 40 programas federais. Análise sobre a Lei Federal de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2004 apontou a existência de 20 ações específicas dirigidas à juventude e 123 não específicas. Para o primeiro conjunto de ações, foram destinados 270 milhões de reais e ao segundo tipo de ações um bilhão e setecentos mil reais.

Outra ação importante ocorrida em 2004 foi o encaminhamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC no 394/2005), que inclui a expressão “jovem” na denominação do capítulo VII e dá nova redação ao artigo 227 da Constituição<sup>71</sup>, aprovada em segundo turno na Câmara dos Deputados, em novembro de 2008.

Da mesma forma que o Poder Legislativo e as organizações da sociedade civil, o GTI recomendou a criação de um Conselho Nacional de Juventude e de uma Secretaria Nacional de Juventude, vinculados à estrutura da Secretaria-Geral da Presidência da República.

No dia 1º de fevereiro de 2005, em solenidade no Palácio do Planalto, o presidente Lula assinou os atos que instituíram o Conselho Nacional da Juventude, a Secretaria Nacional da Juventude e o Programa Nacional da Juventude (ProJovem). Trata-se de fato estranho a Secretaria e o Conselho Nacional de Juventude terem sido criados junto com a Lei Federal n.11.129/2005 (BRASIL, 2005), que instituiu o ProJovem. Afinal, esses órgãos buscam ampliar a participação juvenil ou editar projetos de integração da juventude?

---

<sup>71</sup> Art. 2º O art. 227 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. § 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos:

II – criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e todas as formas de discriminação.

III – garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola;

VII – programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins.

§ 8º A lei estabelecerá:

I - o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens;

II – o plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas.

O Conselho Nacional de Juventude é formado por 57 membros, sendo um terço de representantes de secretarias e ministérios e dois terços de representantes da sociedade civil. Foi instituído com a participação do governo, especialmente das áreas que desenvolvem ações voltadas para a população jovem, de organizações e lideranças identificadas com a juventude e com políticas públicas voltadas a este segmento. O Conselho Nacional de Juventude está ligado à estrutura da Secretaria-Geral, com a finalidade de formular e propor diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas à juventude, além de fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil.

A criação de um Conselho Nacional de Juventude foi baseada na experiência que deputados da Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude da Câmara dos Deputados (CEJUVENT) conheceram na Espanha. A justificativa para a criação do referido conselho é que esse seria uma forma de investir na participação de jovens na formulação de políticas públicas a eles destinadas em âmbito nacional.

Em síntese, a criação da Secretaria, Conselho e Programa Nacional de Juventude resultaram as três iniciativas citadas acima: Diagnóstico do *Grupo Interministerial de Políticas para a Juventude*, trabalhos da CEJUVENT e o trabalho da ONG – Instituto Cidadania – que desenvolveu o Projeto Juventude. Qual a participação dos jovens para além de algumas representações de visibilidade no cenário nacional para a Conferência Nacional de Juventude<sup>72</sup>? Para Regina Magalhães de Souza (2006, p. 137),

Nas primeiras reuniões do Projeto Juventude (13 e 30 de junho de 2003, cada uma delas com 29 participantes, entre parlamentares, acadêmicos, representantes de ONG, movimentos sociais e governos municipais), a juventude foi imediata e simultaneamente identificada como segmento excluído, objeto de políticas e elemento que traz em si a “solução” para os problemas da sociedade.

A criação de organismos públicos para as políticas de juventude no Brasil multiplica dúvidas, pois as experiências da América Latina mostram que órgãos executivos não foram suficientes para garantir a participação e a melhoria das condições de vida dos jovens. No grupo de trabalho da I Jornada Nacional do Jovem Rural, realizada em Gramado/2006, esta questão foi apontada:

Agora mesmo foi criado um Conselho Nacional da Juventude. Eu tenho uma visão muito crítica em relação a isso. Primeiro porque eu acharia que esse modelo... Eu acho legais os conselhos, mas acho que o Conselho da Juventude não deveria ser criado dessa forma. Eu acho que deveria se ter ações

---

<sup>72</sup> Por exemplo, a deputada federal Manuela do Rio Grande do Sul, carta marcada na delegação deste estado para a Conferência.

públicas e conversar com a galera para saber o que eles querem. Porque, por mais que o cara não tenha aprendido, ele sabe o que ele quer para comunidade dele; por mais que ele só se interesse por Calypso, se você diz: “venha cá, bicho, o que você quer da sua vida? O que você quer na sua comunidade?” ... “Pô, eu quero uma praça”- aí ele vai dizer o que ele quer - “Eu quero que Calypso toque aqui na minha comunidade... Quando ele disser o que quer, ele diz o que falta na comunidade dele: que não tem uma praça, que não tem um espaço de lazer, não tem um espaço de recreação, quadra (...). Então eu acho que a gente tem que fazer esse movimento um pouco inverso de pensar, tem que ir lá, saber o que a comunidade quer. (jovem, sexo masculino, 22 anos)

O avanço da institucionalidade pública das questões que envolvem os jovens é polêmica que evidencia a ambiguidade do assunto. Por algum tempo, o Brasil concentrou os esforços nos adolescentes e na infância, ficando os jovens acima de 18 anos fora das ações do Estado. As propostas discutidas até o momento encaminharam-se no sentido da criação de um órgão nacional para coordenar os programas destinados a jovens, mas o grande desafio é não só ampliar a participação dos jovens, mas também mudar o burocratismo do governo adaptando a esfera governamental as especificidades da juventude.

A participação dos jovens em processos de debate sobre decisões que afetam o seu futuro não é muito comum no Brasil. Também na América Latina, a escuta dos jovens é uma prática que está longe de ser a regra. Porém, o momento vivido no país é importante, pois estão em andamento processos de elaboração de políticas de juventude, as quais têm provocado organizações juvenis, instituições públicas e da sociedade civil a participarem do debate. Faz-se necessário ampliar a escuta dos jovens que não estão em coletivos, bem como aprofundar a discussão das diversas informações que estão sendo produzidas por Comissões, pesquisas e estudos que buscam dar visibilidade à situação dos jovens brasileiros.

Trata-se de reconhecer que não é apenas a abertura de canais de participação que assegura a democratização do debate público. Velhas práticas de relacionamento com os jovens continuam na pauta dos encontros, tais como a utilização de jovens ligados a partidos e outros envolvidos em programas/projetos governamentais como “massa de manobra” para garantir a defesa de propostas predefinidas. Um exemplo importante disso, o qual devemos lembrar, são as críticas às conferências da CEJUVENT quanto à falta de profundidade na discussão e ainda o fato de não terem sido eleitos representantes estaduais para a Conferência Nacional<sup>73</sup>.

---

<sup>73</sup> Segundo Paulo Carrano, a Conferência Nacional acabou por evidenciar alguns problemas quanto ao processo, uma vez que a mesma não teve regimento que regulamentasse a participação e não considerou os resultados das consultas estaduais em suas atividades (mesas e oficinas). Nesse sentido, a Conferência Nacional pode ser considerada um encontro consultivo, ainda que sua importância para o processo de participação nacional dos jovens e instituições no debate sobre as políticas públicas no Brasil não possa ser negligenciada.

Souza (2006) questiona a natureza da participação dos jovens nos programas e ações a eles destinados. Documentos que orientam e propõem recomendações à situação juvenil têm influenciado diretamente os organismos internacionais que criaram o consenso, segundo o qual o jovem deve ser visto como “beneficiário” e “participante ativo”, “ator estratégico” do desenvolvimento. A autora cita, como exemplo o Projeto Juventude, comentando a semelhança entre as propostas do documento final da pesquisa realizada por este Projeto e as que já vinham sendo formuladas pelos organismos internacionais desde 1985, o Ano Internacional da Juventude. Assim, a autora afirma:

Parece que os limites da participação já estão previamente marcados pela circunscrição do problema a ser solucionado, qual seja, o da exclusão juvenil, parece não restar muita margem para inovações ou novas proposições, além daquelas presentes nos próprios documentos internacionais (Souza, 2006, p, 138).

Para Souza (ibid) a participação juvenil na formulação de políticas delimita-se pelo próprio discurso, que supõe certo tipo de interpretação da realidade, impõe certas categorias explicativas, apropria-se (e descaracteriza) de noções produzidas em outros campos discursivos, e, finalmente, forja o consenso. Para a autora, os jovens e seus representantes nas instâncias de proposição das políticas têm permanecido atados aos termos deste discurso que domina pela via do consenso, sem precisar ostentar o seu poder. Por isso, defende a tese de que, a partir dos anos 1990, observa-se a presença do enunciado “protagonismo juvenil” nos textos dos organismos internacionais, das organizações não-governamentais, dos órgãos de governo e educadores, em referência a certa forma de participação da juventude na sociedade. Para ela essa “nova forma” de participação representa uma encenação, implicando a anulação da política e funcionando como mecanismo de integração da juventude pobre. A anulação da política ocorre pela adoção do “fazer coisas”, entendendo-as como modo de participação, e somada à fabricação do consenso pelo discurso, impede a fala autônoma e transgressora dos jovens.

A mobilização nacional em torno de políticas de juventude anima as redes locais, seja dos movimentos e organizações sociais, fóruns, pesquisas, programas, seja de debates relacionados aos direitos da juventude que têm ocorrido em diferentes cidades do Rio Grande do Sul e do Brasil, buscando a ampliação da participação dos jovens para enfrentar o desafio da superação das graves condições de vida dos jovens brasileiros.

Trata-se de um momento importante no cenário brasileiro, pois de fato a juventude está na pauta da agenda pública. Atores jovens, no âmbito da cultura e da política, apontam

questões que os afetam e preocupam, cobram respostas. O poder público desenvolve programas sociais, nascem organismos federais, estaduais e municipais para coordenar políticas e programas de juventude. Também no Legislativo o tema da juventude ganha espaço nos debates e a participação dessa parcela da população começa a ser considerada.

Os projetos desenvolvidos pelo governo federal em 2005 a 2007 dão conta do esforço para efetivar políticas públicas de juventude, mesmo que nesse período persistam os problemas de integração entre os programas. A seguir, os projetos propostos pelo governo, a partir dos diferentes eixos.

Eixo 1. Elevação de escolaridade, capacitação profissional e cidadania: Projovem, Agente Jovem, Juventude Cidadã, Saberes da Terra, Proeja.

Eixo 2. Qualificação e formação profissional: Escola de Fábrica, Soldado Cidadão, Consórcio Social da Juventude, Empreendedorismo Juvenil, Jovem Aprendiz.

Eixo 3. Ensino Superior: Universidade Para Todos (ProUni), Projeto Rondon,

Eixo 4. Financiamento e crédito rural: Nossa Primeira Terra, Pronaf Jovem.

Eixo 5. Cultura, esporte e lazer: Bolsa Atleta, Escola Aberta, Pontos de Cultura, Segundo Tempo.

Eixo 6. Meio Ambiente: Juventude e Meio Ambiente.

Dentre 19 programas, constata-se que 11 estão voltados à população de jovens de baixa renda, com pouca escolaridade, ou com dificuldade de realizar curso superior, desempregados, ou com inserção precária no mercado de trabalho. Para Castro e Aquino (2008), a Política Nacional de Juventude teve a orientação clara de dialogar com a dívida social do país. Os objetivos e públicos-alvo desses programas apontam que a qualificação profissional e a aceleração da aprendizagem aparecem como ações emergenciais e compensatórias aos jovens de baixa renda, especialmente os que não tiveram acesso à educação básica.

Mas é preciso reconhecer que, talvez, a participação dos jovens, neste cenário, é concebida de forma instrumental, onde o sentido e a direção já estão firmados de antemão. Seguindo as reflexões de Souza (2006), estaríamos vivendo um momento em que o importante é fazer coisas e não contestar as coisas? Para a autora, transformou-se a própria noção de política, que deixou de ser oportunidade de contestação juvenil para constituir-se em estratégia de integração dos jovens pobres.

Castro e Aquino (2008, p 145), por sua vez, apontam que:

Resumir a intervenção pública nesta população apenas a programas dessa natureza não é uma solução socialmente justa e definitiva. Esta só será alcançada quando estiver assegurada, de fato, educação de qualidade conjugada a políticas de transferência de renda, habitação adequada, saneamento e acesso a serviços de saúde, culturais e de lazer para todos os jovens.

Analisando a faixa etária do público-alvo dos programas citados, Castro e Aquino (2008) observam importantes diferenças entre os mesmos. Alguns focalizam a infância e a adolescência (Agente Jovem, 15 a 17 anos; e Segundo Tempo, 7 a 17 anos); outros apresentam superposição etária entre adolescência e juventude (Escola de Fábrica, 14 a 24 anos; Pronaf-Jovem, 16 a 29 anos; Juventude e Meio Ambiente, 15 a 29 anos; e Bolsa Atleta, maior de 12anos). Há programas cuja faixa etária eleita é mais ampla, priorizando os jovens adultos (ProJovem, 18 a 24 anos; Nossa Primeira Terra, 18 a 28 anos; e Projeja, idade mínima 21 anos). Existem, ainda, programas que não fixam a faixa etária, mencionando alguma especificidade do público jovem que prioriza (Programas Saberes da Terra, ProUni, Soldado Cidadão, Projeto Rondon). Por fim, citam-se aqueles programas em que as ações desenvolvidas não se destinam apenas ao público jovem, mas também à comunidade em geral (Escola Aberta e Pontos de Cultura).

Essas diferenças de faixas etárias nos programas destinados aos jovens talvez sinalizem as dúvidas das estruturas governamentais sobre quem é a população jovem e sobre a forma de desenhar políticas públicas específicas para juventudes tão diversas.

Em 2008/2009 propõe-se ampliar a integração entre os programas emergenciais e o atendimento a todo o universo de jovens brasileiros considerados excluídos, na faixa etária de 18 a 29 anos, que não concluíram o ensino fundamental, não trabalham e vivem em domicílios com renda per capita de até meio salário mínimo, o que representa cerca de 4,0 milhões, de acordo com a Pnad de 2006.

As avaliações realizadas pela Secretaria Nacional de Juventude resultaram na incorporação dos programas no Programa Nacional de Inclusão de Jovens, também conhecido como Novo ProJovem, para atender a jovens de 15 até 29 anos que estão fora da escola e não possuem formação profissional, buscando unificar e integrar as diversas ações governamentais voltadas para esse público, além de ampliar seu escopo e cobertura. O programa foi subdividido em quatro modalidades: ProJovem Adolescente, ProJovem Urbano, ProJovem Campo e ProJovem Trabalhador. O auxílio financeiro é unificado em R\$ 100,00<sup>74</sup> e

---

<sup>74</sup> O ProJovem Adolescente é a única das quatro modalidades do ProJovem que não prevê o pagamento de uma bolsa aos beneficiários do programa. Porém, em janeiro de 2008 houve ampliação do Programa Bolsa família (PBF) com o pagamento de um benefício adicional – Benefício Variável Jovem (BVJ) – de R\$ 30 às famílias beneficiárias que tenham entre seus membros adolescentes de 16 e 17 anos, até o limite de dois benefícios por

estendido também aos jovens do campo. Os currículos e a carga horária também são unificados e a gestão é compartilhada entre a SG/PR – por meio da Secretaria Nacional de Juventude –, o MTE, o MDS, o MDA e o MEC. A tabela abaixo apresenta a nova configuração do ProJovem com os programas que foram incorporados.

**Tabela 6 - Programas de Juventude que foram incorporados ao (novo) ProJovem**

<b>Programas atuais</b>	<b>Programa unificado</b>	<b>Principais mudanças previstas</b>
Agente Jovem	ProJovem Adolescente	Extinção do auxílio financeiro de R\$ 65 prioriza os jovens de 15 a 17 anos integrantes das famílias do programa Bolsa Família (PBF); Expansão territorial a lógica dos Cras (Suas) para até 4 mil municípios até 2010; Ampliação da permanência no programa para até 24 meses.
ProJovem	ProJovem Urbano	Ampliação da faixa etária de 18 a 24 anos para 18 a 29 anos; Ampliação da duração do programa de 12 para 18 meses; Extensão para unidades prisionais e de adolescentes em conflito com a lei; Expansão prioritária para municípios acima de 200 mil habitantes.
Saberes da Terra	ProJovem Campo	Delimitação de faixa etária para jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos; Inclusão do auxílio mensal de R\$ 100/jovem atendido. Duração de 24 meses.
Consórcio Social de Juventude Juventude Cidadã Escola de Fábrica	ProJovem Trabalhador	Manutenção dos objetivos de capacitação; Alteração de faixa etária de 16 a 24 anos para 18 a 29 anos; Aumento do valor do auxílio mensal repassado (de R\$100 para R\$ 150).

Fonte: Ministérios Setoriais.

Elaboração: Diretoria de Estudos Sociais do Ipea. <http://www.ipea.gov.br/default.jsp>

Se as mudanças foram realizadas visando à integração entre os programas, cabe indagar como fica a integração entre o ProJovem Urbano e o ProJovem Trabalhador, considerando que os dois buscam a qualificação profissional de jovens com perfil social semelhante. Outro aspecto é questionar se a expansão do ProJovem Adolescente (antigo Agente Jovem) estará atrelada aos jovens das famílias contempladas pelo Programa Bolsa Família (PBF)? E, neste caso, naqueles municípios que forem objeto de pactuação com a Comissão Tripartite de Assistência Social, como integrá-lo às outras modalidades do ProJovem?

O ProJovem Urbano é destinado aos municípios com população superior a 200 mil habitantes. Os dados da Pnad de 2006, produzidos pela Coordenação Nacional do ProJovem Urbano, anunciam que 53,0% dos jovens que têm o perfil do programa vivem em municípios

---

família. Portanto, ainda que nem todos os participantes do programa possam contar com o benefício, o BVJ vincula-se ao ProJovem Adolescente na medida em que seus beneficiários são apontados como público prioritário do programa.

com menos de 200 mil habitantes. Metade dos jovens para os quais o programa se destina ficaram desassistidos?

A Primeira Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude<sup>75</sup>, realizada em abril de 2008, trouxe importantes contribuições para este debate, pois congregou segmentos da sociedade brasileira, em especial a juventude e suas organizações. Sob o tema *Levante sua bandeira*, desde setembro de 2007, jovens, gestores públicos, lideranças políticas e a sociedade em geral mobilizaram 841 municípios distribuídos nos 27 Estados da federação. Toda essa articulação resultou em quase 4.500 propostas sugeridas por 406 mil pessoas, em sua maioria, jovens, que participaram das Conferências Livres e Estaduais, além da Consulta Nacional aos Povos e Comunidades Tradicionais, que antecederam a etapa nacional.

Depois de três dias de debates, os dois mil delegados da Primeira Conferência Nacional da Juventude definiram as 22 prioridades dos jovens brasileiros. O caderno de propostas continha cerca de 500 pontos que, após o debate nos grupos de trabalho e votações, foram resumidos em 69 resoluções. Vinte e duas delas foram eleitas prioritárias e serão referências para políticas públicas.

A proposta mais votada defende o reconhecimento e a aplicação pelo poder público das resoluções do Primeiro Encontro Nacional de Juventude Negra (Enjune). O movimento negro presente no evento conseguiu angariar 634 votos para a proposta. Em segundo lugar na lista de prioridades, aparece uma proposta ligada à educação. Com 547 votos, os jovens pedem que parte da verba do ensino básico seja destinada para o modelo integral e pedagógico dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP).

Em um apelo ao Congresso Nacional, os delegados elegeram como terceira prioridade a aprovação em regime de urgência da PEC 138/03, que inclui o conceito de juventude na Constituição, também a aprovação do Plano Nacional da Juventude e do projeto de lei que estabelece os Direitos da Juventude. A proposta teve 531 votos.

O conjunto final de propostas é diversificado e contempla reivindicações de diferentes segmentos da sociedade. Inicialmente, o regimento da conferência previa a aprovação de 21 prioridades, mas elas foram ampliadas por unanimidade na última plenária para incluir um ponto relativo aos direitos dos jovens portadores de necessidades especiais. O conteúdo das propostas representa avanço para a democracia, pois em meio tantas tendências ideológicas os

---

<sup>75</sup> As informações e dados apresentados nos próximos parágrafos foram construídos, a partir de consultas na página da Secretaria Nacional de Juventude e o acompanhamento de notícias vinculadas na imprensa falada e escrita sobre a Conferência.

jovens conseguem estabelecer alguns consensos que são importantes para o conjunto desta diversificada juventude brasileira.

Nesse processo, a Pastoral da Juventude teve forte atuação, começando pela preparação das Conferências em muitos municípios. Em sintonia com o Projeto A Juventude Quer Viver, com a defesa da vida e dos direitos da juventude, a PJ, que discutiu políticas públicas para a juventude durante cinco anos, somou força na proposta contra a redução da maioria penal; a proposta foi a 12ª prioridade mais votada.

Lendo a ata da reunião<sup>76</sup> de avaliação da Conferência no CNJ, houve várias intervenções no sentido de avaliar a Conferência como um sucesso. Entretanto alguns conselheiros colocaram que, se a etapa nacional foi bem preparada, as etapas estaduais, regionais, micro regionais, municipais, foram, em algumas situações, pouco divulgadas e houve mais espaço de adultos falando sobre e para os jovens. Entre as decisões do CNJ, a partir da Conferência, destacam-se três ações: a articulação de um Pacto de Juventude, como forma de pautar as resoluções da conferência e dar retorno aos estados e municípios às prioridades aprovadas na conferência, articulando também com as eleições municipais de 2008; articulação com a Frente Nacional de Prefeitos, Conselhos estaduais e municipais de juventude, Fórum de Gestores, Confederação Nacional de Municípios, como forma de envolvê-los nas atividades do Pacto de Juventude e, juntamente com o Pacto, incluir a pauta da PEC da Juventude nas atividades, como forma de potencializar junto aos parlamentares federais de cada estado a possibilidade de aprovação imediata da PEC no Congresso Nacional.

A Conferência representa um espaço estratégico de articulação de jovens para o fortalecimento das pautas unificadas e para a maior visibilidade das temáticas juvenis. Apesar de seus limites, a Conferência Nacional de Políticas de Juventude foi uma oportunidade interessante, obteve um saldo positivo de mobilização e contou com a participação de amplos setores da sociedade brasileira.

### 6.3 CONSÓRCIO SOCIAL DA JUVENTUDE

O Brasil apresenta um quadro preocupante em relação à concretização dos direitos humanos de parcela expressiva da juventude. Segundo informações do IBGE/Pnad de 2006, a

---

<sup>76</sup> Ata da 13ª reunião ordinária – 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Relatório de avaliação Pós Conferência.

população brasileira de jovens entre 18 a 29 anos alcançava 40,0 milhões, representando cerca de 20,0% da população total. Destes, 9,7 milhões viviam em famílias com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo, 12,5 milhões não tinham sequer concluído o ensino fundamental; 4,2 milhões estavam desocupados; e 1,4 milhões eram analfabetos.

A experiência da juventude brasileira quanto ao trabalho parece revelar uma dupla face. Por um lado, constitui-se em experiência comum a muitos jovens, muitas vezes de uma forma precoce. Por outro lado, tal experiência tem sido marcada pela precariedade, quando não pela sua falta. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o desemprego de pessoas de 15 a 24 anos foi de 7% em 1990, 11% em 1995, 18% em 2000 e 19% em 2005. Não apenas a taxa de desemprego dos jovens no Brasil cresceu ao longo dos últimos quinze anos, como ainda cresceu mais do que a taxa de desemprego dos trabalhadores adultos. Em consequência, os jovens representam uma proporção cada vez maior dos desempregados. Não se trata de uma situação típica do Brasil ou da América Latina, pois o desemprego elevado nas faixas etárias mais jovens é um fenômeno global.

Castro e Aquino (2008) apontam questões importantes para responder à questão do por que os jovens são mais atingidos pelo desemprego que os trabalhadores de outras faixas etárias. Pelo lado das empresas, pode-se dizer que a demissão dos trabalhadores mais jovens é a de menor custo, seja pelo valor das indenizações, seja pelo fato de que são trabalhadores com menor experiência. A redução no ritmo de geração de novas ocupações tende a prejudicar os jovens que estão entrando no mercado de trabalho, especialmente aqueles que não detêm as características mais procuradas pelas empresas, ou seja, os de baixa escolaridade, as jovens mulheres (especialmente com filhos), os moradores de periferia.

Outro aspecto a considerar diz respeito aos jovens que buscam trabalho para complementar os rendimentos familiares, em uma situação em que um dos pais (ou ambos) esteja desempregado. Isso tenderia a aumentar a quantidade de pessoas à procura de emprego, refletindo-se em uma taxa de desemprego maior. O resultado é que os jovens, inicialmente, encontram disponíveis ocupações precárias, em geral de curta duração, e ficam circulando entre um trabalho e outro, dificultando a conclusão da educação básica.

Segundo a OIT, há países que reduziram tanto as taxas de desemprego juvenil quanto a distância entre estas e as taxas de desemprego adulto, indicando um espaço para políticas públicas voltadas para o emprego de jovens. Não surpreende, portanto, que a atenção crescente tenha sido devotada a essas políticas, primeiro nos países capitalistas centrais e mais recentemente nos periféricos. Essa preocupação extrapola hoje os governos nacionais, motivando iniciativas multilaterais como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

(ODM), que incluiu a redução do desemprego juvenil como uma de suas metas, e o lançamento da Rede de Emprego para Jovens (*Youth Employment Network*) por parte da OIT, conforme Castro e Aquino (2008).

Como nos lembra Giddens (2005), mesmo sob condições adversas, o trabalho tende a representar um elemento estruturador na composição psicológica das pessoas e no ciclo de suas atividades diárias. Diversas características apontadas por esse autor informam sobre a importância que o trabalho adquire para os jovens: a independência financeira, a estruturação do tempo tendo como referência uma rotina diária de trabalho, os laços de sociabilidade, a variedade no convívio em outros espaços sociais e um sentido de investimento e identidade pessoal. Desta maneira, o fato de não trabalhar ou de ser obrigado a ajustar-se a qualquer emprego pode significar, para muitos jovens, principalmente aqueles com menos recursos econômicos e sociais, uma fonte de sofrimento e ausência de perspectivas quanto ao futuro.

No Brasil, a política de emprego para jovens a partir de meados da década de 1990 se centrou na qualificação profissional, por meio de cursos financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego – PNPE, criado pela Lei nº 10.748/2003, de 22 de outubro de 2003, e alterado pela Lei nº 10.940/2004, de 27 de agosto de 2004, constitui-se como um instrumento das políticas públicas de juventude do Governo Lula. Coordenado, executado e supervisionado pelo Ministério do Trabalho e Emprego – TEM, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, o programa tem como objetivo central o combate ao desemprego juvenil por meio de ações que estimulem a contratação de jovens no mercado de trabalho, contribuindo “para a geração de oportunidades de trabalho decente para a juventude brasileira, mobilizando o governo e a sociedade para a construção conjunta de uma Política Nacional de Trabalho Decente para a Juventude.” (PNPE)

O público-alvo dos programas são jovens entre 16 a 24 anos, sem experiência anterior de trabalho no mercado formal, provenientes de famílias com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo e que apresentem baixos níveis de escolaridade. Para participar do programa, os jovens devem estar matriculados ou terem concluído o Ensino Médio, cadastrando-se em uma das unidades do Serviço Nacional de Emprego (SINE).

O Consórcio Social da Juventude é um dos projetos do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, implementado pelo governo federal em 2003, a partir da primeira gestão do Presidente Lula, através do Ministério do Trabalho e Emprego, com o objetivo de contribuir para a elevação da escolaridade e oferecer qualificação profissional a

jovens de baixa renda. Uma oferta combinada de qualificação profissional, intermediação e prestação de serviço comunitário. Constituíram-se mais de 30 CSJ no período 2004-2006.

Os Consórcios são formados por entidades e/ou movimentos da sociedade civil organizada, com afinidades e interesses comuns. Cada Consórcio tem a sua rede composta por, no mínimo, dez entidades e/ou movimentos sociais e/ou organizações da juventude legalmente constituídos, há no mínimo um ano, e, quando possível, por instituições do poder público, do setor empresarial e/ou organismos de financiamento e cooperação.

O Ministério do Trabalho e Emprego firma convênio com uma entidade do Consórcio Social da Juventude (CSJ), identificada como entidade "âncora", podendo a entidade âncora subcontratar outras entidades para a execução das ações previstas no Plano de Trabalho. O programa tem duração de seis meses e os jovens têm aulas de ética, cidadania e meio ambiente, inclusão digital, noções de empreendedorismo e apoio à elevação da escolaridade, além de frequentarem uma oficina de capacitação profissional. Têm direito ao recebimento de uma bolsa de R\$ 150 por mês e, em contrapartida, prestam serviços voluntários. São fixadas, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, metas de inserção dos jovens no mercado de trabalho ao fim do curso.

A expansão dos CSJ deparou-se com um obstáculo institucional: o seu desenho era bastante semelhante ao do ProJovem e atendia ao mesmo público, com a desvantagem de que os consórcios não previam a elevação da escolaridade. Para Castro e Aquino (2008, p. 53)

A sobreposição entre os dois programas gerou pressão dentro do governo pela unificação, em consonância com o diagnóstico mais geral de que os programas federais voltados para os jovens eram fragmentados, não se articulavam uns com os outros e careciam de escala. Durante o primeiro mandato, a sobreposição entre os CSJs e o ProJovem foi contornada pelo fato de que ambos tinham cobertura muito reduzida, e de que o ProJovem trabalhava com jovens de uma faixa de escolaridade inferior à dos CSJs – fundamental incompleto para aquele, e médio incompleto para estes. Não obstante, diante da perspectiva de unificar os programas de juventude e expandir sua cobertura, em 2007 os CSJs passaram a integrar o ProJovem na sua nova configuração, sob a modalidade de ProJovem Trabalhador.

Esse é um modelo de ação comum nas políticas para a juventude implementadas a partir de meados dos anos 90 no Brasil como uma resposta ao crescimento das desigualdades entre os jovens e às dificuldades encontradas por eles para a sua inserção profissional. (Sposito e Corrochano, 2005).

O Relatório de Avaliação Geral do Consórcio Social da Juventude em Porto Alegre e Região Metropolitana (Fischer e Franzoi, 2006) analisa a descontinuidade das ações, interpretadas pelos agentes do CSJ como manifestação de política pública pontual, com

prazos determinados e curtos, induzindo e reproduzindo trajetórias fragmentadas de formação e de inserção social e profissional de jovens. O relatório refere, ainda, a problemática da continuidade das ações do projeto, pois as entidades executoras são contratadas para um módulo de cinco meses, sem a garantia da realização de outro módulo subsequente. Neste interstício, os recursos humanos e materiais mobilizados se dispersam.

A inserção dos jovens no mundo do trabalho parece ser o ponto nevrálgico do Consórcio, seja porque é um grave problema social, seja porque é a razão de existir do CSJ. A inserção é equacionada na tensão entre dois pólos: de um lado, como mostram as estatísticas, o desemprego no Brasil, atualmente, se distribui de forma desigual, atingindo em especial as classes mais pobres (Pochmann, 2004); de outro, o programa se propõe justamente a inserir, no mercado, jovens cujas características o mercado rejeita. Parece, assim, que a inserção recai sobre todos, como uma condição dada. A relação formação e inserção/trabalho não são lineares. Nesse espaço se movem as trajetórias, escolhas e possibilidades dos jovens.

O Consórcio Social da Juventude propõe ações de envolvimento comunitário através de trabalho voluntário realizado em escolas e diferentes instituições, na maioria das vezes nas comunidades em que os jovens residem. O Relatório de Avaliação do CSJ em Porto Alegre e Região Metropolitana de Porto Alegre (2005, p. 47) apresenta que: “Observou-se que os jovens tiveram sua auto-estima elevada, à medida que transcorria o serviço voluntário, devido ao reconhecimento que as comunidades manifestavam ao observarem a seriedade, responsabilidade e o interesse dos jovens”.

Sposito e Corrachano (2005) fazem importante reflexão sobre a ação voluntária dos programas. Os jovens que participam desses programas estão expostos a situações-limite de ausência do poder público. Mesmo assim, espera-se que os jovens retornem à escola, participem das atividades diárias dos programas e realizem trabalho social ajudando a melhorar o seu bairro quando o Estado e outras instituições não o fizeram. Segundo as autoras, por que esse conjunto de exigências somente recai sobre os jovens pobres? Por que os jovens de classe média, estudantes de escolas técnicas ou universidades federais, usufruindo de serviços gratuitos, estão isentos de qualquer contrapartida? Não seria mais uma exigência apenas aos jovens pobres desprovidos de direitos? Jovens que vivem numa sociedade que os vê como problema e causa da violência e do crime? Portanto, para estes, a cada benefício uma contrapartida (ibid).

Na ausência de direitos assegurados, resta aos jovens pobres construir alternativas para o desenvolvimento do seu local, deslocando para o sujeito a responsabilidade de empreendimentos que não são de sua alçada. Sob outro ângulo, essas iniciativas poderiam

ampliar a responsabilidade coletiva na construção de soluções para os desafios das comunidades, liberando a tutela do Estado, sem, contudo, isentá-lo de seu papel. Caso contrário, seria o que Dubet (apud Sposito, 2005, p. 166) afirma: “Assim, o dominado é convidado a ser o mestre de sua identidade e de sua experiência social, ao mesmo tempo em que é posto em situação de não poder realizar esse projeto”.

#### 6.4 A ONG TRILHA CIDADÃ NO CONSÓRCIO SOCIAL DA JUVENTUDE

Neste tópico, apresentam-se comentários e informações a respeito da participação da ONG Trilha Cidadã no CSJ, considerando os desdobramentos do programa para os jovens que participaram através da ONG. A Trilha apresentou ao Consórcio Social da Juventude proposta de Curso de Comunicação Alternativa e Atendimento ao Público justificando que:

O campo da Comunicação Alternativa, ao nosso modo de ver, caracteriza-se por uma das características primordiais para o desenvolvimento da cidadania juvenil. Assim como a oferta do Atendimento ao Público representa a possibilidade de aprimoramento do trabalho com horizonte no relacionamento dos jovens com outras pessoas, respeitando a diversidade própria da sociedade atual. (Trilha Cidadã, 2006a, p. 4)

Os jovens atendidos foram do Bairro Arroio da Manteiga, de São Leopoldo, com ênfase nos jovens das vilas Santa Marta e Loteamento Tancredo Neves, além de outros bairros populares do município de São Leopoldo, ou seja, todos em situação de vulnerabilidade social, de famílias pobres.

O objetivo geral do projeto consistia em capacitar jovens envolvidos no Consórcio Social da Juventude para o mercado de trabalho, potencializando para alternativas empreendedoras e conquista do primeiro emprego. Para tanto, os cursos foram pensados para além da qualificação profissional, como um espaço que aglutina as potencialidades da juventude ali reunida, com ênfase na formação integral e no empoderamento juvenil. As estratégias desenvolvidas buscaram a constituição de um grupo, exigindo envolvimento para lidar com os desafios e conflitos, contribuindo no fortalecimento do projeto de trabalho coletivo.

As temáticas específicas dos cursos foram: **Comunicação Alternativa - Editor de Texto e Imagem:** produção de rádio, vídeo, fotografia, jornalismo; trabalhos associativos e cooperativismo. **Atendimento ao público – Vendedor de Comércio Varejista:** identidade e

comportamento, comportamento para o trabalho, prática de atendimento ao público, cultura geral aplicada, língua portuguesa aplicada, língua inglesa aplicada. Os temas comuns aos dois cursos eram: políticas sociais, multiculturalidade, inclusão digital, prevendo também o acompanhamento psicológico dos jovens.

A Trilha, como instituição, para esse projeto estabeleceu as seguintes parcerias: com o Instituto de Pastoral de Juventude no uso da ilha de edição de vídeo, com a UNISINOS - Incubadora de Tecnologias Sociais de Economia Solidária, na assessoria para a criação da Cooperativa, com a Prefeitura Municipal de São Leopoldo, em especial a Diretoria Municipal de Políticas de Juventude como parceira na execução e na inserção de jovens no mercado de trabalho e, finalmente, com a Secretaria Municipal de Educação e Desporto – SMED de São Leopoldo, na cedência do laboratório de Informática da Escola Municipal Santa Marta.

O processo de seleção envolveu o mapeamento<sup>77</sup> dos jovens residentes na área geográfica próxima à Trilha, que estavam adequados aos critérios do programa. Ao longo de dez dias foram realizadas visitas na Vila Santa Marta e no Loteamento Tancredo Neves, vilas populosas de baixa renda e de elevado desemprego dentro do Bairro Arroio da Manteiga. A divulgação aconteceu através de cartazes em estabelecimentos comerciais, escolas e centros comunitários, em visitas a escolas, às comunidades religiosas e através de conversas com pessoas da comunidade. Logo após, houve o processo de inscrição, o primeiro contato com os jovens.

Neste contato a conversa ajuda-nos a constatar a realidade local. Se observou dificuldade de muitos para preencher o formulário, a falta de informações básicas e o fato de alguns não conseguirem se expressar verbalmente de forma clara, se tornaram constatações importantes para a própria formulação das ações dos cursos junto a estes jovens. (Trilha Cidadã, 2006c, p. 4).

O curso de Comunicação Alternativa desenvolveu-se com 25 jovens, tendo concluído 24 e evadido um. No curso de Atendimento ao Público foram 25 jovens, tendo concluído 23 e evadido dois.

As atividades complementares envolveram encontros de finais de semana para debate, convivência e planejamento de atividades do grupo; discussões sobre trabalho comunitário a

---

<sup>77</sup> O ponto de partida foi uma lista, disponibilizada pela Secretaria de Habitação e Diretoria Municipal da Juventude de São Leopoldo, de jovens que residiam na Vila Santa Marta, no Loteamento Tancredo Neves e no Parque Campestre (localidades do bairro Arroio da Manteiga).

partir de visitas, filmes e pesquisas; visita didático-pedagógica às rádios locais<sup>78</sup>; exposição de fotos na São Leopoldo Fest; cobertura do encontro de formação de educadores em Porto Alegre; rádio-poste; visita orientada ao comércio de São Leopoldo; construção do vídeo para Moçambique sobre o bairro e os jovens do Arroio da Manteiga<sup>79</sup>. Sobre essas atividades, os jovens realizaram avaliações interessantes que apontaram envolvimento e sinais de que a experiência ampliou as informações sobre o município de São Leopoldo. As avaliações eram realizadas periodicamente e anexadas a relatórios elaborados pela ONG.

O trabalho comunitário foi realizado a partir da discussão com os jovens, buscando construir um conceito comum de trabalho comunitário. “Nos diferentes espaços onde foi realizado o trabalho comunitário, sempre houve desafios e conflitos, por haver mais de uma entidade presente, por precisarem se adaptar à proposta de trabalho da entidade onde estavam realizando o trabalho” (Trilha Cidadã, 2006c, p. 5). O desafio do grupo foi buscar junto à comunidade quais seriam as possibilidades e os locais em que poderiam realizar o trabalho comunitário; processo desenvolvido com discussões sobre como fazer, organizar e definir os espaços de atuação. Foram momentos importantes para que o grupo percebesse o que cada um poderia fazer na comunidade no sentido de contribuir na sua formação e no conhecimento do bairro.

A respeito do trabalho comunitário, o Relatório do CSJ em Porto Alegre e RMPA aponta que:

Quanto ao impacto do Consórcio Social da Juventude na comunidade, o ponto positivo foi o trabalho comunitário, porque inseriu mais o jovem na sua própria comunidade, se transformando esse trabalho como um movimento para enfrentar as questões do desemprego. Para outros, o trabalho comunitário ficou à parte, faltando um acompanhamento para o seu próprio aprofundamento. (Fischer e Franzoi, 2006, p. 51)

---

<sup>78</sup> Após estudo sobre as rádios comerciais e alternativas, o grupo realizou uma visita a duas rádios de São Leopoldo: a Rádio Progresso, emissora comercial em Amplitude Modular (AM), com equipamentos modernos e uma estrutura de qualidade técnica significativa; e a Rádio Comunitária da Campina, que naquele momento, funcionava na residência de um dos integrantes da Associação mantenedora da rádio, com equipamentos que se resumiam a um computador, mesa de som, microfone, aparelho de som e transmissor e antena. Estas duas realidades distintas ajudaram na percepção da importância de articulações locais para a prática da comunicação alternativa, e as diferentes possibilidades de acesso a informação.

<sup>79</sup> Letícia Duarte e Alexandro Machado são membros da Trilha Cidadã e desenvolveram projeto das Escolas Lassalistas em Mangundi – Moçambique – África. Realizaram debates sobre Moçambique com o grupo e a proposta, sugerida no final do trabalho, foi da confecção de um vídeo com depoimentos dos jovens e filmagens do bairro arroio da Manteiga.

Os jovens que participaram do CSJ, através dos Cursos apresentados pela ONG Trilha Cidadã, fizeram os seguintes comentários na avaliação final, anexada ao Relatório de Execução do Consórcio Social da Juventude.

Em termos de conteúdo, acho que foi muito pouco, não deu pra gente se aprofundar muito nos assuntos relativos a rádio, fotografia, vídeo e jornal. (...) Em relação ao Consórcio foi um bom projeto do governo federal e a bolsa é uma boa ajuda. Mas penso que a proposta de um primeiro emprego é pura ilusão, porque poucos serão beneficiados. (Cássia, Trilha Cidadã, 2006)

A minha mudança está aí, eu que nunca gostava de texto e não fazia de jeito nenhum, estou fazendo esse. Na escola meu rendimento melhorou muito. Eu gostei muito do curso, se eu pudesse voltar a atrás e mudar algumas coisas. Há! E foi muito tri por causa das mina, falo. (Luis Ricardo, Trilha Cidadã, 2006)

Aprendi muita coisa, mas teria aprendido mais se a carga horária do curso fosse maior. (Gustavo, Trilha Cidadã, 2006).

Na inclusão digital não gostei da troca de educadores porque ele começou do zero como se fosse a primeira aula. [...] Também o curso me fez criar novas amizades até com a minha vizinha de porta, quase nem conversávamos e agora nos falamos todos os dias. (Tiane, Trilha Cidadã, 2006)

A parte da inserção do primeiro emprego foi ilusão de ótica porque poucos vão conseguir emprego. (Priscila, Trilha Cidadã, 2006)

Neste curso aprendi muitas coisas, como se comportar no mercado de trabalho, como lidar com o público. Os educadores foram muito legais com todo o pessoal durante estes 5 meses, tentaram mostrar o que tinha de melhor. (Aidri, Trilha Cidadã, 2006)

As aulas nem todas foram legais, mas teve aquelas que não vou esquecer, como a do teatro, fotografia, filmagem e inclusão digital. Foram bem produtivas e acho que aprendi muito. (Anelise, Trilha Cidadã, 2006)

Na leitura das avaliações dos jovens que participaram dos cursos oferecidos pela Trilha no CSJ, observa-se que houve uma aceitação por parte dos jovens da temática dos cursos. As referências “aprendi muito”, “nunca tinha colocado a mão numa máquina fotográfica”, “fiquei muito curioso” foram recorrentes nos comentários escritos. Os depoimentos acima evidenciam dois grandes desafios do programa: o tempo da política e o tempo do aprender e a tarefa de inserção frente a um mercado restritivo, sem uma política de incentivo adequadamente formulado pelo ministério. É importante reconhecer que os cursos, mesmo com horas reduzidas, produzem aprendizagens que são reconhecidas pelos jovens como significativas para suas vidas. A novidade dos temas abordados, intimamente relacionados com o mundo do trabalho, dá pistas à escola para mudanças curriculares há

muito tempo anunciadas e denunciadas. Chama atenção a positividade com que os jovens falam das relações de amizade construídas com outros jovens, com os educadores e coordenadores do CSJ na Trilha, o que é de grande importância, considerando o perfil dos jovens atendidos pelo Consórcio. A passagem da situação de vulnerabilidade social – drogadição, descrença em si, falta de perspectiva – para uma atitude de aposta em si, estimulada pelos educadores e coordenadores, anunciando que “saem mais fortalecidos” e que “valeu a pena”, demonstra as potencialidades do Consórcio Social da Juventude.

Em relação à inserção do jovem no mercado de trabalho, a proposta da Trilha ao Consórcio inclui as seguintes estratégias: criação de uma cooperativa para prestação de serviços: parceria com o poder público e com a UNISINOS para implementação de projetos solidários; criação de demandas para o público dos cursos através do evento Cidade Juventude (2006 até abril de 2007), com trabalhos nas áreas de comunicação e atendimento ao público; política de inserção no mercado formal, através de contatos, negociações e convênios com entidades patronais e de trabalhadores.

Para o coordenador de inserção do CSJ na Trilha, segundo comentários apresentados no Relatório de Execução do CSJ:

A discussão sobre inserção na entidade sempre esteve pautada para a possibilidade de um empreendimento solidário, tendo em vista o perfil dos jovens atendidos e por acreditar que a inserção no mundo do trabalho hoje, dentro da atual estrutura econômica e política, se reflete em rotatividade de postos de trabalho. (Fabiane, Trilha Cidadã, 2006c, p. 8)

O desafio proposto pela Trilha Cidadã a jovens do Bairro Arroio da Manteiga foi o de viver a experiência do trabalho coletivo, construindo outras maneiras de relacionamento e diálogo, difundindo a cultura da solidariedade. Ainda nas palavras do coordenador de inserção – exigência do programa para cada entidade participante do CSJ - assim apresentou a metodologia de formação:

O trabalho junto aos jovens assume como princípio metodológico uma ética dialógica, onde é fundamental a participação ativa dos envolvidos, a organização e gestão autônomas, a prática democrática e a valorização dos saberes dos/as participantes na relação com o conhecimento acadêmico. (Fabiane, Trilha Cidadã, 2006c, p. 8)

As ações da Trilha nesse projeto foram articuladas com a Incubadora da UNISINOS e as políticas públicas do município de São Leopoldo, através da referida parceria com a prefeitura para a inserção e divulgação do Consórcio Social da Juventude.

No Relatório de Execução Final, os coordenadores do CSJ na Trilha apontam que:

A experiência na participação e nas tentativas de um trabalho em rede oportuniza dividir conhecimento e perceber como a juventude é tratada, percebida e estudada por diferentes entidades sociais.

Avaliamos com fragilidade as relações que foram se tecendo neste período de Consórcio Social da Juventude, originada na própria forma de execução do programa, sua periodicidade, sua exigência e os inúmeros retornos exigidos, ocasionando sobrecarga às entidades. São aspectos que prejudicam, mas que precisam desafiar a construção coletiva de um programa potencializador de ações conjuntas e interligadas, tanto com as agendas e atividade da entidade como com um projeto de construção de políticas verdadeiramente públicas. (Trilha Cidadã, 2006c, p. 27)

As tensões que permeiam o desenvolvimento do CSJ pela Trilha estão inseridas nos impasses do que é trabalhar numa rede de instituições e do próprio programa que lida, ao mesmo tempo, com a inserção dos jovens enquanto força de trabalho e enquanto sujeitos de construção de outra sociedade baseada na solidariedade. Na experiência aqui destacada, valoriza-se a elevação da auto-estima dos jovens e a superação de dificuldades pessoais, ressaltando o trabalho comunitário e o convívio no grupo como possibilidades que ajudaram os jovens a se sentirem valorizados e integrados no seu município. Não alterou a situação dos mesmos em relação ao mercado de trabalho, porém o Consórcio talvez tenha sido uma das poucas portas que estes jovens encontraram aberta para a vivência de experiências ligadas ao trabalho, em curto prazo, às vezes, enquanto durar o programa. A proposta de inseri-los no mundo do trabalho depara-se com a tarefa de inseri-los socialmente. Participar desse tipo de programa atua não só na esfera da formação ou do trabalho, mas também cria vínculos e amplia a rede de pertencimentos destes jovens.

## **7 JOVENS EM CENA: GRUPO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - PROJETO APRENDIZ (GESPA)**

Os depoimentos e comentários a seguir deixam entrever aspectos que apontam a importância das ações da ONG Trilha Cidadã, a partir de um programa do governo federal. A recorrência com que os jovens argumentaram a respeito da importância das vivências na Trilha ofereceu pistas sobre a mobilização e participação de jovens. Nesse sentido, as dimensões da escuta, do diálogo reflexivo, da autonomia e da autoria são fundamentais para o processo de formação que aposta no trabalho coletivo.

Como desdobramento do projeto encaminhado ao Consórcio Social da Juventude, a Trilha Cidadã criou o Grupo de Economia Solidária – Projeto Aprendiz (GESPA) na área de comunicação, com o objetivo de romper com ações pontuais, dar continuidade ao atendimento dos jovens e garantir a inserção de 30% dos participantes do Consórcio. Dezenove jovens ingressaram nos projetos da Trilha Cidadã no início de 2006. Tal inserção, que constitui exigência do programa, se efetivou através da Lei de Aprendizagem<sup>80</sup>, com a organização do grupo de economia solidária.

O GESPA começou suas atividades em dezembro de 2006, como resultado da parceria, referida antes, com a Escola Mesquita<sup>81</sup> e com o grupo Hospitalar Conceição de Porto Alegre<sup>82</sup>. Contou, também, com a contribuição das Tecnologias Sociais da Unisinos, que veio acompanhar o grupo no fomento desse trabalho. Trata-se de um grupo formado por jovens que não têm acesso às tecnologias e ao ensino de qualidade, moradores do Bairro Arroio da Manteiga. A discussão sobre inserção dos jovens está pautada pela possibilidade de empreendimentos solidários, pois se acredita que a inserção no mundo do trabalho, na atual estrutura econômica e política, caracteriza-se pela rotatividade nos postos de trabalho.

A Trilha procura fazer um entrelaçamento de ações para manter o acompanhamento dos jovens, rompendo com a prática de inserção em atividades desvinculadas da formação oferecida. O GESPA é realizado em rede, e possibilita renda e formação aos participantes. Iniciou com quatro núcleos: produção de eventos, impressos, fotografia e audiovisual. Ao

---

<sup>80</sup> BRASIL. Lei n.º 10.097, de 19 de dezembro de 2000.

<sup>81</sup> Escola técnica de Porto Alegre, entidade âncora do Consórcio Social de Juventude no RS.

<sup>82</sup> Com atendimento 100% pelo Sistema Único de Saúde (SUS) o Grupo Hospitalar Conceição (GHC) é formado pelos hospitais Conceição, Criança Conceição, Cristo Redentor e Fêmina e doze postos de Saúde Comunitária, o GHC tem mais de 6,5 mil trabalhadores vinculados ao Ministério da Saúde e atua integrado à rede de saúde local e regional e atende a população de Porto Alegre, região metropolitana e interior do Estado. (Disponível em: <http://www.ghc.com.br>)

final de 2007, os grupos foram reconfigurados passando a ser denominados rali<sup>83</sup> de comunicação e rali de cidadania. Em 2008, sem a oferta de bolsa aos participantes, juntam-se os dois grupos no rali de comunicação.

A reflexão sobre a economia solidária está presente em todos os projetos e ações da Trilha Cidadã. No CSJ, esta temática é conteúdo transversal nos cursos e momentos de diálogo e planejamento. A participação dos jovens da Trilha na Feira Internacional de Economia Solidária em 2007 e 2008 materializa a busca da interação com outras pessoas e projetos que também buscam outra relação com a economia. A proposição de que o GESPA viesse a se constituir como um grupo de economia solidária visou alicerçar a formação dos jovens em referências que não aquelas da empresa que visa ao lucro a qualquer preço, buscando outro jeito de fazer as coisas, construindo coletivamente.

Com o término do Projeto Aprendiz, o pagamento da bolsa foi cancelado em fevereiro, e permaneceram nove jovens até maio de 2008. O grupo foi reorganizado não mais como GESPA, mas como rali de comunicação com quatro jovens: três do GESPA e um que havia participado do CSJ, mas que acabou conseguindo emprego e por isso não ingressou no GESPA. Contudo, em 2008, por ter perdido o emprego, este jovem retornou à Trilha, tornando-se o quarto participante do rali de comunicação. São as trajetórias vai e vem de que fala Machado Pais (2001). O emprego como imperativo da vida acaba definindo e redefinindo os rumos da vivência juvenil numa estrutura social desigual e excludente.

Os gestores argumentam sobre a importância e as razões da escolha da comunicação como eixo central do projeto:

Teve ONG que fez isso, pegou um tema lá qualquer e foi correr atrás e montar. Nossa opção foi dizer, nós sabemos isso e nós podemos pelo menos fazer bem na área de comunicação. (Edinho, Grupo de Conversação, 12/2007)

Outro argumento que fez é esse elemento do imaginário juvenil. O imaginário juvenil está conectado ao som e à imagem, e isso é fato. Quer dizer, a gente sabe dessa realidade porque o jovem da periferia, ele não tem direito a ter acesso a isso, apesar da fragilidade de equipamentos. (Edinho, Grupo de Conversação, 12/2007)

Sobre o primeiro contato com a Trilha Cidadã, os jovens do GESPA assim se pronunciaram no Grupo de Conversação (07/2007):

---

<sup>83</sup> A denominação rali, na forma como foi idealizado pela Trilha Cidadã, tem uma conotação de aventura, porque são nas trilhas que se realizam os ralis baseados em muitas aventuras, e é um pouco o que os jovens fazem no Rali de Comunicação, por exemplo. Segundo os gestores da ONG não tem o sentido de competição.

Eu fiquei sabendo da Trilha por um cartaz que eu vi na rua comunicando sobre os cursos profissionalizantes. (Duana)

Eu conheci por causa do Rodrigo que era meu amigo, é meu amigo, a gente vivia conversando, e aí ele falou: “Quer fazer um curso?”. (Rodrigo)

Eu conheci a Trilha por um cartaz também. Eu olhei o cartaz na rua informando sobre o Consórcio Social da Juventude. (Lucas)

No grupo de conversação realizado em julho de 2007, os jovens do GESPA fizeram referência às aprendizagens construídas no GESPA. A síntese abaixo apresenta o conjunto dos depoimentos, destacando-se as principais referências expressas pelos jovens sobre a experiência.

Aprendizagens	Falas dos Jovens
Conversar com as pessoas.	Eu tinha uma postura muito de, no local que eu chegava, eu fazia o meu trabalho, depois eu pegava, fazia o que eu tinha que fazer e ia embora, não gostava muito de conversar com ninguém. (Diego)
Vencer a timidez.	Bom, pra mim o curso foi assim muito bom por causa que eu era muito assim tímida e sempre queria me esconder sabe, então o curso assim foi bem legal pra me desenvolver com outras pessoas, ter amizades, ser mais aberta assim com o público. (Tiane)
Vencer o medo de falar com as pessoas.	Eu era bem quietão. Eu, pra conversar, só puxando conversa, eu puxar conversa era bem difícil. Agora eu puxo conversa com qualquer um numa boa. (Pedro)
Falar em público.	Está ajudando no colégio. E eu noto isso, quando eu vou apresentar um trabalho ou uma coisa assim e eu estou lendo assim na frente da turma, eu leio calmo e sereno assim. Eu sinto que estou melhor. (Alessandro Jr.)
Portar-se numa entrevista.	Eu aprendi a me portar bem numa entrevista, a me comunicar melhor. (Duana)
Fazer amigos.	Aprendi bastante também, conheci vários amigos, meu marido também eu conheci a partir da Trilha aqui. (Bessie)
Deslocar-se pelo bairro/contato com pessoas da comunidade.	Antes da Trilha eu não conhecia o meu bairro aqui, eu não conhecia nada aqui, eu era eu sempre estudei no centro, fiz os meus cursos no centro, eu nunca tive nenhum contato com o meu bairro aqui. A partir da Trilha eu tive contato porque o curso de comunicação fez eu sair pra fazer entrevistas, pra conhecer a comunidade, trabalhos que a gente teve aqui junto da comunidade também, a gente teve que sair junto na comunidade, acabei conhecendo. (Bessie)
Conhecer lugares de lazer do bairro.	Agora eu conheço vários lugares no centro, lugares nos bairros, na Feitoria, no Campestre, vários lugares pra se divertir também, futebol, não jogava futebol quase aqui. (Pedro)
Conhecer pessoas novas.	É que a partir dos cursos que a gente tem aqui tem várias atividades fora aí a gente acaba conhecendo lugares novos, pessoas novas também, muitas pessoas novas. (Lucas)

Conhecer lugares diferentes.	Teve colegas nossos que foram pra Santa Maria pra Feira Internacional de Economia Solidária agora esse final de semana, eu fiz o Seminário da Feevale de Economia Solidária, têm os trabalhos que a gente faz junta da Prefeitura que também fazem a gente circular bastante. ... a gente vai na biblioteca da Unisinos ver como que é lá dentro, que muita gente não conhece, eu, por exemplo, não conheço como que é lá. A gente tem várias oportunidades através aqui do nosso curso de conhecer lugares diferentes. (Bessie)
Comunicação/atendimento ao público.	Pra mim o que mais me interessou no curso foi a área de comunicação mesmo, comunicação e atendimento ao público, porque eu tenho uma equipe de som, eu trabalho com sonorização também, daí quando eu fiquei sabendo que o curso era sobre isso eu procurei me capacitar pra ter uma maior facilidade de lidar com o público também daí aprendi muito mais do que eu esperava. (Diego)
Aprender para o mundo.	Foi bem legal assim porque tu aprende várias coisas pro mundo assim, tua cabeça se expande. (Bessie)
Comunicar-se	Eu aprendi a me comportar assim, aprendi a falar também e várias outras coisas como comunicação. (Bessie)
Fotografar	Eu acho que aqui todo mundo aprendeu a mexer em máquina fotográfica ou filmadora porque quando a gente chegou aqui a gente não sabia nem segurar uma máquina profissional. (Duana)  ... saiu meio ruinzinha ali as fotos, mas agora, com o passar dos anos agora do tempo assim, está melhorando, todo mundo já sabe. Vendo assim as fotos são ruins, agora eu já tiro fotos melhores. (Bessie)
Escrever e ler	Eu acho assim que aqui com a aprendizagem que a gente teve aqui ajuda na escola porque a gente aprende coisas diferentes assim. A gente vê parte um pouco assim da história, vamos dizer assim, a gente faz leitura. (Bessie)
Mercado de trabalho	Eu acho que o Consórcio ajudou a gente bastante assim. como já falaram ajudou a gente no pessoal e no profissional. Que a gente não teve a oportunidade de ter um emprego, daí a gente está neste projeto Aprendiz, mas os outros nossos colegas saíram daqui e arrumaram um emprego, acho que isso é muito importante.(Duana)  Eu ia atrás de emprego e me falavam assim: “tu não tem experiência, tu não tem experiência”, sabe, porque a nossa carteira nunca foi assinada. Então aqui, através do curso que a gente fez, a gente teve a oportunidade assim de entrar no mercado de trabalho. (Tiane)

Os jovens notaram mudanças em si a partir da participação no GESPA, percebendo o grupo como espaço de auto-afirmação. Ressaltam as amizades que se estabeleceram na experiência do grupo e os saberes construídos nas ações com a Trilha Cidadã. Reconheceram, portanto, aprendizagens nos âmbitos da subjetividade, da socialização e do saber.

Para os jovens que participam do GESPA, rompendo com a lógica de programas pontuais, é possível observar que, mais do que habilidades técnicas adquiridas no programa, houve alteração das rotinas, ampliação da atuação na comunidade e das redes de

sociabilidades, apontando novos horizontes e inserindo-os num processo de participação, possibilitador do vislumbre de projetos de futuro. Questões relacionadas à cidadania que, no início do percurso do grupo junto à Trilha Cidadã, não despertavam interesse, tornaram-se práticas cotidianas dos jovens em sua atuação.

O que se percebe nas ações da Trilha Cidadã é a abordagem que busca fortalecer os jovens como atores sociais. Neste sentido, jovens gestores cujas trajetórias de vida são marcadas por diferentes inserções – seja em grêmios estudantis, seja em partidos políticos, seja em pastorais ou associações – consolidam um jeito de estar com o outro, pautado pela escuta e pelo desejo de trabalho coletivo.

Os jovens constituídos como gestores nos espaços de participação oportunizados, principalmente da Igreja, conseguem propor aos demais jovens outra condição fundamental para sua constituição como atores sociais, que é se relacionarem com um adulto que escuta e potencializa as ações, ampliando o diálogo intergeracional.

Os diversos contatos com os jovens do GESPA permitiram perceber a importância desta atuação como possibilidade concreta de entrada no mercado de trabalho, o que é compreensível, considerando que o desemprego juvenil é três vezes maior do que aquele presente no conjunto da população (Porchmann, 2000). O desemprego assume um caráter dramático para os jovens, como apontado anteriormente, dificultando a conquista da autonomia, que tem como um dos pilares a emancipação econômica.

A ONG Trilha Cidadã inova quando propõe que a inserção dos jovens no mercado de trabalho aconteça a partir da experiência do grupo de economia solidária, o que possibilita a continuidade do acompanhamento aos jovens, potencializando a participação social destes. Nas palavras de Edinho, gestor:

O que acho que é, é superar a questão de programas pontuais pra sanar situações pontuais ou criar índices sociais que representem, aparece, inserimos tantos jovens no mercado de trabalho, esses jovens seriam inseridos de qualquer maneira. Os grupos de economia solidária são uma novidade. O fato de você tirar do sistema F recursos, isso sim é um imperativo interessante, recursos sistema F e deslocar pras entidades sociais e trabalhar economia solidária, isto é uma novidade, do ponto de vista que você abre um novo foco e você amplia horizontes que inicialmente não existiriam. (Entrevista, 07/2007)

Em contraste com as muitas críticas a esses programas, a experiência da Trilha Cidadã se revela positiva, pois, além de contribuir para o desenvolvimento pessoal dos jovens e para a construção de projetos de futuro, oportuniza processos de participação social. As trajetórias de participação dos gestores da ONG que dão suporte para acompanhar os educadores e os jovens é um dos pontos fortes da atuação criativa e ousada desta ONG de jovens/adultos. São

ousados quando elaboram formas de continuidade dos projetos, integrando programas e instituições diversas. Outro aspecto fundamental é a opção por um processo educativo, que conjuga formação e ação. Assim, os jovens não são entendidos apenas como beneficiários de uma ação, mas como protagonistas, pois se investe na construção de sua autonomia e no envolvimento efetivo em ações de planejamento, discussão, fomentação de recursos, execução e avaliação de projetos.

Destaca-se também a ousadia em formular um projeto de comunicação com jovens pobres, projeto que se contrapõe ao que Dayrell e Carrano (2007, p.16) chamam de utilização funcionalista da cultura e do trabalho, ou seja, entendidos como corretivos morais aos riscos das drogas, do vício e do crime. A dimensão da cultura e a comunicação entendida como trabalho, ao invés de passatempo, valorizam a capacidade criativa dos jovens e afirma que os conhecimentos técnicos podem ser acessíveis a todos. Também disponibiliza ferramentas para que os jovens façam releituras de suas histórias de vida.

Com isso, não se quer afirmar que os resultados positivos dependem exclusivamente de quem aplica os projetos, mas que, na formulação destas políticas públicas executadas por setores públicos e privados, os critérios de avaliação não podem levar em conta apenas o número de jovens inseridos no mercado de trabalho, e sim o processo como um todo. Para tal, são necessárias formas de acompanhamentos dos projetos por parte dos governos. O papel do Estado não pode ser apenas o de alocar recursos, e o da sociedade civil, de ser a beneficiária. A gerência e a fiscalização desses programas executados pelas ONGs precisam envolver Estado e sociedade civil para a garantia da qualidade.

Nesse sentido, a ONG Trilha Cidadã, como se indicou antes, criou uma rede de parcerias envolvendo a comunidade, os poderes públicos municipal, estadual e federal, universidades e empresas para o desenvolvimento dos projetos. A Trilha tem acumulado experiências e saberes importantes com relação à participação juvenil. São jovens-adultos, gestores de uma ONG, que podem ampliar as vozes e os interesses dos jovens na interlocução com o Estado, considerando que esta ONG vem trabalhando lado a lado com a Diretoria Municipal de Políticas de Juventude de São Leopoldo.

Também é preciso rever as propostas das políticas públicas em vigor. Projetos de curto prazo não podem dar conta da resolução de uma série de problemáticas que os jovens enfrentam. É necessária uma melhor articulação entre os diversos projetos e a possibilidade de que os mesmos jovens possam ser envolvidos por eles de forma sequencial, como a ligação entre o Consórcio Social da Juventude e o projeto de economia solidária criado pela Trilha Cidadã.

Além disso, é preciso questionar a ênfase dos programas na qualificação profissional, pois a inserção no mercado de trabalho depende muito mais do crescimento da economia do que da qualificação propriamente dita. Para Pochmann (2002, p. 102):

Os equívocos de escassas ações governamentais voltadas à pressão ao primeiro emprego juvenil mostram ser ineficientes, quando não ineficazes. Como empurrar para o mercado de trabalho os filhos das famílias pobres, quando não se criam vagas para todos? Este tipo de ação resulta em transferir ao jovem a responsabilidade da própria condição de desempregado.

Programas que visam à qualificação profissional, vistos como soluções para a situação juvenil contemporânea, podem colocar o jovem como responsável pelo desemprego a que está submetido, ou seja, “não foi um bom empreendedor”. Cursos de 400 horas preparam para o quê? Qualificar uns e excluir outros? Seriam estes programas mais efetivos se executados em conjunto com a escola, já que uma das exigências é a inserção ou reinserção e permanência na Educação Básica? A questão é falta de escolarização ou estruturas sociais que provocam desigualdades extremas? Exige-se que os jovens continuem estudando, mas não são oferecidas as bases do encantamento para o aprender, desconsiderando-se que muitos dos jovens, alvo dos programas, viveram situações de conflito com a escola, onde o imperativo da vida foi negado, pelos processos de discriminação intensos.

Na interface entre as melhorias necessárias no sistema escolar e a qualificação para um mercado que existe para poucos, cabe pensar se é possível compatibilizar as exigências dos programas com os percursos fluidos de idas e vindas dos jovens entre escola e trabalho. Em muitas escolas, a flexibilidade de horários, rotinas e práticas representam a possibilidade de continuidade dos estudos para alguns jovens. Em alguns programas, a burocracia tem afastado os jovens, ampliando a descrença na ação pública.

Sposito (2007, p. 6) tem feito críticas à forma como os programas estão sendo executados. Comenta que:

A presença em atividades educativas resulta num paralelismo das atividades não convencionais de caráter educativo com as práticas escolares, tornando-se uma versão piorada e precária da prática educativa da escola pública. Quando estas iniciativas são bem-sucedidas, podem favorecer certas habilidades pessoais dos jovens no âmbito de suas interações, mas estes efeitos são pouco absorvidos pelo mundo escolar.

Sobre a qualificação profissional, De Tommasi (2005, p. 244) diz que a maioria dos cursos implementados não permite uma efetiva profissionalização dos jovens e não aumenta

as oportunidades de inserção no mercado de trabalho. O que se verifica é que cursos de baixa carga horária não conseguem, efetivamente, profissionalizar, e essa ênfase esconde o fato de que não existe relação direta entre o aumento da profissionalização e o ingresso no mundo do trabalho. A inserção se dá, geralmente, em ocupações sem relação com a formação recebida e em vagas já existentes.

Sposito e Corrochano (2005, p.167) sintetizam a questão:

nos interstícios da crise do mundo do trabalho, da ausência de direitos efetivamente assegurados de acesso ao lazer e aos bens culturais, e de um sistema educativo capaz de acolher seu novo público, ocorrem os programas de transferência de renda aos jovens, incapazes por si sós de assegurar transformações mais densas nessas esferas.

Percebe-se que esses programas, ao mesmo tempo em que tentam assegurar direitos como o acesso ao mundo do trabalho e à educação, ainda guardam fortemente a perspectiva de controle do tempo livre dos jovens.

Outro aspecto a considerar são as concepções de juventude recorrente nos programas. Se esses têm como objetivo “melhorar a auto-estima e a participação cidadã da juventude na vida social e econômica do país”, os jovens não podem ser pensados como meros beneficiários ou objetos das ações, mas como sujeitos de direitos. Como anuncia Miguel Abad (2002, p. 83), não basta formar os jovens em democracia para que se tornem cidadãos, é com o exercício da cidadania que esse objetivo se torna realizável. O foco dos programas, em geral, trata mais de ensinar do que de praticar as virtudes da cidadania, permanecendo submerso o seu conteúdo como direito e como prática.

Na Trilha Cidadã, os jovens participam e são responsáveis desde o planejamento até a execução das ações. Aprendem questões de cidadania na prática, elaborando e filmando um documentário ou ao se defrontar com o preconceito contra a juventude no momento em que buscam patrocínio para um evento junto ao comércio local. A experiência da Trilha possibilita ao jovem outra relação da economia com a pessoa. Oferece a qualificação, o acompanhamento e a reflexão de que o trabalho não é isolado, mas em rede. Assim, discute a categoria trabalho a partir de condições de vida, rompendo com a hipocrisia da inserção de jovens num mercado que não existe. Os postos de trabalho têm aumentado ou são empregos rotativos onde diariamente os jovens são substituídos?

Para Sposito e Carrano (2003, p. 37) um grande desafio é:

inscrever as políticas de juventude em uma pauta ampliada de direitos públicos de caráter universalista. Essas orientações devem pressupor os jovens como sujeitos dotados de autonomia e como interlocutores ativos na formulação, execução e avaliação das políticas a eles destinadas.

Atualmente, os jovens estão presentes na esfera pública à frente do debate sobre a temática “juventudes”, seja através das formas mais tradicionais, como o movimento estudantil, juventudes partidárias e grupos ligados às Igrejas, ou nas formas mais recentes de grupos culturais, ONGs e movimentos diversos. As ONGs, com um grau mínimo de institucionalização, podem contribuir (e às vezes falando pelo jovem) com diversas outras ações coletivas juvenis na interlocução com o Estado e na implementação de políticas públicas de juventude. Um grande desafio à atuação dos jovens na esfera pública é a abertura de espaços onde seus anseios, experiências, ideias e propostas possam vir à tona e realmente contribuir no pensar a juventude brasileira.

A participação juvenil em novos espaços de socialização criados pelos próprios jovens mostra que, para além do estereótipo de uma juventude desinteressada, alienada e apática, encontramos juventudes que, com a possibilidade da organização, criam novas experiências de participação social e de intervenção na realidade, mais horizontais e de atuação local, sem deixar de pensar globalmente, anunciando mudanças para o presente da sociedade e dos próprios jovens.

A fala de um jovem a partir de sua experiência na ONG Trilha Cidadã anuncia um pouco dessa reflexão: *O jovem é persistente e quer avançar na vida, mas é rotulado. A Trilha está sempre dando este apoio pra que a gente continue e não se deixe levar* (Diego, Grupo de Conversação, 07/2007).

Outro aspecto abordado pelos jovens, no grupo de conversação, foi sobre a escola. Apontam diferenças em relação ao trabalho na Trilha, percebendo mudanças em seus comportamentos na escola em decorrência das aprendizagens nos Cursos da ONG. Os jovens manifestam que pensam a escola como espaço do não-aprender:

... a gente aprende um negócio totalmente diferente da escola. Na escola a gente vai lá e aprende o básico do português, matemática, mas a gente não tem oportunidade de fazer oficinas diferentes assim que vai ajudar a gente pra uma profissão assim diferente. (Duana, Grupo de Conversação, 07/2007)

Também concebem a escola como espaço do não-significativo, de uma cultura prescritiva:

Acho que não tem nada a ver a relação colégio e aqui, é super diferente. Primeiro, o curso que a gente faz agora é de economia solidária que a gente quer no final do ano a gente formar um grupo de economia solidária. (Lucas, Grupo de Conversação, 07/2007)

São escolas do presente banalizado e de futuros adiados:

Eu acho que escola está bem diferenciada porque a escola já virou uma coisa mais solta assim e o aluno faz, bem dizer, o aluno faz o que quer na escola, só estuda quem vai pra estudar mesmo. E aqui a gente tem um pouco da pressão porque é uma coisa um pouco mais séria, é um curso e aquele negócio da gente estar trabalhando com carteira assinada. (Alessandro Jr, Grupo de Conversação, 07/2007)

Alessandro anuncia que na Trilha:

É mais exigido e no colégio não, apesar de ter notas e tudo, se a gente for mal assim de tudo, acaba rodando e. Mas também aqui dá pra notar uma diferença já porque a gente passa mais tempo assim escrevendo ou lendo uma coisa assim e no colégio já dá resultado, porque daí a gente vai pra escola, bah vai ler um trabalho lá na frente de toda turma assim e nota que está melhor, está lendo melhor, está mais tranquilo com a leitura, a escrita. (Alessandro Jr, Grupo de Conversação, 07/2007)

O jovem reconhece que as aprendizagens desenvolvidas a partir dos cursos da Trilha interferem em suas ações e em seu rendimento na escola sem, contudo, apontar a ressignificação da escola ou maior aproximação entre as duas instituições na construção da autonomia dos jovens. Uma escola onde a autonomia dos sujeitos não precisa medir forças com a sujeição dos mesmos provavelmente não exista em lugar nenhum. Entretanto, talvez ela esteja também em todos os lugares. Está dentro da própria escola, nos inúmeros movimentos cotidianos de jovens e educadores, interrogando a ordem escolar, reinventando espaços, tempos e culturas em seu interior. Está também fora dela: não apenas nos movimentos que reivindicam o direito à educação, mas também naqueles que, mesmo sem reivindicá-la diretamente, afirmam, com suas ações e expressões, o direito a uma distribuição mais justa de conhecimento, cultura e cidadania. A experiência da Trilha Cidadã evidencia tal propósito.

Para além da retórica que anuncia o fim da escola de estruturas engessadas, avaliações objetivas e conteúdos descontextualizados, prefiro pensar na escola como espaço de “ilusão fecunda” (Sposito, 1993), pois os sonhos e os projetos são tecidos nesse dia-a-dia da fadiga, do cansaço e da chatice. Não há decisões definitivas: a escola é espaço de ambivalências.

Em geral, os programas destinados a segmentos de baixa renda pressupõem a obrigatoriedade de matrícula na escola pública. Obviamente que o não-acesso à escola é fator de exclusão, mas é preciso melhorar as condições das escolas públicas, pois a simples

exigência da frequência acentua mais ainda os conflitos e eleva os índices quantitativos que apontam melhorias na educação, mas pouca mudança na real integração dos jovens na escola.

Por outro lado, as falas dos jovens sinalizam que participar de um trabalho educativo bem-sucedido como o da ONG Trilha Cidadã provoca comparações com a educação escolar, ampliando, talvez, a distância entre o jovem e a escola. Cabe a reflexão: é possível construir ações educativas integradas com possibilidade de interferência nas práticas educativas das escolas públicas? Sposito (2005) alerta para a quase ausência de políticas educacionais articuladas aos programas.

Diante das dificuldades de inserção no mercado de trabalho, os jovens têm se mostrado céticos em relação à escola, desacreditando na obtenção do pleno emprego pela via educacional. O desencanto provém de uma situação real ligada às condições de vida e às impossibilidades a que os jovens estão submetidos.

Para muitos jovens, a escola é o espaço privilegiado de convivência. No entanto, a educação básica ainda não está efetivada como um direito de todos. Segundo o IBGE, Censo Demográfico de 2000, existem ainda 1,1 milhão de jovens entre 12 e 17 anos não alfabetizados. O problema não se resume ao acesso à escola, mas, principalmente, à qual escola eles têm acesso e à qual qualidade do ensino. Em não raras situações, a escola está distante das juventudes e não responde às suas demandas, deixando de cumprir uma das suas funções centrais, que é o diálogo entre as gerações.

Outro aspecto a ser apresentado diz respeito aos núcleos de criação do GESPA. A respeito desse aspecto Tiane comenta que:

... o ano passado (2006), em dezembro, quando a gente iniciou este Projeto Jovem Aprendiz, cada grupo teve que elaborar um projeto. Então o grupo do *fanzine* é um jornal do bairro, o grupo de produção de eventos é uma festa que vai se realizar dia 28 de agora deste mês (julho), aí tem o audiovisual que é um documentário e a fotografia é uma mostra fotográfica de diferentes tipos culturais na juventude. (Entrevista, 07/2007)

A expectativa inicial dos jovens era conseguir formar uma cooperativa e um grupo mais sólido do ponto de vista das relações entre eles. Apostavam no grupo e na aprendizagem: *queria aprender muito mais do que aprendi no Consórcio e que o grupo se desse bem* (Cássia, Grupo de Conversação, 07/2007). O depoimento é síntese de muitos outros, evidenciando a crença dos jovens na constituição de algo que era seu, fazer parte do que ajudaram a construir. Talvez por isso a recorrência nas falas sobre os conflitos no grupo: *tem pessoas dentro desses grupos que não colaboram muito, então a carga acaba ficando nas costas de alguns* (Cássia, Grupo de Conversação, 07/2007).

No texto de apresentação do trabalho do GESPA<sup>84</sup>, os jovens dos núcleos assim apresentam o que vão fazer:

O nosso produto é um jornal comunitário, que pretende levar a informação aos moradores do Arroio da Manteiga. Com reportagens diversificadas como: cultural, esporte, reivindicações dos moradores, acontecimentos dos bairros, social e o editorial. (Núcleo de impressos)

O projeto consiste numa seleção de vídeos em que o tema é basicamente voltado a conceitos que insistem em alimentar a população moderna de que em pleno século XXI, o PRÉ-CONCEITO RACIAL, que é motivo de orgulho entre algumas classes sociais. Temos que nos mobilizar e acabar com essa lavagem cerebral que atrasa a evolução humana, em todos os aspectos. Projeto este, que também tem como intenção fazer com que escolas, entidades, eventos etc usufruam deste produto para conscientizar esse público. O vídeo terá três estilos musicais *hip hop*, *pagode* e *pop/rock*. Essa fusão de estilos terá a função de conscientizar este público, de qualquer diferença entre estilos que possa ser quebrada, e assim fundida a outro estilo. Portanto criando outros conceitos. (Núcleo de audiovisuais)

Nosso produto será um festival de música diferente, sem premiações e jurados. Consiste em reunir vários tipos de grupos musicais num só espaço. O projeto visa buscar parcerias com as Associações dos bairros e da própria Sociedade Cantores, onde será realizado o evento. Serão cobrados ingressos e terá bebidas e comidas à venda no local, com distribuição de panfletos nas casas. (Núcleo produção de eventos)

Será feita uma Mostra fotográfica artística que inclui teatro, dança, cultura *hip hop* e grupos juvenis ligados ao esporte. Esse projeto vai ser realizado na semana da São Leopoldo Fest, em algumas escolas públicas da região, no Museu do Trem, biblioteca pública e em encontros juvenis. Serão tiradas 144 fotos de jovens envolvidos na cultura, essas fotos serão apresentadas em algumas exposições em vários lugares da região de São Leopoldo. (Núcleo de fotografia)

O planejamento dessas atividades estava centrado nos jovens com apoio dos gestores e educadores da Trilha. O conflito era parte integrante do processo. Planejavam coletivamente, mas nem sempre todos executavam suas tarefas. A divisão em dois ralis foi uma saída para os conflitos estabelecidos pelas diferenças de interesses e trabalho no grupo.

Foram realizadas, durante o ano de 2007, diferentes atividades no Bairro Arroio da Manteiga e no Município de São Leopoldo, auxiliando, também, na Pastoral da Juventude, com atuação junto às comunidades por meio dos retiros de Crisma, e acompanhamento de outros cursos da Trilha: *a gente está fazendo cobertura no curso do MEC que acontece lá na Unisinos todos os sábados, o dia inteiro. A gente faz a cobertura deste curso sempre. Seis sábados* (Diego, entrevista, 07/2007).

Em 2007, foram desenvolvidas ações de comunicação em três eventos municipais de São Leopoldo: Conferência Municipal da Criança e do Adolescente, Conferência Municipal de Assistência Social e Conferência Municipal de Juventude. No final desse mesmo ano, foi

<sup>84</sup> Os textos dizem respeito ao planejamento dos grupos registrados a partir de um roteiro fornecido pela trilha Cidadã. Na oportunidade pude ler os projetos e destaco aqui algumas partes.

lançado o jornal comunitário *Olhares da Juventude* e realizada uma festa no CEPA<sup>85</sup>, sede também da Trilha. A mostra fotográfica e o documentário previsto não se concretizaram devido à demanda de trabalho do audiovisual e à reconfiguração do grupo em dois ralis, quando foi extinto o núcleo de fotografia. No rali de comunicação, foram produzidos nove vídeos: Fórum Social da Juventude, Grafitando São Leo, A Conferência da Juventude, Conferência da Criança e do Adolescente, Assistente Social, Festa da Comunidade de São João Batista 2007 e 2008, Feira de Economia Solidária de Santa Maria, *clip* de fotos de uma jovem do bairro. Mais quatro estão em produção.

A fala de Raquel evidencia o resultado da apresentação do primeiro vídeo:

Ontem apresentaram lá o vídeo de quatro minutos, pra eles aquilo brilhava. Inclusive pra quem não participou do vídeo, que não foi até determinados locais filmar ou que não ajudou na edição, isso brilhava para eles porque eles sabiam que era deles sabe, do grupo deles. (Entrevista, 07/2007)

O vídeo foi o resultado de um percurso na Trilha que iniciou com um programa do governo federal, foi ampliado a partir da parceria com outras instituições e continua hoje pelo desejo de manter algo construído por jovens que nunca haviam manuseado uma filmadora.

Refletindo sobre a postura dos jovens do GESPA, Raquel comenta:

Principalmente no Rali de Comunicação, eles conseguiram já criar essa co-responsabilidade inclusive nas vidas deles fora daqui. Uma coisa assim deles saberem quando um está precisando de ajuda e virem dizer: olha, o fulano está precisando de ajuda. Ou, às vezes, eles nem falam, mas a gente fica sabendo por outras vias e aí vai conversar com eles pra pedir como é que está. Então acho que tem muito disso assim e muito desse, ao mesmo tempo em que eles sabem que há uma distância agradável, digamos assim, entre o grupo que está desenvolvendo o trabalho e o grupo que coordena isso enquanto instituição, eles também contam conosco como amigos. (Entrevista, 07/2007)

Sobre a rotina da semana na Trilha, os jovens comentam que:

... na segunda a gente tem oficina de fotografia. Na terça a gente senta pra ver o resultado, o quê que deu no MEC, se deu tudo ok, o quê que aconteceu lá, porque que não deu alguma coisa certa. Daí na quarta ... (Tiane)

Na quarta a gente tem trabalhado com uns vídeos curtos do Edinho. (Diego)

São uns vídeos também educativos assim. Curtos os vídeos, mas de ensinamento sabe, sobre o que está acontecendo na realidade nossa. E na quinta é a aula de português. E na sexta também são coisas dos nossos núcleos. (Tiane) (Entrevistas, 07/2007)

---

<sup>85</sup> Centro de Espiritualidade Padre Arturo, situado no bairro Arroio da Manteiga, em São Leopoldo, prédio onde funciona a sede da ONG Trilha Cidadã.

Os jovens têm suas tardes ocupadas com as atividades do projeto e além deste horário dividem seu tempo entre cuidar da casa, vender Avon, Natura e *lingerie*, estudar, realizar cursos no SENAI e participar de grupos de dança, entre outras atividades.

Entre as dificuldades são anunciadas as seguintes:

... daí como a gente chega assim em vários lugares assim, que nem aqui embaixo no mercado, três jovens assim pedindo patrocínio. Como são jovens e o jovem não é muito bem visto assim pela sociedade, aí eles já ficam com um pé atrás. (Alessandro, Entrevistas 07/2007)

Mesmo sendo encaminhados com ofício da Trilha Cidadã, parece que a desconfiança permanece: *mas mesmo assim, o pessoal acha, porque um ofício assim que aquilo ali a gente podia ter feito em casa mesmo e assinatura, eles vão olhar aquela assinatura ali e pro pessoal não vale. Vivenciam o preconceito do jovem inconseqüente: o pessoal não confia mesmo e é essa coisa do jovem, a questão que o jovem é baderneiro, o jovem não tem interesse nas coisas e sempre tem aqueles que usam drogas e o pessoal acha não, eles vão pegar o patrocínio e vão fumar tudo* (Alessandro, entrevista 07/2007).

Uma das demandas que apareceu na pesquisa Perfil da Juventude Brasileira<sup>86</sup> diz respeito ao desejo dos jovens de serem considerados sujeitos com capacidade de assumir responsabilidades. Outro exemplo é a pesquisa coordenada pelo IBASE e PÓLIS, onde os jovens demonstraram não encontrar canais, ligados ao poder público, para expressar suas angústias individuais, opiniões e anseios de melhoria de condições de vida.

No final de 2007, os cenários tinham mudado. No grupo de conversação, os jovens pareciam insatisfeitos com a união dos núcleos nos dois ralis de comunicação e cidadania. Os participantes que permaneceram no grupo da cidadania estavam sentindo o vazio de um tema tão amplo que carecia de ações mais pontuais. Anunciavam os conflitos relacionados à convivência no grupo e envolvimento nas atividades:

Bom, quando o grupo foi dividido eu achei assim, nunca me indispus com os outros colegas, sempre conversava numa boa, só que as tarefas de trabalho, nós que estávamos todos os dias e o outro grupo não vinha todos os dias pra cá, então era diferente por causa disso. Eles sim tiveram preconceito contra nós e falavam assim: eles são os chefes, eles são os preferidos da Trilha e tal. E tem um também que sempre marcava e não ia e dizia: não, eu posso ir, tudo bem e não ia, saí também ferrava o grupo. (Tiane, Grupo de Conversação, 11/2007)

---

<sup>86</sup>Na pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira*, uma das principais reivindicações dos jovens, junto com a de ter mais oportunidades, é ter apoio financeiro e técnico para os empreendimentos que desenvolvem. A pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas* ouviu 8 mil jovens de 15 a 24 anos em sete regiões metropolitanas do Brasil mais o DF, entre outubro de 2004 e maio de 2005, coordenada pelo IBASE/PÓLIS.

Raquel comenta que o rali de comunicação era mais afinado com a proposta de criação e produção pelo viés da comunicação e, portanto, questionava e cobrava mais dos jovens menos engajados. Os jovens do rali da cidadania cobravam mais ações, mas, quando planejavam as atividades, as tarefas nem sempre eram executada pelos mesmos. Para Raquel, esse grupo estava marcado por uma relação mais escolar do jogo de cobrança. Queriam algo mais concreto apontando que cidadania era tudo e nada. Era, em síntese, o grupo formado por jovens com outros interesses que não aqueles voltados para o campo da comunicação. Contudo, o tempo na Trilha possibilitou a esses jovens a ampliação da reflexão sobre a vida e sobre projetos de futuro em curto prazo. É o caso de Alessandro Junior, que guardou o dinheiro da bolsa para pagar o curso técnico. Começou o ano de 2008 matriculado no SENAI. Nos momentos de reflexão sobre a atuação de cada um, ele afirmava: *Raquel, tu sabe meu interesse não é na comunicação e sim na metalurgia*. Assim, as atividades na Trilha consistiam na possibilidade de fazer algo enquanto o que realmente queriam não era possível.

O que parece importante e é o que considero a grande contribuição da Trilha são as relações que se estabelecem com os jovens. Marcados pela pedagogia da Pastoral da Juventude, os gestores/educadores da ONG colocam o projeto de vida como âncora das atividades, o diálogo como metodologia e a escuta como fundante da relação com os jovens. A conversa pessoal, a reflexão sobre cada situação, do que é bom e não para cada um e para o grupo; o refazer junto às situações conflitantes, analisando sob diferentes ângulos e sempre com retornos ao grupo. *Digo sempre pra eles: e aí é desta forma que a gente quer fazer a diferença, reproduzindo o que é feito com a juventude lá fora?* (Raquel, entrevista, 05/2008).

Outro aspecto que reforça tal constatação são as reflexões que fazem com os jovens sobre o uso do recurso público. O projeto era financiado com recurso do governo federal, e a Trilha se colocava como responsável pela aplicação desses recursos, repassando aos jovens o compromisso de não só administrarem a bolsa, mas também e, principalmente, refletir sobre o que faziam com o tempo que estavam no grupo. *Olha, o dinheiro é público para este curso. O dinheiro é de vocês, mas também é do outro* (Raquel, entrevista, 05/2008).

O tempo de vivência no GESPA foi também tempos de encontros amorosos. André e a Bessie se conheceram na Trilha e estão hoje juntos cuidando das gêmeas que nasceram desse encontro. Diego, outro jovem do GESPA, é padrinho das gêmeas. As redes de amizade construídas no grupo se estendem para o âmbito familiar, criando vínculos afetivos que se expressam fortemente nos momentos em que precisam uns dos outros. Quando Diego foi visitar as gêmeas e percebeu a necessidade que tinham de leite, levou a situação para o grupo, que se mobilizou e conseguiu arrecadar o necessário. Segundo Raquel, neste momento André

e Bessie perceberam a ajuda que o grupo possibilita. Os jovens do grupo foram apreendendo em tempos diferentes a reflexão proposta pela Trilha da acolhida às diferenças, do trabalho em grupo, da economia solidária, do projeto de vida mais coletivo. Para alguns, o GESPA deveria ser lucrativo e, se não era, não havia por que se tornar. Avançaram na discussão teórica sobre economia solidária, mas na realidade em que vivem urge fazer algo com retorno mais imediato. Aos poucos foram sucumbindo às pressões familiares que exigiam salário fixo, mais participação na renda familiar, para dar conta de suas próprias necessidades. Em abril de 2008, restavam nove participantes, e em maio apenas três jovens. E os que ficaram, encontravam-se em que condições? O que os levou a permanecerem no grupo?

Quando o GESPA se desfez, em fevereiro de 2008, alguns ficaram, outros se foram, e outro retornou. Restaram quatro jovens que continuam sem a bolsa, seguindo com a proposta do rali de comunicação não sem crises e conflitos. O dilema estabelecido é: fazer cobertura de eventos e produzir vídeos ou criar coisas? E o retorno financeiro desse processo de criação? Como manter o grupo e se manter? Não há consenso entre os jovens.

As atuais condições para a manutenção dos equipamentos que possibilitam ao grupo continuar trabalhando são garantidas pela parceria com a UNISINOS, que cede os equipamentos sob forma de comodato. O grupo permanece enquanto existir o projeto e a parceria. Outros equipamentos são cedidos pelo Instituto da Pastoral da Juventude, e os demais foram adquiridos com o CSJ, que está neste momento sendo solicitado pelo Ministério do Desenvolvimento Social. A Trilha segue com negociações com a entidade âncora do CSJ no RS – Escola Mesquita –, entendendo que, se o grupo ainda existe, os equipamentos não podem ser recolhidos. São os limites de um programa que tem a pretensão de ser uma política pública e quando apresenta resultados para além de números não é, em parte, considerado.

A parceria com a UNISINOS prevê a formação dos jovens com estagiários de diversos cursos ligados ao Instituto Humanitas dessa universidade, que ficam duas horas por semana com os jovens do rali de comunicação. É uma ação da UNISINOS junto com o Ministério do Desenvolvimento Social no projeto de incentivo a cooperativas solidárias. Ocorre que a formação oferecida é para prestação de serviço, entendida como cobertura de eventos. Entretanto, o grupo quer neste momento é uma formação que os ajude no dilema de não se colocar somente como mero prestador de serviços, produzindo vídeos de eventos, mas criador de ações. O relato de Raquel sobre a tensa relação estabelecida entre um dos jovens e uma estagiária de comunicação é interessante como emblema do descompasso dos tempos das instituições e dos jovens: *Na formação, a estagiária da comunicação entrou em choque com o*

*Tiago, que não aceitou a idéia de que o evento a ser feito seria a cobertura de uma formatura da UNISINOS (Raquel, Entrevista, 05/2008).*

Diante da afirmação do Tiago de não participar mais da formação da UNISINOS, o encaminhamento da Trilha foi, segundo a Raquel: *Diego, você não pode não participar do dia que a UNISINOS vem. O que você quer é o que o grupo quer? O grupo está entendendo o que você quer? Se o grupo quer uma coisa diferente, vocês têm que propor o debate na formação e argumentar* (Raquel, entrevista, 05/2008). Tiago se compromete a continuar, mas anuncia que não vai no dia da formatura.

As ações da UNISINOS preveem o imediatismo. Requerem resultados de quantos estagiários atuaram em quantos projetos sociais e o quanto produziram com os jovens, e o resultado apareceria dentro da própria instituição. Segundo Raquel: *a saída tem sido conversar com a UNISINOS, mas é difícil porque a cada semestre muda o grupo de pessoas que vem acompanhar os jovens* (Raquel, Entrevista, 05/2008).

Neste contexto, é importante pensar que o CSJ possibilitou o fomento de um novo espaço de convivência, trabalho e relacionamentos permeado de desafios e conflitos, encaminhados pelos gestores da ONG, a partir da reflexão e do diálogo com os jovens. O questionamento é: fez/faz diferença, para esses jovens, a experiência nesse grupo? Talvez a história de marinheiros comentada por Aristóteles dê pistas para essa resposta. Segundo o autor, por acidente, marinheiros chegam a Egina, quando não tinham o desejo de estar lá, mas eles simplesmente foram levados pela tempestade ou pela ameaça de piratas. Estavam em Egina sem querer estar lá, não foram agentes de sua travessia. No entanto, é próprio de todos os seres humanos não apenas agir em função da realidade, mas ativar a própria realidade, vislumbrando novos caminhos. A experiência da Trilha com os jovens do bairro Arroio da Manteiga representa uma aposta do possível no sentido de ampliar os espaços de participação cidadã com jovens, sendo agentes, e não pacientes, de um mundo em constante transformação!

## 7.1 FAZ DIFERENÇA PARTICIPAR DO GESPA?

As ações propostas pela ONG Trilha Cidadã aos jovens com os quais trabalha são voltadas à educação para a co-responsabilidade, na medida em que buscam envolvê-los em causas coletivas. Incentivam a realização de atividades protagonizadas pelos próprios jovens, oportunizando experiências de autoria e compromisso social.

Avaliar o processo refletindo sobre o percurso individual e coletivo é uma das formas de trabalho da Trilha Cidadã, que propõe, constantemente, aos envolvidos nas ações o diálogo. Neste sentido, no final de 2007, as avaliações<sup>87</sup> dos jovens participantes do GESPA anunciavam questões sobre o percurso de cada um relacionado às aprendizagens no âmbito do trabalho, das habilidades, dos relacionamentos e, também, do comprometimento frente às atividades do grupo.

Ter encontrado a Trilha foi a melhor coisa que podia ter me acontecido, pois foi graças a essa instituição que eu tive a oportunidade de aprender e do primeiro emprego de carteira assinada, por isso o meu eterno agradecimento. (Cássia)

A aprendizagem foi boa, pois sei até filmar, mas quero aprender a diagramar. (Tiane)

Participo do Rali de Comunicação, sei qual é o meu foco dentro do grupo e pouco tenho a criticar, são coisas tolas e individuais que não cabe a mim julgar. Entro em pânico e desespero quando tenho que trabalhar com pessoas de má fé e vontade, caso esse de grande maioria no Rali de Cidadania e de minoria no rali de Comunicação. (Tiago)

Eu adquiri mais responsabilidade e capacidade para realizar os trabalhos com mais pontualidade possível, tanto nas atividades extras quanto nas oficinas de capacitação. (Duana)

Meu crescimento foi péssimo em 2007, porque eu fico só na moleza, pouco ajudo os meus colegas nas atividades. (não assinou a avaliação)

Eu gostaria que tivesse mais atividades pra gente fazer. (não assinou a avaliação)

Os depoimentos, em diferentes âmbitos, evidenciam sinais da importância do processo de acompanhamento dos jovens, a partir da reflexão sobre o processo, sendo, portanto, difícil pensar ações com jovens projetando resultados pontuais e imediatos. Sposito (2008) reafirma a importância da participação para os jovens, ampliando a esfera pública e a vida democrática, marcando as trajetórias de vida dos envolvidos. “Mas, para além da experiência fática de um agir coletivo tendencialmente democrático e inovador, os benefícios dessa participação não são imediatos e seus efeitos poderão ser observados talvez no médio ou longo prazo, na dimensão do futuro” (p. 36).

A participação e a cidadania são dois lados de uma mesma moeda, sendo a autonomia necessária como direito para a constituição do sujeito jovem. José Machado Pais (2005, p. 66) assim fala da cidadania como fundamental para a participação.

---

<sup>87</sup> Raquel e Edinho que acompanhavam sistematicamente o grupo do GESPA, realizavam avaliações escritas a respeito do trabalho individual e coletivo no grupo.

Somos cidadãos na medida em que sejamos capazes de levar em conta a atitude do outro, num reconhecimento que pressupõe intersubjetividade, trajectividade. E nem sempre as preocupações e aspirações dos jovens são levadas em linha de conta. Por isso são críticos em relação a direitos que não os fazem passar da “cepa torta”. Em que se traduz essa cidadania da “cepa torta”? Em direitos civis de propriedade entre quem nada tem. Em direitos políticos de voto entre quem nunca é votado. Em direitos sociais como os de livre acesso à educação que por sistema têm o condão de repelir os que a ela acedem com mais dificuldade. É que a cidadania da “cepa torta” é regida por princípios universalistas que ignoram as necessidades particulares a que respeitam as diferentes identidades. É uma cidadania que tende a olhar os cidadãos como iguais quando, na realidade, eles são diferentes. Enfim, é uma cidadania que abraça os mitos homogeneizadores perante uma realidade heterogênea, de diferentes grupos culturais e sociais. O que não significa que a cidadania participada se tenha de transformar numa cidadania céptica, onde a glorificação da diferença levaria a uma balcanização de essenciais valores universais e cosmopolitas, sem os quais a vida em sociedade se tornaria insuportável.

As reflexões dos jovens, a seguir, evidenciam esperança nos programas públicos. Arrisco a dizer que, de certa forma, as falas questionam a afirmativa comum atualmente sintetizada na seguinte frase: o que faz com que boas políticas no papel não cumpram adequadamente o seu papel?

Vivendo tempos de aprender, Tiane tem 21 anos, identificada como branca, ensino médio concluído em 2003, é casada há 4 anos, não tem filhos e mora no mesmo terreno que seus pais no bairro Arroio da Manteiga. Sua rotina diária inclui a participação nos projetos da comunidade, o grupo tradicionalista mirim, ajuda nos encontros da terceira idade e trabalha com vendas de catálogo, *lingerie* e semi-jóias e faz os cursos da Trilha Cidadã. O contato com a Trilha foi a partir do Consórcio Social da Juventude em 2006.

Aponta o tempo de atividades na Trilha como tempos de aprendizagens.

Eu acho que também assim na parte da comunicação, que eu era assim eu me escondia sabe, se eu tivesse que falar com uma pessoa eu me escondia e ficava assim sabe calada. Agora não, agora eu chego e converso, até pras próprias vendas assim sabe que mudou assim e acho que foi bom. (Entrevista, 12/2007)

Salienta que houve muita mudança em si com o tempo de ação na Trilha. Na escola sentia medo de expor suas ideias e apesar dos anos na escola não conseguiu vencer seus medos.

A escola foi importante porque aprendi muitas coisas e hoje lembro para ensinar minhas irmãs. Eu sempre estudava e não decorava. A professora de Biologia me ajudou muito a não decorar. Fazia trabalhos que me ajudou a estudar e não decorar. (Entrevista, 12/2007)

Tempos de viver mais perto da comunidade, a partir das oficinas de rádio-poste que ofereceu às escolas do bairro – trabalho voluntário exigido pelo programa. Tiane destaca essa atividade como um momento importante de sua experiência na Trilha. Conheceu escolas, pessoas, aprendeu que podia ensinar, que os sábados *passavam rápido*. Percebeu que sua atuação foi importante na escola:

Quando a gente chegou lá tinha só um rádio, bem pouquinho assim, duas caixas de som sabe, pouco fio também. Daí com o tempo eles foram desenvolvendo, assim até que acabaram conseguindo na prefeitura mais equipamentos. (Entrevista, 12/2007)

Nos sábados, as escolas se reuniam e então eles traziam de três, quatro escolas e sempre os alunos vinham sabe, às vezes vinham mais, tinha que fazer duas viagens. Era um dia de atividades na rádio com diferentes tipos de música, avisos, recados para namorados. *Aí a gente fazia a programação da rádio, cada tempo no seu tempo.*

Participar do grupo de economia solidária (GESPA) é para Tiane fonte de renda<sup>88</sup>, por causa da bolsa, possibilidade de aprender coisas, mas acima de tudo *eu acho assim que o nosso sonho mais é se criar como grupo mesmo aqui na comunidade*. Projeta nas atividades com a Trilha a viabilidade de trabalho *tipo tirar foto de eventos sociais. Eu e o Thiago “viajamos” bastante assim nesse negócio, tirar fotos três por quatro no bairro, se o pessoal precisa tirar uma foto tem que ir até o centro.*

A mãe de Tiane conta que foi ela quem falou da Trilha para a filha. Ouvia na comunidade sobre os cursos e queria que a filha fizesse cursos que ajudassem no currículo. A falta de oportunidades, segundo ela, é que leva os jovens para outras coisas que não são boas. Considera que a filha se desenvolveu bastante.

Ela era muito tímida, ficava sempre para trás. Na Igreja e nas reuniões da comunidade ela não fica mais quieta. Participa. Também com as irmãs, ela ficou mais próxima, disposta a ajudar. Às vezes não sei se é adolescência, mas ela foi vendo mais o sentido das coisas. Agora tenho as outras: uma é querida, calma, mas a outra é mais agitada. Queria que ela também estivesse aqui, ia ver que não é assim que se resolvem as coisas. (Entrevista, 02/2008)

Sobre o GESPA, a mãe de Tiane diz que, em casa, ela comentava que o grupo era desunido e que alguns não levavam a sério. Quando pergunto sobre emprego, ela fica séria e diz: *trabalho ela não conseguiu. Manda currículo mas não consegue. Nesta área não houve mudança.*

---

<sup>88</sup> Quando perguntei sobre como administrava a bolsa, Tiane respondeu que ajudava a pagar o terreno que tinham comprado.

Sobre a busca por trabalho, Tiane diz que *teve carteira assinada pela primeira vez. Terminei o estudo em 2003 e fiquei por aí. A partir do curso na Trilha de comunicação alternativa fui me encontrando*. Hoje está buscando trabalho, mas aponta as dificuldades:

é um pouco complicado porque as pessoas pensam que trabalhei na escola Mesquita. Perguntam o que a gente fazia na escola. Pedem uma carta de apresentação da escola Mesquita assinada pela Trilha que foi a entidade executora. Jovem aprendiz não está especificado a área que tem experiência. Se vou procurar serviços gerais dizem que tenho estudo demais e quando não é serviços gerais pedem mais experiência. (Entrevista, 02/2008)

Tiane tem dúvidas quando pergunto se ela se sente desempregada. *Na parte de finanças me sinto desempregada, mas em termos de aprendizagem me sinto empregada*. Diz estar com dois corações, pois se conseguir um emprego não terá tempo para os projetos da Trilha. Já teve inclusive discussões em casa porque o marido quer que ela trabalhe com salário fixo, mas ela diz que o trabalho no rali de comunicação é o sonho, é o que deseja fazer.

O que vale é estar em um grupo de economia solidária, falamos tudo no grupo, não tem patrão, nos coordenamos tudo e me sinto fortalecido no sentido da competência, mas no mercado tem muita concorrência. Quando fui levar o currículo na Data Foto eles disseram: gostei muito do teu currículo por ser uma jovem mas não temos vagas. (Entrevista, 02/2008)

Na avaliação de Tiane, os trabalhos produzidos pelo GESPA:

Olha, os trabalhos que a gente fez assim foram trabalhos bons, nós éramos jovens aprendiz e eu olho pro trabalho de outras pessoas assim, dá pra quase se igualar. Editado mesmo foram editados dois filmes, nós mesmos que editamos, o Tiago, o Pedro e o Edson, então foram trabalhos bem bons assim.

Por isso que nem todos aprenderam a fazer edição, porque tinha que ir a Porto Alegre aprender e daí editava os filmes lá, daí como saía muito caro, alguns só aprenderam. Daí agora eu disse que sou uma que quero aprender a fazer edição. (Entrevista, 02/2008)

Diz que sempre foi atuante no grupo e hoje está à frente das atividades do rali de comunicação porque gosta e acredita na ideia. Avalia que a participação em geral no GESPA *não foi muito produtiva porque tinha integrantes que participavam por causa da bolsa e da carteira assinada*.

Segundo Tiane, participar é *dedicar, querer, aprender e ter um comprometimento e ser responsável com o grupo*. Destaca que se hoje tem melhorias no bairro é porque houve participação e organização das pessoas.

O bairro está com novo posto de saúde e na área de lazer tem a praça comunitária e uma cancha de futebol na escola. Tudo melhorias conseguidas através da Associação do Bairro junto com os moradores e o orçamento participativo. (Entrevista, 02/2008)

Para Tiane, o rali deveria entrar mais nas escolas para incentivar outros jovens a participar. *Pensamos em mostrar nosso trabalho na escola e depois na comunidade. Precisamos nos organizar mas não temos medo já que o rádio deu certo. Estamos pensando fazer uma oficina de fotografia na escola, pois temos os equipamentos e não temos gastos.*

Sobre o futuro, aponta a atuação no grupo como meta:

... quero cada vez mais aprender e dedicar ao rali. Os planos para o futuro é tornar o rali uma produtora, fazendo com que nosso trabalho possa abrir as portas para outras pessoas. E também para o futuro pretendo estudar mais. (Entrevista, 02/2008)

Tiane fala da participação na dimensão subjetiva no sentido do querer fazer algo para ser reconhecida como alguém capaz e na dimensão do coletivo, ou seja, estar comprometida com questões relacionadas à vida no bairro e na sua comunidade. Relaciona o seu futuro ao sucesso do grupo, não para acumular, ganhar dinheiro. Afirma que sonha com a transformação do grupo em uma produtora não para ganhar dinheiro, mas para abrir portas para outros jovens.

Parece que esta jovem vai se percebendo em diferentes papéis, atuando no bairro, gerenciando contas do grupo, planejando trabalhos coletivamente, administrando conflitos e se fazendo num espaço, a Trilha, em que não é chamada apenas para aprender, mas dizer as coisas. No contexto em que vive, pode-se dizer que Tiane construiu um outro jeito de pensar a vida rompendo com o mundo de uma parte das meninas do bairro: casa, escola, casamento e filhos.

O princípio que move as ações da Trilha com os jovens é a mobilização e o incentivo à participação, ancoradas na reflexão sobre economia solidária. É nesse sentido que o conteúdo dos encontros, reuniões e atividades em geral traz a ideia do fazer com o outro considerando os recursos disponíveis no bairro. Comprar? Ou ver como fazer? Quem tem? Como pode ser feito? Este processo Tiane viveu de perto no núcleo de fotografia. Planejaram a mostra fotográfica a partir desses princípios. O grupo tinha cinco integrantes e não se apropriou da ideia nem a levou a sério. O grupo acabou com dois participantes, e depois um, impossibilitando a execução da mostra.

Seria otimista dizer que as falas de Tiane anunciam que um programa federal que tem por meta a formação e qualificação dos jovens para o mercado de trabalho, a elevação da

escolaridade e a transferência de renda acabe se desdobrando em uma experiência que não os coloca no mercado de trabalho, mantém a escolaridade possível e transfere alguma renda? Bolsa de R\$ 100,00? De outra parte, constata-se que um programa do governo federal enseja a oportunidade para que uma ONG como a Trilha venha a fazer ações com jovens que contribuem para outro entendimento da vida em sociedade, instituem uma gana de viver com o outro e criar coisas. Possibilitam maior engajamento social. À primeira vista, o contato com os jovens da Trilha apontou que era importante a experiência porque esses jovens estavam mais falantes, menos tímidos, mais conhecedores de seu bairro, mais críticos. Mas não só isso. Ao final, intensificando os contatos com os jovens, percebe-se que a continuação do trabalho num grupo que tem o acompanhamento do jovem-adulto reflexivo que escuta, acolhe, cobra e instiga a autoria faz diferença na vida dos jovens.

Gustavo é outro jovem que participou do GESPA. Com 20 anos, vive tempos de dúvidas entre ficar no grupo ou ir-se. Mora com a mãe e o irmão mais novo no bairro Campina. Parou de estudar na 8ª série e em 2007 não tinha conseguido vaga para continuar. Estuda música, como ele diz, *por conta própria*. Está aprendendo a tocar violão com amigos e gosta muito de ler. *Eu leio de tudo, filosofia, geografia, Bob Dylan, música.*

Começou a participar da Trilha em 2006 no Consórcio Social da Juventude. Destaca momentos importantes que viveu na Trilha: *Bah! Foram muitos. Cobertura (filmagem) dos fóruns, o Fórum de Políticas Públicas de 2007 aqui em São Leopoldo, no Parque Imperatriz Leopoldina.*

Antes dos cursos na Trilha Cidadã, Gustavo nunca tinha realizado atividades de filmagem e fotografia. *Eu gostei bastante de comunicação, sempre fui fissurado por videoclipe e tal e estudei alguma coisa de teoria sobre produção de videoclipe, cinema e tal, mas prática nunca.*

Destaca o tempo na Trilha como tempos de conhecimento de si: *Acho que a comunicação mesmo, me comunicar mais, eu era bem retraído assim e tal, era bem difícil. Se fosse ano passado eu já sentaria aqui e não falaria nada, ficaria no meu canto.* Diz ser hoje *uma pessoa bem melhor.*

Considera importante a participação no GESPA e se propõe a fazer tudo para o grupo continuar, mas *não costumo muito ficar vislumbrando pro futuro, como vai ser.* Para Gustavo, o grupo está construindo uma história juntos e houve crescimento.

A partir do momento em que eles começaram a entender o que era um grupo de economia solidária. Na verdade, no começo todo mundo tinha uma bolsa ali e tal. Depois no segundo semestre do grupo acho que começaram a entender, caiu a ficha o que era economia solidária. (Entrevista, 12/2007)

E, segundo ele, não conseguiu um trabalho a partir da formação e do que aprendeu nos cursos da Trilha. Os R\$ 200,00 que recebe como bolsa, ele administra: *O meu irmão ele estudava a noite, fazia o CETEMP de manhã e pro SENAI à tarde, eu ajudava ele com passagem, dava um dinheiro pra ele e gastava comigo: cigarro, transporte, roupa.*

Em 2008, não havia mais bolsa e Gustavo assim relata:

Estou [na Trilha], mas ao mesmo tempo não estou, estou na divisória. Porque ao mesmo tempo, na verdade todos querem continuar e tal, mas têm necessidades, eles têm escola, isso e aquilo, um tem filhos. (Entrevista, 12/2007)

O desejo de ficar mesmo sem o recurso é forte. Aponta a importância desta experiência na sua vida.

Pra mim, aprender a ouvir, ter um pouco de maturidade com o outro, desabrochar mais o fascínio que eu tinha por comunicação, que eu acho que é um fator interessante. Acho que isso assim. No momento é difícil não ficar no grupo. (Entrevista, 12/2007)

Gustavo criou muitos vínculos com os gestores/educadores da Trilha. Posta quase diariamente mensagens no Orkut para Raquel querendo saber sobre a ONG. Em abril de 2008, saiu do grupo, que o considera descomprometido com tarefas e horários<sup>89</sup>.

Para Tiane: *Gustavo já vinha nos preocupando há muito tempo. A gente não podia contar com ele, ele não ia nos trabalhos, não tinha responsabilidade.* (Entrevista, 02/2008)

Outro jovem do grupo é Tiago. Com 20 anos, vive tempos de ser. É identificado como branco, mora com a mãe, o pai, quatro irmãos e duas sobrinhas. A mãe é diarista, o pai vigilante noturno, o irmão é grafiteiro, a irmã operadora de telemarketing, outra irmã mais nova é estudante e Tiago e Timóteo estudam e atuam na Trilha. Diz que há um convívio bom entre os irmãos e que se veem diferentes das famílias do bairro no sentido de buscar fazer algo pelo bairro, não viver só para si.

Tiago está cursando o ensino médio e diz que sua rotina diária é trabalho e estudo.

---

<sup>89</sup> Eu já havia escrito este texto sobre ele quando soube de sua saída. Resolvi manter a passagem, apesar de ter construído esta parte do texto para apresentar os jovens que participam atualmente da Trilha, no rali de comunicação que surgiu do GESPA, cujo ingresso se deu a partir do CSJ.

O trabalho é meu prazer e lazer. Depois do GESPA tivemos muitos trabalhos de cobertura de eventos. Não dá sustento garantido por mês, salário fixo, mas... Soube da Trilha através de amigos em 2005. Rodrigo ia lá em casa e dizia como eram as coisas aqui, como tudo funcionava. Pra mim era um mistério esse lugar. (Entrevista, 03/2008)

Comenta que viveu muitos momentos marcantes na Trilha, chega a dizer que estão sempre acontecendo coisas inesperadas. Consegue editar um vídeo, tirar uma foto melhor, ter mais controle sobre si. *Não é apenas um trabalho, envolve toda a nossa vida. A gente evolui em tudo.* Destaca como aprendizagens os conhecimentos técnicos, o aprender a usar os equipamentos pois não tinha noção de o que poderia fazer com uma máquina fotográfica e uma filmadora. *Era algo muito distante da minha vida, do meu meio.*

Sobre o trabalho voluntário, exigência do CSJ, afirma que:

... não levei para o lado do obrigatório. Até hoje o pessoal comenta sobre a rádio-poste e eles nunca tinham usado um microfone. Hoje isto acontece em outras escolas, foi se espalhando e tem um dedinho nosso. (Entrevista, 03/2008)

Para Tiago, a bolsa não era a motivação principal para estar na Trilha. Administrava o recurso entregando parte à mãe e com a outra comprava roupas, calçados, mas não se coloca como consumista. *Hoje não penso só em mim. Não me vejo como um consumidor e se eu pudesse mudaria a forma de trabalho, a exploração, essa coisa de tudo girar em torno do mercado.*

As entrevistas com Tiago esclareceram um pouco mais os conflitos que marcaram o GESPA:

Eu gostei do GESPA, mas ele surge de uma ideia do Consórcio de um grupo que criou a S9 Produções para produzir vídeos. Depois com o GESPA essa ideia foi acoplada, mas nem todos queriam isto, alguns queriam ficar porque ganhavam a bolsa e resistiram à ideia de produzir vídeos. Depois o rali separou novamente e agora ficou a ideia primeira com os quatro. Era uma ideia boa, mas aplicada para pessoas que não estavam mais rendendo. O grupo estava muito fixado na ideia de vender, produzir, ganhar dinheiro. Estavam mais pela bolsa ou pela venda do trabalho produzido no GESPA. (Entrevista, 03/2008)

Atualmente, organizados como rali de comunicação, o grupo está mais com os pés no chão, segundo Tiago. Analisam com mais cuidado até onde o grupo pode ir mantendo espaço para criação. *Hoje estamos criando um ideal que não é só cobertura de eventos. Não queremos só sustentar o grupo. Não só renda, mas criar para o crescimento do grupo.*

Para Tiago, participar é *se empenhar em algo, estar ativo e não só esperar o futuro.* Diz que sempre teve o sonho de *criar um espaço cultural no bairro para promoção das*

*peças e reconheci isto na Trilha. E o sonho foi se ampliando e hoje quero manter a gana de continuar estudando e trabalhando com comunicação. Nestes três anos de caminhada não faço referência a pessoas mas à família e à Trilha. Nunca fui tão longe sozinho sem a Trilha.*

Sobre a escola Tiago comenta que:

Passei a pensar mais as coisas para todos da escola e não só individual. A escola sempre quer que a gente conclua os estudos. Eu não pretendo parar, então meu objetivo é incomum. Não que eu goste do método da escola, mas ela permite que eu fique com o cérebro atuando, agindo. A escola não me faz pensar mas o que eu faço com o que a escola me dá é que é. (Entrevista, 03/2008)

Percebe-se como atuante dentro da escola, propondo que as coisas sejam feitas de modo diferente. *Na escola, ao invés de formar grêmios pensamos em formar uma associação dos alunos só pra não ser e ser. Estes grupos já são muito marcados pelas conquistas do passado. Grêmio é mais competição, disputa, tem chapas.* Interessante pensar o sentido que a escola adquire para este jovem que, a partir das experiências de participação, vai desenvolvendo uma sensibilidade para o coletivo. Ele vai constituindo um outro jeito de se relacionar com esta instituição pautada pela possibilidade de exercitar ali o desenvolvimento de si e campo de atuação. O que aprender é o mais importante? Ou estar aprendendo coisas? Ou ainda, o que é possível fazer com as coisas que aprendemos na escola?

Em 2008, Tiago viajou para Minas, a fim de participar de um intercâmbio na Associação Internacional de Cinema. Foram três dias vivenciando a rotina do grupo que trabalha com produção de vídeos. No Festival Um Milhão de Histórias, Tiago representou a Trilha, convivendo quatro dias com jovens em São Paulo, onde participou de várias oficinas, entre elas, uma de animação cultural que o fez voltar para o grupo com muitas ideias. Quase transformou a sala do rali de comunicação em um estúdio de animação. Então, vive o anseio da criação. Vive a crise de que *o grupo não entende que a gente pode fazer mais.* Para Raquel, o acompanhamento da Trilha é no sentido de tentar equilibrar o sonho (criação) e a cobertura de eventos, que é de onde retiram os recursos. Segundo Raquel, ele comenta com ela: *agora eu sei o que você sente quando chega das viagens. Você quer abrir, e o povo não quer.*

Aos poucos, Tiago foi contaminando o grupo com a ideia de criar mais do que reproduzir, e a técnica do *stopmotion* foi fazendo o grupo retomar o caminho inicial de criação. Neste ano de 2008, vivem um novo momento, inovando e produzindo comunicação alternativa.

As pessoas têm muito equipamento, mas usam de forma técnica. Nós queremos brincar com as técnicas. A proposta do alternativo é fazer mais do que pegar a câmera e filmar. Estamos descobrindo

técnicas a partir do uso da câmera. A comunicação é para coisas novas e se nos mantivéssemos no sentido de só fazer coisas encomendadas logo iríamos morrer. (Entrevista, 03/2008)

Esta era a idéia inicial do grupo: criar coisas novas e levar para as escolas. Neste momento, estão conseguindo vislumbrar possibilidades para o grupo, apresentando-se como um grupo de economia solidária e atuando em diversos espaços, escolas, associações.

Mesmo assim, Tiago não gosta muito de falar do futuro. Tem planos, mas sabe que podem ser modificados ou nem se concretizarem.

É difícil falar do futuro. Hoje pretendo não parar de estudar amanhã não sei. Sei que o que faço hoje pode garantir um bom futuro mas não gosto de pensar no futuro. Bom é agora. Sei que é humano pensar no futuro. Antes eu tinha outro ideal de vida de conquista de coisas para o futuro. Me preocupa o futuro no sentido de que o que eu faço hoje interfere no futuro mas não para adquirir coisas. (Entrevista, 03/2008)

A fala de Tiago não se refere a um futuro ausente, banalizado ou fantasiado como classifica Pais (2001), mas do presente significado. Para Tiago, a vida tem sentido agora, e o presente é a dimensão privilegiada da vida não só porque o futuro é incerto, como diz Melucci (2001), mas porque o agora desse jovem tem gana, sentido, prazer, desafio, conflito, e ele se vê como alguém crescendo e capaz de criar. A experiência vivida na Trilha e as experiências anteriores instituíram a possibilidade do ato criativo, e o inteligível e o sensível florescem, fortalecendo o entendimento da vida como possível no coletivo. Durante as entrevistas, Tiago dizia:

Não penso para mim, não quero para mim, não busco para mim. Penso no bairro, na escola, na minha família, no grupo. Eu to sempre de olho quando surge um grupo para apostar. Sonho com mais grupos na comunidade. (Entrevista, 03/2008)

As entrevistas e conversas com Tiago provocaram muitas reflexões, pois como educadora fiquei pensando nas pautas das formações de educadores que vêm se constituindo a partir das indagações sobre o que ensinar a esses jovens tão diferentes. E agora, Tiago diz que, para ele, o importante não é o que a escola ensina, mas o que ele faz com o que a escola ensina. Parece que o Rui Canário tem razão quando diz que aprender é exercer um trabalho sobre si, assim como Perrenoud (1995), quando fala do sentido do trabalho escolar e do trabalho do sentido na escola. Contudo, discordando desse autor, parece que, neste caso, o aluno é o dono do jogo, porque fundamenta o estar na escola em algo que não se encontra ao alcance dos professores. Estes poderão se debater em muitas reuniões, encontros e qualquer

outro tipo de formação sem jamais saber ou talvez se aproximar dos sentidos que seus jovens alunos conferem a seus ensinamentos. Talvez continuem a proclamar para quem não estiver cansado de ouvir que são desinteressados, não gostam de nada, não leem, não sabem se comportar, não têm limites, e os alunos continuem a ir para a escola, e nós, educadores, a postular a não-existência de uma permanente vontade de aprender (deles). Talvez ajudasse se nós, educadores, não agíssemos como se o interessado (aluno/jovem) não tivesse nada a dizer sobre o sentido que dá a seu tempo na escola.

Melry é outra jovem do rali de comunicação. Com 18 anos, nascida no Maranhão e há seis anos vivendo em São Leopoldo, vive tempos de preocupação com os estudos. Mora no bairro Campina, limite com o Arroio da Manteiga, com uma irmã e uma tia também maranhenses, que vieram para o sul em busca de algo melhor. Quando Melry chegou, as três irmãs já estavam em São Leopoldo. As irmãs são por parte do pai, e há um irmão por parte da mãe. Para essa jovem, a família é a principal referência de apoio. Mesmo longe dos pais, tem a família como aqueles que acreditam em sua capacidade de ser alguém. Apesar das dificuldades, não tem vontade de voltar para o Maranhão. Em suas palavras:

Foi difícil me adaptar, meu pai e minha mãe moram no Maranhão e eu era muito nova quando vim para cá. Hoje vou visitar meus pais mas não volto pois não tem futuro lá. Aqui tem mais opção de serviço, se tu quer fazer um curso e lá é interior e pra fazer faculdade tem que morar na capital. Não tem opção de nada. (Entrevista, 03/2008)

Estuda de manhã na 8ª série e à tarde participa do rali de comunicação na Trilha Cidadã. Sobre a escola diz:

Tive bastante dificuldade pois o ensino no Maranhão era mais fraco. O que mais gosto é de poder estar estudando e um dia poder fazer uma faculdade. Mas tem professora que não está nem aí, mas fazer o que, tem que estar lá. Não tem outra opção. Matemática gosta. A escola não promove muita coisa. Poderia ter mais debate sobre assuntos dos jovens. Porque a única coisa que fazem é um passeio no final do ano. (Entrevista, 03/2008)

A educação interessa bastante, mas não preocupa em termos de lutar por uma escola de melhor qualidade. Parece que estudar é um campo assegurado pelo menos como possibilidade, diferente do emprego que preocupa e interessa. Arrisco a dizer que existe pouca indignação frente às condições impostas pelas escolas a esses jovens. *Deveria ter, poderia ser mais, nunca fazem, não tem espaço para* e assim muitas outras expressões como estas vão produzindo uma naturalização de um jeito de ser escola.

Melry soube da Trilha Cidadã por um amigo e inscreveu-se para participar do CSJ. Segundo ela, o que ficou do Consórcio foram os amigos e a postura no atendimento ao público, ou seja, destaca a importância do que aprendeu no curso de atendimento ao público.

Comentando sobre as atividades na Trilha, ela diz que: *Eles dão bastante espaço para os jovens. Participei de muitos cursos e isso abriu minha cabeça. O curso de filmagem e fotos foi o que mais aprendi porque a gente colocou em prática.* Percebe-se que é importante considerar a dimensão da formação desses jovens, pautada pela experimentação, realização e participação.

Melry se mostra crítica em relação ao trabalho no rali de comunicação:

Hoje o trabalho do rali acredito muito, mas estou um pouco decepcionada porque parece que não sai do lugar e ficamos com muito trabalho atrasado do GESPA e coisas que já estavam pagas e agora conseguimos terminar três vídeos e dois perdemos muitas imagens e não sei como vamos terminar. Mas parece que não sai quase nada. É uma coisa que não rende. Conversamos sobre isto e eu disse que já está pago nós temos que terminar. E não aparece muita coisa a não ser a UNISINOS que vem aqui e é mais um curso. (Entrevista, 03/2008)

Fica evidente o conflito pelo qual o grupo passa, tendo que administrar o tempo de trabalho coletivo. Todos são responsáveis, mas parece que a pauta de trabalho diária não é construída. Por outro lado, enfrentam a dificuldade de trabalhar num empreendimento autônomo sem uma renda fixa, dando conta também das diferenças no grupo. Divididos entre fazer algo pra o mercado ou criar vídeos comunitários.

Eu queria que rendesse o serviço e entrasse renda porque é isto que a Trilha quer que a gente seja: um grupo autônomo. O grupo tá dividido, pois dois querem filmar eventos que é uma coisa que dá mais renda e dois querem fazer DVD comunitária, tipo criar coisas tipo filmar o bairro e vender. Decidimos fazer as duas coisas mas tá andando muito lento. (Entrevista, 03/2008)

Melry expressa que vive o dilema de atuar numa atividade que realiza, faz crescer e, por outro lado, tem de lidar com as dificuldades de obter renda. Talvez os conflitos do trabalho em grupo se ampliem com as dificuldades financeiras e há de se perguntar até quando esses jovens vão permanecer juntos defendendo um projeto que tem potencialidade e impactou suas vidas, mas com o qual não conseguem sobreviver financeiramente. Ainda assim, participar é importante para esta jovem. Afirma que participar é *fazer minha parte, pegar junto. Construí isto um pouco aqui na Trilha porque economia solidária tu tem que trabalhar em grupo, ajudar um ao outro.* Diz ser atuante na política. *Participo de reunião da*

*sede do PT em SL. Faço campanha e gosto, mas às vezes é chato muita reunião. Minha irmã gosta que eu esteja sempre nas reuniões do PT.*

Melry tem na família muitas experiências de participação política, sendo a irmã coordenadora nacional de um importante programa do governo federal. Mas a participação política não parece ser a opção de Melry. Na Trilha vivencia experiências sociais que a colocam em outra posição frente à irmã, no sentido de que pode fazer algo que não seja para agradar a família ou é capaz de criar outro espaço de participação para além do partido.

Quando pergunto sobre trabalho, ela responde:

Não existe. Procuo mas minha escolaridade é pouca e não tem experiência. A única oportunidade que tive foi na Trilha. O próprio curso de atendimento ao público não adianta porque não tem experiência. Mas não to procurando muito porque o rali é um grupo pequeno e quando um fala em sair todos ficam tristes então eu estou acreditando no grupo. Mas tem pouco trabalho. (Entrevista, 03/2008)

As experiências de vida desses jovens, condicionadas pelas diferenças e desigualdades sociais, produzem trajetórias diversas. São jovens que nasceram em tempos de crise social e, não por acaso, sofrem com o desemprego, com a escolarização precária e com a falta de opções de toda ordem. Nas fissuras do social vão tentando construir dias melhores, fazendo da busca o horizonte do futuro possível. Que tipo de preocupações, interesse e demandas elaboram a partir dessas vivências concretas cheias de impossibilidades?

O bairro onde mora é descrito por Melry como violento.

Me sinto bem e gosto do bairro. Tem muita violência, tiroteio. Mesmo assim, acho melhor que o Maranhão. O que tem no bairro é uma pista de *skate* que atrai bastante jovens. Tinha que ter mais lazer, mais praça pras crianças. Tem uma praça, mas à noite fica fechada e vão à noite lá e quebram tudo. Não se preocupam em cuidar, e se tu quer sair tem que ir para o centro. Precisa de ônibus. (Entrevista, 03/2008).

A fala de Melry representa a opinião de jovens de diferentes metrópoles brasileiras, cujo cenário expressa o medo e a falta de opções de lazer, ou porque os equipamentos públicos disponíveis são reduzidos ou porque o acesso representa dispor de dinheiro. Hoje a juventude representa um terço da população e, mesmo assim, o descaso é evidente. Como já discuti em outras sessões, sem trabalho, escola e lazer, os jovens vão se fazendo neste devir do quase nada. E quando esta faixa etária representar uma parte reduzida da população? Teremos preocupações e serão pelos menos tema de debates, pesquisas e atenção dos governos?

Sobre o futuro, Melry refere fortemente a idéia de estudar. *Eu quero um dia me formar, fazer faculdade, ser como as minhas irmãs e queria ver este grupo crescer e ter o nosso espaço.*

Melry construiu com os gestores da Trilha laços afetivos fortes que a fazem procurar a Raquel, gestora da ONG, para ajudá-la a encontrar uma clínica para a mãe, que é alcoólatra. São coisas da vida pessoal que não dizem no grupo, mas partilham com aqueles que os acompanham nesses dois anos, evidenciando confiança construída para além dos resultados das ações públicas.

É possível dizer que os jovens como Melry necessitam também de referências para buscar apoio não só no âmbito profissional, mas em diferentes dimensões de suas vidas. A localização da Trilha no interior do bairro, participando da vida destes jovens, a legitima como uma instituição de dentro e não como pessoas de fora que vêm “dar” o que supostamente os jovens não teriam.

A posição de Melry aponta as tensões do grupo e o desejo de sair, o que levou os gestores da ONG a aprofundar o diálogo no sentido de tomar posição sobre o andamento do trabalho no rali. Em 2008, a insatisfação de Melry apontava a distância entre o que cada um queria do rali, pois, mesmo que o grupo fosse pequeno, havia grupos dentro do grupo. Segundo Edinho: *o veredicto foi: vocês serão um braço cultural da Trilha, não é mais um projeto. O fato de nos dizermos vocês são da Trilha e agora nós vamos coordenar, deu segurança e novo ânimo para o grupo.* Edinho, gestor, está acompanhando o grupo com a produção de vídeos para discutir juventude e meios de comunicação, objetivando também a criação de materiais educativos para os encontros de formação da Trilha e de outras instituições. Neste segundo semestre de 2008, estão produzindo materiais relacionados com as temáticas de formação da pastoral.

Diante da situação, os gestores da Trilha exerceram o papel do adulto que acompanha e, quando necessário, aponta direções. Ao potencializar o rali como departamento de produção de audiovisuais, a Trilha está intermediando as encomendas dos vídeos e garantido espaço de criação e trabalho ao grupo. Para Edinho: *Estamos somando os movimentos com a produção do rali.* O olhar do cuidado é também o que acompanha e aponta novos rumos.

Melry tem assim demonstrado crescimento no sentido de manifestar suas posições ao grupo, convivendo com diferenças culturais, considerando que não é do RS. Vive um processo lento no sentido de dar-se conta da caminhada, ainda muito pautada pela obrigação, tal como a irmã, de participar ativamente da política partidária.

O quarto integrante do rali de comunicação é Timóteo. Com 19 anos, irmão de Tiago, vive tempos de mudanças. Mora com o pai, a mãe, quatro irmãos e duas sobrinhas. Em 2008 está cursando o 3<sup>a</sup> ano do ensino médio. Diz que sua rotina *não é muito agitada mas é bem atarefada*. Sempre tocou em bandas e em 2008 começou a se destacar, sendo contratado pela banda *Sente o Clima*, que não se constitui como banda de garagem.

A banda em si não é o que me faz prender assim. Não sou de um só grupo. Faço muitas participações em outras bandas e isso é o que me faz tocar mais. Queria sempre ter um grupo mas agora no pagode abre mais, tem mais amizade e no rock é mais fechado. (Entrevista, 03/2008)

A música é o que o faz ampliar o círculo de amigos. Aprendeu a tocar violão com 14 anos, desenvolvendo essa habilidade sem cursos específicos e hoje toca contrabaixo, bateria, guitarra e violão.

É de uma família de origem pentecostal que se desligou do catolicismo. O pai foi presbítero da Igreja e liderança na comunidade. Os filhos, de certa forma, provocaram rupturas, envolvendo-se com a música e o anarquismo, pois o irmão mais velho é anarcopunk.

Timóteo convive com a pressão familiar do trabalho fixo e, portanto, procura fazer tudo muito bem feito para, talvez, reafirmar um outro lugar fora dos espaços eleitos como legítimos pela família. Neste caso, a religião. Esta percepção está, também, fundamentada na forma como Timóteo e Tiago produziram o vídeo sobre um encontro de jovens da Assembléia de Deus, cuja preocupação com a forma, o conteúdo e a qualidade técnica chamou a atenção dos gestores da Trilha que acompanham o grupo. O grupo do rali fez a filmagem, e os dois irmãos fizeram o vídeo com muito cuidado, dedicação e técnica, o que pode anunciar: *nós estamos nos capacitando e estamos encontrando um jeito de nos sustentar fora deste mundo religioso*. Em suas palavras:

Sobre família diria que é um pouco atravessada, pois não conseguimos expressar sentimento e por isso dá briga, falando coisas que não se poderia falar um para o outro. Eu peço muito nisso, mas a família é sempre a base da vida. É onde tu aprende as primeiras coisas. (Entrevista, 03/2008)

Sobre a Trilha, diz que *um amigo me indicou, me contando um pouco da história que me agradou muito e que me fez procurar participar*. Não faz referência a um momento marcante na Trilha porque *eu diria que tudo que faço hoje é marcante pois eu estou idealizando um mínimo dos meus objetivos mas esse mínimo pode se tornar o todo dos meus ideais*.

Timóteo participou da S9, grupo que surgiu como desdobramento do Consórcio na âmbito da Trilha. Quando surgiu o GESPA, ele saiu porque não tinha como receber a bolsa, já que não havia participado do CSJ. Logo depois do Consórcio, conseguiu trabalho e saiu da Trilha.

Naquele tempo a importância para mim era que todo mundo estava correndo por um ideal único e depois virou uma confusão de ideias com tantas pessoas. Aí sai porque consegui trabalho. (Entrevista, 03/2008)

A participação dele é inconstante, mas significativa no sentido da comunhão com o Tiago e a leveza com as meninas, conseguindo assim ser um elo de equilíbrio no grupo. Tem um jeito mais músico de ser e aprende muito rapidamente do ponto de vista técnico.

Em 2008, desempregado, retornou à Trilha. *Eu não idealizei o GESPA, mas o mais significativo é que eu aprendi vendo o grupo, a vontade que eles tinham de buscar seus objetivos.* Voltou porque tem interesse no tema da comunicação que, segundo ele, envolve várias áreas e através da comunicação *é possível espalhar/semear novos conceitos nas pessoas com quem convivo (minha comunidade).* Resolvi retomar porque vi o Tiago reclamando das dificuldades e eu resolvi ajudar e ao mesmo tempo estou aprendendo.

Timóteo assinala que não participou da caminhada do grupo, mas se sente parte do mesmo e considera que sua participação é importante. *Não viemos aqui só para buscar o sustento material, daqui tiramos conhecimento de vida mais importante do que qualquer coisa.* Considera que os avanços do grupo estão relacionados ao conhecimento técnico adquirido nos cursos e nos trabalhos e os limites são *até que ponto podemos levar esse conhecimento para a nossa comunidade.*

Para Timóteo, participar é ser atuante no grupo, e a Trilha constitui um espaço de aproximação com a comunidade: *Tudo que eu produzo aqui eu penso que pode ser voltado para a comunidade. Aqui eu imagino já o trabalho pronto sendo usado para o bem da comunidade.* Contudo, anuncia a desvalorização do poder público:

A minha participação na comunidade é quase nula e o jovem na nossa comunidade é muito pequena a participação, não dão muita voz ao jovem. Quando participo de um projeto público, com a música vejo que posso expressar através da cultura. Mas hoje não queremos explorar muito esse lado do poder público. Uma porque a banda já tem esse pensamento. Antes tocavam nos projetos da prefeitura de graça mas quando no São Leopoldo FEST nos cortaram e aí não fazemos mais nada com o poder público de graça. (Entrevista, 03/2008)

A música é considerada por ele uma forma de expressão, participação e aproximação com jovens, não importando se é pagode ou rock. Tem um traço cultural que vai do punk rock ao pagode e, segundo ele:

O pagode e o trabalho social são contraditórios, mas são coisas paralelas, não são muito distantes. Posso usar o pagode para interação entre as pessoas e no trabalho social as pessoas podem se comunicar melhor. Não são tão distantes. Quando vamos tocar em lugares que só ouvem bailão e aí chegamos e tocamos pagode e quem gostava de bailão ficava pra traz e aí começamos a chamar as pessoas e no meio do *show* estavam todos interagindo. Em outro lugar fomos tocar numa mistura de estilos e estavam todos separados e aí apelamos para todos se juntarem e começaram a se aproximar e começou pagodeiro com *hip hop* e *punk*. (Entrevista, 03/2008)

Entre o *rock* e o pagode, Timóteo diz que vive tempos de mudar porque *tenho muitas visões que tenho que mudar*. No impasse entre o politicamente correto e o poeticamente incorreto, ele vai tentando encontrar argumentos para as diferentes visões que pautam o que cada estilo musical representa.

No *rock* eu conseguia, mas o rock é muito fechado. No pagode acho que é mais difícil, é mais festa, sensacionalismo. Tu consegue sucesso a mídia cai em cima e o sucesso faz mal para as pessoas. Se eu entro numa banda grande meu sonho vai acabar. Então são tempos de mudar de posição, de visão. (Entrevista, 03/2008)

Sobre a escola, diz que *hoje eu tiro não apenas o ensino comum, mas dela eu também tiro um ensino que se tem no convívio com pessoas com culturas diferentes*. Percebe na escola possibilidades de mobilização para aprender e conviver.

Não pensava assim. Hoje estamos fazendo grupos para debate de temas diferentes. A direção e os professores gostam porque são poucos alunos que se dispõem a fazer coisas na escola. O contato com os outros alunos é uns acham que é modismo, achando que a gente tá querendo ser melhor que os outros, mas muitos apóiam. (Entrevista, 03/2008)

Diz que é parte dos que não conseguem escrever suas metas. *Penso o que vou fazer daqui um tempo. Terminar os estudos e fazer faculdade de Filosofia e Pedagogia. Meu sonho é dar aula de filosofia*. Faz referência ao professor que deseja ser, comparando a atividade ao trabalho que desenvolve hoje na Trilha, no sentido de romper com o ensino baseado somente em livros, buscando a interação com as coisas do mundo.

A escola é muito importante porque sem educação não se consegue muito. Para mim o mais importante na escola é poder expor as idéias e saber se no contexto geral está certo e a gente começa a rever as coisas e refazer as ideias. Podíamos ficar o resto da vida pensando assim. Professor como alguém que aponta caminhos em quem se pode acreditar. (Entrevista, 03/2008)

Considera o bairro uma fábrica de artistas, *o que se encontra aqui é único, mas é uma pena que não é descoberto diariamente. Na Vila onde eu moro tem muitas pessoas com a mesma necessidade de sustento material mas uma necessidade de conhecimento também.*

Fala do seu futuro relacionado à localidade de origem. Pretende ser mais atuante no seu local, pois *há muita carência dentro dela. Tenho vontade de buscar meus objetivos, montar grupos de jovens que atuam diretamente nos interesses da comunidade.* Demonstra o desejo de fazer projetos para mostrar os talentos do próprio bairro que não são mostrados.

O lugar onde mora parece ser o horizonte de suas buscas, apostas e esperanças. Deposita na sua comunidade o desejo de um futuro melhor para aqueles com os quais convive e percebe de perto as necessidades e talentos.

A respeito de sua atuação no rali ele comenta que o grupo vive um momento importante que não é só uma experiência de vida,

Mas a vida que eu quero levar é trabalhando com isso sempre, música, arte. É significativo porque eu quero trabalhar com coisas mais sociais que não é pelo lado sensacionalista. Muitos dizem que tocam na banda de pagode e não quer que a mídia te ajude, mas eu não quero tirar leite das crianças para comprar coisa para mim, só para consumo. Quero trabalhar para realizar trabalhos que possam ter um proveito maior no sentido da reflexão. (Entrevista, 03/2008)

Timóteo fala do trabalho como ato criativo, mas tem outras experiências que o fazem refletir sobre as condições de trabalho no comércio. *Lá eu aprendi a ver a desigualdade social. Tinha 16 anos e não via isso. Tudo que eu via na TV lá eu vi que é verdade.*

Entre sonhos, dúvidas e projetos, este jovem vai refletindo sobre as experiências que vive na dimensão do fazer com o outro, ou seja, a dimensão do coletivo aparece também aqui. O desejo de atuar no bairro, na escola, no trabalho, na família, tem relação com as trajetórias desse jovem nas instituições que possibilitaram pensar projetos mais coletivos. A autonomia, a autoria, a reflexão, a solidariedade não vêm do nada, mas de experiências que possibilitam a sua construção.

As falas desses jovens são anunciadoras da diversidade das juventudes. São jovens de classes populares, com acesso à escola, experiências de participação no bairro, no município e num grupo acompanhados por jovens adultos que tiveram trajetórias de participação e, a partir disso, foram construindo formas de relação com o outro pautadas pelo respeito e apostam na capacidade criadora dos jovens. Acabaram consolidando nos jovens com os quais trabalham um forte sentimento de vida coletiva em tempos de individualismo, competição e submissão

de tudo ao mercado. Tem a marca pedagógica e metodológica forte da Pastoral da Juventude que Hilário Dick, o guru dos gestores da Trilha, questiona:

Que outra metodologia existe? Tem outra, se não o “coco diário”, a discussão diária no grupo, o olho no olho, a capacidade de saber que o jovem é protagonista, a dimensão da postura política como serviço e não como poder, a gana da transformação do mundo, a valorização do popular. São coisas que eles aprendem na Pastoral vivido num processo. Mesmo os movimentos católicos não viveram esses processos. (Registro do Diário de Campo, 03/2008)

As trajetórias de participação dos gestores da Trilha Cidadã com inserção em diferentes movimentos e instituições marcaram profundamente a visão de mundo e possibilitaram a construção de uma vida com projetos, colocando-os na cena pública como atores sociais que podem fazer escolhas, inclusive a de pertencer a grupos – neste caso, grupos da Pastoral da Juventude. Escolheram participar por diferentes motivos: ficar juntos, curtir a juventude, ampliar o círculo de amigos, viver novas experiências, realizar atividades com o outro, enfim, uma gama de razões que nos permite hoje dizer que houve uma opção de vida para se constituir em um grupo específico. Mas e os jovens com os quais trabalham? Puderam também escolher a que grupo gostariam de pertencer? Estar no Consórcio Social de Juventude e depois no GESPA foi uma entre tantas outras ou a única possibilidade frente às limitações a que estão submetidos? Alguns foram para a Trilha porque queriam emprego, carteira assinada e possibilidade de entrar no mercado de trabalho.

As ações da Trilha dirigem-se no sentido de oferecer aos jovens o melhor possível, problematizando a categoria trabalho, a partir da ideia de economia solidária, propondo constantemente a reflexão sobre o trabalho coletivo e analisando com os jovens os desafios postos pelo trabalho em grupo. Entretanto, ao se colocarem como mediadores dos projetos do governo com foco nos programas de trabalho e renda, não estariam prometendo aos jovens o que efetivamente é ilusão, ou seja, qualificação-experiência-emprego?

Por outro lado, é fundamental anunciar que essas experiências produziram/produzem saberes que ampliam as oportunidades de autonomia dos jovens, sendo significativo estar num grupo e participar de uma experiência de formação pessoal e de trabalho. Há que se considerar também que estes quatro anos de proximidade com o governo municipal e dois anos com o governo federal ampliaram a rede de contatos da Trilha, possibilitando que em 2008 ela anunciasse projetos mais autônomos, como o rali das artes, um grupo de mobilização de jovens para as diferentes linguagens artísticas. Trata-se de jovens que já estão no círculo da Trilha e estarão fazendo arte no bairro e na cidade.

As considerações a respeito das experiências dos jovens no rali de comunicação da ONG Trilha Cidadã ajudam a pensar as possibilidades de participação que existem para jovens das classes populares. É possível pensar sua inserção como cidadãos quando estão privados do direito à juventude, sem trabalho, escola, lazer e submetidos aos mais perversos apelos ao consumo? Como discutir tal questão desconsiderando a categoria/classe social? Tentar encontrar trilhas nos labirintos das vidas juvenis é desafio para compreender as diferentes formas de participação que os jovens estão inaugurando neste mundo marcado pela incerteza.

Nesse sentido, há que se pensar o que realmente significa cidadania emancipatória para os jovens que estão na situação apontada pelas estatísticas e já referida anteriormente no texto. Hoje, talvez, a democracia radical e a cidadania emancipatória sejam grandes utopias que impulsionam para a busca de uma sociedade menos desigual e mais justa. Porém, as palavras parecem insuficientes para dar conta do vivido. São anunciadoras, mas quais os efetivos processos de vida dos jovens que os encaminha para uma cidadania emancipatória?

Em relação aos jovens desta pesquisa, arrisco dizer que a presença no espaço público através de fóruns, conferências, cursos, encontros de economia solidária, reuniões com dirigentes, debates com outros coletivos juvenis, contato com universidades, entre tantas outras vivências construídas junto à ONG Trilha Cidadã e as escolhas possíveis: curso de fotografia ou áudio-visual, dividir o recurso da bolsa para ajudar nas passagens do irmão para a escola, compreender a burocracia do governo a partir do atraso no repasse do recurso para a bolsa, continuar no grupo mesmo sem a bolsa, enfrentar as dificuldades para conseguir equipamentos para a edição dos vídeos, analisar quem ganha e quem perde com a liberação de recursos para projetos em âmbito local e nacional, administrar o tempo da vida para ajudar o grupo de terceira idade, envolver-se com as questões do bairro, evidenciam reflexões sobre a convivência afetiva estreitando vínculos sociais, de cultura e de pertencimento a um espaço social público que favorece o reconhecimento de si e do próximo.

Seria a experiência desses jovens da Trilha Cidadã o anúncio de algo novo no espaço público, para além de um programa pontual ou uma política pública que aposta em resultados quantitativos? Numa perspectiva mais ampla, representa uma aposta na democracia representativa em que um partido, dito de esquerda, propõe políticas públicas de juventude? Ou seria isto? Ou então, uma experiência que aposta na cidadania emancipatória.

## 8 REFLEXÕES TRILHADAS

Trilhar o caminho de volta, resgatando o estudo empreendido, sobre jovens e participação significa reafirmar a crença de que somos as experiências que temos possibilidade de vivenciar.

Se, como define Leccardi (2005, p. 44), na primeira modernidade<sup>90</sup> o projeto de vida estava ancorado no que se poderia ser no futuro, na segunda modernidade “os riscos globais transformam o futuro da terra prometida num cenário pintado com tintas foscas, se não abertamente ameaçadoras, para a existência coletiva”.

Nesse contexto, a autora fala de esgotamento da própria ideia de projeto. Trabalho e escola parecem não dar mais as credenciais para uma verdadeira “reviravolta” na vida dos jovens, a incerteza invade o futuro e o risco inunda o presente. Sem possibilidades de ancorar as experiências nas instituições sociais e políticas, como, então, os jovens vão construir formas positivas de relação entre seu próprio tempo de vida e o tempo social?

Para Leccardi (2005, p. 51), o futuro constitui, hoje mais do que nunca, o espaço do devir possível<sup>91</sup>.

Diante do crescimento desses traços ambivalentes do futuro, parece ser fundamental a capacidade de cada um/cada uma elaborar estratégias cognitivas que garantam o controle sobre o tempo da vida, a despeito do aumento da contingência: por exemplo, desenvolvendo a habilidade de manter uma direção ou trajetória a despeito da impossibilidade de prever seu destino final.

Alberto Melucci (1998) evocou a figura do “nômade” como metáfora das trajetórias dos jovens contemporâneos. Os “nômades do presente” não perseguem uma meta, mas avançam/exploram envoltos pelo provisório.

Parte dos jovens, em resposta às condições sociais de grande insegurança e de risco, encontra refúgio em projetos de curto prazo, que assumem o “presente estendido” (Leccardi, 2005) como área temporal de referência. Reagem ao “tempo curto” da sociedade da

---

<sup>90</sup> Seguindo a proposta analítica de Ulrich Beck (1999), Carmen Leccardi (2005) define como primeira modernidade o período que se estende do início da modernidade industrial, entre os séculos XVII e XVIII, até o início do século XX. A segunda modernidade, a modernidade contemporânea, filha do sucesso da modernização, parece cada vez mais governada por processos como a intensificação da globalização e dos mercados globais, o pluralismo dos valores e das autoridades, o individualismo institucionalizado.

<sup>91</sup> Leccardi cita pesquisa recente realizada com jovens franceses e espanhóis que ressaltou a crescente capacidade dos jovens com mais recursos reflexivos (por exemplo, os estudantes) de ler a incerteza do futuro como multiplicação das possibilidades virtuais, e a imprevisibilidade associada ao devir como potencialidade agregadora, não como limite à ação.

aceleração com projetos *sui generis*, que se expressam sobre arcos temporais mínimos e que, por isso mesmo, parecem extremamente maleáveis.

“Um presente estendido” que nega o futuro: não haverá trabalho, não haverá água potável, não haverá natureza, não haverá família; e impõe um viver tudo no menor tempo possível como uma ditadura do presente. Mas, como escreveu Victor Hugo, na obra *Os Miseráveis*, “julgar-se-ia bem mais corretamente um homem por aquilo que ele sonha do que por aquilo que ele pensa”, os jovens desta pesquisa apontam para um futuro sonhado a partir do tempo presente significado com experiências de inserção social. Mas o sonho não se apresenta como devaneio, mas sim como o que pode ser o desejado, não-pronto.

A possibilidade de decidir, participar, escolher e colocar idéias em prática enriquece a formação dos jovens porque fortalece o sentimento de pertencimento, a confiança em si como alguém capaz e a esperança de construir uma vida com projetos.

Parece que a chamada crise das instituições clássicas é algo mais complexo, pois o espaço fechado que protegia as instituições encerrando os indivíduos em suas lógicas se abriram, tornando difícil distinguir, como diz Pais (2001), “o *dentro* do *fora*”. Neste emaranhado de influências, onde tudo passa por tudo, não é possível pensar a crise como fim das instituições e a experiência apresentada nesta pesquisa mostraram um pouco isto: O Estado e a Igreja tiveram papel fundamental, possibilitando que a Trilha Cidadã desenvolvesse suas ações. Obviamente que, se pensarmos essas instituições internamente e na relação com a sociedade, existe o desmoronamento de seus alicerces, concepções e fundamentos. Mas o que os sujeitos fazem com o que essas instituições possibilitam? A Trilha não está presa à hierarquia da Igreja nem ao Estado. Tem certa autonomia para atuar. Não buscam arrebanhar fiéis, súditos ou recurso para si. As trajetórias dos jovens nestas instituições os constituíram como sujeitos autônomos e atuantes que fazem diferença inclusive para implementar programas federais tão amarrados na burocracia e no tempo curto do resultado.

Em tempos de muitos apelos ao individualismo e auto-suficiência, em que prevalece a satisfação de necessidades pessoais, é possível evidenciar que o cenário não é homogêneo, pois coexistem experiências de forte apelo ao coletivo. A experiência da ONG Trilha Cidadã junto aos jovens do Bairro Arroio da Manteiga foi possibilitada também pelo Estado e pela Igreja Católica. Ou seja, esta experiência está relacionada com os desdobramentos das vivências, a partir da Pastoral da Juventude Católica. Em tempos de desinstitucionalização é interessante compreender o que esses jovens-adultos fizeram a partir do que viveram na Igreja e com as possibilidades apontadas pelo Estado.

No contexto em que algumas instituições fazem o que as políticas e programas determinam, a ONG Trilha Cidadã estabelece outra forma de relação com o poder público e com os jovens, marcada pelo anúncio reflexivo da palavra. A Igreja, como instituição, é conservadora em muitos de seus princípios, sendo importante diferenciar a instituição Igreja e o que fazem algumas lideranças que estão na ponta dos movimentos fazendo diferença na vida dos jovens. A Pastoral da Juventude tem importância fundante nas trajetórias de vida dos jovens gestores da Trilha. Não é pontual e deixa marcas por onde passa, pois tem continuidades.

Fica evidente que as trajetórias de participação são fundamentais na atuação cidadã dos jovens no espaço público, definindo os rumos dos percursos marcados pela escuta, o cuidado nas relações, o conteúdo e forma das ações e, neste caso, a própria localização da ONG Trilha Cidadã no contexto em que vivem os jovens com os quais trabalha. Nem todos os gestores estão todos os dias na ONG, mas o espaço de encontro e atuação é a sede que fica no CEPA, uma casa de espiritualidade que é também referência importante no bairro da periferia urbana.

Pensando nas ações públicas, é questionável a eficácia das políticas de formação profissional frente à geração insuficiente de postos de trabalho para contemplar a população trabalhadora. Entretanto, essas políticas podem ser instrumentos importantes para a construção de itinerários ocupacionais que ampliam as experiências dos jovens na sua relação com o mundo do trabalho. Os jovens desta pesquisa sinalizam que a importância dessas políticas é, também, a oportunidade de desenvolver suas potencialidades em ambientes diferentes da família, vizinhança e escola. Ocorre que tais políticas não poderiam ser julgadas pela sua capacidade de colocar o jovem em um posto de trabalho, cabendo avaliar até que ponto a experiência de trabalho permite adquirir novos conhecimentos, contato com redes de convívio etc.

Os muitos limites na ação pública – a burocracia, o atraso no repasse dos recursos, a descontinuidade das ações, as trocas de governos - anunciam os embates das políticas públicas no Brasil, e evidenciam a tendência das políticas de juventude. De um lado, o “emblema” do desenvolvimento social, onde se enfatizam questões sobre desemprego, conquista de direitos, inclusão social. De outro lado, a ênfase nos problemas, tais como, o combate e prevenção à violência, às drogas, à AIDS e gravidez na adolescência. Houve avanços mas, como observa Sposito (2007, p. 36), grande parte das ações voltadas para jovens de baixa renda segue a vocação “presentista”, com políticas que se restringem a “uma pálida

ocupação do tempo presente, quando os jovens querem ampliação de repertórios e melhores possibilidades para construir seu presente e os rumos futuros”.

O que foi possível perceber nesta investigação é que os programas governamentais que futuramente pretendem se colocar como política pública têm um tempo muito curto e poucos recursos. Bessie e André, depois de vivenciarem todo o processo de formação no CSJ e no GESPA, participando de experiências que os fizeram pensar o mundo e a vida diferente, tiveram que largar tudo e buscar trabalho no supermercado para sustentar suas filhas. A urgência da sobrevivência associada ao fim da bolsa e o não retorno rápido do trabalho do GESPA adiaram o tempo de construção de uma outra forma de se relacionar com o trabalho. Da criação à mão-de-obra no supermercado, esses jovens seguem a vida numa estrutura social que nega direitos e exige experiência e competência.

Mesmo reconhecendo que os programas não conseguem alterar estruturalmente a situação dos jovens, é possível perceber que abrem fendas, ou seja, mesmo que o programa tenha metas e exigências, a partir do momento em que é aplicado já não se têm mais controle, pois os sentidos escapam às próprias intenções das instituições. Quem faz o movimento não tem controle do movimento.

A experiência dos jovens da Trilha Cidadã reafirma que as desigualdades sociais não se resolvem no plano individual. É certo que as dinâmicas de constituição política dos jovens nos seus cotidianos não podem realizar-se à margem dos governos municipal, estadual e federal, pois são eles, através das políticas públicas, que têm a obrigação de garantir condições de vida digna para os habitantes, entre eles os e as jovens. Dizer isso não significa desconsiderar as diferentes estratégias e práticas que muitos jovens cotidianamente encontram para fazer e refazer a vida frente às profundas desigualdades. Os jovens do GESPA são exemplo de tal afirmação. Os jovens são agentes potencializadores de mudança (Pais, 2001). Porém, sozinhos, de maneira isolada, não são capazes de gerar mudanças, pois essas envolvem dinâmicas sociais mais globais.

Concordando com Reguillo (2003a, p. 12), diria que uma idéia importante neste estudo é que, apesar de viver no contexto da cidadania restringida, os jovens se sentem cidadãos ao fazer coisas, “al decidir cuáles son las «causas» en las que quieren involucrarse; al expresarse con libertad a través de distintos lenguajes”, ao juntar-se com outros jovens para construir, por exemplo, projetos de economia solidária, percebendo que esta experiência tem influência em outros âmbitos de suas vidas e os ajuda a imaginar projetos de vida.

Escola, trabalho e família são dimensões importantes para constituir uma vida com projetos. Como os tempos de inserção nos projetos da Trilha remetem às clássicas agências de socialização?

Para a faixa jovem acima dos 15 anos de idade, a década de 1990 evidenciou expressiva expansão da escolarização (cômputos de matrícula do MEC e os levantamentos amostrais da PNAD/IBGE), apesar dos aspectos qualitativos, notadamente os níveis de aprendizagem e de desenvolvimento de competências dos jovens alunos evidenciados como desafios para os próximos anos<sup>92</sup>. Para os jovens do GESPA a escola aparece como dever, sendo importante estudar, se formar e obter a certificação. Quase um significado naturalizado pelo que ouvem todos os dias e que receberam de outras gerações. Concretamente, no dia-a-dia da escola, os significados são diferenciados. Como espaço de atuação, a escola emerge como importante palco de ações que os fizeram sentirem-se importantes e bem sucedidos em seus projetos. Lembro o caso da rádio-poste realizado em escolas pelos jovens da Trilha. Por outro lado, a escola é um lugar em que se aprendem coisas que não se sabe bem para que e estão carentes de sentido em suas vidas. Os professores são muito pouco referidos por esses jovens, no sentido de lembrar um ou outro que tenha feito diferença em suas vidas.

Mas há referências interessantes à escola no sentido de manter-se em atividade, estar exercitando a escrita e a leitura, o que pode ser indicativo de que a escola ainda tem legitimidade junto aos jovens no que diz respeito à função para a qual foi instituída. Trata-se de problematizar afirmações clássicas do fim da escola.

Quando relacionam o futuro com o ter completado os estudos, estão depositando confiança na escola para obter algo melhor no futuro. Configura-se a ambiguidade caracterizada pela valorização do estudo como promessa de futuro e a falta de sentido no presente da escola. “Nessa tensão, pode ocorrer uma relação predominantemente instrumental com o conhecimento, resposta mínima para se evitar a deserção ou o retraimento total em relação ao processo de sua apropriação”. (Sposito, 2005, p. 124)

Fica a constatação da pouca aproximação da Trilha Cidadã com as escolas desses jovens com ações mais compartilhadas que poderiam ajudar a escola a significar os tempos vividos pelos jovens na escola.

---

<sup>92</sup> A pesquisa anual de 2005, do Instituto Paulo Montenegro e da Ação Educativa do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional – INAF, que aplicou testes de compreensão de textos numa amostra nacional de população, verifica que só 38% dos jovens podem ser considerados alfabetizados funcionais. Além disso, essa proporção se mantém praticamente a mesma à encontrada desde 2001, pelo que pode ser afirmado que nesse campo não houve praticamente evolução. Já na população total do estudo (15 a 64 anos), o índice de alfabetizados funcionais foi ainda menor: 26%, índice também estagnado nos últimos anos. (Relatório de Desenvolvimento Juvenil, 2007)

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o desemprego entre os jovens vem aumentando. O Relatório do Desenvolvimento Juvenil de 2007 aponta que, entre os anos de 2001 e 2003, praticamente não aconteceram mudanças na estrutura ocupacional. Já entre 2003 e 2006, diminuía levemente a proporção de jovens que só estuda, que estuda e trabalha e que não estuda nem trabalha, aumentando concomitantemente (acima de 6%) a proporção de jovens que só trabalha. O quadro parece dramático. Premidos pelas necessidades de sobrevivência pessoal e/ou familiar, os jovens se veem sem possibilidade de escolher e fazer algo que lhes possibilite estar na condição de criadores e não somente reproduzir ou fazer coisas repetidamente. Quando encontram algo que os coloca na condição de criadores, não conseguem manter tal projeto frente às limitações impostas pelo contexto de privações em que vivem. Mesmo assim, desenvolvem estratégias criativas buscando superar essa situação e não se sentem desempregados. Esta categoria comparece em seus projetos quando a referência é salário fixo. Em se tratando de aprendizagens e desenvolvimento de competências, sentem-se trabalhando porque trabalho é ato criativo para esses jovens, diferente de emprego.

Analisando a experiência do GESPA e seus desdobramentos na vida dos envolvidos, percebe-se a dualidade de concepções do trabalho visto como gerador de renda e ato criativo. Como permanecer no grupo pressionado pelas necessidades pessoais e as dificuldades impostas por um padrão de crescimento econômico nada generoso na geração de oportunidades aos jovens? Nesse aspecto, mais do que programas de políticas públicas voltados à inserção de jovens em atividades econômicas produtivas, há que se compreender com maior profundidade as demandas e aspirações da população juvenil sobre trabalho e renda. O que este estudo aponta é que os jovens querem combinar trabalho e criação, o que é próprio da condição humana, sentir-se criador. Como diz Cortella (2006, p. 13): “Gente não nasce pronta e vai se gastando; gente nasce não-pronta, e vai se fazendo”.

Se em relação à escola está faltado “espanto”, em relação ao trabalho os jovens reafirmam as palavras do poeta Guimarães Rosa que dizia: “o animal satisfeito dorme”. Tentando fugir da monotonia existencial, esses jovens parecem não querer somente um emprego que lhes garanta salário fixo. Obviamente que afirmam a importância disso, mas demonstram desconforto com tal situação. Não poderia ser diferente, tendo em vista o entrelaçamento do trabalho e da renda com os demais interesses que fazem a vida dos jovens, especialmente a possibilidade em usufruir a juventude como tempo de estudo, lazer, consumo e participação social.

As dificuldades em encontrar sentido para a escola, espaço no mercado de trabalho e consideração pelo poder público levam os jovens a atribuírem mais confiança na família, que

tem sido apontada por diferentes pesquisas como a coisa mais importante na vida dos jovens. Pesquisa Nacional Perfil da Juventude Brasileira, Gil, (2003), Sposito, (2005), IBASE, (2006), Dick, (2006), entre outras. Para os jovens desta pesquisa, a família é porto seguro, embora esteja sempre cobrando o ingresso no mercado de trabalho e o dito emprego com salário fixo. Quando se vive no limite da sobrevivência, não há espaço para o trabalho que é prazer. Trabalhar é ter emprego, renda fixa, ajudar nas despesas da casa e manter-se com mais autonomia financeira em relação à família. De qualquer forma, entre as instituições socializadoras clássicas, a família comparece como importante, “principalmente para os jovens pobres, pois seus laços asseguram trocas afetivas e simbólicas, alguma estabilidade e alguns mecanismos de sobrevivência mais estáveis em um quadro de ausência da ação pública e de retraimento de direitos”. (Sposito, 2005, p. 124)

Em relação ao tema família, as ações da Trilha Cidadã têm como propósito o envolvimento das famílias, conhecendo suas histórias de vida, dificuldades e expectativas. O contato com as mães é favorecido pela participação no Centro de Espiritualidade (CEPA) devido às atividades promovidas pela Associação de Difusão do Evangelho e Promoção Humana (ADEPH) que divide o espaço com a ONG.

Num bairro que carece de eixos integradores, a família se apresenta como fundamental para esses jovens, espaço da cobrança e do afeto. Na contramão de Krauskopf (2005, p. 168), que diz que “um fenômeno cada vez mais frequente são as dificuldades de interação afetiva num quadro de demanda excessiva de trabalho para as figuras parentais” (...). Por outro lado, a autora diz que uma das metas da família moderna é o desenvolvimento pessoal dos filhos. O casamento começa a ser relativizado para dar prioridade a conquistas educacionais, ampliação de experiências etc. O questionamento que fica é: as famílias têm se constituído com figuras parentais que reconhecem as possibilidades de avanço dos jovens e buscam fornecer elementos para o seu desenvolvimento? Ou, diante do quadro de inseguranças e ausências, os jovens passam a valorizar mais o espaço da vida privada? Fico pensando se as famílias avançaram tanto assim, comparecendo com o apoio emocional necessário para que os jovens encontrem caminhos possíveis para os problemas.

A relação estabelecida entre o poder público municipal, a ONG Trilha Cidadã e outras instituições da sociedade civil no município de São Leopoldo, apresentada neste estudo, é esperança de que a democracia, fundamental para a cidadania, possibilite ir além da cidadania regulada (Santos, 2002), de modo que seja conquistada na prática cotidiana, em que os jovens não aceitam permanecer nos lugares que lhes foram pré-determinados social e culturalmente.

Os jovens-adultos da Diretoria Municipal de Políticas de Juventude criam situações novas no âmbito da gestão municipal, enfrentando a disputa por recurso, espaço e mudança na concepção de juventude presente nas ações públicas. Os muitos projetos conquistados com a contrapartida da prefeitura apontam que esta é uma experiência que vale a pena acompanhar. Estão marcando o espaço da cidade com elementos que são do universo da cultura juvenil. As quatro pistas de *skate* e a construção do Núcleo de Treinamento do *Skate* Gaúcho são conquistas importantes. A presença marcante nos editais e na elaboração de projetos captando recursos para ações públicas em prol da melhoria de vida da juventude de São Leopoldo é anunciadora do compromisso assumindo com a causa dos jovens.

Os jovens-adultos, gestores da ONG Trilha Cidadã, comprometidos com a promoção humana, a autoria e a participação de jovens de classes populares, na busca por novos horizontes para o enfrentamento das limitações impostas, de modo a construir uma vida com projetos, estão fazendo história nesta cidade que tem um ambiente político fértil para ações ousadas dos e com jovens.

Os jovens do GESPA anunciam a importância das ações públicas que destinam renda, tempo e experiências que os ajudam a redefinir suas vidas, ampliando as possibilidades de escolhas. Produzir vídeos comerciais ou comunitários? Cobrir eventos e fazer os vídeos formatados ou criar algo novo que conte o bairro, o município e suas vidas para além do visto? Continuar na Trilha ou buscar emprego fixo? Participar ou não da vida pessoal do colega que está no grupo? Posicionar-se nos momentos de conflitos ou silenciar? Brigar com a família defendendo seus sonhos e quereres ou submeter-se à lógica imposta? Buscar trabalho e abandonar o grupo ou continuar? Cada escolha ativa as marcas do processo na Trilha e alerta para as questões da sobrevivência. São realmente escolhas? Ou, num contexto social de fortes desigualdades, para se ter algo é preciso renunciar a outras coisas que foram gestadas num processo reflexivo de si?

O inusitado desta experiência dos jovens do GESPA é que contrariam muitos anúncios sobre jovens que recusam qualquer forma de envolvimento social ou político. Individualistas, consumidores, viajantes, imaturos, barulhentos, desencaminhados, individualistas, isolados, errantes.... Serão tudo isso? Evocá-los impõe produzir outro ponto de vista, abandonando estereótipos.

Alberto Melucci e Anna Fabbrini (1992) propõem um outro olhar para os jovens. Nas suas pesquisas, encontraram rapazes e moças conscientes, empenhados, capazes de pensar, de observar, de ter idéias e projetos próprios para o futuro. Não negam que esta estação da vida seja um momento de construção, mas deslocam o olhar dos conteúdos da experiência aos

processos de construção e aí pensam na adolescência/juventude “como um período que não termina, para passar definitivamente à idade madura sem problemas e sem crises, mas que mantém, ao contrário, abertos para o resto da vida, os aprendizados da própria crise.” (Melucci e Fabbrini, 1992, p. 15).

No que diz respeito à participação, problema central do estudo empreendido, é consenso que tem crescido o estranhamento dos jovens frente às estratégias mais convencionais, apontando a emergência de diferentes formas de inserção no espaço público. Assim, as categorias organização e participação precisam ser revistas à luz das características da cultura juvenil contemporânea. Como diz Reguillo (2003a, p. 11), “sí por un lado resulta fundamental mantener la mirada analítica y crítica sobre los procesos estructurales, es igualmente importante estudiar los territorios de la vida cotidiana, donde los sujetos jóvenes despliegan un conjunto de estrategias para resistir o negociar con el orden estructural.

Trata-se, pois, de buscar compreender as mudanças e, em certa medida, as permanências da participação juvenil mantendo “en tensión analítica la estructura y el sujeto, las formas de control y las formas de participación, el sistema y la vida cotidiana” (Reguillo 2003a, p. 11). Fundamentalmente superar as normatizações que definem a participação pelo viés eleitoral ou pelo envolvimento em processos político-partidários, de modo a compreender e ampliar a visibilidade das diferentes estratégias de organização e participação dos jovens, mantendo distância dos enunciados conservadores que buscam valorizar a participação para fazer frente a programas de combate à pobreza com restrições de recursos na área social. Tatagiba (2005) lembra das políticas neoliberais dos anos 90 que traziam como eixo principal a participação da sociedade civil.

A palavra participação serve a muitos senhores e, ultimamente, tem se institucionalizado como política oficial de organismos internacionais, como mostra Souza (2006). É certo que a relação entre sociedade civil e governos tem se intensificado com novos canais de participação, ampliando a arena de formulação das políticas públicas, pela inserção de novos atores e temas. No caso da juventude, a criação da Secretaria Nacional de Juventude é exemplo disso. Porém, são propostas comprometidas com a realização de diferentes projetos políticos que tanto podem favorecer quanto reduzir a democracia e a cidadania. Na complexidade das formas de participação, sejam elas políticas, culturais ou sociais, reafirmo aqui o significado da participação para os jovens da pesquisa como expressão de um querer tomar parte nas coisas, um fazer reflexivo que os ajuda a pensar a vida individual e coletiva na busca da autoria e da autonomia. Processo de fazer-se e, ao mesmo tempo, ir constituindo os lugares próximos (bairro, escola, cidade...) representando um movimento de formação para

ir provocando mudanças, ou a possibilidade de fazer para o outro que constitui também a si mesmo.

Por outro lado, se pensarmos na participação juvenil em movimentos menos institucionalizados, a Trilha está indo na contramão tentando conciliar a autonomia e a burocracia para buscar recursos que têm destino específico. As marcas da religiosidade foram predominantes nas trajetórias dos gestores da ONG, que foram passando de atendidos a jovens-adultos que ocupam o lugar de educadores de outros jovens, ou seja, a socialização produzida pela Igreja é profunda e vai constituindo as formas de olhar o mundo. É também o jovem se percebendo com a tarefa de cuidar de outros jovens e, neste sentido, cuidamos daqueles com quem nos sentimos comprometidos e com responsabilidade. A perspectiva do cuidar não é da competição, mas de fortalecer o lugar que cada um ocupa. O fundamental é que os jovens do GESPA têm a percepção do que torna essa experiência positiva, encontrando razões para construir projetos de vida coletivos.

Mais do que lutar para transformar o sistema econômico, emerge desta experiência outra dimensão da participação juvenil na perspectiva do cuidado com o outro, o estar com o outro e buscar algo que beneficie a coletividade. Um verdadeiro embate entre cuidar de si mesmo e do outro. A ONG Trilha Cidadã é criada por jovens egressos da Pastoral da Juventude Católica e possui forte marca da mística religiosa. Também o gestor da Diretoria Municipal de Políticas de Juventude de São Leopoldo tem a Pastoral da Juventude como parte de sua formação. Enfim, são jovens que têm a marca da Igreja, realizam ações com o poder público, criam uma ONG como meio de atuação e, na ponta de tudo isso, vão na contramão dos entraves e rigidez que marcam essas instituições. Há uma ebulição em suas ações que não é submetida à tutela, mas a uma tensão entre tutela, burocracia e autonomia.

As reflexões deste estudo foram motivadas por uma aposta nos jovens e um querer compreender mais seus processos de vida e participação para com eles conviver, seja como educadora, mãe ou cidadã. Talvez as reflexões tecidas não configurem uma tese sustentada em categorias que apontam rumos teóricos importantes para os estudos de juventude. São, quem sabe, escritos que anunciam janelas para diferentes paisagens, reúnem diferentes posições representando um documento que impulsiona a refletir mais. Apresentaram-se aqui inquietações de atores envolvidos com jovens e jovens inquietos com o mundo em que vivem, sendo constantemente cobrados por algo que sozinhos não conseguem dar conta.

Os itinerários dos gestores da ONG Trilha Cidadã evidenciam que cidadania é participação e os depoimentos dos jovens com os quais trabalham anunciam que o futuro vai se fazendo no presente participativo. “É o paradoxo do futuro presente. Como enfrentar este

paradoxo? Só é possível tornar o futuro presente de uma maneira: imaginando-o. “A questão com a qual temos que nos confrontar é esta: como imaginar o futuro?”(Pais, 2001, p. 416)

Parece que o que está em jogo é a esperança que se deposita em algo que ainda não conhecemos. Se a esperança é fraca, o desânimo se instala e o futuro pode ser imaginado como ausente ou utópico; se é forte, faz do presente um tempo de espera ativa e o futuro pode ser imaginado como articulado às escolhas e possibilidades do presente. Mas, como ter esperança num tempo presente em que o futuro é um *presente* que poucos recebem? Não almejo concluir esta tese com uma pergunta que se encaminha para o desânimo. Prefiro um ponto final provisório com uma frase de Raquel: “*Queremos que as pessoas vivenciem experiências novas e que consigam cuidar umas das outras. Isso é humanizar e não roubar a dignidade e a confiança das pessoas*”.

## REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. FREITAS, M.V.; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs). **Políticas públicas: Juventude em pauta**. São Paulo: Cortez/Ação Educativa/Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2003.

\_\_\_\_\_. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil. **Última Década**, Viña del Mar, CIDPA, número 16, março, 2002.

\_\_\_\_\_. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil en Colombia. In: **Políticas Públicas de Juventud en América latina: Políticas Nacionales**. Viña del Mar, CIDPA, 1ª edición, agosto, 2003.

\_\_\_\_\_. **Posibilidades y limitaciones de la participación juvenil para el impacto en la agenda pública: el caso del Consejo Municipal de Juventud de Medellín**. 2002.

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude. In: Juventude e Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPED, Número Especial: n.º. 5: mai/jun/jul/ago e n.º. 6: set/out/nov/dez, 1997.

\_\_\_\_\_. **Desejo de mudança e novas formas de participação**. In: Fundação Kellogg, 2004. Disponível na Internet via URL: <http://www.aracati.org.br>. Acessado em 13.07.2004.

ABRAMO, Helena Wendel & BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; ENGENIO Fernanda. (orgs). **Culturas Jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006

ARCE, José Manuel Valenzuela. **Vida de barro duro: Cultura popular juvenil e grafite**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

AVRITZER, Leonardo. Além da dicotomia Estado-mercado: Habermas, Coehn e Arato. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n.º 36, 1993. p 213-222.

BACHELARD, Gaston. **O racionalismo aplicado**. In: Os pensadores. Vol. XXXVIII. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

\_\_\_\_\_. **A Filosofia do não**. In: Os pensadores. Vol. XXXVIII. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BALARDINI, Sergio. Políticas de juventud: conceptos y la experiencia Argentina. In: **Políticas Públicas de Juventud en América latina**: Políticas Nacionales. Viña del Mar, CIDPA, 1ª edición, agosto, 2003.

BANGO, Júlio. Políticas de juventude na América Latina: identificação de desafios. FREITAS, Maria Virgínia de e PAPA, Fernanda de Carvalho (org). **Política Pública: Juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Ebert, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Derecha e izquierda**. Razones y significado de una distinción política. Madrid, Taurus, 1995.

BRASIL. **Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L10097.htm>. Acesso em: 16 out. 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE). **Consórcio Social da Juventude**. Disponível em: [http://www.mte.gov.br/pnpe/apresentacao\\_consortio\\_social\\_juventude.asp](http://www.mte.gov.br/pnpe/apresentacao_consortio_social_juventude.asp). Acesso em: 16 out. 2007.

\_\_\_\_\_. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude **Levante sua bandeira: I Conferência Nacional de Juventude: Documento Base**. Brasília, setembro de 2007. Disponível em: [http://www.juventude.gov.br/conferencia/documento\\_base\\_novo.pdf](http://www.juventude.gov.br/conferencia/documento_base_novo.pdf). Acesso em: 2 nov. 2007.

BURITY, Joanildo A. Identidades coletivas em transição e a ativação de uma esfera pública não-estatal. In: LUBAMBO, Catia; COELHO, Denilson Bandeira; MELO, Marcos André. **Desenho Institucional e participação política**: exigências no Brasil Contemporâneo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CACCIA BAVA, Silvio. **Democracia e Poder Local**. In: VILLAS-BOAS, Renata (org). Participação popular nos governos locais. São Paulo: Polis, 1994.

CALLEJO, Javier. **El grupo de discusión**: introducción a una práctica de investigación. Barcelona, Editorial Ariel, 2001.

CANEVACCI, Massimo. **Culturas eXtremas**. Mutações juvenis nos corpos das metrópoles. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. **Os jovens e a cidade: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

\_\_\_\_\_. **Juventudes e cidades educadoras.** Petrópolis: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. Juventudes: as identidades são múltiplas. Movimento. **Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense.** Niterói, n.1. maio 2000. pp.11-27.

CARVALHO, Giane Alves. **A Corda Bamba: Violência Juvenil e Políticas Públicas.** Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, *Dissertação de Mestrado*, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2004.

CASTRO, Mary Garcia e ABRAMOVAY, Miriam. **Por um novo paradigma do fazer política.** Brasília: Unesco, 2003.

CASTRO, Jorge Abrahão de e AQUINO, Luseni. **Juventude e Políticas Sociais o Brasil.** Texto para discussão nº 1335. Brasília, Ipea, 2008.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural: “apenas uma palavra” ou “mais que uma palavra.** Trabalho apresentado na XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 2005.

CEPAL. **Juventud, poblaciòn y desarrollo en América Latina y el Caribe.** Problemas, oportunidades e desafios. Santiago: CEPAL, 2000.

CHMIEL, Silvia. O milagre da eterna juventude. In: MARGULIS, Mario. **A juventud es mas que uma palabra.** Buenos Aires: Biblos, 2000, p. 85-101.

COHEN J. e ARATO A. **Civil Society and Political Theory.** MIT Press. Cambridge. 1992.

COLOMBO, Enzo. Descrever o social: a arte de escrever a pesquisa empírica. In: MELUCCI, Alberto. **Por uma Sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura.** Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

CORROCHANO, Maria Carla. **O trabalho e a sua ausência: narrativas do programa Bolsa Trabalho no município de São Paulo.** Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade de São Paulo, 2008. (Tese de Doutorado)

CORTI, Ana Paula; SOUZA, Raquel. **Diálogos com o mundo juvenil: subsídios para educadores.** São Paulo: Ação educativa, 2004.

CÔRTEZ, Soraya Vargas. Fóruns participativos e governança: uma sistematização das contribuições da literatura. In: LUBAMBO, Catia; COELHO, Denilson Bandeira; MELO,

Marcos André. **Desenho Institucional e participação política: exigências no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CORTELLA, Mario Sergio. **Não nascemos prontos: provocações filosóficas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

COSTA, Sergio. **Esfera Pública, redescoberta da sociedade Civil e Movimentos Sociais no Brasil**. Novos Estudos, nº 38. 1994.

\_\_\_\_\_. **As Cores de Ercília**. Esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo horizonte: Editora UFMG, 2002.

DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra/Unicamp, 2002.

DE TOMMASI, Livia. Abordagens e práticas de trabalho com jovens: um olhar das organizações não governamentais brasileiras. IN: **JOVENes - Revista de Estudos sobre Juventud**. México, Centro de Investigación y Estudios sobre Juventud, Instituto Mexicano de la Juventud, 2005. Ano 9, n. 22, jan-jun, p. 238-259.

\_\_\_\_\_. Um olhar sobre as experiências de políticas públicas de juventude na América Latina. In: **Juventud, diversidad y desarrollo local: propuestas e ideas contra la exclusión social**. Viña del Mar Chile: CIDPA, 2003. p.107-115.

DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DAS NAÇÕES UNIDAS. **Tirando os acordos do papel: um manual para jovens avaliarem a política nacional de juventude**. Barcelona: Nações Unidas, 2004.

DICK, Hilário. **Discursos à Beira dos Sinos – a emergência de novos valores na juventude: o caso de São Leopoldo**. São Leopoldo: Cadernos do IHU/ UNISINOS, 2006.

DICK, Hilário. **Às margens juvenis de São Leopoldo: dados para entender o fenômeno juvenil na região**. São Leopoldo: Cadernos do IHU/ UNISINOS, 2005.

DOMÍNGUEZ, Moisés y MORALES Héctor. Políticas locais de juventud en México. In: **Políticas Públicas de Juventud en America latina: Políticas Nacionales**. Viña del Mar, CIDPA, 1ª edición, junio, 2003.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. Juventude: construindo processos – o protagonismo juvenil. In: FRAGA, Paulo Cesar Pontes; IULIANELLI, Jorge Atílio Silva (Orgs.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DpeA, 2003.

FEIXA, Carles Pàmpol. **De jóvenes, bandas y tribus**. Barcelona: Editorial Ariel, (1998) 2006.

FISCHER, Nilton Bueno e MOLL, Jaqueline (orgs.). **Por uma nova esfera pública: a experiência do orçamento participativo**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. Chegou a tua vez! Jovens na correria por um mundo melhor: uma análise de programa municipal empreendido por jovens da cidade de Porto Alegre. In: SPOSITO, Marília Pontes (coord). **Espaços públicos e tempos juvenil: Um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras**. São Paulo: Global, 2007.

FISCHER, Maria Clara Bueno e FRANZOI, Naira Lisboa. **Consórcio Social da Juventude Rio Grande do Sul**. Relatório de Avaliação, 2006.

FRANZOI, Naira Lisboa; RIBEIRO, Jorge Alberto da Rosa; SGORIA, Andrey; FREITAS, Ângela; BACKES, Jair; CAVALCANTE, Márcia Koboldt; GRAZZIOLA, Roque; PINTO, Rudnei. **Consórcio Social da Juventude de Porto Alegre e Região Metropolitana – Rio Grande do Sul**. Relatório de Avaliação. Porto Alegre, 2005.

FORACCHI, M. M. **A Juventude na Sociedade Moderna**. São Paulo: EDUSP, 1972.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREITAS, Maria Virgínia de e PAPA, Fernanda de Carvalho (org). **Política Pública: Juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Ebert, 2003.

FURTER, Pierre. **Educação e vida**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GARBIN, Elisabete Maria. Cultur@s juvenis, identidades e internet: questões atuais. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, maio/ago. 2003, n. 23, p. 119-135.

Gil, Carmem Zeli de Vargas; FISCHER, Nilton Bueno; STECANELA, Nilda; SALVA Sueli; RAMOS, Nara Viera. **Narrativas juvenis em grupos de diálogos: nos conteúdos da experiência o significado da existência**. Anais do VII RAM, Porto Alegre, 2007.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; FISCHER, Nilton Bueno; RAMOS, Nara Vieira; SALVA, Sueli; STECANELA, Nilda. Por Uma Política de Direitos na Educação. In. **Revista Democracia Viva**, Jan 2006/mar 2006. Rio de Janeiro: Ibase, 2006. p. 6-11.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. **No tecer da Juventude, a vida; No tecer da vida, a juventude: Práticas educativas de jovens de Santo Antônio da Patrulha, em grupos de música e religião**. Dissertação de Mestrado/UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. Juventude e contemporaneidade: limites e possibilidades. In: **Revista Última Década**. Junio, nº 20. Vinha del Mar: 2004, p.47-69.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GOBO, Giampietro. O projeto de pesquisa nas intervenções qualitativas. In: MELUCCI, Alberto. **Por uma Sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

GOHN, M. **Organizações Não-governamentais - ONG: A modernidade da participação social**. Cidadania-Textos. Vol. 1, n.3, 1994, p.1-21.

ISLAS, José Antônio Pérez. PRO(DIÁ)LOGO, Políticas de Juventud del nuevo siglo: para mirar lo que vemos. In: JOVENes, **Revista de Estudios sobre juventud**. México: Nueva Época, nº 11, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS; INSTITUTO PÓLIS. **Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ibase, 2005. 103p. (Relatório de Pesquisa).

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS; INSTITUTO PÓLIS. **Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. (Relatório de Pesquisa da Região Metropolitana de Porto Alegre).

KEANE, J. **Democracy and Civil Society**. London: Verso, 1988.

KRAUSKOPF, DINA. La construcción de políticas de juventud en Centroamérica. In: **Políticas Públicas de Juventud en America latina: Políticas Nacionales**. Viña del Mar, CIDPA, 1ª edición, agosto, 2003.

\_\_\_\_\_. Juventudes na América Latina e no Caribe: dimensões sociais, subjetividades e estratégias de vida. In: THOMPSON, Andrés A. (org). **Associando-se à juventude para construir o futuro**. Revisão e tradução do espanhol Fernando Legoni. São Paulo: Peirópolis, 2005. P 149-197.

LARROQUETTE, Andrea Iglesias. Puntos ciegos de la política de juventud: ejes de referencia desde la práctica. In: **Políticas Públicas de Juventud en America latina: Políticas Nacionales**. Viña del Mar, CIDPA, 1ª edición, junio, 2003.

LAVALLE, Adrián Gurza. **Espaço e vida públicos: reflexões teóricas sobre o pensamento brasileiro**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo, 2001.

LEÃO, Geraldo Magela Pereira. **Pedagogia da Cidadania Tutelada**: Lapidar corpos e mentes. Uma análise de um programa federal de inclusão social para jovens pobres. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Juventude, pobreza e trabalho**: o que pode os jovens esperar das políticas públicas? Anais do VII RAM, Porto Alegre, 2007.

LECCARDI, Carmen. Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, vol. 17, n. 2, nov. 2005.

LEÓN, Oscar Dávila. **A rebelião dos Pingüins**. Instituto Humanitas Unisinos. Jornal On-Line, junho de 2006.

\_\_\_\_\_. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, Maria Virgínia. **Juventude e adolescência no Brasil**: referenciais conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

\_\_\_\_\_. El dia despues de los secundarios. Gacetilla CDPA. Centro de Estudios Sociales. Junio, 2006.

LOPES, José Rogério. **Terceiro Setor: a organização das políticas sociais e a nova esfera pública**. In: São Paulo em Perspectiva. São Paulo, 2004. v.18, nº.3, jul-set, p. 57-66.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. **História dos Jovens**. Volume 1 (da Antigüidade à era moderna). Tradução: Cláudio Marcondes, Nilson Moulin e Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MARGULIS, Mario. **Viviendo a toda**: Jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades. Santafé de Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Departamento de Investigaciones Universidad Central, 1998.

\_\_\_\_\_. **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 2000.

\_\_\_\_\_; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palavra. In: MARGULIS, Mario. **La juventud es más que una palavra**. Buenos Aires: Biblos, 2000, p. 13-30

MELUCCI, Alberto. **Por uma Sociologia reflexiva**: pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005.

\_\_\_\_\_. **A invenção do Presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Tradução: Maria do Carmo Alves do Bomfim. Rio de Janeiro: Vozes. 2001.

\_\_\_\_\_. Silencio y voz juveniles. Individuidad y compromiso en la experiencia cotidiana de los adolescentes. **Vivencia y Convivencia**. 2001b.

\_\_\_\_\_. Juventude, tempo e movimentos sociais. In: Juventude e Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPED, Número Especial: n. 5: mai/jun/jul/ago e n. 6: set/out/nov/dez, 1997.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento: entrevista a Leonardo Avritzer e Timo Lyra. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, Cebrap, n. 40, 1994, p. 152-166.

\_\_\_\_\_. A experiência individual na sociedade planetária. **Revista Iua Nova**, São Paulo. Cedec, n. 38, 1996.

\_\_\_\_\_. **Il gioco dell'io**; il cambiamento di sé in una società global. Milano: Feltrinelli, 1992.

\_\_\_\_\_. FABBRINI, Anna. **L'età dell'oro**: adolescenti tra sogno ed esperienza. Milano. Feltrinelli. 1992b.

MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. In: Juventude e Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPED, Número Especial: n. 5: mai/jun/jul/ago e n. 6: set/out/nov/dez, 1997.

MOEHLECKE, Germano Oscar. **São Leopoldo**: obras e iniciativas públicas. São Leopoldo: 1998.

MONTOYA, Luis W. De las marchas de las juventudes políticas al camino de las políticas de juventud en el Perú. In: **Políticas Públicas de Juventud en América latina**: Políticas Nacionales. Viña del Mar, CIDPA, 1ª edición, agosto, 2003.

NOVAES, Regina R.; VITAL, Cristina. **A juventude de hoje**: (re)invenções da participação social. In: THOMPSON, Andrés A. (org). Associando-se à juventude para construir o futuro. Revisão e tradução do espanhol Fernando Legoni. São Paulo: Peirópolis, 2005. P 109-147.

\_\_\_\_\_; VANUCHI, Paulo (Orgs.). **Juventude e sociedade**: Trabalho, Educação, Cultura e Participação. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_; Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: FREITAS, Maria V de; PAPA, Fernanda de (Org.). **Políticas públicas**: juventude em pauta. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003. P. 121-141.

\_\_\_\_\_; Juventude e participação social: apontamentos sobre a reinvenção da política. In: ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virginia de; SPOSITO, Marília Pontes (Orgs.). **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2000. P. 46-70.

\_\_\_\_\_. **“Juventude/ juventudes?”** In: Comunicações ISER, n.50, ano 17. Rio de Janeiro: ISER, 1998.

\_\_\_\_\_. **Caminhos cruzados: juventude, conflito e solidariedade.** Rio de Janeiro: ISER, 1996.

NÚCLEO DE INTEGRAÇÃO UNIVERSIDADE & ESCOLA. **Jovens e participação social solidária.** Porto Alegre: UFRGS, 2006. (Relatório de pesquisa)

ORTEGA, Francisco. **Para uma política da amizade:** Arendt, Derrida, Foucault. Rio de Janeiro: relume Dumará, 2000.

PAIS, J.M.; BLASS, Leila M.S. (orgs.). **Tribos urbanas:** produção artística e identidades. São Paulo, Anablume, 2004.

PAIS, José Machado. **Vida Cotidiana:** enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Traços e riscos de vida.** Porto, AMBAR, 2000.

\_\_\_\_\_. **Ganchos, tachos e biscates:** jovens, trabalho e futuro. Porto, Âmbar, 2003a.

\_\_\_\_\_. **Culturas Juvenis.** Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, (1993) 2003. 2ª ed.

\_\_\_\_\_. **Jovens e Cidadania.** Sociologia, problemas e práticas. N.º 49, 2005, pp. 53-70. (<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n49/n49a04.pdf>).

PERALVA, Angelina. O Jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação,** Rio de Janeiro, n. 5 e 6 , maio/ago. set./dez. 1997, p. 15-24.

PERRENOUD, Philippe. **Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar.** Portugal: Porto Editora, 1995.

POCHMANN. **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade:** novos caminhos para a inclusão social. 2002.

POCHMANN, Marcio. **Emprego e desemprego juvenil no Brasil:** as transformações nos anos 1990. In: **Movimento.** Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. FÁVERO, Osmar; CARRANO, Paulo; RUMMERT, Sonia M (org.) Rio de Janeiro: DP&A, n.1, maio de 2000, 52-72.

**Políticas públicas de/para/com juventudes.** Brasília: UNESCO, 2004.

REGUILLO, Rossana. La gestión del futuro: Contextos y políticas de representación. In:

JOVENes, **Revista de Estudios sobre juventud**. México: Nueva Época, nº 15, 2001.

\_\_\_\_\_. Ciudadanías Juveniles en América Latina. In: **Última Década** nº 19, CIDPA, Viña del Mar, noviembre, 2003a.

\_\_\_\_\_. Las culturas juveniles: un campo de estudio. Breve agenda para la discusión. **Revista Brasileira de Educação**. Belo Horizonte, n.23, maio/ago, 2003b p. 103-117.

\_\_\_\_\_. Emergencia de culturas juveniles. Estrategias del desencanto. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma. 2000.

RODRÍGUEZ, Ernesto. Actores estratégicos para el desarrollo. JOVENes, **Revista de Estudios sobre juventud**. México: Nueva Época, nº 11, 2001.

\_\_\_\_\_. Juventud, crisis y políticas públicas en el Uruguay: un esquemático balance de los años noventa y propuestas para esta primera década del nuevo siglo. In: **Políticas Públicas de Juventud en América latina: Políticas Nacionales**. Viña del Mar, CIDPA, 1ª edición, agosto, 2003.

RUA, Maria das Graças. **As políticas públicas e a juventude dos anos 90**. In: Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas – 2 v. Brasília: CNPD, 1998.

SALVA, Sueli. **Narrativas da vivência juvenil feminina**: histórias e poéticas produzidas por jovens da periferia urbana de Porto Alegre. 2008. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

\_\_\_\_\_; STECANELA, Nilda. Diálogos Sobre Participação: o que dizem os Jovens da Região Metropolitana de Porto Alegre. In: **Revista Última Década**. Dezembro, nº 25. Vinha del Mar. 2006, p.163-183.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SARMENTO, Manuel Jacinto. O estudo de caso etnográfico em educação. ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (org). **Itinerários de pesquisa**: perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DPA, 2003.

SERRANO, José Fernando. Somos el extremo de las cosas: pistas para comprender culturas juveniles hoy. In: CUBIDES, Humberto J.; TOSCANO, Maria Cristina Laverde; VALDERRAMA, Carlos Eduardo H. (Ed.). **Viviendo a toda**: Jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades. Série Encuentros, Fundación Universidad Central, Santafé de Bogotá: Paidós, 1998, p. 241-259.

SERNA, Leslie. Globalización y participación juvenil. In: **Revista JOVENes**. Mexico: DF, julio-diciembre, Año 1, nº 5, 1997, p.42-57.

SOUZA, Celina. Sistema brasileiro de governança local: inovações institucionais e sustentabilidade. In: LUBAMBO, Catia; COELHO, Denilson Bandeira; MELO, Marcos André. **Desenho Institucional e participação política**: exigências no Brasil Contemporâneo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

\_\_\_\_\_. **Federalismo e descentralização na Constituição de 1988**: processo decisório, conflitos e alianças. Dados, 2001, v. 44 n. 3, p. 513-560.

SOUZA, Regina Magalhães de. **O discurso do Protagonismo Juvenil**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.

SPOSITO, Marilia Pontes (coord). **Espaços públicos e tempos juvenil**: Um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo: Global, 2007.

\_\_\_\_\_. **Espaços públicos e tempos juvenil**: diversidade e conflitos nas ações do poder público em cidades brasileiras. Anais do VII RAM, Porto Alegre, 2007.

\_\_\_\_\_. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da Juventude**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: editora fundação Perseu Abramo, 2005.

\_\_\_\_\_; CORROCHANO, Maria Carla. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. In: **Tempo Social**, USP, 2005. v.17, nº. 2, novembro, p.141-172.

\_\_\_\_\_; HADDAD, Sergio. **Juventude, Escolarização e Poder Local**. Projeto de Pesquisa/FAPESP. São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. **Os jovens na relação sociedade-estado: entre "problemas sociais" e concepções ampliadas de direitos**. Texto apresentado na 26ª reunião da ANPED e publicado simultaneamente como artigo em versão completa no livro Políticas públicas de juventud en America Latina, organizado por Oscar Dávila León (ed.) para Ediciones CIDPA, de Viña del Mar, Chile, 2003.

\_\_\_\_\_; CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. In: Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 24, set./dez, 2003. P. 16-39.

\_\_\_\_\_. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria Virgínia e PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. São Paulo: Cortez Editora: Ação Educativa: Friedrich Ebert Stiftung, 2003. p.57-75.

\_\_\_\_\_. CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**. Nº 24, set/dez 2003, p. 16-39.

\_\_\_\_\_. **Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação**. Anais da 22ª Reunião ANPED, 1999.

\_\_\_\_\_. Educação e Juventude. In: **Educação em Revista**. Belo Horizonte: FEA/UFMG, n. 29, 1999.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: Juventude e Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPED, Número Especial: n. 5: mai/jun/jul/ago e n. 6: set/out/nov/dez, 1997.

\_\_\_\_\_. e PERALVA, Angelina (org.) Juventude e Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, n.5/6, São Paulo: ANPED, 1997.

\_\_\_\_\_. Juventude: crise, identidade e escola. DAYRELL, Juarez. (org) **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

\_\_\_\_\_. **A ilusão fecunda: a luta por educação nos movimentos populares**. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1993.

STRECK, Danilo Romeu e ADAMS, Telmo. **Lugares da participação e formação da cidadania**. Civitas. Revista de Ciências Sociais, v. 6, n. 1, jan.-jun. 2006.

STEPHANOU, Maria. **Narrativas de jovens: traços de histórias pessoais pertencimentos e participação sociocultural**. In: II Congresso Internacional sobre pesquisa (auto)biográfica: tempos, narrativas e ficções: a invenção de si, 2006, Salvador, BA. Anais II CIPA. Salvador, BA : EDUNEB, 2006.

\_\_\_\_\_. **Traços falantes, identidades mutantes: juventudes na contemporaneidade**. Anais do 16º COLE – Congresso de Leitura do Brasil. Campinas, 2007.

\_\_\_\_\_; FILIPOUSKI, Ana Mariza; GIL, Carmem Zeli de Vargas; DULAC, Elaine; LOPES, César; GANDOLFO, Maria Ângela, MARCHI, Diana; REICHWALD, Guilherme. **Jovens e Participação Social Solidária**. Porto Alegre, UFRGS, 2006. 187p. (Relatório de Pesquisa).

\_\_\_\_\_; FILIPOUSKI, Ana Mariza; GIL, Carmem Zeli de Vargas; MARCHI, Diana. **Narrativas de jovens: contextos e experiências de participação sociocultural**. Porto Alegre, UFRGS, 2007. (Relatório de Pesquisa)

TATAGIBA, Luciana. **O novo estatuto da participação no contexto do Estado pós-ajuste.** Texto apresentado na XXIX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu: 2005.

TEIXEIRA, Jairo. **Com a palavra, os jovens.** In: Juventud, diversidad y desarrollo local: propuestas e ideas contra la exclusión social. Viña del Mar Chile: CIDPA, 2003. p.68-74.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

TRILHA CIDADÃ. **Projeto – CONSÓRCIO SOCIAL DA JUVENTUDE: Curso de Comunicação alternativa e Curso de Atendimento ao Público.** São Leopoldo, 2006a.

TRILHA CIDADÃ. **Projeto de inserção juvenil no mundo do trabalho:** cooperativa de comunicação alternativa, 2006b.

TRILHA CIDADÃ. **Relatório Final de Execução do Consórcio Social de Juventude.** São Leopoldo, 2006c.

TRILHA CIDADÃ. **Estatuto da Associação de Promoção Humana e Cidadania Juvenil – ONG Trilha Cidadã.** São Leopoldo, 2006d.

TRILHA CIDADÃ. **Proposta Pedagógica.** São Leopoldo, 2007a.

TRILHA CIDADÃ. **Projeto Cidade Juventude.** São Leopoldo, 2007b.

VALENZUELA, José Manuel. Identidades juveniles. In: CUBIDES, Humberto J.; TOSCANO, Maria Cristina Laverde; VALDERRAMA, Carlos Eduardo H. (Ed.). **Viviendo a toda:** Jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades. Fundación universidad Central, Santafé de Bogotá: Paidós, 1998, p. 38-45. (Série Encuentros).

WOLFE, Alan. Três caminhos para o desenvolvimento: mercado, Estado e sociedade civil. In: **Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs.** Rio de Janeiro: IBASE/PNUD, 1992.

WASELFISZ Julio Jacobo. **Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008.** Brasília, 2008

ZITKOSKI, Jaime J. **Educação Popular e Pós-Modernidade:** Um olhar em tempos de incertezas. Ano 5 - Nº 21, Cadernos IHU/Unisinos, São Leopoldo, 2007.

ZERO HORA. **São Leopoldo tem três crimes em cinco horas.** Reportagem de 26 de fevereiro de 2008.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE 1: ROTEIROS DAS ENTREVISTAS**

**A** - PRIMEIRA ENTREVISTA COM GESTORES DA ONG TRILHA CIDADÃ

**B** - ENTREVISTA – DIRETORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS DE JUVENTUDE DE SÃO LEOPOLDO

**C** - ENTREVISTA COM GESTORES DA ONG TRILHA CIDADÃ

**D** - ENTREVISTA COM JOVENS DA ONG TRILHA CIDADÃ

**E** - ENTREVISTA COM MÃES DOS JOVENS DO GESPA



Motivações para a criação da ONG:

Descrever uma atividade importante realizada nos últimos anos

Atividades realizadas nos últimos dois anos ( o que concretamente fizeram?)

Outras informações:

Comentários pós-entrevista:

B - ENTREVISTA – DIRETORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS DE JUVENTUDE DE SÃO LEOPOLDO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PPGEDU – DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**  
**PESQUISA “JOVENS E PARTICIPAÇÃO: a experiência da ONG Trilha Cidadã”**

***ENTREVISTA – DIRETORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS DE JUVENTUDE DE SÃO LEOPOLDO***

**I Dados de identificação**

Pesquisadora: Carmem Zeli de Vargas Gil

Data da entrevista: \_\_\_\_\_

Horário: \_\_\_\_\_ Local: \_\_\_\_\_

Entrevistado: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

**I História**

1. Como foi o processo de criação da Coordenadoria?
2. Um fato marcante deste percurso?
3. Quais os avanços?
4. Quais os limites?

**II Concepções**

5. Que concepção de juventude orientam as ações da Secretaria?
6. Qual a posição da Secretaria frente à polêmica políticas específicas para juventude e políticas universais?
7. As políticas de juventude não estariam contempladas nas políticas setoriais?
8. Os jovens participam do planejamento, execução e avaliação das ações?

**III Recursos**

9. Qual o orçamento da Secretaria?
10. Como são as disputas internas por recursos?
11. Como os recursos são distribuídos?
12. Quais os encaminhamentos para a obtenção de verbas?
13. São Leopoldo hoje tem políticas de juventude? Se sim, quais?

**IV Observações**

---



---



---



---



---

## C – ENTREVISTA COM GESTORES DA ONG TRILHA CIDADÃ

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PPGEDU – DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**  
**PESQUISA “JOVENS E PARTICIPAÇÃO: a experiência da ONG Trilha Cidadã”**

***ENTREVISTA COM GESTORES DA ONG TRILHA CIDADÃ***

**I Dados de identificação**

Pesquisadora: Carmem Zeli de Vargas Gil

Data da entrevista: \_\_\_\_\_

Horário: \_\_\_\_\_ Local: \_\_\_\_\_

Entrevistado: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

**II Narrativas sobre a experiência de participação**

1. Primeiras experiências de participação
2. Inspiração
3. Oportunidades
4. Fato marcante
5. Dificuldades
6. Saberes construídos

**III Sobre a trilha cidadã**

1. O que te levou a participar da Trilha Cidadã?
2. O que pensa sobre a ONG?
3. Que comparações faria entre outras experiências de participação que esteve engajado e a ONG Trilha Cidadã?
4. O que considera que sejam avanços e limites da ação da Trilha Cidadã?

**IV Observações**

---

---

---

---

---

## D - ENTREVISTA COM JOVENS DA ONG TRILHA CIDADÃ

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PPGEDU – DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**  
**PESQUISA “JOVENS E PARTICIPAÇÃO: a experiência da ONG Trilha Cidadã”**

***ENTREVISTA COM JOVENS DA ONG TRILHA CIDADÃ***

**I Dados de identificação**

Pesquisadora: Carmem Zeli de Vargas Gil

Data da entrevista: \_\_\_\_\_

Horário: \_\_\_\_\_ Local: \_\_\_\_\_

Entrevistado: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

**II Dados dos jovens**

1. Família: (onde mora, com quem mora, quantos irmãos)
2. Escolaridade, idade, sexo, etnia...
3. Rotina diária

**III Sobre a Trilha**

4. Como soube da ONG?
5. Momento marcante que viveu na ONG?
6. O que aprendeu de mais significativo nos curso da Trilha?
7. O que diria sobre o trabalho voluntário - exigência dos programas?

**IV Sobre GESPA**

8. Qual o interesse em participar do GESPA?
9. Teve oportunidades de trabalho a partir do GESPA?
10. Que avaliação faria de sua atuação no grupo?
11. Que avaliação faria do trabalho do GESPA?
12. O que considera que sejam avanços e limites do GESPA?
13. Como administra a bolsa?
14. Quais as expectativas com a participação neste grupo?

**V Sobre o futuro**

15. O que você pretende modificar na sua vida atual ? Por quê ?
16. O que você deseja que permaneça igual ?
17. Quais são seus planos para o futuro ? Você acha que conseguira alcançá-los ?
18. Quem ou o que irá te ajudar a alcançá-los ?
19. Pretende inscrever-se em outros programas da Trilha ou da DMPJ de SL? Por quê?
20. O que você destacaria no bairro Arroio da Manteiga? E na Vila onde você mora?

E - ENTREVISTA COM MÃES DOS JOVENS DO GESPA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PPGEDU – DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**  
**PESQUISA “JOVENS E PARTICIPAÇÃO: a experiência da ONG Trilha Cidadã”**

***ENTREVISTA COM MÃES DOS JOVENS DO GESPA***

**I Dados de identificação**

Pesquisadora: Carmem Zeli de Vargas Gil

Data da entrevista: \_\_\_\_\_

Horário: \_\_\_\_\_ Local: \_\_\_\_\_

Entrevistado: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

**II Sobre a Trilha Cidadã**

1. Qual a expectativa quando seu filho/a entrou na Trilha?
2. Como a sr<sup>a</sup> vê a participação de seu filho/a na Trilha?
3. Percebeu mudanças em casa nestes dois anos e meio que ele/ela esta na Trilha?
4. O que ele comenta sobre o GESPA?
5. Houve mudança em relação ao trabalho e escola?

**IV Observações**

---

---

---

---

---

**APÊNDICE 2: MATERIAIS DOS GRUPOS DE CONVERSAÇÃO**

**A - DINÂMICA DO GRUPO DE CONVERSAÇÃO - EDUCADORES**

**B - DINÂMICA DO GRUPO DE CONVERSAÇÃO - JOVENS**

**C - DINÂMICA DO GRUPO DE CONVERSAÇÃO - GESTORES**

**D - COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE CONVERSAÇÃO - EDUCADORES**

**E - COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE CONVERSAÇÃO - JOVENS**

**F - COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE CONVERSAÇÃO - GESTORES**

**G - REGISTROS DO OBSERVADOR**

**H - REGISTROS DO MEDIADOR**

## A - DINÂMICA DO GRUPO DE CONVERSAÇÃO - EDUCADORES

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PPGEDU – DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**  
**PESQUISA “JOVENS E PARTICIPAÇÃO: a experiência da ONG Trilha Cidadã”**  
***DINÂMICA DO GRUPO DE CONVERSAÇÃO - EDUCADORES***

### **PRIMEIRO MOMENTO – Apresentação e trajetória pessoal dos educadores**

Apresentação dos participantes com imagens

“O que essa imagem diz da trajetória pessoal de vocês e do trabalho que realizam com os jovens?”

(A ideia aqui é tentar perceber como os educadores vêem os jovens com os quais trabalham e conhecer um pouco sobre o que é semelhante e diferente nas trajetórias de vida destes jovens que tem objetivos comuns)

### **SEGUNDO MOMENTO – narrativas de participação**

Cada participante tem um tempo pra relatar sua experiência de participação na ONG e o trabalho que desenvolve com os jovens que participam dos projetos da Trilha Cidadã.

Contem como vocês chegaram a participar desta ONG?

O que os levou a isso?

O que pensam sobre a ONG?

Como comparam com outras experiências de participação?

### **TERCEIRO MOMENTO – Descrição do trabalho junto aos jovens**

“Que tipo de trabalho vocês desenvolvem com os jovens? Como fazem? Quais os princípios?”

“Encontram dificuldades? Quais?”

(O objetivo aqui é perceber como escutam os jovens e se buscam construir autonomia)

### **QUARTO MOMENTO – Impactos**

“Descrever um momento marcante do trabalho”.

“O que mudou na vida de vocês, a partir do trabalho com os jovens?”

“Qual a importância do trabalho que desenvolvem na vida dos jovens com os quais trabalham?”

(O objetivo deste momento é perceber algum resultado do trabalho desenvolvido e a reflexão que fazem sobre o que realizam.)

Fazer uma rodada livre – comentários gerais

## B - DINÂMICA DO GRUPO DE CONVERSAÇÃO - JOVENS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PPGEDU – DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**  
**PESQUISA “JOVENS E PARTICIPAÇÃO: A Experiência da ONG Trilha Cidadã”**  
***DINÂMICA DO GRUPO DE CONVERSAÇÃO - JOVENS***

### **PRIMEIRO MOMENTO – Apresentação e trajetória pessoal dos jovens**

Apresentação dos participantes com imagens

O que a imagem diz de vocês?

### **SEGUNDO MOMENTO – narrativas de vida**

*(O objetivo é tentar compreender o significado pessoal da experiência, analisando como tal experiência mobiliza para a participação. Seria pensar o impacto da ONG e indiretamente da política pública.)*

- Como aconteceu essa participação na Trilha? Como a Trilha chegou a vocês e como vocês chegaram à Trilha?
- Como vêem esta oportunidade em suas vidas?
- O que começou a acontecer com vocês a partir dos cursos da Trilha?

### **TERCEIRO MOMENTO – Sobre o trabalho da Trilha Cidadã**

*(objetivo é tentar perceber como os jovens vêem a dinâmica própria da Trilha como ONG de jovens com jovens e para jovens.)*

- O que aprenderam nos cursos da Trilha?
- Qual o acontecimento mais importante que vivenciaram na Trilha?
- Encontraram dificuldades? Quais?
- Mudariam alguma coisa nos cursos da Trilha? Se sim, o que?

Oferecer excertos da fala dos educadores e perguntar aos jovens: concordam? O que pensam sobre isto?

### **QUARTO MOMENTO – Sintetizando a experiência**

*(Com esta dinâmica, busca-se perceber como sintetizam os impactos e desdobramentos da participação nas atividades da Trilha.)*

Entregar aos jovens uma folha e solicitar que cada um desenhe um contorno de um corpo. Eu depois da trilha: Pedir que escrevam:

- Na cabeça: o que mudou?
- Na mão esquerda: uma alegria
- Na mão direita: uma amizade
- No coração: um sonho
- No pé esquerdo: daqui pra frente ...
- No pé direito: incentivo a outros jovens....

## C – DINÂMICA DO GRUPO DE CONVERSAÇÃO - GESTORES

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PPGEDU – DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**  
**PESQUISA “JOVENS E PARTICIPAÇÃO: a experiência da ONG Trilha Cidadã”**  
***DINÂMICA DO GRUPO DE CONVERSAÇÃO - GESTORES***

### **PRIMEIRO MOMENTO – das relações com os jovens**

1. Como se organizam? Como escutam os jovens?
2. Como organizam as ações em termos de continuidade e inserção dos jovens?
3. Como estão impactando a cidade?

### **SEGUNDO MOMENTO – das relações com o Estado**

1. Que tipo de relações mantém com o Estado: conflitivas ou interativas?
2. Até que ponto é possível manter relações de autonomia com o poder público?

### **TERCEIRO MOMENTO - Problematizações**

Entregar aos gestores da Trilha Cidadã as citações abaixo, uma de cada vez, e solicitar que comentem tais afirmações.

O que é possível dizer em relação ao trabalho da Trilha Cidadã, a partir das provocações do autor?

1. Num contexto em que, com a acumulação flexível, o emprego com direitos sociais torna-se carta fora do baralho, a contribuição da grande maioria das ONGs tem sido no sentido de fazer "animação cultural" para inculcar no jovem o espírito do "empreendedorismo juvenil", ou seja, o espírito de ter iniciativa e criatividade para inventar o trabalho por conta própria, conseguir se virar sozinho no mercado, tornando-se o "patrão de si mesmo". (Paulo Carrano)

2. Ainda que possamos considerar as boas intenções e o esforço solidário das organizações em contribuir para a melhoria das chances de ocupação dos jovens dos setores populares, é possível dizer que na maioria dos casos esbarramos em iniciativas que possuem baixa capacidade de impacto nas reais possibilidades de melhoria das condições de inserção. Especialmente quando as iniciativas são aquelas centradas em cursos de curta duração e dirigidas aos jovens com baixa escolaridade. A verdadeira capacitação é a que possibilita que os jovens alcancem os níveis mais altos de escolaridade e dentro das idades recomendadas para cada uma das séries cursadas nos ensinos fundamental e médio. No Brasil, e não somente, criou-se uma rede paralela de atividades não convencionais de caráter socioeducativo que concorrem com a experiência de escolarização. São práticas educativas não formais desarticuladas dos sistemas escolares, prioritariamente voltadas aos jovens pobres, para os quais se oferece o pacote pedagógico que inclui: a "educação para cidadania"; a profissionalização para o setor de serviços em cursos de pouca duração; e a ilusão da empregabilidade. A crença de que o mercado pode resolver o problema do desemprego juvenil é falsa. Também é falsa a noção de que basta apenas qualificar para tornar o jovem competitivo. Os governos, os mercados e as ONGs criaram o consórcio da ilusão de

empregabilidade com seus cursos rápidos e “empregos de faz de conta”, precários e de prazo determinado. (Paulo Carrano)

(Como a Trilha Cidadã desenvolve projetos do governo federal e estadual, também, de capacitação profissional, a idéia é tentar perceber como os gestores lidam com questões polêmicas sobre a relação terceiro setor, Estado e situação juvenil contemporânea).

#### **QUARTO MOMENTO - comentários gerais**

Fazer uma rodada livre sobre o que gostariam de dizer.

## D - COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE CONVERSAÇÃO - EDUCADORES

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PPGEDU – DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**  
**PESQUISA “JOVENS E PARTICIPAÇÃO: a experiência da ONG Trilha Cidadã”**

***GRUPO DE CONVERSAÇÃO EDUCADORES***

**Critério de homogeneidade:** Educadores da Ong Trilha Cidadã

**Critérios de heterogeneidade:** Idade  
 Âmbito da atividade  
 Gênero

**Tipo:** Educadores da ONG Trilha Cidadã

**Nº de Participantes:** 7

**Composição do Grupo de Conversação: Educadores da ONG Trilha Cidadã**

Nº	Nome	Idade	Gênero	Escolaridade	Âmbito da Atividade	Tempo de atuação na ONG
1	Juliana C. de Aguiar	24	F	Superior	Contação de Histórias	6 meses
2	Sabrina de Souza	23	F	Sup. Incompleto	Teatro	1 ano
3	Luis Eduardo Thomassim	33	M	Mestrando	Coordenação e Fotografia	1 ano
4	Camila O. Militão	22	F	Sup. Incompleto	Coord. de Curso	1 ano
5	Ismael Mendonça	22	M	Sup. Incompleto	Articulador	1 ano
6	Rodrigo Viera Fagundes	21	M	Sup. Incompleto	Monitor	2 anos
7	Marcio	23	M	Ens. Superior	Monitor	6 meses

## E - COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE CONVERSAÇÃO - JOVENS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PPGEDU – DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**  
**PESQUISA “JOVENS E PARTICIPAÇÃO: a experiência da ONG Trilha Cidadã”**

**GRUPO DE CONVERSAÇÃO JOVENS**

<p><b>Critério de homogeneidade:</b> Jovens da Ong Trilha Cidadã</p> <p><b>Crítérios de heterogeneidade:</b> Idade  Âmbito da atividade  Gênero</p> <p><b>Tipo:</b> Jovens da ONG Trilha Cidadã</p> <p><b>Âmbito da Atividade: Comunicação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Audiovisual</li> <li>• Fotografia</li> <li>• Produção de Eventos</li> <li>• Impressos</li> </ul>
--

**Nº de Participantes: 9**

**Composição do Grupo de Conversação: Jovens da ONG Trilha Cidadã**

Nº	Nome	Idade	Gênero	Escolaridade	Âmbito da Atividade	Tempo de atuação na ONG
1	Alessandro Junior dos Santos	17	M	2º ano – EM	Impresso	1 ano e 3 meses
2	Alessandro Koehler	17	M	1º ano – EM	Impresso	1 ano e 3 meses
3	Bessie Gaspar Fernandes	17	F	3º ano – EM	Impresso	1 ano e 5 meses
4	Diego Pereira da Cruz	17	M	1º ano – EM	Audiovisual	1 ano e 6 meses
5	Duana Ramires Cardoso	17	F	2º ano – EM	Produção de Eventos	1 ano e 3 meses
6	Lucas Lisboa de Matos	17	M	Ensino Médio	Produção de Eventos	1 ano
7	Luís Fernando da S. Straus	19	M	1º ano – EM	Fotografia	1 ano e 3 meses
8	Pedro Odair da Silva	20	M	8ª série – EF	Audiovisual	1 ano
9	Tiane Helena Schroeder	20	F	Ensino Médio	Fotografia e Produção de Eventos	1 ano e 3 meses

## F - COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE CONVERSAÇÃO - GESTORES

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PPGEDU – DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**  
**PESQUISA “JOVENS E PARTICIPAÇÃO: a experiência da ONG Trilha Cidadã”**

***GRUPO DE CONVERSAÇÃO GESTORES***

**Critério de homogeneidade:** gestores da Ong Trilha Cidadã

**Crítérios de heterogeneidade:** Idade  
 Gênero

**Nº de Participantes: 5**

**Composição do Grupo de Conversação: Gestores da ONG Trilha Cidadã**

Nº	Nome	Idade	Gênero	Escolaridade	Âmbito da Atividade	Tempo de atuação na ONG
1	Edson A. Thomassim	31	M	Filosofia e Teologia	Gestor	2004
2	Gilbero Flach	32	M	Matemática UFRGS	Gestor	2004
3	Raquel Pulita	30	F	Relações Públicas e Pós Juventude e Democracia	Gestor	2004
4	Fabiane Arquidemini	32	F	Serviço Social	Gestor	2004
5	Alexsandro Machado	29	M	Psicologia e Mestrado Educação/UFSM	Gestor	2004



## H - REGISTROS DO MEDIADOR

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PPGEDU – DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**  
**PESQUISA “JOVENS E PARTICIPAÇÃO: a experiência da ONG Trilha**  
**Cidadã”**

***REGISTROS DO MEDIADOR***

**I Dados de identificação**

Grupo: Educadores da ONG Trilha Cidadã      Data de realização: 03/03/2007

Horário:      Local: CEPA

Mediador: Carmem Zeli      Observador:

Número de participantes: ( ) ♯      ( ) ♯

**II Observações de cada momento**

---

---

---

---

---

### APÊNDICE 3: PROJETOS E ATIVIDADES DA DMPJ DE SÃO LEOPOLDO

#### PROJETOS E ATIVIDADE DA DIRETORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS DE JUVENTUDE DE SÃO LEOPOLDO

<i>Programa</i>	<i>Público Alvo</i>	<i>Número de Benefícios</i>	<i>Custo do Programa</i>	<i>Captação</i>	<i>Dotação Orçamentária</i>	<i>Parcerias</i>	<i>Observações</i>
Escola de Fábrica	Jovens de 16 á 24 anos. 2005/2008	228 jovens	R\$ 662.200,00	R\$ 656.200,00	R\$ 6.000,00	SMED	Foram inseridos no primeiro módulo 60 jovens com carteira assinada. Auxílio: R\$ 150,00 mensais
Consórcio Social de Juventude.	Jovens de 16 á 24 anos, em situação de vulnerabilidade social.	2006 208 jovens  2005 200 Jovens	R\$ 652.800,00	R\$ 652.800,00	-	SEMEDES/S MED	Capacitação sócio-profissional durante 4 meses. Auxílio R\$ 600,00, alimentação e transporte.
Juventude Cidadã	2006 - Jovens de 16 á 24 anos, em situação de vulnerabilidade social.	750 jovens	R\$ 1.028.000,00	R\$ 912.350,00	R\$ 115.650,00	SEMEDES/S MC/ SMED/SACIS/SEMUSP SEMSAD/ 7 ONGS	Capacitação sócio-profissional. Auxílio: R\$ 600,00 durante seis meses (R\$ 120,00 por mês).
Projeto Agente Jovem	Jovens de 15 á 17 anos, em situação de vulnerabilidade social. (um ano)	125 jovens	Não informado	Não informado	Não informado	SACIS+entidades ONGS	Formação na Prevenção Direitos Humanos e Preparação para o Trabalho. Auxílio: R\$ 780,00 durante dozes meses (R\$ 65,00 por mês).
Construção de um Tele Centro	Jovens que ã tenham a inclusão digital	-	R\$ 55.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 5.000,00	SMC	
Semana Municipal de Juventude.	Juventude de 16 á 29 anos. 2005-2007	-	R\$ 40.000,00	Não informado	R\$ 40.000,00	Todas as Secretarias Municipais	
Apoio à formação de Grêmios.	Jovens estudantes de escolas	-	-	-	-	SMED	Parcerias para projetos culturais,

	municipais.						esportivos privilegiando um canal direto com as políticas públicas de juventude.
Grafitando São Léo	Jovens grafiteiros de São Leopoldo.	-	R\$ 30.000,00		R\$ 30.000,00	SMC/SMED	Passarelas, viadutos, praças, ginásio, escolas, trem e outros espaços de visibilidade.
Construção do Centro de Treinamento de Skate Gaúcho	Jovens praticantes de skate leopoldenses e do estado. 2008	-	R\$ 177.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 77.000,00	SEPLAN/C AIXA FEDERAL/ Associação dos Skatistas de SL	Pista para a prática do skate, vestiários e arquibancada numa área de 600 m²
Construção da pista de Skate na Praça Modelo Bairro Feitoria	Jovens praticantes de skate leopoldense. 2006	-	R\$ 20.000,00	-	R\$ 20.000,00	SELESTE-Sec Zona Leste	Recreação e lazer para a comunidade da COHAB/ Feitoria.
Construção da pista na Praça na Campina	Jovens praticantes de skate leopoldense.2007	-	R\$ 40.000,00	-	R\$ 40.000,00	OP	Obra votada no Orçamento Participativo Municipal.
Construção da pista de Skate Cristo Rei	Jovens praticantes de skate leopoldense.2007	-	R\$ 15.000,00	-	R\$ 15.000,00	OP	Obra votada no Orçamento Participativo Municipal.
Espaço de Juventude	Jovens pertencentes a projetos sociais da prefeitura.	-	R\$ 85.160,00	R\$ 50.100,00	R\$ 35.060,00	SMC/SMED	
Canoagem na Escola	Jovens de 11 a 17 anos, em situação de vulnerabilidade social.	60 jovens e adolescentes de 11 a 17 anos				CGTEE/SMED-ESPORTE SMED	Prática de esporte e conscientização ambiental no contra-turno das aulas.
	TOTAIS		R\$ 2.805.160,00	R\$	R\$ 383.710,00		

APÊNDICE 4: TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
PPGEDU – DOUTORADO EM EDUCAÇÃO  
PESQUISA “JOVENS E PARTICIPAÇÃO: a experiência da ONG Trilha  
Cidadã”**

**TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO**

*A pesquisa JOVENS E PARTICIPAÇÃO: a experiência da ONG Trilha Cidadã no Consórcio social da Juventude tem como propósito investigar a participação de jovens inseridos na ONG Trilha Cidadã, a partir do programa federal Consórcio Social da Juventude.*

Os dados e resultados da pesquisa estarão sendo tratados a partir de valores éticos que permeiam esse tipo de trabalho. As entrevistas e os grupos de conversação serão efetuados pessoalmente pela pesquisadora.

A pesquisadora compromete-se a esclarecer adequadamente as dúvidas sobre sua divulgação, deixando os jovens pesquisados muito à vontade para participar ou não do trabalho. A participação na pesquisa não oferece risco ou prejuízo à pessoa participante. Se no decorrer da pesquisa o participante resolver não mais continuar ou cancelar o uso das informações prestadas, terá toda a liberdade de o fazer, sem que isso lhe acarrete qualquer consequência.

Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos desta pesquisa, revisado e aprovado a transcrição de minhas falas e ter esclarecido as minhas dúvidas;

Eu \_\_\_\_\_, portador do documento \_\_\_\_\_, concordo com a apresentação oral, escrita ou publicação do que foi escrito nesta pesquisa e divulgação de fotos, filmagens em que participei e meu nome real.

São Leopoldo, fevereiro de 2007.

\_\_\_\_\_  
Participante da pesquisa

\_\_\_\_\_  
Pesquisadora

Dados da pesquisadora:

Carmem Zeli Vargas Gil – Licenciada em História, Especialização em Sociologia Política e História do Rio Grande do Sul, mestrado em Educação/UFRGS e doutoranda em educação/UFRGS  
Professora da Rede Pública Estadual e Ensino Superior – FACOS.  
Email: [carmemz@terra.com.br](mailto:carmemz@terra.com.br) Fone: (051) 3662-2454

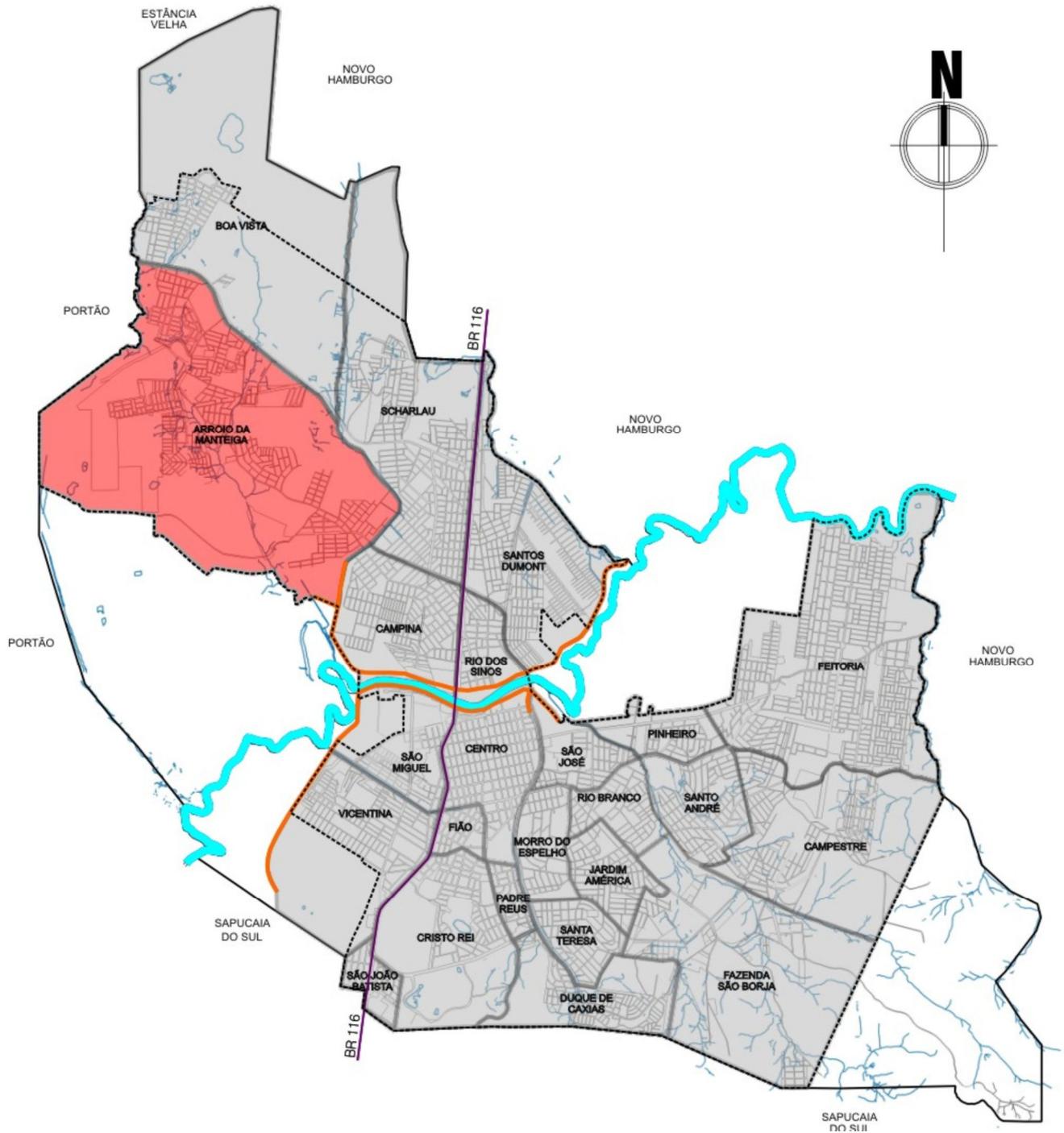
**ANEXOS**

**ANEXO 1: MAPAS**

**A – MAPA DO MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO**

**B – MAPA DO BAIRRO ARROIO DA MANTEIGA**

A – MAPA DO MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO



B – MAPA DO BAIRRO ARROIO DA MANTEIGA

